

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

MARCOS JOVINO ASTURIAN

O RIO GRANDE DO SUL DIVIDIDO: CONFLITOS POLÍTICO-ELEITORAIS
ENTRE PESSREDITAS E PETEBISTAS PARA O GOVERNO ESTADUAL
(1946-1954)

SÃO LEOPOLDO/RS

2019

MARCOS JOVINO ASTURIAN

O RIO GRANDE DO SUL DIVIDIDO: CONFLITOS POLÍTICO-ELEITORAIS
ENTRE PESSREDITAS E PETEBISTAS PARA O GOVERNO ESTADUAL
(1946-1954)

Tese apresentada requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em História, pelo Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo/RS

2019

A859r Asturian, Marcos Jovino.

O Rio Grande do Sul dividido : conflitos políticos eleitorais entre pessedistas e petebistas para o governo estadual (1946-1954) / Marcos Jovino Asturian. – 2019.

278 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

“Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres.”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

Marcos Jovino Asturian

**O RIO GRANDE DO SUL DIVIDIDO: CONFLITOS POLÍTICO-ELEITORAIS
ENTRE PESSREDITAS E PETEBISTAS PARA O GOVERNO ESTADUAL
(1946-1954)**

Tese apresentada requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em História, pelo Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marluza Marques Harres

Aprovado em 2019.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Marluza Marques Harres (orientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Dra. Carla Brandalise – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul (PUC/RS)

Dra. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Dr. Hernán Ramiro Ramírez – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC) pela concessão de bolsa de estudo, pois, sem ela, a pesquisa apresentada não seria possível. De igual modo, agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) pela licença parcial e, consequentemente, integral para fins de qualificação profissional.

À minha orientadora, professora Marluza Marques Harres, pela generosidade e por acreditar na minha pesquisa. Aos componentes da banca examinadora, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, Luis Carlos dos Passos Martins, Carla Brandalise e Hernán Ramiro Ramírez (os dois últimos presentes também no Exame de Qualificação), pelos apontamentos, sugestões e demais contribuições ao trabalho.

Agradeço aos docentes e servidores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGH-UNISINOS) pela contribuição na minha formação profissional.

Sou grato aos servidores do Arquivo Histórico Municipal de Erechim “Juarez Miguel Illa Font”, do Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho, em Porto Alegre, e do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Agradeço aos colegas e amigos da UNISINOS, em especial Andressa, Camila, Diego, Felipe, Lidiane, Talita e Tiago. Ademais, aos amigos de outras instituições Douglas e Maura (UFRGS), assim como o Samuel (PUC/RS) pelos diálogos e sugestões que foram importantes para a pesquisa.

Aos docentes da Escola Estadual de Educação Básica Viadutos, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim e da Universidade de Passo Fundo pelo incentivo na minha trajetória escolar e acadêmica.

Por fim, faço um agradecimento todo especial aos meus pais e meu irmão Alan. À minha amada Tatiane e ao nosso filho Joaquim, que está a caminho, dedico este trabalho.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947, 1950 e 1954 para governador do Rio Grande do Sul. Para tanto, se utilizará elementos da teoria do campo político, desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, como instrumento de pensamento para a compreensão dos conflitos nas campanhas eleitorais. Os pessedistas e trabalhistas produziram narrativas – ideias-força – que foram divulgadas – por meio de matérias pagas – na imprensa escrita, cujo objetivo consistia na construção de representações sobre a realidade do Rio Grande do Sul, seus problemas e suas formas de solução, assim como de encaminhamentos. Desse modo, o fio condutor da tese é a lógica relacional conflitiva, ou seja, o jogo das oposições e distinções entre os partidos e candidatos. Acredita-se que uma análise mais focada nos conflitos eleitorais possa contribuir e ampliar o entendimento sobre a dinâmica política deste período. As fontes utilizadas no trabalho foram os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, assim como os Anais da Assembleia Legislativa sul-rio-grandense.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Disputa Eleitoral; Partido Social Democrático; Partido Trabalhista Brasileiro.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the electoral dispute between the Partido Social Democrático (PSD) and Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in the 1947, 1950 and 1954 elections for governor of Rio Grande do Sul. Therefore, will be used elements of the political field theory, developed by French sociologist Pierre Bourdieu, as an instrument of thought for the understanding of conflicts in election campaigns. The pessedistas and trabalhistas produced narratives – force-ideas – that were disclosed – by means of paid materials – in written press, whose objective consisted in the construction of representations about the reality of Rio Grande do Sul, its problems and ways of solution, as well as referrals. Thus, the guiding thread of the thesis is the conflicting relational logic, in other words, the game of oppositions and distinctions between parties and candidates. It is believed that a more focused analysis of electoral conflicts can contribute and increase the understanding about the political dynamics of this period. The sources used in this work were the *Correio do Povo* and *Diário de Notícias* newspapers, as well as in the annals of sul-rio-grandense Legislative Assembly.

Keywords: Rio Grande do Sul; Electoral Dispute; Partido Social Democrático; Partido Trabalhista Brasileiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini – Lançamento da candidatura Pasqualini pelo PTB para o governo estadual.....	66
Figura 2 - Pasqualini e as crianças no município de Estrela em plena campanha eleitoral.	95
Figura 3 - “A Pedido” do PSD demonstrando o repúdio em relação ao comunismo... 103	
Figura 4 - “A Pedido” mandado publicar por um católico” associando a imagem de Walter Jobim (PSD) a Josef Stálin.	103
Figura 5 - “A Pedido” do PTB reproduzindo um panfleto publicado em idioma alemão pelo PSD e distribuído na zona colonial do Rio Grande do Sul.....	106
Figura 6 - Cylon Rosa (PSD).....	121
Figura 7 - “A Pedido” do PSD referente à propaganda eleitoral dos candidatos Cristiano Machado à Presidência da República e de Cylon Rosa a governador do Rio Grande do Sul.....	122
Figura 8 - Ernesto Dornelles e José Diogo Brochado da Rocha.	128
Figura 9 - Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini.	129
Figura 10 - Página político-partidária do PTB, trindade petebista, o candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas; o candidato a governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles e o candidato ao Senado pelo estado rio-grandense, Alberto Pasqualini.	130
Figura 11 - Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles com “grupo de moças” no município de Alegrete.	140
Figura 12 - Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles com os sacerdotes católicos.	146
Figura 13 - “A pedido” Cylon Rosa e Plínio Salgado.	151
Figura 14 - “A Pedido” do PSD convidando os correligionários e o “povo em geral” para o lançamento oficial dos candidatos da Frente Democrática.....	184
Figura 15 - “A Pedido” da FD divulgando o roteiro pelo interior do Estado.....	187
Figura 16 - “A Pedido” da Frente Democrática. Comícios realizados em Palmeira das Missões (esquerda) e Barril (direita).	192
Figura 17 - “A Pedido” do PTB. Convite para a recepção do senador Alberto Pasqualini, candidato ao governo estadual, e do deputado João Goulart, candidato ao Senado.....	194

Figura 18 - “A Pedido” da PTB. Chegada de Pasqualini no Aeroporto Salgado Filho – Porto Alegre/RS.....	196
Figura 19 - Ildo Meneghetti em visita a Alberto Pasqualini.....	197
Figura 20 - Pasqualini ao lado de Jango no comício em Cachoeira.	203
Figura 21 - Comícios realizados em Santa Cruz (esquerda) e Cachoeira (direita).....	203
Figura 22 - A pedido do PTB em alusão aos trinta dias do falecimento do presidente Getúlio Vargas.	217
Figura 23 - Título de Eleitor rasgado.....	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População urbana e rural no do Rio Grande do Sul - 1940-60.....	101
Tabela 2 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/47. .	108
Tabela 3 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/50. ...	166
Tabela 4 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/54. ...	253

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Polarização Partidária (1947).....	108
Gráfico 2 - Polarização Partidária (1950).....	167
Gráfico 3 - Polarização Partidária (1954).....	253

PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

DAER - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul

ED – Esquerda Democrática

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FD – Frente Democrática

FUG – Frente Única Gaúcha

LEC – Liga Eleitoral Católica

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PSD – Partido Social Democrático

PR – Partido Republicano

PRL – Partido Republicano Liberal

PRP - Partido de Representação Popular

PRR – Partido Republicano Riograndense

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDA – Partido Social Democrático Autonomista

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTBI – Partido Trabalhista Brasileiro Independente

PUC – Pontifícia Universidade Católica

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

USB – União Social Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A CAMPANHA ELEITORAL DE 1946/1947 PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: WALTER JOBIM (PSD/PRP/PCB) X ALBERTO PASQUALINI (PTB)	30
1.1 O Populismo na historiografia brasileira	30
1.2 A República Democrática e a consolidação do sistema eleitoral e partidário brasileiro	38
1.3 A reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul	45
1.4 Getúlio Vargas e o jogo político: as eleições de 1947 para governador no Rio Grande do Sul	60
1.5 As campanhas eleitorais: Walter Jobim X Alberto Pasqualini	74
1.6 Partidos e candidatos: As dimensões cristã/democrática e o anticomunismo	89
1.7 Os resultados eleitorais: vitória do PSD e crescimento do PTB	107
2. A CAMPANHA ELEITORAL DE 1950 PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CYLON ROSA (PSD/UDN/PRP) X ERNESTO DORNELLES (PTB/PSP)	111
2.1 As disputas internas e as alianças políticas estaduais	111
2.2 Aspectos programáticos nas campanhas de Cylon Rosa e Ernesto Dornelles	119
2.3 A imagem pública e o capital político dos candidatos pessedista e petebista na campanha eleitoral	133
2.4 O perigo vermelho outra vez: o anticomunismo na campanha eleitoral.....	141
2.5 O papel dos agentes políticos Alberto Pasqualini (PTB) e Plínio Salgado (PRP) na campanha eleitoral para o governo do Estado	147
2.6 O espaço do debater: O conflito eleitoral para governador do Rio Grande do Sul na tribuna da Assembleia Legislativa	155
2.7 A “polarização” estadual.....	165

3. A CAMPANHA ELEITORAL DE 1954 PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ILDO MENEGHETTI (PSD/UDN/PL) X ALBERTO PASQUALINI (PTB).....	171
3. 1. Antecedentes: conflitos intrapartidários e alianças eleitorais.	171
3. 2. As campanhas eleitorais: Ildo Meneghetti (FD) X Alberto Pasqualini (PTB) .	181
3.3 A crise política nacional e suas implicações no processo eleitoral sul-rio-grandense	205
3. 4. Os parlamentares e as eleições para o governo estadual.....	244
3. 5. Os resultados e significados das eleições de 1954.....	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	259
REFERÊNCIAS	267

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa consiste em analisar e compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947, 1950 e 1954 para governador do Rio Grande do Sul por meio dos jornais *Correio do Povo*¹ e *Diário de Notícias*², assim como nos Anais da Assembleia Legislativa.³

No Rio Grande do Sul, a organização do sistema partidário ocorreu a partir da articulação das correntes de oposição e de apoio a Getúlio Vargas. Inicialmente, tanto o PSD quanto PTB organizaram-se pró-Getúlio. A forma como se consolidou o embate entre os partidos, diferenciando-se do que ocorria em âmbito nacional, deve ser destacada como elemento da peculiaridade política sul-rio-grandense. As primeiras experiências eleitorais em relação ao executivo estadual revelaram uma intensa disputa entre pessedistas e trabalhistas. O PSD aproximou-se da UDN e do PL, na chamada Frente Democrática. Ademais, o PSD seção Rio Grande do Sul tornou-se gradativamente efetiva oposição a Vargas. O produto dessas disputas gerou crescente polarização reunindo os blocos PTB e anti-PTB e, em consequência, uma alternância no poder ao longo do período democrático.

Entendemos que a concepção de campo desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu se torna um “instrumento de pensamento”⁴ operacional para a compreensão do embate político-partidário entre o pessedistas e petebistas. Com base nessa questão central, estabelecemos os seguintes problemas de pesquisa: Quais eram os símbolos mobilizados – no jogo das oposições e distinções – pelos respectivos partidos na propaganda eleitoral? Como os agentes políticos mobilizaram os símbolos – no contexto da Guerra Fria – na disputa eleitoral? Quais foram as representações dos partidos e candidatos sobre a definição do mundo social, ou seja, da construção social da realidade? De que forma foram apresentados o capital político e a imagem pública dos agentes políticos envolvidos na disputa eleitoral? Qual foi o papel e a influência de

¹Disponível para pesquisa no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre/RS.

²Disponível para pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Erechim Juarez Miguel Illa Font. Erechim/RS.

³Disponível para pesquisa no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

⁴BOURDIEU, 1998, p. 59-73.

Getúlio Vargas nas eleições estaduais de 1947, 1950 e 1954? Como ocorrem às pressões externas e quais as implicações nas lutas internas do campo político? Quais foram os pontos convergentes e divergentes no embate político-partidário entre os parlamentares em relação à propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita?

Serão formuladas algumas hipóteses de trabalho para as problemáticas propostas:

Na campanha eleitoral, existe um jogo político duplo e, muitas vezes, contrastante: um dos partidos e outro dos candidatos. A luta política também é simbólica e esteve permeada pelas representações acerca dos partidos e candidatos: todos foram apresentados para o eleitorado como sendo possuidores dos valores cristãos e democráticos. Já, no jogo das oposições e distinções, procurou-se desqualificar o outro por não possuírem tais prerrogativas. A pressão dos externos teve implicações diretas nas lutas internas, sobretudo, a influência da Igreja Católica e o anticomunismo católico utilizado na propaganda eleitoral pelos dois lados da contenda. Tanto o PSD como o PTB procuraram produzir e mobilizar símbolos, cuja finalidade era de legitimação através do voto acerca de uma determinada visão sobre o Rio Grande do Sul. O discurso pasqualinista – permeado por princípios de natureza distributiva e assistencial – propôs a intervenção de um Estado protetivo cuja principal finalidade seria defender o povo contra todas as formas de exploração. Desse modo, entendemos que a retórica do candidato petebista e o respectivo programa partidário de cunho social-reformista é uma chave explicativa para compreendermos o distanciamento dos partidos “de dentro” no jogo político: o PTB representando um campo progressista e o PSD como expoente de um campo conservador. Getúlio Vargas teve papel fundamental na disputa eleitoral no Estado. Não obstante, em cada eleição analisada – em 1947, 1950 e 1954 –, ocorreram diferenças significativas em relação a sua influência direta e indireta. Na Assembleia Legislativa, os embates entre parlamentares do PSD e do PTB – em relação à disputa pelo governo do Estado – tanto reproduziram a disputa dos respectivos partidos que se dava por meio das propagandas veiculadas nos jornais quanto apresentaram aspectos inauditos em relação à propaganda eleitoral: as denúncias de violência, repressão policial e arbitrariedades.

Expostas as hipóteses da pesquisa, passamos para as questões teóricas e metodológicas. Serão abordadas questões envolvendo a utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica, as escolhas em relação ao desenvolvimento da pesquisa, uma

análise panorâmica da historiografia concernente ao tema estudado, assim como o referencial teórico utilizado no presente trabalho para fins de interpretação das fontes.

Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 29), a passagem para o século XX marcou, no Brasil, a modificação dos jornais de estrutura do tipo artesanal para a industrial, onde os pequenos cederam lugar às grandes empresas jornalísticas. Definitivamente, na fase industrial, assumiram características empresariais, comerciais e as notícias passaram a ser compreendidas como mercadorias. Também nesse período, no país, surgiu o serviço telegráfico, as ilustrações, um avultado número de edições e de tiragens.

A partir de 1930 ocorreu um desenvolvimento vertiginoso dos meios gráficos e das formas de se fazer jornal, tornando esse setor de indiscutível poder político e capacidade econômica. O Estado Novo (1937-1945) e a consequente supressão dos partidos políticos corroboraram para a imposição de um modelo de gestão empresarial, bem como de estilo informativo no jornalismo.

De acordo com Alzira Alves Abreu (1996, p. 15-30), na década 1950, a imprensa brasileira foi distanciando-se do estilo de jornalismo francês: permeado pela crítica e opinião. A partir de então, a imprensa nacional passou a ser influenciada pelo modelo de jornalismo estadunidense: privilegiando a informação e a notícia. Em linhas gerais, o que ocorreu, de fato, foi um processo de substituição do estilo político-literário para o jornalismo informativo.

Entretanto, a transição não é um corte abrupto. Coexistiram o jornalismo opinativo, interpretativo e o noticioso, em um amálgama dos modelos francês e estadunidense. Ressalta-se que o ocorrido no campo jornalístico reflete a transição do campo político: a passagem do Estado Novo para a democracia representativa.

A imprensa brasileira, na década de 1950, passou a privilegiar a informação transmitida de forma “objetiva” e “imparcial”. O jornalismo estava sendo reconhecido como um gênero de estabelecimentos de verdades, pois buscava distanciamento em relação à literatura e à política. A linguagem jornalística passou a adquirir uma sistematização interna, transformando-se em uma comunidade discursiva própria.

Conforme Marialva Barbosa (2007, p. 158-159) nesse processo de profissionalização do jornalismo no país, ocorrido de modo lento nas primeiras décadas do século XX, os jornalistas passaram a construir um discurso em que as representações sociais conformam práticas, condutas e tomada de posição, o que permite reconhecer uma dada identidade do grupo.

Na década de 1950, iniciaram-se os investimentos no setor de publicidade e teve início a implantação, no Brasil, de grandes agências nacionais e estrangeiras de publicidade. Os anúncios nos jornais se diversificavam. Encontravam-se os anúncios de automóveis, eletrodomésticos, produtos agrícolas, entre outros. A maior parte das receitas dos jornais era proveniente dos anunciantes e esse aporte de recursos possibilitou a modernização gráfica da empresa jornalística.

As novas técnicas de redação e estruturação de textos jornalísticos – influenciadas pelo modelo estadunidense – correspondiam a uma demanda de rapidez, tanto na instância da produção, quanto na do consumo. O ritmo acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os jornais veículos dinâmicos de notícias e propagandas.

Segundo Francisco Rüdiger (2007, p. 360), no Rio Grande do Sul:

Nos anos 30, a concorrência entre os jornais, cada vez mais organizados como empresas, passou a um novo patamar. Depois que foram fechados os partidos e se proibiu o partidarismo na imprensa (1937-1945), ainda haveria jornais políticos e partidários, e isso até 1964. Porém, essa retomada, notável no interior, sobretudo, teria força e alcance reduzidos. A censura durante o período estadonovista, os estímulos à modernização institucional e a crescente influência das concepções norte-americanas fizeram com que acabasse por se impor o modelo de gestão empresarial e o estilo informativo na prática do jornalismo.

A imprensa escrita estava permeada pela modernização das máquinas, por uma linha editorial independente, pela redução de preços e pela racionalidade mercantil. O *Correio do Povo* (1895)⁵ e o *Diário de Notícias* (1925)⁶ foram à vanguarda deste jornalismo no Estado, seja pelos moldes capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas, consolidava-se na sociedade.

O jornal *Diário de Notícias* (1925-1979) era o segundo maior jornal no Rio Grande do Sul, rivalizando com o *Correio do Povo*. Mesmo dotado de menor prestígio social e tendo pequena circulação no interior. A sua forma de apresentação, por meio de uma paginação mais inovadora e linguagem menos convencional, tornou-o o jornal dos segmentos urbanos (RÜDIGER, 2007, p. 362).

A utilização de fontes jornalísticas na pesquisa histórica vem sendo, de forma progressiva, útil aos pesquisadores. Tânia Regina de Luca (2008, p. 131-142) sublinha

⁵ Sobre o jornal *Correio do Povo*, ver: GALVANI, 1995; RÜDIGER, In: BOEIRA, 2007; NOGUEIRA, 2009.

⁶ Sobre o jornal *Diário de Notícias*, ver: MORAIS, 1994; CARNEIRO, 1999; DE GRANDI, 2005; OLIVEIRA, 2008.

alguns aspectos metodológicos: a atenção para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); a caracterização do material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções cumpridas por ele na publicação; a caracterização do grupo responsável pela publicação; a identificação dos principais colaboradores; a identificação do público a que se destinava; por fim, a identificação das fontes de receita, entre outros.

Luís Carlos dos Passos Martins (2018, p. 65-66) ressalta alguns cuidados metodológicos para a utilização de fontes impressas na pesquisa histórica:

Identificar os proprietários e principais jornalistas do periódico a fim de observar compromissos ou vínculos externos, especialmente com grupos políticos e econômicos e instituições públicas ou privadas; b) identificar e mapear as principais fontes de financiamento de uma publicação; [...] c) identificar o público preferencial do jornal [...] d) [...] identificar a linha editorial do jornal e/ou o seu histórico no que se refere a tomada de posições passadas, tanto frente a grupos políticos e econômicos, quanto em relação a “bandeiras” e doutrinas sustentadas [...]

Para Cristiane Mitsue Corrêa (2017, p. 115-117), a imprensa brasileira passou por uma transformação, que se efetivou a partir dos anos 1950, isto é, ocorreu um processo de profissionalização do “campo jornalístico”. Ao deter visibilidade pública, por meio do manejo das informações, assim como dos processos de seleção e divulgação, os agentes do campo jornalístico estão em incessante tensionamento com o campo político, na medida em que constroem “imagens públicas” e, em consequência, estabelecem agenda pública.⁷ Logo, jornalistas e editores passam a deter o domínio da linguagem do campo político e, gradativamente, fazem parte de seu jogo.

O presente estudo trabalha com as narrativas produzidas pelos partidos e reproduzidas nos jornais, ou seja, preocupa-se com a produção e a divulgação de ideias-força, sendo assim, não contemplando a questão da recepção. Ademais, a tese não pretende analisar o campo jornalístico.⁸ O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* não serão objeto de pesquisa. Todavia, o tratamento da fonte não impede que sejam informadas, sempre que observadas, diferenças entre as maneiras de ambos periódicos relatarem os eventos políticos.

⁷ Esse processo é conhecido como teoria do agendamento, em que a agenda midiática ou jornalística pauta as agendas pública e política. Sobre o assunto, conferir: MACCOMBS, M. & SHAW, D. A função do agendamento dos media: In: TRAQUINA, 2000.

⁸ Sobre o “campo jornalístico”, na perspectiva de campo de produção ideológica e sua dinâmica conflitiva entre os diferentes campos de produção simbólica, ver: MARTINS, In: MARTINS, 2017, p. 19-32.

A escolha dos respectivos periódicos justifica-se pelo fato de serem jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul. Para a análise das informações, o conteúdo foi dividido em dois grupos: a) as “*notícias*” e “*notas políticas estaduais*” concernentes ao contexto político nacional e estadual, sendo utilizadas para a composição do quadro eleitoral; b) os “*a pedidos*” e as “*páginas político-partidárias*”, publicações pagas pelos partidos ou particulares aos veículos de imprensa, objetivando analisar, sobretudo, a produção de ideias-força dos partidos e candidatos que se encontram envolvidos na luta política pela definição legítima do mundo social. Também, foram analisados a produção bibliográfica e os Anais da Assembleia Legislativa para fins de compreensão dos símbolos políticos produzidos no debate eleitoral entre os parlamentares pessedistas e petebistas no legislativo sul-rio-grandense. Cabe destacar que muitas questões do presente trabalho já vêm sendo discutidas na historiografia, mas acredita-se que uma análise mais focada nos conflitos eleitorais possa contribuir e ampliar a compreensão sobre a dinâmica política deste período, em especial examinadas à luz do conceito de campo político.

O recorte temporal deste trabalho está pautado na lógica interna dos partidos. Do lado pessedista, existia um grupo que constituía uma ala minoritária dentro do partido, e alguns componentes conservavam vínculos com o getulismo: a fim de manter o partido alinhado com o projeto nacional de Vargas. Do lado petebista, observa-se o período do trabalhismo nacional e estadual, cujas figuras exponenciais foram Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini, respectivamente. Com as eleições de outubro de 1954, encerrou-se toda uma fase do trabalhismo no Rio Grande do Sul. A morte de Vargas e a segunda derrota eleitoral de Pasqualini fizeram desaparecer do cenário político as duas grandes lideranças históricas do PTB.⁹ Já o recorte espacial é feito em virtude de o Rio Grande do Sul adquirir, no respectivo período, significativas especificidades regionais dentro do contexto nacional. Diferentemente do que acontecia em nível nacional, o PSD local tornou-se dissidente e, em consequência, não ocorreram alianças entre pessedistas e trabalhistas. Ademais, a pesquisa visa a contribuir para a historiografia sul-rio-grandense devido às lacunas referentes à história dos partidos políticos estaduais e das disputas eleitorais.

Para René Ernani Gertz (2004, p. 347-368), até o início da década de 1990, havia escassez de produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul, no período entre

⁹ Segundo Angela de Castro Gomes (2007, p. 63), esse é o momento que ocorreu um processo de redefinição dos papéis das lideranças petebistas: um segundo tempo do trabalhismo.

1945 a 1964, à exceção de pesquisas produzidas por cientistas políticos. Os trabalhos acadêmicos do brasilianista Carlos Cortés – publicado em inglês em 1974 – e da cientista política Mercedes Cánepa, no ano 2000, juntos, apresentam um arcabouço da história política estadual no respectivo período. O primeiro trabalho trata-se de um panorama geral da história política estadual. Cortés destacou entre outros aspectos a tradição de dois campos político-partidários definidos e estáveis, a alternância do poder e a caracterização da política local permeada pelo personalismo pró e anti-Vargas. Já o segundo teve como objetivo central analisar a representação político-partidária, enfatizando as campanhas eleitorais e o exercício do governo. Cánepa concentra os seus esforços na análise da capacidade de articulação dos níveis regional e nacional desenvolvida pelo conjunto do sistema partidário. Ademais, destaca o trabalho de Miguel Bodea, publicado em 1992, sobre o surgimento e o desenvolvimento do PTB – a história petebista e de suas adjacências é um dos temas mais estudados – e referencia teses e dissertações influenciadas pelos estudos desenvolvidos por cientistas políticos, desde a década de 1970, entre os quais estão Hélgio Trindade, Maria Izabel Noll, Leônidas Xausa e Francisco Ferraz. Para o autor, em relação à história política – no período de 1945 a 1964 – produziram-se estudos significativos, porém torna-se necessário preencher lacunas e aprofundar aquilo que as pesquisas só puderam tangenciar.¹⁰

No presente trabalho, entendemos o respectivo período como sendo uma “República Democrática”, ou seja, um processo de consolidação de uma democracia representativa: a organização de partidos políticos nacionais, com programas e perfis ideológicos definidos; as práticas de mobilização eleitoral – os partidos como sendo os principais agentes – no campo e na cidade; a legislação eleitoral; a competição eleitoral.¹¹

Nesse último aspecto, o cientista político Fernando Limongi (2015, p. 372-392) observa que, na dinâmica do período – permeada pelas permanências e mudanças importantes –, a incerteza no processo eleitoral torna-se um dos principais aspectos que diferencia a “República Democrática” em relação ao período anterior. Em outras

¹⁰ A partir do ano 2000, surgiram significativas pesquisas no âmbito historiográfico. Os estudos tiveram como foco a análise dos partidos políticos, das trajetórias e das disputas eleitorais no Rio Grande do Sul: OLIVEIRA, 2001; HEINZ, 2005; ALBERNAZ, 2006; GATTI, 2008; OLIVEIRA, 2008; TAUFER, 2008; SAN SEGUNDO, 2009; CRUZ, 2010; ASTURIAN, 2011; ALMEIDA, 2015; ANGELI, 2015; BOMBARDELLI, 2016, entre outros.

¹¹ GOMES, 2018, p. 53-74. Disponível em: <
<http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR>>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

palavras, as eleições não eram mais controladas pelo Governo e as oposições passaram a ter chances reais de chegar ao poder. Elas passam a ser competitivas: para ser eleito, políticos têm que fazer um grande número de eleitores. O crescimento do eleitorado é a evidência indireta da incerteza quanto aos resultados eleitorais.

Nesse sentido, a indagação de Michel Offerlé (2005, p. 353) para o contexto francês do final do século XIX apresenta-se adequada para fins de compreensão do processo de democratização no Brasil a partir de 1945: “Como levar os cidadãos a se tornarem cidadãos, a se inscrever e votar?”. Iniciando pela própria delimitação do corpo eleitoral, a respectiva mobilização envolve diferentes agentes que almejam construir um interesse pela competição política.

Conforme Offerlé (2005, p. 345), para que ocorram eleições é necessário que se faça um trabalho de delimitação da categoria de cidadão, ou seja, é preciso um trabalho que dê forma e atuação a esta categoria – investimentos materiais, jurídicos e simbólicos –, torna-se elementar que os protagonistas da eleição encontrem um interesse satisfatório que os leve a agir: eleitores, candidatos, comentaristas, etc.

Segundo Leticia Bicalho Canêdo (2002, p. 171), na experiência democrática, intensificaram as relações entre o eleitor – obrigado a votar – e o candidato – que tem necessidade do voto – no país. Para Limongi (2015, p. 388), nesse contexto, os partidos competem pelos eleitores, assim como fazem os próprios eleitores para fazer eleições: alistamento, transporte, abrigo, entre outras práticas.

A presente tese – que se enquadra dentro da denominada história política – destaca a importância dos estudos dos partidos e das eleições. O estudo dos partidos constitui um importante viés de análise da sociedade. Para Serge Bernstein (2003, p. 71-72) o partido – fenômeno histórico por definição – está em condições de fornecer aos historiadores uma significativa quantidade de informações em relação aos grupos que se esforçam por reunir os indivíduos aspirando uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade. Informações de ordens diversas esclarecem singularmente o comportamento do indivíduo na política. Ademais, o jogo complexo das forças condiciona e motiva seus atos.

De acordo com Bernstein (2003, p. 57-98), os partidos políticos nascem somente quando a sociedade atinge um determinado estágio de desenvolvimento, ou seja, quando congrega algumas condições de modernidade, tais como: a existência de uma especialização profissional, a constituição de um conjunto nacional e de uma consciência nacional pela expansão do mercado interno, o progresso dos meios de

informação e, acima de tudo, a mobilidade espacial e social. Além disso, no interior do respectivo desenvolvimento, é necessário que ocorra uma crise, uma ruptura para justificar a emergência de um partido. Logo, um partido surge como a solução para problemas: no espaço entre um problema e um discurso é que se situa a mediação política.

Berstein (2003, p 62-63), pautado nos cientistas políticos americanos, estabelece critérios que permitem definir os partidos políticos:

[...] a duração no tempo, que garante ao partido uma existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública. Restaria tentar definir exatamente essa duração mínima [...] tal definição exclui de fato as clientelas, as facções, os partidos ligados unicamente a um homem; - a extensão no espaço, que supõe uma organização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população. Este segundo critério exclui do campo dos partidos os grupos parlamentares sem seguidores no país e as associações locais sem visão de conjunto da nação; - a aspiração ao exercício do poder, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam. Esta característica, função direta da mediação política de que falamos acima, exclui os grupos de pressão representativos de uma categoria definida, como os grupúsculos restritos à defesa intransigente de uma ideologia, mesmo quando traduzem o nome de “partidos”; - enfim, a vontade de buscar o apoio da população, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores, condição indispensável para a realização do objetivo anterior.

Portanto, pela primeira vez na história republicana brasileira, adotou-se o caráter nacional dos partidos como condição obrigatória para o registro de qualquer agremiação. A medida rompeu com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional que, durante anos, beneficiou as oligarquias estaduais.

Ainda sobre aos partidos políticos é necessário analisar as composições sociais que eles representam. Existe uma ponderação que eleva a representação de certas categorias socioprofissionais em função da imagem que o partido passa de si mesmo, de dados culturais e de interesses sociais. Não obstante, é notório que os partidos também são interclassistas em sua composição e, mesmo que uma categoria seja representada majoritariamente entre o eleitorado, ainda é essencial, para um partido que almeja o poder, conciliar interesses diversos, ou seja, de outras composições sociais (BERSTEIN, 2003, p. 76-77).

Já o estudo das eleições é pouco explorado pelos historiadores e deve ser considerado, por si só, como um objeto de observação, assim como outros fatos sociais.

Nas palavras de René Rémond (2003, p. 443), a campanha eleitoral, por exemplo, é parte integrante de uma eleição. Nela ocorre a manifestação das preocupações dos eleitores, assim como é o espaço de apresentação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos. Além disso, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre cálculos políticos e os movimentos de opinião. Ela modifica diariamente as intenções e talvez a relação de forças.

Segundo Rémond (2003, p. 443): “[...] o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis”. Para José d’Assunção Barros (2004, p. 106-107), a pesquisa dentro da história política está permeada pelo enfoque no poder. As relações de poder são inerentes à política: o poder deve ser entendido como a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir nos acontecimentos e as decorrentes consequências.

No exercício do poder, os indivíduos empregam todos os recursos disponíveis e os meios que lhes possibilitem realizar as proposições. No que diz respeito aos estudos de história política, contribuíram significativamente intelectuais de fora do círculo de historiadores. Sociólogos, como, por exemplo, Pierre Bourdieu, realizaram diferentes formas de analisar o poder.

Para fins de compreensão da disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas, utilizaremos elementos do referencial teórico bourdieusiano: a teoria do campo político. Segundo Sonia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012, p. 64-69), a utilização do pensamento sociológico de Pierre Bourdieu¹² – o refinamento da análise referente às mediações entre sujeito e grupos sociais, as reflexões ligadas à dominação e sua reprodução, entre outras questões – contribuíram para a renovação da história política.

Entendemos que a perspectiva bourdieusiana do campo político – elaborada em um contexto liberal francês – torna-se apropriada para explicar as disputas nas instâncias formais de poder em contextos democráticos. Apesar das limitações inerentes à experiência democrática brasileira, o país no período entre 1945 a 1964 estava em processo de consolidação dos partidos políticos nacionais, aperfeiçoando os mecanismos eleitorais, e contava com significativa ampliação do corpo eleitoral.

¹² Sobre a influência da obra de Pierre Bourdieu no trabalho dos historiadores, ver: REVEL, Jacques. Uma história que não existe?. In: ENCREVÉ; LAGRAVE, 2005, p. 76-78; BURKE, 2008, 76-78.

Assim, concordamos com a advertência de Céli Pinto (1996, p. 226): compreendemos que a formalização encontrada na teoria desenvolvida por Bourdieu “[...] não é limite para ser aplicada em realidades como a brasileira, mas ao contrário, é um instrumento particularmente útil para decantar alguns fenômenos que se apresentam de forma bastante nebulosa”.

Nesse sentido, Luis Carlos dos Passos Martins (2017, p. 26) esclarece que:

[...] a noção de campo não pode ser considerada como “o” objeto de análise (equivoco da ontologia dos conceitos) e sim um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais [...]

Bernard Lahire (2017, p. 65) procura resumir as propriedades essenciais de um campo, ou seja, conceito central na sociologia bourdieusiana: 1) Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social global; 2) Cada campo possui regras do jogo e desafios específicos, irredutíveis às regras do jogo e aos desafios dos outros campos; 3) Um campo é um espaço estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se foram relacionadas às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes, encontra-se a oposição entre estratégias de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de forças existentes; 4) Esse espaço é um espaço de lutas, uma arena onde está em jogo uma concorrência entre os agentes que ocupam diversas posições; 5) O objetivo dessas lutas reside na apropriação do capital¹³ específico do campo e/ou a redefinição desse capital; 6) Esse capital é desigualmente distribuído no seio do campo. Logo, existem, nele, dominantes e dominados; 7) Em luta uns contra outros, todos os agentes de um campo têm, contudo, interesse em que o campo exista; 8) A cada campo corresponde um *habitus*¹⁴ (sistema de disposições

¹³ Para Frédéric Lebaron (2017, p. 101-103): “Conceito tomado de empréstimo à economia, o ‘capital’ é radicalmente repensado por Bourdieu, desde o início dos anos 1960 [...] Um ‘capital’ é um ‘recurso’, segundo o modelo do ‘patrimônio’, isto é, um estoque de elementos (ou ‘componentes’) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma ‘comunidade’, um país, etc. Um capital é também uma forma de ‘segurança’, especialmente do ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos ilimitado [...]”.

¹⁴ A gênese das estruturas mentais no âmbito dos indivíduos biológicos. Processo pelo qual os indivíduos interiorizam as estruturas do mundo social, transformando-as em esquemas de classificação que orientam seus comportamentos, suas condutas, suas escolhas e seus gostos. Ver, BOURDIEU; CHARTIER, 2012, p. 57-68. Para Loïc Wacquant (2017, p. 213-214), “*Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 por Pierre Bourdieu [...] o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de

incorporadas) próprio do campo. Somente os que tiverem incorporado o *habitus* próprio do campo estão em condições de disputar o jogo e de acreditar na importância dele; 9) Todo campo possui uma autonomia relativa: as lutas que se desenrolam em seu interior têm uma lógica própria, mesmo que o resultado das lutas externas ao campo pese fortemente no desfecho das relações de forças internas.

De acordo com Pierre Bourdieu (1998, p. 164),

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher [...]

O campo político é um espaço produtor de bens simbólicos, o qual se encontra envolvido na luta política pela definição legítima do mundo social: a construção social da realidade. A participação de uma determinada população na política depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso aos que os diferentes grupos têm a esses instrumentos. O campo político exerce uma censura ao limitar o universo do discurso político, pois quanto menores as possibilidades de acesso a tais instrumentos – materiais e culturais, principalmente o tempo livre e o capital cultural – maior será a concentração do capital político nas mãos de um grupo restrito, isto é, aparecendo como um monopólio de profissionais (BOURDIEU, 1998, p. 165).

Segundo Pinto (1996, p. 225), na teoria bourdieusiana, o capital político é simbólico, uma vez que a luta política é a luta simbólica, porque seu principal objetivo é converter, é o fazer crer que sua proposta é a melhor para todos, ou seja, transformar os interesses de grupos em interesses gerais.

Para Bourdieu (1998, p. 166-173), o jogo político tem suas próprias regras, bem como pressupõe um “conluio originário” entre aqueles que participam: uma solidariedade que fica implícita e estabelece a adesão e o respeito ao próprio jogo. O jogo político é monopólio dos profissionais, pois dispõem de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos. Os políticos adquirem o *corpus* de saberes específicos produzidos e acumulados pelo trabalho político dos “profissionais”, tais como o domínio de certa linguagem e de uma retórica política – a do “tribuno” –

disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente [...]”.

elementar nas relações com os “profanos” – meros “consumidores” do mercado político – ou a do “*debater*”, necessária nas relações entre “profissionais”. Portanto, o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem .

Conforme Bourdieu (1998, p. 173-175),

A luta que opõe os profissionais é, sem dúvida, a forma por excelência da luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a [...] Ela assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer a de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado). Nas democracias [...] a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto) [...] é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos [...] Os agentes por excelência dessa luta são os partidos [...] os partidos devem, por um lado, obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários. Assim, a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número [...]

Nos termos de Bourdieu (1998, p. 185), o campo político é o lugar de uma disputa pelo poder por intermédio de uma concorrência pelos profanos: pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. Ainda conforme Bourdieu (2011), o desapossamento dos “profanos” tende a se aprofundar à medida que o campo ganha mais autonomia, torna-se mais profissionalizado. Esse processo de autonomização do campo resulta no crescimento da separação entre “profissionais” e “profanos”.

Após a exposição dos elementos básicos da teoria bourdieusiana do campo político, pode-se indagar: A política pertence somente aos políticos? Segundo o próprio Bourdieu (2001), suas análises não objetivam o descrédito sobre a atividade política, mas “demonstrar o que ocorre nas relações entre os eleitos e os eleitores”. Também, possibilitam uma espécie de “tomada de consciência dessa ruptura” e de “sua ilegitimidade”, de “seu caráter arbitrário”, e com isso “provocar algum tipo de mobilização para demolir essa fronteira”.

Quanto à estrutura e ao ordenamento do trabalho, registra-se, de antemão, que as citações retiradas das fontes primárias e bibliográficas serão mantidas na forma original.

Além disso, as figuras apresentadas no decorrer do trabalho terão funções exclusivamente ilustrativas. A tese está dividida em três capítulos, que se propõem a descrever e a analisar a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para governador do Rio Grande do Sul. Desse modo, o fio condutor da tese é a lógica relacional conflitiva, ou seja, o jogo das oposições e distinções entre os partidos e candidatos.

O primeiro capítulo tem em vista, inicialmente, compreender o desenvolvimento do conceito de populismo na historiografia brasileira e demonstrar o período entre 1945 e 1964 como um processo de construção de uma experiência democrática brasileira por meio da estruturação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político. Também, é apresentado um panorama histórico da incipiente reorganização político-partidária com o advento da democratização – situando o PSD e o PTB – no Brasil e no Rio Grande do Sul. Para tanto, será realizada uma pesquisa bibliográfica no âmbito da história, da sociologia, assim como da ciência política. Mas, o objetivo central do capítulo é compreender a disputa eleitoral entre o PSD e o PTB para governador do Rio Grande do Sul. É destacada a campanha eleitoral de 1946/1947: as clivagens eleitorais, o papel desempenhado por Getúlio Vargas, a imagem pública e o capital político dos candidatos Walter Jobim (PSD) e Alberto Pasqualini (PTB), as dimensões cristã e democrática de partidos e candidatos, a atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC), o anticomunismo, a mobilização eleitoral e a disputa pelo voto na zona colonial. Por fim, são tecidas considerações sobre os resultados das eleições de 1947.

No segundo capítulo, são analisados os conflitos entre o PSD e o PTB nas eleições de 1950 para o governo sul-rio-grandense. De modo geral, o capítulo visa, por um lado, a apresentar as campanhas eleitorais dos candidatos Cylon Rosa (PSD) e Ernesto Dornelles (PTB) – na lógica do jogo das oposições e distinções –, a mobilização eleitoral, o processo de construção de suas imagens públicas, bem como o capital político dos respectivos candidatos e, de outro, compreender as disputas internas, as alianças políticas, o papel desempenhado por Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Plínio Salgado na eleição majoritária estadual. Ademais, são destacadas as semelhanças e diferenças na propaganda eleitoral publicada pelos partidos na imprensa escrita e naquilo que ocorria no embate parlamentar. Pretende-se demonstrar um processo eleitoral complexo e permeado pelas singularidades das clivagens político-partidárias,

principalmente pela concomitante disputa à Presidência da República e ao Governo do Estado. Para finalizar, no capítulo apresentam-se os resultados eleitorais.

Por fim, o terceiro capítulo analisa a disputa eleitoral entre pessedistas e trabalhistas para o governo estadual sul-rio-grandense em 1954, ou seja, as narrativas – ideias-força – produzidas pelos partidos e divulgadas pelos jornais. A crise político-econômica nacional e suas implicações no processo eleitoral no Estado são abordadas. Destarte, será aprofundado o estudo das campanhas eleitorais, a imagem pública e o capital político dos candidatos Ildo Meneghetti (PSD) e Alberto Pasqualini (PTB), a mobilização eleitoral, o jogo das oposições e distinções, a influência externa – sobretudo, da atuação da LEC – no jogo político dos partidos e os conflitos político-eleitorais na Assembleia Legislativa naquele contexto. Além disso, serão analisados os resultados e significados das eleições de 1954.

1. A CAMPANHA ELEITORAL DE 1946/1947 PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: WALTER JOBIM (PSD/PRP/PCB) X ALBERTO PASQUALINI (PTB)

Neste capítulo, pretende-se, inicialmente, abordar o conceito de populismo na historiografia brasileira e demonstrar o período entre 1945 e 1964 como um processo de construção de uma experiência democrática brasileira por meio da estruturação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político. Também, é apresentado um panorama histórico da incipiente reorganização político-partidária com o advento da democratização – situando o PSD e o PTB – no Brasil e no Rio Grande do Sul, com base na bibliografia no âmbito da história, da sociologia, assim como da ciência política. Mas, o objetivo central do capítulo é compreender a disputa eleitoral entre o PSD e o PTB para governador do Rio Grande do Sul. É destacada a campanha eleitoral de 1946/1947: as clivagens eleitorais, o papel desempenhado por Getúlio Vargas, a imagem pública e o capital político dos candidatos Walter Jobim (PSD) e Alberto Pasqualini (PTB), as dimensões cristã e democrática de partidos e candidatos, a atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC), o anticomunismo, a mobilização eleitoral e a disputa pelo voto na zona colonial. Por fim, são tecidas considerações sobre os resultados das eleições de 1947.

1.1 O Populismo na historiografia brasileira

A pesquisa está inserida no período da história política republicana – desde a queda do Estado Novo (1945) até o golpe civil-militar (1964) – frequentemente denominado de República Populista. Na introdução do presente trabalho, já foi referenciado que utilizaremos o conceito de “República Democrática”. Todavia, torna-se importante fazer uma análise pormenorizada do populismo na historiografia brasileira.

O populismo tem um papel central na política brasileira no século XX. A diversidade de sentidos atribuídos ao respectivo conceito – em variados contextos históricos – enfatizou uma aceção negativa. Assim, Jorge Ferreira (2001, p. 124) indaga e, ao mesmo tempo, responde: “Mas, afinal, quem são os populistas? [...] Populista é sempre o Outro [...]”. O populismo é um estigma na cultura política

brasileira. Imagens, ideias e símbolos, em geral depreciativos, projetam-se persuasivamente nos campos acadêmico, educacional, político, jornalístico, assim como no senso comum.

O populismo foi utilizado, durante muitos anos, como chave explicativa do período de 1930 a 1964. Atualmente observam-se duas questões elementares para a compreensão desse debate: alguns pesquisadores contestam sua aplicabilidade em virtude das limitações do conceito e da complexidade do período estudado; outros não aceitam interpretar aquele período como populista, inclusive defendendo uma suposta substituição por trabalhismo.

A partir de 1945 até 1964, a palavra populismo surgiu lentamente no vocabulário político brasileiro, mas raramente era utilizada. Segundo Ferreira (2001, p. 116), a origem da categoria populismo está no campo político, ou seja, as elites liberais que perderam o poder em 1930 passaram a explicar o apoio das camadas populares a Getúlio Vargas pelo viés da demagogia e manipulação. Além disso, ressaltaram a propaganda política e a repressão estatal, sugerindo uma relação desprovida de reciprocidade. Destarte, a imagem da política brasileira desse período foi formulada pelas oposições liberais, sendo posteriormente teorizada.

Inicialmente, o seu significado era diferente: quando apareceu nas páginas dos jornais, era utilizada como sinônimo de popular, pois tinha uma conotação positiva¹. Para Ferreira (2001, p. 116), “[...] naquela época, ser um líder populista, tanto para os trabalhistas quanto para seus adversários, não descrevia um político que utilizava como recursos a manipulação, a demagogia e a mentira”.

A partir das décadas de 1950 e 1960, o populismo passaria a ter uma conotação pejorativa. Os escritos dos sociólogos argentinos Gino Germani e Torcuato di Tella – influenciados pela teoria da modernização – tiveram notável repercussão na academia brasileira, sobretudo concernente à elaboração da noção de populismo. Para Gino Germani, o populismo era um fenômeno característico da transição de uma “sociedade tradicional” para uma “moderna” nos “países subdesenvolvidos”. Logo, ocorreu um rápido processo de urbanização e industrialização, mobilizando, dessa forma, as “massas populares” que exigiam maior participação política e social, isto é, diferente do

¹ Reinhart Koselleck (1923-2006) – um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra – é figura exponencial da história dos conceitos. De acordo com Koselleck (2006): a) Deve-se pensar o nosso lugar no tempo; b) A semântica de um vocábulo diferencia-se de acordo com o ambiente histórico, isto é, a construção semântica dos conceitos; c) É necessário evitar anacronismos e compreender o significado dos vocábulos históricos.

padrão de gradativa consolidação de uma democracia representativa, detentora de canais institucionais clássicos.

Dentro do mesmo marco teórico, se encontra a definição formulada por Torcuato di Tella: no contexto de tensão das “massas” ocorreu uma aliança com às “camadas médias” em virtude da inoperância das “classes dominantes”, bem como da inexpressividade operária. Portanto, surgiram líderes das “classes médias” para manipularem as “massas”.

Conforme Ferreira (2001, p. 65),

[...] a teoria da modernização elegeu um ator coletivo central para o surgimento do populismo na América Latina: os camponeses [...] o eixo fundamental dos argumentos de Germani e di Tella gira em torno da questão do mundo rural, definido como tradicional. O populismo surgiu em um momento de transição dessa sociedade para a moderna, implicando o deslocamento de populações do campo para a cidade – o mundo agrário invadindo o urbano-industrial. Como a mescla de valores tradicionais e modernos, líderes populistas se projetaram em sociedades que não consolidaram instituições e ideologias autônomas, mas necessariamente seriam substituídos por outras lideranças portadoras de idéias classistas quando o capitalismo alcançasse maturidade na região.

Apesar de significativas críticas, mesmo anos depois, as ideias de Germani e di Tella perdurariam influentes. A teoria da modernização foi crucial para as primeiras formulações acerca da construção do conceito de populismo no país. A vanguarda é atribuída aos sociólogos do Grupo de Itatiaia², principalmente Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, foram eles que formularam as primeiras reflexões sobre o populismo na política brasileira. Em suma, de acordo com Angela de Castro Gomes (2001, p. 25-26), as três variáveis formuladas pelo Grupo de Itatiaia sobre o conceito de populismo são: um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático.

Na década de 1960, no âmbito acadêmico, os dois principais teóricos do populismo no Brasil serão Octávio Ianni e Francisco Weffort. O primeiro, analisando os motivos do golpe civil-militar de 1964, publicou, em 1968, “O colapso do populismo no Brasil”. Ianni interpreta o golpe de 1964 como sendo resultado do esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período em transição – de

² Conforme Gomes (2001, p. 22-23): “[...] o Grupo de Itatiaia era formado por intelectuais que, a partir de 1952, patrocinados pelo Ministério da Agricultura, realizavam reuniões periódicas em Itatiaia (a meio caminho do Rio de Janeiro e São Paulo) visando debater questões políticas, econômicas e sociais relacionadas ao desenvolvimento do país. Em 1953, criam o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e, no mesmo ano, começam a publicar os “Cadernos do nosso tempo” (publicação que seria a gênese do nacional-desenvolvimentismo que cresceria no decorrer da década)”.

uma sociedade agrária para uma urbana e industrial – conduzido por um Estado intervencionista e por lideranças carismáticas: o “colapso do populismo”.

Conforme Octávio Ianni (1994, p. 176-177),

O populismo brasileiro surge sob o comando de Vargas e os políticos a ele associados [...] As massas passam a desempenhar papéis políticos reais, ainda que secundários. Assim, pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Borghismo, queremismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro. No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais no Brasil [...] Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país.

Ainda, segundo Ianni, a política de massas seria uma maneira de organizar, controlar, bem como utilizar a força política da “classe trabalhadora” que, em razão da sua gênese rural, seu atraso cultural e sua inexperiência política, estava desprovida de uma “consciência de classe”. Dessa forma, conforme essa interpretação, os trabalhadores eram facilmente galvanizados e instrumentalizados pelas lideranças carismáticas.

A obra “O populismo na política brasileira”, publicada em 1978, resgatou um conjunto de artigos, que desde a década anterior, vinha afirmando a noção de populismo. Conforme Francisco Weffort (1978, p. 70), o populismo é a expressão da emergência das classes populares no cenário político. Destarte, Weffort recupera a tese que o êxodo rural desencadeou a formação de uma mão de obra nas cidades com tradições patrimonialistas, individualistas e sem experiências de lutas sindicais.

De acordo com Ferreira (2001, p. 76-78), a obra “O populismo na política brasileira” é a expressão de um autor afinado com o contexto intelectual de sua época, porém igualmente limitado por ela. O texto de Weffort dilui e, conseqüentemente, perde a especificidade dos projetos políticos do período denominado populista. Além disso, apresenta uma perspectiva ambígua, pois de um lado, critica a versão da manipulação e a demagogia dos líderes conjugadas à ignorância e ao atraso das massas, de outro, defende que as massas populares não passam de massa de manobra dos líderes populistas.

Segundo Roberto Bitencourt da Silva (2013, p. 23),

No campo acadêmico brasileiro, notadamente em virtude da projeção alcançada pelo paradigma interpretativo de Francisco Weffort e de Octavio Ianni, o conceito de populismo se constituiu em uma poderosa chave explicativa do processo histórico de 1945 a 1964 na sociedade

brasileira. Chave poderosa, mas, como qualquer produção teórica historicamente construída, detentora de limites e lacunas. Sem receio de incorrer em erro, o seu principal problema foi a diluição das especificidades dos atores políticos – individuais e coletivos – que atuaram no referido período. Uma anulação das diferenças entre os projetos políticos então em disputa pelo poder. Nesta versão do passado republicana, todos convergiram para as mesmas práticas nocivas ao interesse público, em particular aos anseios das classes trabalhadoras. Ideias e aspirações de ordenamento da vida política, social e econômica do país, diferentes e antagônicos, tenderam a ser postos de lado na memória que se foi consolidando acerca do recente passado político brasileiro, sob o signo do “populismo”. A generalização e a homogeneidade absorveram as singularidades, contribuindo para a gestão de incompreensões sociais e de organismos coletivos, dedicados ao encaminhamento de reformas democráticas em um tecido social caracterizado por um conservantismo secular.

Para Alessandro Batistella (2014, p. 67), os estudos de Octavio Ianni, Francisco Weffort e os trabalhos sobre o movimento operário e sindical no Brasil foram produzidos – no contexto da instauração do regime militar – com o intuito de compreender as razões do golpe civil-militar de 1964. Nesse processo, surgiu a “teoria do desvio”, isto é, uma interpretação teleológica do marxismo³, de que a “classe operária”, ao tomar “consciência de classe”, teria um caminho natural a seguir: a revolução socialista. Não obstante, a política populista cooptou, manipulou, iludiu e amedrontou os trabalhadores incapacitando-os a qualquer iniciativa independente ou, até mesmo, a criarem uma “consciência de classe”.

De acordo com Ferreira (1997, p. 14),

[...] a história da classe trabalhadora a partir de 1930 reduz-se a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios, para manipular e desvirtuar os trabalhadores de seus “reais e verdadeiros” interesses.

Portanto, as interpretações produzidas – nas décadas de 1960 e 1970 – na academia brasileira, revelam uma perspectiva passiva concernente aos trabalhadores, pois são apresentados como vulneráveis as manipulações e cooptações por líderes

³ “[...] poderosa tradição que influenciou, direta ou indiretamente, toda uma geração de intelectuais: o marxismo [...] No campo do marxismo, um dos clássicos que marcaram uma geração foi Antonio Gramsci. Como um dos mais refinados pensadores marxistas, em fins dos anos 70 suas idéias entraram nas universidades brasileiras [...] Foi a proposta teórica da hegemonia em Gramsci que mais fascinou os estudiosos da época [...] a sugestão de que a dominação de uma classe social sobre outra não se impõe somente pela força, pelo poder repressivo de Estado, como era comum pensar, mas que sua eficácia ocorre ao se conjugar com as instâncias “persuasivas” da sociedade. Com o pensador italiano, não foi difícil para muitos historiadores reavaliarem a teoria do primeiro populismo. Assim, entre a tríade repressão, manipulação e satisfação em Weffort e a dicotomia repressão e persuasão em Gramsci, a última tornou-se mais atraente [...]” (FERREIRA, 2001, p. 84-85).

carismáticos e demagogos no âmbito de uma sociabilidade atrelada ao Estado paternalista.

A partir dos anos 1980, várias pesquisas⁴ começaram a rever o conceito de populismo, inclusive algumas no sentido de abandoná-lo. Na historiografia brasileira, destacaram-se – nesse contexto – as pesquisas de Angela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira. Cabe destacar que, um dos primeiros trabalhos, nesse sentido, foi à obra “A invenção do trabalhismo”, publicado em 1988, de autoria de Angela de Castro Gomes. A referida historiadora justificou a não utilização do conceito populismo buscando produzir uma interpretação alternativa, na qual os trabalhadores não fossem politicamente passivos.

Segundo Gomes (2005, p. 301),

[...] A adesão dos trabalhadores, e não meramente sua submissão ou manipulação, sancionou um pacto pelo qual Estado e classe trabalhadora se reconheciam como termos interessados na consecução de um novo sistema ordem não mais autoritário. Este pacto foi tanto uma ação instrumental destinada a obter certos resultados substantivos, quanto uma ação expressiva pela qual ocorreu o reconhecimento dos atores nele envolvidos.

Na explicação de Alexandre Fortes (2007, p. 61-86), evidencia-se que o conceito de “pacto trabalhista” – proposto por Angela de Castro Gomes – difere-se do pacto “populista”. O primeiro constituía uma relação de reciprocidade, de reconhecimentos de “valores”, de “gratidão” e “retribuição”. O segundo é simplesmente baseado em trocas utilitárias, isto é, os ganhos materiais eram trocados por uma espécie de obediência política. Dessa forma, irá propor substituir o conceito de populismo pelo de trabalhismo.

De acordo com Gomes (2002, p. 67-68),

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto político, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significações e mobilização [...] veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930 [...] pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945,

⁴ Lucília de Almeida Neves (1989) e Maria Celina D’Araújo (1996), cada qual à sua maneira, rejeitaram a ideia de manipulação política. Já Maria Helena Capelato (2003) aborda as limitações do conceito de populismo e as novas interpretações concernentes ao Estado Novo na historiografia brasileira.

tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente os partidos trabalhistas [...]

Segundo Fortes (2007, p. 61-86), outro destacado adepto do abandono do conceito de populismo é o historiador Daniel Aarão Reis Filho. Na sua interpretação, o populismo seria um expediente político, bem como intelectual, unindo a “direita” vitoriosa e a “esquerda” frustrada após o golpe de 1964. Logo, havia um objetivo comum: apagar a memória da “tradição trabalhista”. Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho (2001, p. 347): “[...] Foi assim que do trabalhismo se fez o populismo”.

Sobre a “tradição trabalhista”, escreve Aarão Reis Filho (2001, p. 345),

[...] Constituiu-se no quadro do processo de urbanização e de industrialização, e se caracterizava por um programa nacionalista, estatista e popular. Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho [...] Identificados com esta tradição, conformaram-se, além de vasta rede de sindicatos oficiais e organizações sindicais paralelas, alguns partidos, entre os quais destacara-se o Partido Trabalhista Brasileiro [...]

O historiador Jorge Ferreira⁵, sobre o “projeto trabalhista”, defende uma relação em que o Estado e os trabalhadores identificaram interesses comuns. O trabalhismo expressou uma “consciência de classe” legítima, ou seja, histórica. Dessa forma, não foi casual que o PTB – institucionalização do respectivo projeto – tenha sido a organização com maior popularidade durante o período entre 1945 e 1964 (FERREIRA, 2001).

Tanto Angela de Castro Gomes quanto Jorge Ferreira não negam a existência de dominação nessa relação Estado/sociedade. Esses elementos são mais sutis, porque nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, mesmo que ocorra significativo desequilíbrio entre os dois lados.

Conforme Cruz (2010, p. 22):

A própria ideia de um pacto político, que pressupõe negociação, confirma essas marcas de sutileza. Outra questão importante é a valorização da questão simbólica que envolve a relação, e não apenas uma determinação mecânica do político e do social pelo econômico. Nesse sentido, a definição posterior de um conceito de cultura política permitiu aos historiadores o estudo não só das esferas formais do poder,

⁵ Outra obra que apresenta uma alternativa ao modelo populista é “O Imaginário Trabalhista”, publicada em 2005, de autoria de Jorge Ferreira. Nela, o historiador, utilizando-se do conceito de cultura, analisou a relação entre o PTB e seus militantes e simpatizantes, objetivando reconstituir o aparato simbólico que teve existência real para os trabalhadores no período de 1945 a 1964. O autor investigou episódios marcantes do respectivo contexto político: movimento queremista e a Campanha da Legalidade, ressaltando a grande mobilização dos trabalhadores em tais momentos. Ver: (FERREIRA, 2005).

mas também das esferas não formais, ou seja, aquelas situadas fora do plano político-institucional. Não se trata mais de pensar o poder, inclusive do Estado, apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação [...] (CRUZ, 2010, p. 22).

Dessa forma, historiadores como Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, fundamentados pelo conceito de cultura política⁶, criticam a utilização da categoria populismo, por autores como Octávio Ianni e Francisco Weffort, para a análise do período entre 1930 a 1964, principalmente em função do estigma semântico profundamente pejorativo que ele obteve ao longo do tempo.

Batistella (2014, p. 72-77) destaca, atualmente, a existência nos círculos acadêmicos de duas correntes divergentes acerca do conceito de populismo no Brasil. Um grupo que defende o abandono do conceito de populismo – capitaneado, sobretudo, por historiadores como Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho – e outro, que não descarta a utilização do conceito de populismo – se destacam Paulo Fontes, Hélio da Costa, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes e o brasileiro John French – embora tenham uma visão crítica sobre algumas premissas da sua teoria “clássica”, tais como: falta de consciência de classe, passividade dos trabalhadores, manipulação, entre outras.⁷

⁶ “[...] no campo da História desde meados dos anos 1980, em especial por trabalhos que incorporaram o enfoque cultural nas suas análises sobre a política brasileira. Influenciadas pela corrente historiográfica da chamada história cultural – através dos trabalhos de Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Robert Darnton, Peter Burke, entre outros –, e pelo historiador inglês Edward Thompson, tais críticas trouxeram o debate sobre a produção de ideias e os lugares onde ela ocorre. Mais especificamente, argumentam que os subalternos não são meros receptores das ideias produzidas entre as classes dominantes; ao contrário, também são produtores de códigos comportamentais, crenças e valores que, combinados, formam a cultura popular. Novos conceitos, como circularidade cultural, apropriação e resistência cultural passam a fazer parte dos estudos políticos no Brasil. Assim, não apenas as interpretações a respeito do conceito de populismo passaram a ser questionadas, quer dizer, a “coisa”, o fenômeno histórico, mas também o “nome”, o próprio conceito em si” (CRUZ, 2010, p. 19).

⁷ Em suma, destaca-se no pensamento teórico produzido por esse grupo o risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos o populismo por trabalhismo, assim como a insuficiência do trabalhismo como chave explicativa do conjunto de mudanças na perspectiva relacional entre sociedade e política que ocorriam naquele contexto da história brasileira. Para Fortes (2007, p. 79-80): “[...] Além do risco de substituir o estigma pela apologia, ao trocarmos “populismo” por “trabalhismo” podemos estar mantendo, ou até mesmo aprofundando o equívoco de tentar explicar elementos diferentes de um mesmo momento histórico por um único termo [...] Ou seja, por mais que a crítica à gênese elitista, à carga de preconceito e às limitações do conceito de populismo sejam pertinentes, trabalhismo não nos oferece uma alternativa para analisar sequer o conjunto das mudanças na relação entre sociedade e política que ocorriam no período no país, quanto mais para integrá-las num quadro latino-americano onde, indubitavelmente, elas se situam em meio a um conjunto de experiências similares, cuja análise comparativa é fundamental. Tanto é que, até hoje, qualquer tentativa de reunir um conjunto de trabalhos sobre essa temática acaba recorrendo ao uso do conceito, mesmo que boa parte dos autores incluídos nestes trabalhos decreta a necessidade de nos livrarmos”.

Não obstante, o historiador Jorge Ferreira não pretende substituir o conceito de populismo pelo conceito de trabalhismo. O objetivo é compreender o período da experiência democrática considerando a especificidade, assim como a historicidade dos projetos e dos atores políticos daquele período. A proposta é denominar os protagonistas do passado pelos termos que eram utilizados para referenciá-los na época: udenistas, trabalhistas, comunistas, entre outros.

Nas palavras do próprio historiador Jorge Ferreira (2012, p. 319-320),

[...] Alguns tomam as reflexões de Angela e as minhas sobre populismo e trabalhismo de maneira equivocada [...] dizer que defendemos a substituição do conceito de populismo pelo de trabalhismo. Em nenhum de nossos textos existe a proposta de substituir um termo pelo outro. Até porque trata-se de um erro [...] É possível se assim o historiador quisesse, chamar todos de “populistas”, embora, com tal operação, se perca a especificidade e a historicidade dos projetos políticos [...] pode-se chamar os políticos, os partidos e a própria República de “populista”, se assim o historiador achar melhor. O que não pode, porque errado, é chamar de “trabalhistas”.

A noção de populismo obteve êxito, por um período significativo, na explicação da política brasileira de 1930 a 1964. Entretanto, nos últimos anos, sua operosidade foi questionada. Após percorrer o itinerário historiográfico do conceito de populismo, ratificamos a opção teórica pela utilização do conceito de “República Democrática”.

1.2 A República Democrática e a consolidação do sistema eleitoral e partidário brasileiro

O Estado Novo (1937-1945),⁸ desde o ingresso do país na II Guerra Mundial ao lado dos Aliados, passou a viver uma situação contraditória. De um lado, a guerra representava um significativo argumento para o governo adiar de forma indeterminada a transição para um regime mais aberto, de outro, as Forças Armadas brasileiras combatiam o nazi-fascismo na Europa e, no plano nacional, havia um Estado ditatorial. As oposições procuraram aproveitar o desgaste do governo Vargas, decorrente dessa contradição, para acelerar a abertura política. Enquanto isso, o governo estadonovista procurava uma estratégia para criar mecanismos de transição segura.

⁸ Referente ao primeiro governo Vargas, ver: D’Araújo (1998) e Edgar Carone (1973, 1977). Além disso, sobre a gênese do trabalhismo: autoritarismo e corporativismo sindical, cidadania e direitos sociais, a incorporação da classe trabalhadora enquanto ator relevante no cenário político nacional, etc. Ver: (GOMES, 2005).

Nos primeiros meses de 1945, as articulações das oposições antigetulistas evidenciavam o enfraquecimento do regime vigente. Além das manifestações antifascistas, também se realizaram congressos organizados por categorias profissionais que debatiam, sobretudo, temas políticos. O mais relevante, o I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado no mês de janeiro daquele ano, reuniu nomes expressivos da intelectualidade do país que defendiam a legalidade democrática e a instalação de um governo eleito pelo povo por meio do voto universal direto e secreto.

Fatores internos e externos fizeram com que fosse publicada, em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9 (ou Ato Adicional), emendando a Constituição de 1937, a qual estabeleceu que dentro de noventa dias fossem marcadas eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Dentro desse prazo, o governo deveria criar a legislação eleitoral. Assim, elaborou-se o Decreto Lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945, sendo que sua elaboração esteve a cargo do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, razão pela qual ficou conhecida como Lei Agamenon.

De acordo com Maria do Carmo Campello de Souza (1983, p. 111-124), a Lei Agamenon definiu o voto secreto e obrigatório, bem como o sufrágio universal. Também se exigia que os partidos apresentassem, para obtenção do registro, a adesão de dez mil eleitores distribuídos em, pelo menos, cinco estados: cada um com, no mínimo, quinhentos adeptos, bem como personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. A obrigatoriedade – criticada pela oposição – favorecia o partido do governo, o qual, por meio das interventorias, detinha articulações nacionais, em detrimento das demais siglas.

Conforme a respectiva autora (1983, p. 111-124), pelo novo Código: a) o Tribunal Superior Eleitoral detinha prerrogativas para negar o registro de partidos que fossem contrários aos princípios democráticos⁹; b) os candidatos só poderiam concorrer se registrados por partidos ou alianças de partidos; c) sobre a representação proporcional, o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos, bem como dos votos em branco, dividido pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada pela divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia por meio do mecanismo de sobras, ou seja, as vagas ficariam com o partido de maior

⁹ Dispositivo acionado – posteriormente – no processo de cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1947.

número no respectivo pleito; d) foi permitido o alistamento *ex-officio*¹⁰ – que vigorou até 1950 – permitindo o registro de bloco de eleitores feito com base em listas preparadas por organizações às quais essas pessoas pertencessem, como agências governamentais ou empregadores.

Segundo o brasilianista John French (1998, p. 60-61), a Lei Agamenon reconhecia o voto dos operários de maneira efetiva e favorecia a participação eleitoral, tal como cadastramento dos eleitores urbanos em detrimento dos rurais. Getúlio Vargas buscava impedir sistematicamente o retorno dos segmentos conservadores/rurais ao poder político, favorecendo o espaço urbano industrial. Destarte, excluir os analfabetos do direito de votar reforçaria os partidos de centro-esquerda nas zonas urbanas onde as taxas de alfabetização eram mais altas.

A Constituição Federal de 1946 ratificou o impedimento do analfabeto ao voto. Um aspecto realmente restritivo ao exercício da cidadania, considerando que o contingente populacional de analfabetos no país era de 48% em 1950 (CÂNEDO, 2012, p. 539). Todavia, conforme Limongi (2015, p. 383-384), o Código Eleitoral de 1950 preservou a indefinição referente à cidadania política: o novo marco legal não estipulou quais deveriam ser as provas apresentadas para fins de comprovação que o alistando sabia ler e escrever. Ademais, a possibilidade legal do alistamento feito por terceiros e de forma coletiva foi preservada. Em suma, as indefinições e ambiguidades da legislação tornavam-se “letra morta” à restrição do voto aos analfabetos.

De acordo com Joaquim Felizardo (1982, p. 6), a carta magna previa que o alistamento e o voto – direto e secreto¹¹ – eram obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos. Todavia, não eram alistáveis/elegíveis – além dos analfabetos – os que não soubessem exprimir a língua nacional, os que estivessem privados, temporária ou

¹⁰ Para Leticia Bicalho Canêdo (2012, p. 539): “[...] Um novo código foi promulgado em 1950, e é o que continuou em vigor até 1964. Por ele, o alistamento deixou de ser *ex-officio*: todo cidadão alfabetizado e maior de 18 anos era obrigado a ir até o cartório eleitoral para tirar o título de eleitor. Na prática, significou um trabalho de recrutamento feito pelos partidos [...]”

¹¹ “Do ponto de vista das práticas eleitorais, pouco mudou entre a Primeira e a Terceira Repúblicas. O voto secreto forçou adaptações, mas não alterou o essencial: o controle sobre o comportamento dos eleitores. Transportar eleitores implicava mais do que simplesmente providenciar o deslocamento às seções eleitorais. Eleitores eram “aquartelados” nas sedes dos municípios em que votavam. Era preciso ter garantias que compareceriam e, sobretudo, que teriam em mãos as cédulas corretas. Aquartelar, portanto, significava isolar o eleitor, impedir que este entrasse em contato com os cabos eleitorais dos demais candidatos. O voto secreto não impede que políticos controlem o voto dos eleitores que alistam e levam a votar. Ainda assim, a despeito desta continuidade, há uma diferença significativa em relação à Primeira República. Eleições passam a ser competitivas. Para ser eleito, políticos têm que fazer um grande número de eleitores. O crescimento do eleitorado é a evidência indireta da incerteza quanto aos resultados das eleições” (LIMONGI, p. 391-392).

definitivamente, dos direitos políticos, as *praças de pré* – salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Para o historiador José Murilo de Carvalho (2012, p. 145),

A Constituição confirmou também a justiça eleitoral, constituída de um Tribunal Superior Eleitoral na capital federal, e tribunais regionais nas capitais dos estados. Cabia à justiça eleitoral decidir sobre todos os assuntos pertinentes à organização de partidos políticos, alistamento, votação e reconhecimento dos eleitos. Todo o processo ficava, assim, nas mãos de juizes profissionais, reduzindo, embora não eliminando, as possibilidades de fraude. Essa legislação não sofreu modificações até 1964 [...]

Apesar das limitações, a partir de 1945, a participação do povo na política aumentou significativamente, tanto pelo aspecto eleitoral quanto pela ação política organizada em partidos, ligas camponesas e outras associações. O aumento da participação nas eleições pode ser observado pelos números. Em 1930, os eleitores não passavam de 5,6% da população. Na eleição presidencial de 1945, chegaram a 13,4%. Em 1950, já representavam 15,9%. Em números absolutos, os votantes saltaram de 1,8 milhão em 1930 para 12,5 milhões em 1960 (CARVALHO, 2012, p. 146).

As práticas eleitorais estavam longe da perfeição, pois a fraude era facilitada por não haver cédula oficial para votar. Segundo Canêdo (2012, p. 539): “[...] As cédulas eram distribuídas já impressas pelos partidos e candidatos, facilitando a coação dos eleitores pelos cabos eleitorais”. Portanto, os próprios candidatos distribuíam suas cédulas. Isso facilitava irregularidades, porque o eleitor podia ser ludibriado com a troca ou anulação de cédulas por cabos eleitorais. A partir de 1955, um dispositivo material foi incluído na legislação: a cédula oficial única. “[...] Coube à justiça eleitoral confeccioná-la e distribuí-la para ser preenchida, pelo eleitor, na cabine indevassável [...]” (CANÊDO, 2012, p. 539).

O fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas representaram um período de efervescência política no país: a democratização. Todavia, o processo de democratização não representou um corte abrupto na história política brasileira e as estruturas estadonovistas permaneceram no período democrático (1945-1964).

Segundo Edson Nunes (1997, p. 67-68), com a democratização de 1945, os arranjos corporativistas surgidos nos anos 1930 não foram desativados. Ao contrário, o respectivo processo esteve permeado pela “gramática personalista do clientelismo”. O novo regime surgiu das “entranhas” do Estado Novo: as elites que administraram a

transição eram compostas pelas mesmas pessoas que apoiaram o regime anterior ou que dele se beneficiaram.

Conforme Souza (1983, p. 105-106),

O advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado [...] foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória [...]

Não obstante, é possível reconhecer, no período entre 1945 e 1964, a construção de uma experiência democrática brasileira por meio da consolidação dos partidos políticos, do aperfeiçoamento dos mecanismos eleitorais e do povo como ator político. Por exemplo, o Partido Comunista, mesmo na ilegalidade, se fazia representar em diversas agremiações partidárias e tinha presença significativa nas atividades sindicais.

Jorge Ferreira desenvolveu vários estudos sobre a importância do período de 1945 a 1964 para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira. Esse historiador (2012, p. 318) denomina o respectivo período de *República Democrática*. “Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 09). Havia um processo de consolidação de projetos políticos na política brasileira: “Projetos existiam, e a população os reconhecia. Em um lado do espectro político, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN” (FERREIRA, 2012, p. 316).

As eleições, nas três esferas, tornaram-se sistemáticas e periódicas, contribuindo para consolidar “[...] um sistema partidário nacional que expressava as diferentes correntes de opinião do eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 09). Para Angela de Castro Gomes (2009, p. 36), a experiência liberal-democrática de 1945-1964 propiciou um “[...] aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”. Segundo a mesma autora (2009, p. 48), tal experiência caminhava bastante bem quando foi interrompida, em 1964, pois, do ponto de vista da prática da cidadania política, ela dirigia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam.

O sistema partidário-eleitoral estava se consolidando no Brasil entre 1945 e 1964. O cientista político Antônio Lavareda (1991, p. 170) defende que “[...] apesar das dificuldades, era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade”.

O cientista político Octaciano da Costa Nogueira Filho (2012, p. 51), assinalou as quatro condições necessárias e suficientes para a existência da democracia representativa: (1) eleições periódicas; (2) livres; (3) competitivas e (4) não manipuladas¹². Para o também cientista político Marcus Figueiredo (2008, p. 216): “[...] numa democracia eleitoral, o poder político baseia-se no voto, e o seu potencial é função da capacidade de aglutinar maior número de votos em torno de uma vontade política [...]”.

O período do pós-45 foi de rápidas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, sendo que as elites do país passaram a lidar com algo novo, ou seja, a necessidade de conquista de votos das camadas populares urbanas. Os partidos vão intensificar as relações entre o eleitor e o candidato, mas também a concorrência entre os próprios candidatos. “[...] Não resta dúvida de que o exercício dos direitos civis e políticos alcançaram novo patamar no período [...]” (CANÊDO, 2012, p. 483).

Os partidos, desde então, começam a desempenhar um papel fundamental para a mobilização eleitoral. Primeiro porque difundem um interesse específico pelas questões políticas. Para tal, reúnem o eleitorado em torno de plataformas, representadas por siglas e símbolos facilmente identificáveis, que indicam maneiras de agir e pensar. Votar passa a ser, cada vez mais, a capacidade de qualificar candidaturas politicamente construídas [...] No lugar das assembleias quase secretas dos homens bons, de poder social e político, isto é, dos notáveis, aparece a necessidade de se construir uma popularidade eleitoral [...] Com isso surge a indústria do panfleto, dos comícios, dos cartazes, das visitas nas feiras, das campanhas nos morros, ou seja, para conquistar o eleitor não basta mais ser apenas um respeitável representante da comunidade local. Em segundo lugar porque reforçam o trabalho de socialização cívica, Campanhas na imprensa, codificação jurídica e cruzadas morais se intensificam a partir de 1945, terminando por convencer o eleitor da importância do seu ato de votar, ou melhor, incutindo-lhe o desejo de expressar o seu julgamento diante das urnas. (CANÊDO, 2012, p. 538).

Para Carvalho (2012, p. 87-88), o período de 1945-1964 foi “[...] à primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda história do país. Pela primeira vez, o voto popular começou a ter peso importante por sua crescente extensão e pela [...] crescente lisura do processo eleitoral”.

[...] Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar das tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores,

¹² “[...] Com relação a esse último requisito, é preciso ter em conta, porém, que nas sociedades de massa, como a maioria das contemporâneas, sempre haverá um certo grau de manipulação tolerável, decorrente, por exemplo, da liberdade de informação, do uso da propaganda legítima [...] nos processos eleitorais [...]” (FILHO, 2012, p. 51-52).

deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. Uma das poucas restrições sérias ao exercício da liberdade referia-se ao direito de greve. Greves só eram legais se autorizadas pela justiça do trabalho [...] O que não impediu que várias greves tenham sido feitas ao arrepio da lei”. (CARVALHO, 2012, p. 127).

Como se estruturou o quadro partidário surgido em 1945? Os partidos políticos se estruturaram tendo como principal vetor o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas.¹³ Os de maior expressão nacional foram: a União Democrática Nacional (UDN), que se caracterizou como a principal oposição a Vargas; o Partido Social Democrático (PSD)¹⁴ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como duas correntes políticas diferentes de sustentação a Vargas. Dos apoiadores de Vargas, a primeira foi herdeira da estrutura das interventorias e a segunda surgiu de lideranças do meio sindical, estudantil e de políticos ligados às massas trabalhadoras urbanas. Quanto aos menores partidos em nível nacional, mas com influência em determinadas regiões do país, destacaram-se o Partido Social Progressista (PSP), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros.

Considerando a primeira década do período democrático: a Guerra Fria, o petróleo, assim como a política sindical e trabalhista permearam os principais enfrentamentos políticos. Em torno dessas três questões, alinharam-se apoiadores e opositores de Getúlio Vargas. “[...] À medida que a luta se aprofundava, polarizavam-se as posições” (CARVALHO, 2012, p. 128).

[...] De um lado ficavam os nacionalistas, defensores do monopólio estatal do petróleo e de outros recursos básicos, como a energia elétrica, partidários do protecionismo industrial, da política trabalhista, da independência na política externa. Para esses, os inimigos eram entreguistas, pró-americanos, reacionários, golpistas. Do outro lado estavam os defensores da abertura do mercado ao capital externo, inclusive na área dos recursos naturais, os que condenavam a aproximação entre o governo e os sindicatos, os que queriam uma política externa de estreita cooperação com os Estados Unidos. Os

¹³ Conforme a interpretação do brasilianista Thomas Skidmore (1975, p. 78-89), a política brasileira dividia-se – naquele contexto – entre os “de dentro” (situacionistas) e os “de fora” (oposicionistas). Os “de dentro” eram: políticos e burocratas ligados – na esfera estadual e federal – a estrutura administrativa estadonovista; os proprietários de terras, industriais e banqueiros que prosperaram no período varguista; e, por fim, os trabalhadores urbanos beneficiados pela legislação social. Já os “de fora”, formavam um grupo heterogêneo cuja confluência de ideias e projetos – principalmente liberais – deve-se a oposição a Vargas.

¹⁴ Posteriormente, no Rio Grande do Sul, o Partido Social Democrático (PSD) se tornará um diretório dissidente. Sobre esse processo, ver: Lisandre Medianeira Oliveira (2008).

opponentes eram por eles estigmatizados como comunistas, sindicalistas, demagogos e golpistas. (CARVALHO, 2012, p. 128-129).

1.3 A reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul

A formação dos partidos políticos no Rio Grande do Sul¹⁵ pode ser entendida por meio da identificação das bases de sua economia e sua origem sócio-política. Também, é imprescindível compreender a sua relação intrínseca à dinâmica nacional, ou seja, na sua condição de Estado membro de uma Federação. Portanto, identifica-se o processo histórico estadual pela inserção no sistema econômico brasileiro.

Segundo Carlos Alves Müller (1979, p. 365), a estruturação e a dinâmica da economia sul-rio-grandense baseavam-se principalmente na produção agropecuária, sendo constituída por três zonas diferenciadas: zona rural da pecuária, zona rural da pequena produção e zona rural caracterizada pelas explorações em grande escala de arroz, trigo e gado. Já, o desenvolvimento industrial era caracterizado em uma relação de dependência do setor primário local e se apresentava disperso em pequenas unidades produtivas. Enfim, o panorama econômico estadual era dependente dos mercados externos, sobretudo do mercado nacional.¹⁶

Observa-se que a forma de o RS se desenvolver estava nevrálgicamente ligada às exportações e menos ao seu mercado interno. Do ângulo do capital mercantil e financeiro, em função, nas esferas da intermediação, do capital produtivo na indústria e nas explorações agropecuárias, seus modos de reposição e de ampliação passavam e estavam na dependência de suas relações com o restante da economia brasileira. É isto que caracteriza a economia gaúcha como dependente. Seu caráter periférico advém dessa dependência, acentuando-se pelo fato de insistir na exploração desse modelo histórico. (MÜLLER, 1979, 365).

Embora permeado por crises cíclicas – inerentes às economias estruturadas no setor primário e com baixo nível tecnológico –, observa-se que a economia estadual se manteve sem apresentar graves problemas até a década de 1940. Contudo, ao final da II Guerra Mundial quando aumentou a concorrência dos produtos de outras regiões, sobretudo das do centro do país, surgiram implicações na economia local. As

¹⁵ Entendemos que a formação inicial do sistema partidário – no Rio Grande do Sul – estende-se de 1945 a 1950 (CÁNEPA, 2005, p. 121).

¹⁶ “[...] dependência do mercado externo, para o qual se destinam 60% da produção de bens, somados os setores primário e secundário, sendo importante lembrar que 80% dessas exportações dirigem-se ao mercado nacional” (CÁNEPA, 2005, p. 76).

consequências dessas transformações são: o êxodo rural, o desemprego, a urbanização desenfreada, problemas de infraestrutura de serviços urbanos, etc.

Conforme Sandra Pesavento (1990, p. 126),

[...] a identificação dos principais problemas enfrentados pelo estado pode ser sintetizada em três questões fundamentais: a) a industrialização; b) êxodo rural; c) transportes e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil.

Assim, o panorama econômico-social do Rio Grande do Sul fez com que os grupos políticos buscassem medidas concernentes à dinamização da economia local. A situação de dependência passou a exigir profundas mudanças, o que vai coincidir com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional e repercutir diretamente no caráter político-partidário do Estado (CÁNEPA, 2005, p. 77).

Para Mercedes Cánepa (2005, p. 66), no Rio Grande do Sul,

[...] embora a criação dos partidos políticos em 1945 se tenha processado em condições diversas a uma representação efetiva das principais forças sociais em confronto, estas foram capazes de se organizarem num segundo momento e, utilizando-se das instituições criadas, por assim dizer de “cima para baixo”, se fazerem nelas representar. Na verdade, poderíamos dizer que se assiste a dois movimentos conjugados: de um lado, são as forças sociais já constituídas ou em constituição que buscam expressão através das instituições políticas então criadas; de outro, é a classe política que, no processo de construção ou afirmação de identidade, aproxima-se de determinados setores sociais e, nesse processo, “transforma-se”, por assim dizer, assumindo características de verdadeiras forças sociais. Os partidos em sua atuação concreta seriam os elementos de “canalização” desse duplo processo.

O Código Eleitoral incentivou a intensificação das articulações partidárias, associando clivagens regionais e forças políticas nacionais. A aglutinação das forças políticas sul-rio-grandenses esteve permeada pelo padrão nacional: de um lado, as correntes da oposição antivarguista, configurando-se em torno da União Democrática Nacional (UDN); de outro, as correntes do oficialismo, articulado principalmente a partir da interventoria estadual, o Partido Social Democrático (PSD), aparentemente fiel a Vargas.

A UDN nasceu em 7 de abril de 1945, como frente de oposição à ditadura do Estado Novo, defendendo liberdades democráticas e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. A UDN foi marcada por contradições e, sendo assim, torna-se difícil, neste momento, encontrar uma identidade coesa, uma vez

que coexistiram nela posturas liberais e progressistas, junto com outras ostensivamente reacionárias e antidemocráticas. Contudo, havia um ponto de convergências entre as correntes udenistas: o espírito de luta contra o regime estadonovista e contra Getúlio Vargas.

O espírito de luta contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas, em suas várias encarnações, das mais idealistas às mais pragmáticas, formou, plasmou e reuniu os diversos grupos que se comporiam no partido da “eterna vigilância”. Foi, portanto, como um movimento – ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros – que surgiu a União Democrática Nacional [...] (BENEVIDES, 1981, p. 23).

O candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes, desenvolveu sua campanha eleitoral embasada na defesa do direito de greve e da liberdade sindical e da proposta de um modelo econômico que conciliasse a iniciativa privada, o papel do Estado e do capital internacional. Esses tópicos eram essenciais por obter, cada qual ao seu modo, a simpatia das esquerdas e dos conservadores. Em momento posterior, ocorreram as cisões, no partido, devido à polarização das tendências, pois gradativamente a UDN tornou-se contrária à intervenção estatal e baluarte do capital estrangeiro (BENEVIDES, 1981, p. 96).

Benevides (1981), sobre a formação udenista, no período de sua fundação, identifica cinco grupos que compunham a UDN: as oligarquias destronadas com a Revolução de 1930; os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 1930 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; as esquerdas e os grupos liberais com uma forte identificação regional.

[...] os liberais nos estados: aqui, o corte regional é importante, porque a oposição liberal tinha uma nítida identificação em termos de “correntes estaduais”; como o grupo dos libertadores gaúchos, chefiados por Raul Pilla e o grupo dos mineiros, inspiradores do “Manifesto” como Milton Campos, os Mello Franco, Bilac Pinto, Luis Camilo, Magalhães Pinto, entre outros. Ao grupo paulista, tradicionalmente anti-getulista, pertenciam os egressos do Partido Constitucionalista, ou seja, ex-combatentes de 32 [...] O grupo fluminense era composto por bacharéis como Raul Fernandes, Prado Kelly e Soares Filho, em sua ala conservadora, e por intelectuais e jornalistas [...] (BENEVIDES, 1981, p. 97-98).

As bases sociais da UDN eram complexas, um partido tanto das classes médias urbanas quanto das oligarquias rurais. O perfil socioeconômico dos udenistas, neste contexto, é variado, ou seja, empresários – pequenos, médios e grandes industriais –, comerciantes, latifundiários, lavradores, bem como profissionais liberais. O Programa

udenista de 1945, de autoria de Virgílio de Melo Franco, estava permeado pelo cunho coerentemente liberal. O respectivo Programa trazia a visão liberal das instituições intermediárias, o liberalismo econômico através dos limites da intervenção estatal e fazia irrestrita defesa ao capital estrangeiro. “[...] Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros” (CHACON, 1998, p. 455).

A UDN, no Rio Grande do Sul, que se aglutina em apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, já a partir dos meses de abril e maio de 1945, organizou-se tendo em seus quadros nomes tradicionais da política estadual que haviam entrado em atrito com Getúlio Vargas. Entre outros se destacaram: Flores da Cunha – antigo membro do Partido Republicano Riograndense (PRR),¹⁷ posteriormente líder do Partido Republicano Liberal (PRL)¹⁸ e que fora deposto por Vargas da interventoria às vésperas do Estado Novo; Osvaldo Aranha – ex-ministro das Relações Exteriores – e Borges de Medeiros que havia sido presidente do Rio Grande do Sul de 1898 a 1928.¹⁹ Conforme Flach e Cardoso (2007, p. 62) apesar do peso dessas importantes lideranças, o partido não conseguiu atrair grandes contingentes eleitorais para suas fileiras, talvez porque o momento político possibilitasse um leque maior de opções com roupagens diferenciadas das práticas políticas já implementadas por esses líderes.

Osvaldo Aranha e Flores da Cunha desempenharam significativo papel na organização da UDN nacional e coube a Flores da Cunha a tarefa de estruturar o partido em nível estadual. Osvaldo Aranha concentrava-se na política nacional, na capital do país. Também se juntaram a UDN - assim como em nível nacional - elementos da Esquerda Democrática (ED) liderados, no Rio Grande do Sul, pelo ex-libertador e reformista social Bruno de Mendonça Lima. “Mas a aliança com os caciques da UDN

¹⁷ “O Partido Republicano Rio-Grandense (PRL), com sua ideologia positivista-autoritária, estabeleceu as bases de sua futura dominação política sob a condução carismática de Castilhos. No entanto, a rígida organização do partido só consolidou sua força político-eleitoral durante a longa permanência à frente da Presidência do Estado de Borges de Medeiros como chefe supremo dos “coronéis burocratas”. Este assegura sua eficácia através da férrea direção política, uma vez que a classe economicamente dominante permanece ligada, por várias décadas, à oposição liberal em seus bastiões rurais do latifúndio pastoril” (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 65).

¹⁸ “[...] A partir de 1932, haverá um breve período tripartidário, quando o interventor Flores da Cunha decide organizar um novo partido hegemônico para dar-lhe sustentação política, o Partido Republicano Liberal (PRL), cuja forma de organização a partir da classe dirigente do Estado será o modelo da criação, por Vargas, do Partido Social Democrático (PSD)” (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 65).

¹⁹ Carlos Barbosa foi eleito em 1907, Borges de Medeiros retornaria à presidência em 1913, permanecendo até 1928. Ver, Grijó (2017, p. 84).

duraria pouco: A ED gaúcha romperia com o partido em 1946 e tentaria concorrer às eleições estaduais de 1947 [...]” (BODEA, 1992, p. 18).

Em julho de 1945, reuniram-se as lideranças locais antivarguistas: Raul Pilla, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, para constituírem a junta estadual da UDN. Resultando, deste encontro, o manifesto das oposições coligadas: PRR, PRL e Partido Libertador (PL). Entretanto, as três correntes continuam a formação de seus diretórios por todo o Estado.

Mais grave para os destinos da UDN gaúcha do que a ruptura com a ED local seria, entretanto, um outro fenômeno político de características essencialmente regionais: a obstinação do líder maragato Raul Pilla em recriar o tradicional Partido Libertador (PL). Pilla havia assinado, ao lado de Flores, Aranha e Borges, o manifesto nacional de apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Na fase de estruturação recusou-se, no entanto, a ingressar na UDN, então chefiada, ao nível regional, pelo seu velho rival, general Flores da Cunha. Com tenacidade e forte carisma pessoal Pilla conseguiu registrar a velha sigla PL [...] (BODEA, 1992, p. 18).

Em setembro de 1945, a UDN obteve o registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dando oportunidade para que, no mês de outubro, o PRR e o PRL também ingressassem nos quadros udenistas. Em seguida, ambos os partidos e suas dissidências restabeleceram novamente unidade, porém fundidos sob um novo partido nacional: a UDN.

O PL teve como figura exponencial Raul Pilla, veterano do Partido Libertador e opositor direto de Getúlio Vargas desde outubro de 1937. Pilla foi, em 1945, um dos primeiros a declarar apoio à candidatura udenista do brigadeiro Eduardo Gomes. No contexto da democratização, o líder libertador foi o principal responsável pela articulação do partido.

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As Guerras Civas de 1893-95 e 1923) que remontava aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-1928). Com este cacife, o PL suplantaria a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947. (BODEA, 1992, p. 18).

Além de marginalizar a UDN no Rio Grande do Sul, por concentrar o liberalismo regional, o PL também atraiu intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi determinante, concernente ao retardamento da fundação do Partido Democrata

Cristão (PDC) no Estado, somente em 1954 (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 68). Apesar de Pilla ter constituído, com líderes do PRR e do PRL, a junta estadual da UDN, no mês de agosto de 1945, o PL realizou um Congresso no município de Bagé, no qual Pilla foi eleito presidente do partido. Posteriormente, obteve o registro como partido nacional, e o PL aliou-se à UDN na eleição de Eduardo Gomes, porém declarou manter sua individualidade partidária.

A luta pela implantação do parlamentarismo no Brasil foi uma das principais bandeiras do PL, especialmente de Raul Pilla [...] Inclusive no Rio Grande do Sul, o PL liderou o movimento para implantação do parlamentarismo na constituição estadual de 1947, que foi aprovado, mas derrubado pelo Supremo Tribunal Federal. Outro traço fundamental do PL nesse momento é seu conservadorismo, maior que nos demais partidos do campo liberal-conservador, como a UDN e o PSD. A UDN em sua composição inicial tinha inclusive membros oriundos da Esquerda Democrática (ED) que saíram posteriormente para fundar o PSB. No Rio Grande do Sul, Bruno de Mendonça Lima da ED era ex-integrante do PL. A ED contribuiu de início para tornar o programa da UDN, com algumas características reformistas, de cunho social, havia inclusive um grupo da UDN, chamado Bossa Nova, de tendências reformistas. No PSD também tinha um grupo minoritário chamado Ala Moça também de tendência reformista. Já no PL, os grupos reformistas abandonaram o partido em direção ao PSB, PCB e PTB, como Bruno de Mendonça Lima, Pedro Gabriel Moacyr e Alberto Pasqualini respectivamente (TAUFER, 2008, p. 65-66).

O PL que ressurgiu em 1945 tem reforçado o seu perfil liberal-conservador, avesso às mobilizações sociais de cunho reformista e muito mais próximo da ala mais conservadora da UDN. Destarte, além do conservadorismo, o partido apregoava posições liberais, tanto na economia quanto na política (TAUFER, 2008, p. 66).

O PSD, fundado em 17 de julho de 1945, começou a ser organizado inicialmente nos estados, sob a liderança dos interventores, congregando prefeitos, membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo estadonovista, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e outros. Entretanto, se há concordância em relação à formação de seus quadros, há divergência no que se refere a sua atuação. Por exemplo, Franco (1974, p. 86-87) relata que a base do partido era predominante rural, e o seu perfil social e político era eminentemente conservador e nada reformista. Por outro lado, Hippolito (2012, p. 42-56) defende que o partido era denominado por uns como de centro e por outros como de centro-esquerda. No decorrer da história do partido durante a República Democrática, além dos indivíduos tradicionais ligados ao setor rural, existiram também lideranças reformistas: políticos mais jovens que atendiam às demandas das camadas urbanas.

Para Oliveira (1981, p. 112) os representantes do PSD como Amaral Peixoto, por exemplo, defendiam que o partido era de cunho mais popular no início, mas com o tempo acabou perdendo esse caráter. Em síntese, porém, no interior desta última interpretação, o PSD era um partido de classe média, que se utilizava de termos como “interesse da nação” ou “interesse do povo”.

O programa do PSD, de 1945, procurava entremear os direitos fundamentais do homem e a prática da democracia por meio de propostas concernentes à administração geral e financeira, organização social, economia nacional, trabalho e previdência, saúde e assistência, educação e cultura, transporte, comunicações e relações exteriores. Além disso, enfatizava a prática democrática por meio da conscientização do povo em relação à democracia e o respeito aos preceitos constitucionais.

No que diz respeito às diretrizes gerais da economia nacional, o respectivo Programa elucidava a intervenção estatal de forma direta ou indireta para promover o desenvolvimento econômico no país. Contudo, é reconhecida a liberdade da iniciativa privada, bem como o incentivo da entrada de capitais estrangeiros. Em suma, procurou demonstrar diretrizes sistemáticas de incentivo e desenvolvimento da indústria, da agricultura, do comércio e do cooperativismo.

O discurso político, predominantemente liberal no Império e na Primeira República, social na Segunda e autoritária na Terceira, tornava-se estatal na Quarta. A longa e pormenorizada ênfase nos planos administrativos e a superficial e mera esperança na formação de consciência democrática e vigilante espírito constitucional, onde não falta o conselho paternalista final de bom comportamento, sem propor como o Estado seria democratizado e não só tornado mais eficiente e mais social, revelam a tendência da época. Por exemplo, reivindicação de vários direitos dos trabalhadores, porém, nenhuma referência aos sindicatos. Idem quanto aos estudantes e professores, denotando absoluta subestimação das instituições intermediárias, cerne da sociedade civil perante e sobre o Estado. Só a este, dirigido por uma elite iluminada (“esclarecida”, como então se dizia) competiria efetuar mudanças. Tudo, portanto, de cima para baixo: mais uma versão da “revolução conservadora”, com “ditadura republicana” fascinado Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas, na vertente sempre autoritária, embora social. O vazo tradicionalista continuou no programa seguinte do PSD, em 1946 (CHACON, 1998, p. 160).

No Rio Grande do Sul, o partido também iniciou a sua organização a partir da máquina administrativa estadual e municipal:

A mobilização das forças governistas por parte do PSD foi garantida porque, durante o Estado Novo, as bases sócio-econômicas que apoiavam o regime permaneceram associadas ao poder oligárquico, e não se destruiu o poder estabelecido, nem em nível municipal, nem estadual, o que facilitou a estruturação do partido (OLIVEIRA, 2008, p. 44).

Entre as principais lideranças pessedistas, na fase inicial de estruturação partidária, destacaram-se Protásio Vargas – irmão de Getúlio –, o interventor Ernesto Dornelles, Walter Jobim – que fora Secretário Estadual de Obras durante um significativo período no Estado Novo – e Oscar Carneiro da Fontoura. Diferente de outros estados, o PSD, no Rio Grande do Sul, foi organizado pelo Secretário Estadual do Interior Cylon Rosa e não pelo interventor Ernesto Dornelles. Cylon Rosa e José Diogo Brochado da Rocha (representante do Partido Republicano Rio-grandense) participaram das articulações em âmbito federal no Rio de Janeiro, além da articulação da legenda no Rio Grande do Sul (COSTA, 1983, p. 15).

No mês de junho, foi formada a comissão diretora do PSD sul-rio-grandense composta por: Protásio Vargas – na presidência –, Walter Jobim, José Diogo Brochado da Rocha, Cylon Rosa, Oscar Fontoura, Osvaldo Vergara e José Coelho de Souza. A comissão pessedista congregou, em sua composição, a confluência de três diferentes origens partidária anteriores ao Estado Novo: José Diogo e Osvaldo Vergara, provêm do Partido Republicano Rio-Grandense. Protásio Vargas, José Coelho de Souza e Cylon Rosa pertenciam à dissidência de abril de 1937 do Partido Republicano Liberal. Jobim e Oscar Fontoura provieram do Partido Libertador (COSTA, 1983, p. 19).

No Rio Grande do Sul, um mês após ter sido formada a comissão diretora estadual pessedista, o partido já contava com aproximadamente dez diretórios municipais distribuídos por diversas zonas do estado. O PSD tornava-se o partido com maior organização no período. Em julho, o PSD realizou em Porto Alegre a primeira convenção estadual do partido, onde lançou, oficialmente, a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual.

Bodea (1992, p. 19) assim analisa as implicações da convenção estadual do PSD:

Nesta convenção começa a se delinear [...] o primeiro esboço de um conflito que afetaria profundamente o futuro do PSD gaúcho: o choque entre líderes políticos tradicionais e “elitistas” como Walter Jobim, Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa de um lado e líderes getulistas de massa, de estilo “populista” do outro. A expressão máxima destes

últimos era José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação de ferroviários gaúchos. Na primeira convenção estadual do PSD, José Diogo enfrentou e desafiou os próceres pessedistas tradicionais com um estilo político distinto, caracterizado por um apelo à mobilização de massas impregnado de uma tônica social-reformadora e antielitista. No choque entre estes estilos de liderança, Protásio Vargas manteve-se prudentemente eqüidistante. O conflito prenunciava, no entanto, uma fissura política de sérias consequências na história subsequente do PSD gaúcho, que se manifestariam já a partir de 1946. Mas o resultado mais imediato do conflito na convenção de julho de 1945 foi a criação da chamada ala trabalhista do PSD, germe, na verdade, da futura articulação do Partido Trabalhista Brasileiro [...].

No Brasil, o PTB, fundado em 15 de maio de 1945, reuniu, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, basicamente operários urbanos e sindicatos. O partido foi criado para reunir forças sindicais vinculadas a Getúlio Vargas e destinado à classe trabalhadora (GOMES, 2005, p. 282). “Devido ao descontentamento dos setores operários urbanos – vinculados à estrutura sindical criada no Estado Novo – e também graças à visão de Vargas da necessidade de mobilizar o voto de massas urbano em torno de uma legenda específica [...]”, o PTB surgiu, de acordo com Bodea (1992, p. 15).

Para Delgado (2003, p. 143), no início, o partido buscou atender a dois objetivos principais: defender o conjunto da legislação trabalhista na nova ordem democrática e servir para conter o ingresso da massa operária urbana nas fileiras do PCB. Segundo a autora, um dos elementos essenciais que levaram à formação do PTB, embora não o único, foi o anticomunismo (DELGADO, 1989, p. 45).

Já para Gomes e D’Araújo (1989, p. 282), o PTB não era um partido do qual o móvel e sentido fossem o anticomunismo. Todavia, essa afirmação não implica minimizar a importância do Partido Comunista – na conjuntura de 1945-46 – considerando o sucesso eleitoral dos comunistas no respectivo período, bem como o carisma e a projeção nacional de Luís Carlos Prestes (GOMES; D’ARAÚJO, 1989, p. 16).

A gênese petebista esteve permeada pela influência de Getúlio Vargas. O discurso oficial do partido estava estruturado na defesa de um modelo de desenvolvimento estatizante, buscando atrair a “burguesia nacional”. O PTB procurava estabelecer um partido sindical verticalista utilizando, até mesmo, o discurso corporativo (CHACON, 1998, p. 181).

O PTB, criado para ser popular e nacionalista, defendia um formato intervencionista estatal. O Partido, também criado por Getúlio Vargas, ainda no Estado Novo, conseguiu significativa afirmação nas eleições de 1945. Basicamente devido ao

“carisma” de sua maior liderança, conseguiria ultrapassar os comunistas, bem como seria o fiel da balança das eleições (GOMES, 2007, p. 207). Além disso, a participação petebista nos movimentos sociais, bem como nas lutas sindicais – canalizando demandas operárias e populares – tornou o partido um elemento institucional de interlocução entre o Estado e os trabalhadores. Portanto, o seu sucesso eleitoral não pode ser considerado casual ou arbitrário (FERREIRA, 2005, p. 376).

Em oposição à UDN, o PTB avaliava que a iniciativa privada deveria ser supletiva, concernente a ação estatal, dando ênfase à planificação econômica, atingindo os setores produtivos do país através da orientação, intervenção ou gestão governamental. Além disso, os petebistas priorizavam a indústria nacional e propunham uma legislação de proteção aos monopólios. Outros aspectos significativos do Programa de 1945 foram a defesa do direito de greve e a diferenciação entre greve legal e ilegal, bem como manter a legislação trabalhista estendendo-a aos trabalhadores rurais. “A legislação trabalhista estender-se-á ao trabalho rural, a fim de evitar o êxodo das populações camponesas” (CHACON, 1998, p. 469).

Para Delgado (1989), a organização do PTB – no pós-45 – teria registrado a existência de duas importantes tendências ideológicas, políticas e de facções: A primeira delas a “*getulista pragmática*”, e a segunda denominada “*doutrinária trabalhista*”. Posteriormente, Delgado (2001) acrescentou uma terceira tendência, isto é, a “*pragmático reformista*”. No Rio Grande do Sul, Bodea (1992) define a origem do respectivo partido por meio da confluência de três vertentes distintas e formadoras do PTB sul-rio-grandense: a “*corrente sindicalista*”, a “*corrente doutrinário-pasqualinista*” e a “*corrente pragmático-getulista*”.²⁰

O PTB sul-rio-grandense foi fundado em 14 de setembro de 1945, e seus membros fundadores já haviam participado de algum movimento político ainda no primeiro semestre daquele ano: o *queremismo*,²¹ bem como a ala trabalhista do PSD. A

²⁰ Maura Bombardelli (2016, p. 77-82), em recente pesquisa sobre a trajetória de Fernando Ferrari, apresenta as dificuldades e limitações na utilização dos esquemas de classificação propostos por Bodea (1992) ou Delgado (1989; 2001).

²¹ “O *queremismo* surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o *queremismo* evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembleia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta [...] O resultado final foi a institucionalização do movimento em um partido de trabalhadores o PTB [...] Resgatando crenças, idéias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e “dialogando” com eles, o *queremismo* mobilizou-se como classe social, com consciência de sua identidade coletiva” (FERREIRA, 2003, p. 43-44).

composição da comissão executiva do PTB foi formada, em grande parte, por membros queremistas pessedistas, dos quais se destacavam José Vecchio, Sílvio Sanson e Zilmar Vasconcellos.

Alberto Pasqualini foi um dos grandes pensadores petebistas. Oriundo do antigo PL, Pasqualini foi eleito vereador em Porto Alegre no ano de 1935, ocupou a Secretaria do Interior e Justiça na Interventoria Ernesto Dornelles (1943/1944), dela demitindo-se em 23 de julho de 1943. Pasqualini se posicionava em favor da legislação trabalhista e das ações de cunho social implementadas nos governos de Getúlio Vargas.

Tanto ele quanto Vargas devem ser encarados como agentes de uma “divisão de tarefas” no seio do PTB. Antes de se contraporem, compunham uma “complementariedade conflitiva” em três níveis: primeiro, Vargas seria o expoente de um “projeto político nacional”, enquanto Pasqualini, o articulador do “projeto de construção” petebista; segundo, Vargas seria o líder político em nível nacional e Pasqualini seria o líder regional; terceiro, no próprio partido, Vargas seria o “estrategista político” e Pasqualini, o “doutrinador e teórico” (BODEA, 1992).

As origens relacionadas com o mundo colonial italiano e a formação cultural permeada pelos valores do catolicismo pregados pela Igreja Católica influenciaram o pensamento pasqualinista. Portanto, as influências, sobretudo da doutrina social da Igreja Católica²² aliadas a uma predisposição de origem social serviram de referências concernentes às ideias político-partidárias de Pasqualini (GRIJÓ, 2007). Em suma, ele defendia o sistema capitalista, desde que fosse dirigido para o bem coletivo, pois via a possibilidade de um capitalismo solidário e humano baseado na cooperação (PASQUALINI, 1958, p. 75).

De acordo com Grijó (2007, p. 96),

Ele sustentava a necessidade da “justiça social”, a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo embate ideológico, mas somente pela conversão dos “capitalistas” aos princípios humanistas e cristãos do “solidarismo”. Assim, a “exploração” cessaria, pois os rendimentos do trabalho social não seriam apropriados individualmente como “lucro”, mas teriam uma destinação coletiva. Os proletários obteriam “justa retribuição” por seu trabalho e, com condições adequadas de vida material, poderiam usufruir os benefícios da “civilização moderna”, entre eles o acesso ao consumo de bens e serviços, sobretudo a educação. A função maior do

²² “A Igreja Católica com o desenvolvimento do sistema capitalista procurou elaborar sua própria doutrina social. A doutrina da Igreja procurou encontrar alternativas para superar os conflitos entre as classes sociais. As encíclicas, grosso modo, propunham: a aproximação entre patrões e empregados, um salário mínimo digno e uma relação humana entre as classes. A doutrina defendia a propriedade privada e rejeitava diretamente o socialismo e o comunismo” (FOYACA, 1967, p. 50).

Estado nesse “sistema” seria o de distribuidor. Com os recursos auferidos pelos impostos e tributos, se responsabilizaria por atividades que não fossem de interesse ou da possibilidade da iniciativa privada solidarista, como certas obras e empreendimentos de necessidade pública. O Estado seria ainda encarregado da distribuição de crédito facilitado para aqueles que precisassem, principalmente aos proletários, carentes de crédito habitacional, por exemplo, e aos pequenos produtores rurais, necessitados de crédito para mecanização e modernização de suas atividades. Ainda a respeito do campo, Pasqualini defendia a extensão da legislação trabalhista ao mundo rural.

Para Silva (2013, p. 134), além do catolicismo é elementar referenciar que a perspectiva política de Pasqualini revela um ecletismo²³ doutrinário e teórico significativo. Observa-se, no pensamento de Pasqualini, influências do positivismo, catolicismo, socialismo, keynesianismo, liberalismo político e da social-democracia europeia.

O pensamento pasqualinista permeou a criação da União Social Brasileira (USB), fundada em 1945, dois dias após a criação do PTB. Além de Pasqualini, escolhido presidente do movimento, fizeram parte, da USB, futuras lideranças petebistas como Egydio Michaelson, João Caruso Scuderi, Aníbal di Primo Beck, entre outros. O seu manifesto-programa, de 15 de setembro de 1945, estava baseado no princípio “solidarista” visando à superação do “capitalismo individualista”. Para Pasqualini (1994, p. 399), “o programa da USB assenta, pois, no princípio da propriedade privada dos meios de produção, com limitações exigidas pelos interesses coletivos. Preconiza, porém, a socialização de uma parcela dos lucros”.

Entre outros aspectos abordados, destacam-se: a ampliação do mercado interno, a mais ampla autonomia sindical, a mortalidade infantil, a tuberculose, a integração das massas rurais na vida econômica do país, o financiamento para a construção de moradias, etc. Além disso, a USB pronuncia-se a favor da democracia baseada nos direitos fundamentais do homem, no sufrágio secreto com representação proporcional e na autonomia sindical.

No pleito presidencial de 2 de dezembro de 1945, a disputa direta entre o PSD e a UDN, Pasqualini peremptoriamente se mantém equidistante: “Quando me interpelam com quem ficará a USB se com o candidato do oficialismo ou com da oposição, teria vontade de responder que, sendo o nosso partido um partido do povo, só poderá ficar com o povo” (PASQUALINI, 1994, p. 413).

²³ O ecletismo teórico que sobrepôs discursos contraditórios e mesmo opostos reflete o esforço de Pasqualini em obter uma síntese doutrinária que conciliasse práticas e valores do regime estadonovista com a democracia partidário-eleitoral reinaugurada em 1945. Ver: (RANGEL, 2009).

Vecchio ficou com a incumbência de aproximar o PTB e a USB, mas somente após o golpe de 29 de outubro de 1945, contra Vargas, é que ocorreu a assinatura do Termo de Compromisso Político entre PTB e USB, assinado por Sanson e Pasqualini. O compromisso tornou-se público, e as suas linhas gerais versavam sobre a cooperação por meio de uma frente única concernente à política estadual, tendo como premissa os interesses dos trabalhadores.

A relação entre o PTB e a USB convergiu para a fusão organizativa entre ambas as correntes no ano de 1946, sob a sigla PTB. Muitos intelectuais da USB foram absorvidos para os quadros petebistas, enquanto o núcleo da USB mantinha significativa hegemonia doutrinária no partido. Todavia, permaneceram conflitos internos no partido.

De fato, a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única secção que absorveria um movimento de esquerda – claro que reformista, mas portador de um certo grau de elaboração doutrinária. A USB ocupava, de fato, pelo menos uma parcela do espaço político reservado à Esquerda Democrática em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Tratava-se de uma esquerda democrática que optou por integrar-se no PTB e não na UDN, ao contrário do que ocorria em nível nacional. Ao nível regional, a consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de “partido de esquerda” e não apenas “partido popular” ou simplesmente “legenda popular” como tendia a ser nos estados do centro do país. Por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro no Rio Grande do Sul (BODEA, 1992, p. 28).

No que diz respeito aos comunistas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vai ressurgir para a vida política brasileira. “Acompanhando o crescimento do movimento democrático, do qual era parte importante, o PCB, nos anos que vão de 1942 a 1945, terá um rápido desenvolvimento [...]” (SEGATTO, 1981, p. 48). Em 1945, o PCB voltou à legalidade. Tal fato vai gerar por parte dos setores reacionários um forte discurso anticomunista. “O que a direita queria era isolar politicamente o PCB, para em seguida exigir que a organização fosse posta fora da lei [...]” (KONDER, 1980, p. 65).

De acordo com Soares (2001, p. 65),

A situação político-partidária, depois de muitos anos de ditadura, caracterizava-se pela existência de um só partido efetivamente nacional dotado de uma ideologia consistente: o Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922, que soube manter mesmo durante a ditadura, uma estrutura organizacional ancorada nas capitais e nas principais cidades.

Para o historiador Fernando Teixeira da Silva e o sociólogo Marco Aurélio Santana (2007, p. 108-109), o PCB se autoproclamava e era reconhecido por significativas parcelas de trabalhadores como o “partido da classe operária”. Os comunistas – além de atuar em fábricas e sindicatos – tinham grande capacidade de mobilização ao organizarem vários Comitês Populares e Democráticos, criados no imediato pós-45, que se enraizaram nos bairros e buscavam soluções para seus problemas mais elementares: saúde, habitação, saneamento básico entre outros.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), seção sul-rio-grandense, de curta vida legal, foi oficialmente reinaugurado no dia 30 de julho de 1945, com a presença de seu Secretário Nacional de Divulgação do Partido, Maurício Grabois e da delegação de comitês municipais do Rio Grande do Sul. O PCB possuía comitês municipais em 18 municípios, em geral nos centros urbanos com maior concentração operária.

No ano de 1945, o PCB defendeu uma candidatura civil à Presidência da República, lançada na segunda quinzena de novembro, quando deposto Vargas e, conseqüentemente, abandonando o lema “Constituinte com Getúlio”. O PCB lançou, oficialmente, Yedo Fiúza à candidatura presidencial. No Rio Grande do Sul, os comunistas enfrentaram uma ferrenha oposição de seus adversários, bem como da Igreja Católica, sobretudo por meio da atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC).²⁴

A LEC exigia aos candidatos e partidos que não colaborassem com o comunismo nem nomeasse seus adeptos para qualquer cargo de direção no estado. Eram publicadas na imprensa listas de candidatos que se comprometiam com os postulados católicos. Contudo, faltam pesquisas para analisar até que ponto o apoio da LEC revertia em votos (RODEGHERO, 1998, p. 94).

Conforme Rodeghero (2005, p. 4), ainda não foi realizado uma pesquisa sobre a atuação da LEC no Rio Grande do Sul, isto é, além das referências encontradas em trabalhos concernentes ao catolicismo no estado e que aborde a atuação específica da Liga em cada eleição, do levantamento de suas respectivas lideranças, dos resultados eleitorais obtidos e da maneira como ela era vista por eleitores, candidatos e partidos políticos.

²⁴ A Liga Eleitoral Católica (LEC) foi criada em 1932 no Rio de Janeiro, por D. Sebastião Leme, objetivando mobilizar o eleitorado católico para fins de apoio aos candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja no pleito eleitoral de 1933 para a Assembleia Constituinte. O programa da LEC refletia duas questões elementares: a defesa dos direitos políticos da Igreja e a defesa de uma política de cunho social baseada nas encíclicas. Foi definido – naquele contexto – um programa mínimo o qual foi apresentado para os candidatos. Entre outros itens constava o compromisso de preservar a ordem social contra atividades subversivas. Os candidatos que se comprometessem com o programa teriam seu nome aprovado pela LEC (ABREU, 2001, p. 3118-3119).

Cabe destacar que os números das eleições de dezembro de 1945 evidenciam – observando dados da capital e de alguns municípios do interior do Estado – que a campanha anticomunista realizada pela LEC não obteve êxito. Em Porto Alegre, o candidato comunista à Presidência da República, Iedo Fiúza – com 36,30% dos votos – ficou atrás somente do General Dutra (PSD), com 58,94%. O candidato do PCB teve significativa votação em Bagé, Livramento, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e São Jerônimo. Além disso, o partido elegeu um deputado para a Câmara Federal (RODEGHERO, 2017, p. 194).

Na conjuntura política de 1945: “[...] foi possível captar a transição entre um clima de abertura e outro de fechamento político e também perceber diferentes direções na argumentação anticomunista” (RODEGHERO, 2006, p. 199). O anticomunismo teve três alvos principais: a) Luiz Carlos Prestes; b) a mobilização sindical que marcou os anos de 1945 e 1946, sendo que as greves passaram a ser vistas como exclusivamente insufladas por comunistas²⁵; c) o processo de reorganização do PCB (RODEGHERO, 2006, p.199-200).

Sobre o processo de reorganização do PCB,

[...] foi muito bem-sucedido [...] com a formação de células, comitês municipais, estaduais e nacional, postos de alistamento eleitoral, comícios, publicação de jornais e com bons resultados nas eleições. Contra este processo, levantaram-se, além da Igreja, os clamores da imprensa, de parte dos partidos políticos e da Justiça Eleitoral, ansiosos em encontrar uma maneira de cassar o registro do partido e ocupar as vagas dos parlamentares cassados. Aí foram mobilizados argumentos como aqueles da estrangeiridade do partido, da traição à pátria e do disfarce dos seus reais propósitos (RODEGHERO, 2006, p. 199).

Já o Partido de Representação Popular (PRP)²⁶, herdeiro da Ação Integralista Brasileira (AIB)²⁷, cuja figura política exponencial fora Plínio Salgado, teve forte penetração nas regiões de colonização alemã e italiana, ou seja, a zona colonial em que

²⁵ O controle do partido em relação ao movimento operário era parcial em abrangência, eficácia e duração. “[...] O PCB vivia numa encruzilhada. Baseado na orientação de ‘União Nacional’, na tese de que a revolução brasileira deveria passar pela etapa democrático-burguesa e na disputa por um lugar ao sol no sistema político brasileiro, ele enfrentaria o dilema do que fazer com as crescentes demandas da classe trabalhadora brasileira” (SILVA; SANTANA, 2007, p. 107).

²⁶ Sobre a formação do PRP, ver: Calil (2001).

²⁷ “[...] Movimento político fundado por Plínio Salgado (1895-1975) que, na década de 30 [...] reproduziu no Brasil o confronto ideológico entre o comunismo e o fascismo na Europa [...] Adotava organização militar e utilizava uniformes com camisas verdes. Seus membros saudavam-se com a palavra indígena ‘Anauê’ [...] Participavam de paradas de cunho militar, dispunham de jornais, revistas e órgãos de divulgação em todo país, chegando a possuir e manter, para a doutrinação de jovens e adultos, cerca de uma centena de escolas, além de creches, clubes e organizações paralelas que se encarregavam da arregimentação de adeptos, em especial crianças e mulheres. Os integralistas adotavam uma postura nacionalista extremada, circunstância que constituía o principal atrativo para os militares simpatizantes e integrantes do movimento [...]” (FILHO, 2010, p. 32-33). Sobre o integralismo, ver: Trindade (1979).

predominavam as pequenas e médias propriedades rurais. O PRP estadual contava com expressivo apoio de parte significativa do clero das paróquias rurais, porém a hierarquia eclesiástica se inclinava para o PSD.

De acordo com Bodea (1992, p. 20),

[...] Apesar de seu latente sentimento antioligárquico e antiimperialista, potencialmente apto a resvalar para alianças “populistas”, o clero local dedicava uma boa parcela de suas simpatias ao PRP, graças ao zelo com que este fechava o mundo rural ao “comunismo” e às novas idéias.

Às vésperas dos pleitos de 1945, o panorama político no Rio Grande do Sul estava constituído da seguinte maneira: os partidos de caráter antigetulista - UDN e PL -, os partidos favoráveis a Getúlio Vargas - PSD e PTB -, uma incipiente Esquerda Democrática²⁸ e mais PCB e PRP que completavam o cenário eleitoral estadual.

1.4 Getúlio Vargas e o jogo político: as eleições de 1947 para governador no Rio Grande do Sul

As eleições de 1947 foram realizadas para os cargos de governador do Estado, senador e deputado estadual. Foram lançadas três candidaturas para o pleito majoritário estadual: Walter Jobim do PSD, apoiado pelo PRP e PCB; Alberto Pasqualini pelo PTB e Décio Martins Costa pelo PL com o apoio da UDN.

Walter Jobim²⁹ havia sido lançado candidato ao cargo de governador do Estado pela convenção pessedista desde julho de 1945³⁰, sendo que Getúlio Vargas comprometera-se com a respectiva candidatura, reiterando seu apoio em novembro daquele ano (CORTÉS, 2007, p. 184). Não obstante, Vargas procurou fortalecer o PTB regional com o intuito de consolidar um partido alternativo ao PSD.³¹ Para isso, delegou

²⁸ “A Esquerda Democrática, liderada por João Mangabeira em âmbito nacional, inicialmente esquerda da UDN, como se sabe, tem curta duração, desembocando posteriormente no Partido Socialista Brasileiro (PSB)” (CÁNEPA, 2005, p. 119).

²⁹ Segundo Cânepa (2005, p. 115), em abril de 1946, Walter Jobim exonera-se da Secretaria do Interior, que ocupava na Interventoria Cylon Rosa, lançando-se oficialmente candidato ao cargo de governador do Rio Grande do Sul.

³⁰ De acordo com Costa (1983, p. 20) “[...] o interventor Ernesto Dornelles [...] teve, como praxe, passar a palavra a Walter Jobim, seu Secretário de Obras Públicas, para que falasse em nome do governo, nas diversas viagens que fez pelo interior do Estado. Quando [...] foi lançada a candidatura a governador, de Walter Jobim, este já havia discursado em grande número de municípios durante aquele ano: entre eles Santa Cruz, Júlio de Castilhos, Taquari, Encantado, Arroio do Meio, Carazinho e Vacaria”.

³¹ Para Cortés (2007, p. 188-189), a ideia de partido alternativo estava vinculada à meta de Vargas de retornar à presidência. Ele precisava de um partido unificado, personalista e absolutamente leal a sua figura. “O PSD jamais poderia exercer esse papel. Nacionalmente, o partido consistia numa mistura variada de elite rural oligárquica, de magnatas industriais e de políticos profissionais, cuja lealdade era questionável, desde que não podia cobri-los mais com favores governamentais. No Rio Grande do Sul, o

ao político Loureiro da Silva³² a incumbência de reestruturar o PTB regional, bem como incentivou o ingresso de alguns políticos pessedistas para os quadros petebistas. Apesar do crescimento do PTB, Vargas posicionou-se a favor de uma aliança PSD/PTB, por ser contrário a uma eventual candidatura própria por parte dos petebistas.

De acordo com Cruz (2010, p. 112),

[...] o que estava em jogo naquele momento [...] era mais do que a definição de uma candidatura ao executivo estadual. Estava em jogo o próprio processo de reorganização partidária no Rio Grande do Sul, ou seja, as posições que muitos daqueles agentes passariam a ocupar de agora em diante. No caso de Getúlio, seu projeto situava-se em âmbito nacional, e em seu horizonte a razão de ser do PTB era dar-lhe sustentação para um possível retorno à presidência, agora pela via eleitoral. O PTB era o partido nascido dele para ele, mas não tinha força suficiente para sozinho respaldá-lo nas urnas [...]

Para o brasilianista Thomas Skidmore (1975, p. 103), a estratégia de Vargas em nível nacional era manter a lealdade dos “caciques políticos” do interior, via PSD, e, ao mesmo tempo, obter força eleitoral nas cidades por meio do PTB. Logo, torna-se compreensível a sua atuação para fins de um acordo PSD/PTB, assim como sua opção inicial por Walter Jobim para as eleições de 1947.

Porém, a dinâmica estadual foge ao controle estrito de Getúlio Vargas. Além do crescente apoio à candidatura de Pasqualini - *a priori* lançada pela USB - também se evidenciou a ojeriza da “ala sindicalista” do PTB em relação ao PSD³³, sobretudo em relação às medidas repressivas do governo Dutra contra as greves e os movimentos sindicais. Também, destaca-se a “moção de Otávio Mangabeira”: o apoio de oito integrantes da bancada federal pessedista – seção Rio Grande do Sul – em “regozijo” ao Exército pela deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, contribuindo para

PSD era liderado por políticos que haviam escolhido o partido do governo ao invés de seguir os antigos chefes Borges, Pilla e Flores. Getúlio percebeu que a maioria dos políticos do PSD o haviam apoiado apenas nominalmente, em 1945, em favor de seus próprios interesses eleitorais e sentiu que sua lealdade diminuiria quanto mais tempo ele ficasse fora do poder. Os problemas de Vargas se complicavam ainda mais por causa das crescentes diferenças entre ele e o presidente Dutra – agora o mais importante político do partido [...] Diante da impossibilidade de conquistar o controle sobre o PSD, Vargas voltou sua atenção para o aproveitamento do potencial eleitoral da crescente classe trabalhadora urbana. Decidiu, assim, expandir o fraco PTB [...]”.

³² Sobre o papel de Loureiro da Silva na organização do PTB no Rio Grande do Sul, ver: De Grandi (2004).

³³ De acordo com Ferreira (2000, p. 198-203), desde o período de atuação da chamada “Ala Trabalhista do PSD” evidenciou-se que as afinidades entre os sindicalistas (destacando-se Vecchio e Sanson) com os pessedistas eram poucas. O autor reproduz o desabafo de Vecchio a um “amigo sindicalista”, após as primeiras impressões do líder sindical sobre o funcionamento do partido que havia ingressado: “Vamos servir só de máquina de bater palma para meia dúzia de políticos corrompidos que se vêm aproveitando do prestígio de Getúlio e do irmão do Getúlio, para nos botar o pé no pescoço”.

aumentar as fissuras no PSD estadual e afastar significativamente PSD e PTB (CÁNEPA, 2005, p. 115).

O jornal *Correio do Povo* – na página do movimento político estadual³⁴ – publicou uma nota oficial recebida da Secretaria do Partido Trabalhista Brasileiro sobre o acordo entre o PTB e a USB. A respectiva nota previa a nomeação de uma Comissão de Orientação Política constituída por membros petebistas e da USB.³⁵

A imprensa escrita noticiava que as tentativas efetuadas no sentido de encontrar um denominador comum entre o PTB e o PSD – quanto às eleições estaduais – teriam despertado a atenção dos meios políticos do Rio Grande do Sul.³⁶ O PTB, por sua vez, via nota oficial, informava os primeiros passos do acordo com a USB: “[...] Os componentes da U.S.B. prestarão sua cooperação ao P.T.B. na realização do programa comum [...] Para efeito das eleições de 19 de janeiro de 1947, consideram-se os membros da U.S.B. automaticamente vinculados ao P.T.B. [...]”.³⁷ Em novembro de 1946, ocorreu a fusão definitiva USB-PTB em torno da candidatura Pasqualini (CÁNEPA, 2005, p. 115).

Observa-se que, nas eleições de 1947, para governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas foi à figura política exponencial. Ele foi fator determinante em relação às clivagens regionais e nas implicações políticas, assim como no desenvolvimento das respectivas campanhas eleitorais. O envolvimento direto ou indireto dele, nessas campanhas estaduais, era constante nos jornais pesquisados: *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Entre outros aspectos importantes sobre o envolvimento de Vargas na disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas, podem-se destacar: a ambiguidade inicial quanto às candidaturas para o cargo majoritário estadual, o distanciamento progressivo em relação a Walter Jobim e as implicações no PSD local.

Getúlio Vargas – então senador pelo PSD-RS e presidente de honra do PTB – foi convidado para presidir a convenção estadual do PTB nos dias 11 e 12 de novembro de 1946, tendo a difícil tarefa de lançar o candidato Alberto Pasqualini ao cargo de governador do Estado. O *Correio do Povo* – com ampla cobertura jornalística – acompanhou a chegada de Getúlio Vargas a Porto Alegre. Para recepcioná-lo, no aeroporto, compareceram políticos tanto do PTB quanto do PSD. Durante a tarde,

³⁴ A última página do jornal reservada para as notas e notícias políticas estaduais.

³⁵ *Correio do Povo*, 1 de novembro de 1946, p. 12.

³⁶ *Correio do Povo*, 5 de novembro de 1946, p. 14.

³⁷ *Correio do Povo*, 5 de novembro de 1946, p. 14.

Vargas recebeu a visita de Walter Jobim, e à noite conversou com Alberto Pasqualini.³⁸ Em entrevista ao redator político do respectivo periódico, declarou Getúlio Vargas: “[...] Venho observar, sentir de perto o ambiente político da capital. Nada posso dizer, por enquanto, pois recém início os contatos com os representantes das correntes partidárias [...]”.³⁹

Após 24 horas de permanência nesta capital, o senador Getúlio Vargas prossegue observando o ambiente político sem que se manifeste ante as duas correntes partidárias que lhe disputam a preferência: Partido Trabalhista Brasileiro e Partido Social Democrático [...] a reportagem política do “Correio do Povo” teve ensejo de palestrar rapidamente com o sr. Getúlio Vargas, o qual permanece disposto a nada dizer ou adiantar, mantendo-se imperturbável diante das variadas manifestações de ambas correntes partidárias [...].⁴⁰

Às vésperas da Convenção Estadual do PTB, que ratificaria Alberto Pasqualini como candidato às eleições para o governo do Estado, havia intensa movimentação de pessedistas em torno do então senador Getúlio Vargas.⁴¹ Apesar da ambiguidade⁴² de Vargas sobre as candidaturas Pasqualini e Jobim, no decorrer da campanha, ocorreu finalmente à definição em favor da primeira.

Havia na imprensa escrita certa expectativa quanto a um acordo entre pessedistas e petebistas para o pleito majoritário estadual. Todavia, a despeito dos anseios de Vargas e dos interesses de alguns trabalhistas e pessedistas – inclusive Walter Jobim –, a união dos partidos não ocorreu. Por que não foi concretizada uma aliança no Rio Grande do Sul entre o PSD e o PTB? Por que a dinâmica eleitoral local foge ao controle de Vargas? A análise de Bodea (1992, p. 14-58) é importante para a compreensão do papel dos agentes e a complexidade desse jogo político. Vejamos: a integração da USB no PTB estadual daria ao partido um caráter peculiar concernente ao PTB nacional, pois era a única secção que absorveria um movimento de esquerda – de cunho reformista – e portador de um certo grau de elaboração doutrinária. O PTB adquire, desde sua gênese, um caráter de “partido de esquerda” e não somente “partido popular” como tendia a ser

³⁸ *Correio do Povo*, 8 de novembro de 1946, p. 10.

³⁹ *Correio do Povo*, 8 de novembro de 1946, p. 10.

⁴⁰ *Correio do Povo*, 9 de novembro de 1946, p. 10.

⁴¹ *Correio do Povo*, 10 de novembro de 1946, p. 24.

⁴² Segundo Cortés (2007, p. 197), Getúlio Vargas não tinha uma preferência entre Jobim ou Pasqualini. Conforme Bodea (1992, p. 39-47), Vargas exime-se da responsabilidade quanto à ruptura entre PSD e PTB. Na verdade, lamenta o enfraquecimento do eleitorado getulista – agora dividido – que representara ampla maioria nas eleições de 1945. Logo, havia uma preocupação quanto às consequências dessa divisão em uma eventual candidatura de Vargas à presidência em 1950. Para Cánepa (2005, p. 120-121), a ambiguidade das relações de Vargas com o PSD e o PTB terão implicações na formação inicial do sistema partidário sul-rio-grandense, estendendo-se de 1945 a 1950.

nos estados do centro do país. Também, deve-se considerar a cisão ocorrida no seio do PSD⁴³ como um fator de “desconfiança mútua” e o tensionamento entre a “ala trabalhista do PSD”⁴⁴ e a cúpula do partido, que tornariam cada vez mais difícil uma futura composição ou aliança entre pessedistas e trabalhistas.

Dois episódios já demonstravam as dificuldades de uma pretensa aliança política no Estado: o primeiro, nas eleições de 1945, apesar do apoio de Vargas – ainda que tardio – ao candidato à presidência Eurico Gaspar Dutra (PSD), a maioria dos dirigentes do PTB mantiveram-se contrários à candidatura presidencial pessedista. O segundo ocorreu em pleno processo eleitoral para as eleições de janeiro de 1947, Pasqualini foi procurado pelo PSD para uma candidatura ao Senado (3ª vaga) – com a finalidade de salvar a aliança PSD/PTB – e, em final de outubro de 1946, não aceitou a proposta (BODEA, 1992, p. 33-41).

Segundo o mesmo autor (1992, p. 37-38),

Nos últimos dias de outubro, ainda há uma tentativa extrema de selar um acordo PTB-PSD, mas no dia 28 os entendimentos fracassam definitivamente. Tudo indica que Vargas, Loureiro e seus seguidores pragmáticos eram favoráveis a uma candidatura unitária, ou seja, o apoio do PTB ao já lançado Walter Jobim. Mas tanto os sindicalistas (Vecchio, Sanson) quanto os pasqualinistas eram radicalmente contrários a um apoio a Jobim. Este era visto como um candidato oficialista, conivente com o governo Dutra e as medidas repressivas às greves e ao movimento sindical [...] Repetia-se, de certa forma, o movimento de novembro de 1945: as lideranças e bases do PTB rebelavam-se, implicitamente, contra a orientação de Vargas, recusando apoiar o candidato do PSD. Só que desta vez a revolta não levaria à abstenção, mas sim ao lançamento de uma candidatura alternativa.

⁴³ A cisão ocorreu devido ao envolvimento da “Ala Trabalhista do PSD” no “movimento queremista” em contraposição ao apoio da cúpula do partido à candidatura Dutra. Ainda em 1945, José Vecchio – presidente do Sindicato da Carris de Porto Alegre – e Sílvio Sanson – da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira – desligam-se do PSD – e com o aval de Vargas – articulam a fundação do PTB no Rio Grande do Sul (BODEA, 1992, p. 21).

⁴⁴ De acordo com Bodea (1992, p. 29), José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha eram as principais lideranças dessa “ala”. Em 1946, Vargas convence Loureiro a sair do PSD e ingressar no PTB. Loureiro passou a organizar diretórios nos municípios do interior do Estado com a finalidade de expandir o partido, pois o mesmo estava circunscrito na capital e região metropolitana. Segundo De Grandi (2004, p. 144): “A bancada do PSD na Câmara Federal chegou a se reunir para protestar pela forma como Loureiro da Silva estava conduzindo o processo de construção do PTB, com a cooptação de pessedistas de todo o Estado para o novo partido”. Já José Diogo – ex-diretor da Viação Férrea Rio-Grandense e terceiro deputado federal mais votado na chapa do PSD, nas eleições de dezembro de 1945 – desde a Convenção de julho de 1945 se atritara com os “caciques” pessedistas devido ao seu estilo de “apelo às mobilizações das massas” permeado por uma visão social-reformista e antielitista. Mas, durante o ano de 1946, a relação conflitiva de José Diogo com o interventor Cylon Rosa e as lideranças do partido – em razão do apoio do parlamentar às reivindicações da greve geral dos ferroviários e de suas críticas às intransigências da interventoria estadual – culminou com a sua saída dos quadros pessedistas e o ingresso no PTB, ou seja, às vésperas das eleições estaduais de 1947 (BODEA, 1992, p. 29-30).

Na noite de 11 de novembro de 1946, no Teatro São Pedro, aconteceu o lançamento da candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do Estado, pelo PTB. O ato foi assistido por “numerosa multidão” que lotou o teatro, resultando em “grande aglomeração” defronte à Praça da Matriz onde alto-falantes ampliaram os discursos pronunciados na sessão solene petebista.⁴⁵

O discurso proferido por Vargas na convenção estadual do PTB demonstrou um caráter dúbio. De um lado, faz o lançamento oficial da candidatura petebista. De outro, não definiu claramente a sua posição em favor de Pasqualini.

Assim, o então senador Getúlio Vargas pronunciou-se,

Não importa quem seja o construtor da felicidade do Rio Grande. O importante é que ela seja construída. Os dois candidatos são dignos e representam suas correntes com um passado de serviços ao povo. Valter Jobim, nobre caráter e Alberto Pasqualini, um idealista empolgado pela bondade humana.⁴⁶

Alberto Pasqualini, na posição de candidato ao governo estadual pelo PTB, expôs sua plataforma de governo. Em primeiro lugar, deixou claro que o “trabalhismo” não é antagônico ao capitalismo, pois é a favor do capital privado. Contudo, refutou o “capitalismo individualista” que explora a maioria da população e beneficia uma minoria “parasita”. Entre o capitalismo individualista e a supressão do capital privado, há uma posição intermediária: o “solidarismo”, permeado pelo sentimento cristão que almeja a “justiça social”. Para tanto, é fundamental a atuação do Estado. Pasqualini abordou os problemas da habitação e da educação no Estado, as carências dos trabalhadores urbanos e rurais, bem como a necessidade de ampliar as garantias do funcionalismo público.⁴⁷

Na campanha eleitoral, observa-se no discurso de Alberto Pasqualini uma aproximação com a figura política de Getúlio Vargas,

[...] A redenção do trabalhador brasileiro iniciou-se em outubro de 1930 e é um movimento que continua e que continuará enquanto houver lágrimas nas faces dos humildes e dos pequeninos. Nada poderá detê-lo: nem a cegueira de uns, nem o egoísmo de outros. Nada poderá resistir-lhe, porque é uma força que emana do fundo das nossas consciências e dos nossos corações e porque é uma determinação do próprio Criador [...]⁴⁸

⁴⁵ *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1946, p. 14.

⁴⁶ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1946, p. 14.

⁴⁷ *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 1946, p. 10-14.

⁴⁸ *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1946, p. 03.

Figura 1 - Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini – Lançamento da candidatura Pasqualini pelo PTB para o governo estadual



Fonte: *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1946, p. 3.

Após a oficialização da candidatura Pasqualini, era necessário organizar a campanha eleitoral. Foi constituída uma comissão central e várias subcomissões para o comando da campanha. Os membros da comissão central eram: José Vecchio, Arthur Fischer, Leocádio Antunes, Edydio Michaelson, Leopoldo Machado, José Loureiro da Silva, Dinarte Dornelles, João Monteiro dos Santos e Tristão Sucupira Vianna. Na secretaria, encontravam-se, entre outros, Fernando Ferrari e Nilo Ruschel. A arrecadação dos recursos para a campanha ficou sob a responsabilidade do empresário Aníbal di Primo Beck. Por fim, ao advogado – que havia sido líder queremista – Affonso de Assumpção Vianna coube a preparação dos comícios.⁴⁹

O lançamento da candidatura Pasqualini pela sigla petebista repercutiu no centro do país. O *Correio do Povo* destacou uma crônica do jornalista e político Carlos Lacerda, um dos maiores rivais políticos de Getúlio Vargas. De acordo com o periódico, Lacerda teceu elogios a Pasqualini, mas lamentou sua aproximação com os getulistas.⁵⁰

Posteriormente, Luiz Carlos Prestes – figura exponencial do comunismo no Brasil – em declarações à imprensa carioca, divulgadas pelo *Correio do Povo*, sobre a candidatura Alberto Pasqualini, afirmou que o seu partido nada queria com o candidato petebista ao cargo majoritário estadual. Prestes, então senador pelo PCB, declarou: “O

⁴⁹ *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1946, p. 22.

⁵⁰ *Correio do Povo*, 17 de novembro de 1946, p. 22.

sr. Alberto Pasqualini foi adepto fervoroso da carta fascista de 37, que exaltou em prosa e verso e até em latim, demonstrando, assim, não ser um democrata como o Partido Comunista desejaria que o fosse”.⁵¹

Pasqualini – em um encontro com a reportagem do jornal *Correio do Povo* – comentou as declarações do líder comunista: “[...] Se o Partido Comunista nada quer conosco, nós lhe retribuimos com a afirmação de que nada temos que ver com o Partido Comunista. Eles que defendam as suas idéias, que nós defenderemos as nossas”. Quanto ao comentário de Prestes a respeito de suas convicções democráticas, declarou Pasqualini: “[...] acredito que toda minha modesta atuação publica é um formal desmentido às suas afirmações. A essência do sentimento democrático reside no respeito à opinião alheia. Sempre segui invariavelmente essa norma [...]”. Pasqualini, ao ser interpelado sobre um possível apoio dos comunistas a um dos seus dois concorrentes e as possíveis consequências nos resultados eleitorais, respondeu com uma leitura perspicaz do jogo político: “[...] o apoio do Partido Comunista a um dos candidatos pode, evidentemente, dada a correlação das forças decidir o resultado do pleito”.⁵²

Com a maior brevidade possível, após reunião da Comissão Executiva do Partido Social Democrático, foi distribuída à imprensa uma nota oficial. A respectiva nota eximia o partido acerca do malogrado acordo político – articulado em torno da figura de Vargas – com o PTB. Conforme os pessedistas o interesse eleitoral “não foi o principal aspecto considerado nessa questão”, pois “o compromisso do partido era com o Rio Grande do Sul”. A nota reproduz os elogios feitos por Vargas ao candidato Walter Jobim – na Convenção do PTB – e ressalta que os pessedistas “jamais falharam” ao “eminente sr. Getúlio Vargas”, mesmo em “momentos dramáticos de sua vida pública”.⁵³

A nota oficial do Partido Social Democrático declara aos seus “correligionários” e ao “povo gaúcho”,

[...] que a orientação dessa poderosa agremiação partidária é a mesma que vem sendo seguido desde sua fundação [...] Temos conosco a maioria esmagadora do Rio Grande: o trabalho e o capital; o operário e o patrão, os homens da agricultura e os que labutam no comércio e na indústria; os produtores e os consumidores. Não nos enfeixamos em uma classe para combater as demais [...] O Partido Social Democrático constitui hoje um bloco indestrutível dentro do Rio Grande [...]⁵⁴

⁵¹ *Correio do Povo*, 22 de novembro de 1946, p. 10.

⁵² *Correio do Povo*, 23 de novembro de 1946, p. 10.

⁵³ *Correio do Povo*, 13 de novembro de 1946, p. 10.

⁵⁴ *Correio do Povo*, 13 de novembro de 1946, p. 10.

A nota do partido reproduzida na imprensa está permeada pelo jogo das oposições e distinções, ou seja, a existência relacional entre os partidos. O PSD é apresentado como o partido do “povo gaúcho” e o PTB como fomentador da luta de classes. Além disso, percebe-se a autoconfiança dos pessedistas nos seguintes termos: “poderosa agremiação partidária” e “bloco indestrutível”. Postura partidária razoável e justificada, pois eles ainda não conheciam os resultados eleitorais de 1947 e não conseguindo calcular a força real do PTB, tinham os números das eleições de 1945 como parâmetro. Nesse momento, o fato novo seria mensurar a força política de Vargas apoiando Pasqualini ou o seu eventual envolvimento direto na campanha petebista.

Para Cortés (2007, p. 176-187), o PSD sul-rio-grandense foi organizado para ser uma máquina eleitoral. A maioria dos “veteranos” dos partidos anteriores ao Estado Novo – muitos inclusive fizeram parte da administração estadonovista – ingressou nas fileiras pessedistas. A eleição de 2 de dezembro de 1945 demonstrou que o PSD era o partido mais forte do país. No Rio Grande do Sul, a sua vitória foi avassaladora: Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles ocuparam as duas vagas no Senado e ainda elegeram 17 dos 22 deputados federais do Estado. Com o apoio de Vargas e a eficácia da máquina estadual pessedista, Dutra, o seu candidato presidencial, derrotou com ampla margem de votos o udenista Eduardo Gomes.

Nesse ínterim, os jornais noticiaram o distanciamento de Vargas em relação à candidatura Walter Jobim e a ruptura entre ele e o seu irmão Protásio Vargas (PSD), devido ao virtual apoio dado pelo primeiro ao candidato petebista. A ruptura entre os irmãos ocuparam, sobretudo, as páginas do noticiário político no *Diário de Notícias*.

Estava quebrado o compromisso assumido com o sr. Protasio Vargas. E estê, fiel aos seus princípios morais, compareceu à presença do sr. Getulio Vargas e esprobou-lhe o procedimento que taxou incompatível com os nobres sentimentos de fidelidade à palavra empenhada, apanágio da gente gaúcha.⁵⁵

Os *Diários Associados*, no respectivo cenário político, estavam conduzidos numa linha de notório conservadorismo e intransigência em relação às esquerdas reformistas. O jornal *Diário de Notícias* posicionou-se a favor de Protásio Vargas. A constatação está pautada na ênfase dada à questão da “palavra empenhada”. Getúlio passou a ser apresentado como alguém que não cumpria com a palavra.⁵⁶

⁵⁵ *Diário de Notícias*, 21 de novembro de 1946, p. 12.

⁵⁶ Vargas já havia – com significativa antecedência – declarado o seu apoio à candidatura Jobim, inclusive na presença de seu irmão Protásio Vargas. As circunstâncias que o levaram a apoiar Pasqualini

O PSD, na propaganda eleitoral, explorou significativamente essa questão: a “honra” e o cumprimento da “palavra empenhada”. No jogo político, os pessedistas buscaram estrategicamente – perante o eleitorado – o descrédito da imagem de Vargas. Além disso, a ambiguidade dele, em virtude do posicionamento político no Rio Grande do Sul, tornou-se temática recorrente nos “*a pedidos*” e “*a pedidos anônimos*”. Um “*a pedido*”, mandado publicar por “um eleitor em dúvida”, fazia referências aos elogios de Getúlio Vargas tanto a Walter Jobim quanto a Alberto Pasqualini.⁵⁷ Portanto, é importante observar que, no jogo político sul-rio-grandense, os adversários do PTB procuravam desqualificar as palavras de Vargas.

No comício de 29 de novembro de 1946, na capital do Estado, no Largo da Prefeitura, finalmente Vargas definiu-se em favor da candidatura Pasqualini. Assim, discursou Getúlio Vargas: “[...] Alberto Pasqualini, lançou o seu notável programa de candidato, digno da aceitação do povo rio-grandense. É o candidato que eu indico [...]”.⁵⁸

Conforme De Grandi (2004, p. 146), o estudante Sereno Chaise – membro da Ala Moça do PTB – testemunhou o respectivo episódio. Vargas, em seu discurso – referindo-se a Alberto Pasqualini – fez uma pausa e, antes de ler o próximo texto do discurso, pronunciou a frase: “É o candidato que eu indico”. Ainda segundo o mesmo autor, terminado o comício, alguns líderes petebistas encaminharam o texto, acrescido da frase, aos jornais. Um grupo, liderado por Dinarte Dornelles, foi ao jornal *Correio do Povo* e outro, com Loureiro da Silva à frente, foi ao *Diário de Notícias*. “[...] Breno Caldas, bem ao seu feitio, foi enfático: Não está escrito não se publica. Já o Diário fez da frase manchete [...]”. Todavia, encontramos no jornal *Correio do Povo* – na página reservada as “notas políticas estaduais” – a reprodução, “na íntegra”, do discurso de Vargas, cuja frase – “É o candidato que eu indico” – encontra-se publicada.⁵⁹

O discurso de ex-presidente Vargas assumiu um tom agressivo, acusou indiretamente o PSD de reacionário e defendeu uma postura “antiimperialista”.

em detrimento do PSD deve ter sido um processo angustiante. É razoável inferir dessa maneira, considerando as tratativas dele com os petebistas. Ferreira (2000, p. 2005) reproduz um depoimento de José Vecchio – presidente regional do PTB – concernente a um diálogo que o líder sindical teve com Vargas sobre o lançamento de candidaturas ao governo do Estado. Contrariado com a indicação de Pasqualini pelos petebistas sul-rio-grandenses, o ex-presidente teria dito: “[...] Vocês sabem que estão me comprometendo profundamente? Eu tenho compromisso de honra com o dr. Walter Jobim, e tu sabes, Vecchio, o que é compromisso de honra? [...]”.

⁵⁷ *Diário de Notícias*, 26 de novembro de 1946, p. 16.

⁵⁸ *Correio do Povo*, 30 de novembro de 1946, p. 10.

⁵⁹ *Correio do Povo*, 30 de novembro de 1946, p. 10.

Ademais, ressaltou o caráter trabalhista pela “igualdade social” em contraposição aos demais partidos que defendem a “liberdade política” para a “defesa de seus interesses econômicos”.

Vejamos essa afirmativa no próprio pronunciamento de Vargas,

[...] De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes significam a mesma coisa. Têm a mesma substancia política, social e econômica. Não é de estranhar que venham a se reunir. São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Toda essa liberdade política está organizada no sentido da defesa de seus interesses econômicos. Não tem conteúdo nacional. Giram em torno das competições regionais e acompanham o poder. De outro lado está o Partido Trabalhista Brasileiro, um verdadeiro partido nacional, integrado na comunidade do continente americano. Separam o trabalhismo brasileiro dos outros partidos democraticos a diferença de interpretação do conceito social [...] Era contra os interesses da finança internacional a industrialização progressiva e rápida do Brasil [...] não tenho a simpatia dos agentes da finança internacional que pretende entravar o progresso do Brasil para impor-nos a compra de seus produtos [...] ⁶⁰

Por fim, o ex-presidente – de forma clara ou objetiva – incentiva o voto e o ingresso do “povo” no PTB: “[...] se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista. Ele é o melhor indicado para realizar a felicidade de todos os brasileiros”. ⁶¹

Em seu discurso, publicado na página político-partidária petebista, o candidato Alberto Pasqualini endossou as palavras de Vargas,

De um lado, permanecem estagnadas as águas do passado, - águas que já não logram impulsionar moinhos da opinião pública, águas que o povo já não quer mais navegar. De outro lado, está se formando a nova caudal, a caudal trabalhista, que cada dia mais cresce e cada dia mais se avoluma para constituir o grande estuário dos ideais e das esperanças de um povo. ⁶²

A reação pessedista foi instantânea, sendo que a Executiva do PSD sul-riograndense repeliu a atitude de Vargas e o afastou do partido. O jornal *Diário de Notícias* deu total cobertura ao processo de expulsão de Vargas do PSD estadual, promovido pela ala dutrista. A ruptura entre Vargas - que defendeu a manutenção de sua cadeira no Senado, uma vez que foi eleito em várias unidades da federação e sua inscrição feita pelo PSD-PTB - e o PSD local aceleraria a saída de políticos getulistas

⁶⁰ *Correio do Povo*, 30 de novembro de 1946, p. 10.

⁶¹ *Correio do Povo*, 30 de novembro de 1946, p. 10.

⁶² *Diário de Notícias*, 30 de novembro de 1946, p. 06.

do partido, sendo que esta fora uma etapa importante de “desgetulização”⁶³ nos quadros pessedistas.

Após o discurso do dia 29 de novembro de 1946, Vargas se afastou da campanha eleitoral no Rio Grande do Sul⁶⁴ e suas intervenções ocorreram somente momentos antes das eleições por meio do envio de mensagens de apoio a Pasqualini. Todavia, a repercussão do seu discurso permeou a campanha eleitoral petebista e pessedista. O político Naio Lopes de Almeida – candidato a deputado estadual pelo PSD – em palestra “proferida ao microfone da Rádio Farroupilha” e reproduzida no jornal *Correio do Povo*, fez duras críticas a Getúlio Vargas.⁶⁵

[...] O personalismo, superexcitação grotesca de uma vaidade alucinante, não pode trazer aos debates, ao calor dos quais, vive e se retempera o espírito democratico, nenhuma gota de bom senso [...] Empenhados que estamos, numa campanha eleitoral, das mais vivas, das mais exemplares e vibrantes que o Rio Grande já conheceu, mantivemo-nos, os partidos que se degladiam, sob a orientação de seus três iminentes candidatos, numa atmosfera de elevado nível politico [...] Um dia, porém, desceu à arena, cometendo o milagre de uma definição publica, ele que é o indefinido por excelencia, um dia desceu à arena o ex-ditador [...] Demagocrata e fariseu, acusou-nos de anti-democratas [...] A oração do sr. Getulio Vargas, magnifico repositório de inspiração para outros demagocratas e fariseus, constitui, sem duvida, uma das mais atoleimadas lamurias que um homem publico já chorou sobre os ombros inocentes do povo. O Partido Social Democratico não permitirá que fique sem resposta o discurso de quem é senador da Republica, pelo voto de nossos correligionários. Exigiremos de s.s. a renuncia a uma cadeira que não lhe pertence, e havemos de continuar rebatendo sua falaciosa oração [...] demos ao povo sua justa interpretação, reduzindo-se-lhe, por fim, ao que de fato é: o odio e a magua de já não ser um ditador e a ambição e angustia de voltar a sê-lo.⁶⁶

Em Santa Maria, o candidato pessedista Walter Jobim participou de um jantar no Bar Concórdia, estando presentes “senhoras, médicos, advogados, comerciantes,

⁶³ Segundo Bodea (1992, p. 30), o processo de “desgetulização” liderado por Loureiro da Silva e José Diogo – com o consentimento de Getúlio Vargas – consistiu na transferência de inúmeros políticos do PSD para o PTB, por exemplo, João Goulart que se filiara ao PSD transferindo-se para os quadros petebistas, aconselhado pelo próprio Vargas. Esse movimento “purificaria” gradualmente o PSD sul-riograndense de seus elementos getulistas, completando-se a cisão com o advento do PSDA em 1950. Além disso, fortaleceria o PTB a ponto de viabilizar uma disputada eleição com os pessedistas no pleito estadual de 1947.

⁶⁴ Para Bodea (1992, p. 47): “Tudo levava a crer que Vargas procurava confinar a crise surgida entre ele e o PSD ao Rio Grande do Sul, evitando que se consumasse uma ruptura sua com o PSD nacional. Em nível nacional – e, provavelmente, já tendo em vista sua tentativa de retorno à presidência, Vargas procurava preservar a possibilidade de uma aliança PTB-PSD, que o desenrolar dos acontecimentos havia inviabilizado – e tudo levava a crer que de forma definitiva – ao nível regional, nos seu próprio estado natal. Neste sentido, o processo gaúcho precipitaria uma tendência que só bem mais tarde se manifestaria ao nível nacional”.

⁶⁵ *Correio do Povo*, 5 de dezembro de 1946, p. 3.

⁶⁶ *Correio do Povo*, 5 de dezembro de 1946, p. 3.

industrialistas e representantes das alas estudantil e feminina do PSD”. “Falando à imprensa local, que pediu sua impressão sobre o último discurso do sr. Getulio Vargas [...] o sr. Valter Jobim respondeu: - ‘Ele é o novo Messias. Está, portanto, fazendo messianismo’ [...]”.⁶⁷ Na imprensa escrita, esta é a única crítica feita diretamente pelo candidato Walter Jobim no que diz respeito ao apoio público de Vargas ao candidato da oposição.

A Comissão Executiva do Partido Social Democrático, sob a presidência de Osvaldo Vergara e com a participação dos candidatos ao legislativo estadual, bem como de “elementos de projeção do PSD”, após amplo debate, redigiu uma proclamação. O texto atacou diretamente Getúlio Vargas: “Não abandonamos ninguém, não atiramos sobre os companheiros de ontem a nossa crítica e a nossa censura injustas. Somos fieis à nossa palavra, à honra dos princípios do cavalheirismo”. Além disso, defendia veementemente a renúncia de Getúlio ao cargo de senador pelo PSD: “[...] por que o senador Getulio Vargas não mais pertence aos quadros do Partido e, conseqüentemente, não pode representar o seu pensamento no Senado Federal”.⁶⁸

O PTB, por sua vez, via *a pedido*, repeliu os ataques pessedistas a Getúlio Vargas. Preconiza-se a “conquista do povo” com programas que consubstanciem, na sua essência, as legítimas aspirações e atendam as reais necessidades da sociedade. Todavia, nos termos em que os petebistas pensavam, seus principais adversários estariam fazendo “politicagem grosseira e torpe”, num esforço “inútil de iludir o povo”. Principalmente, no que diz respeito à postura do PSD em relação a Vargas.

O Partido Social Democrático que nas eleições presidenciais, conquistou a vitória nas urnas mercê do extraordinário prestígio político de Getulio Vargas, parece estar agora decididamente disposto a mostrar ao povo rio-grandense o estado definitivo da sua progressiva decadência.⁶⁹

O PTB publicou na imprensa um documento intitulado: “Uma atitude estranhável” o qual fazia a defesa de Vargas perante aos ataques do PSD:

⁶⁷ *Correio do Povo*, 5 de dezembro de 1946, p. 12.

⁶⁸ *Correio do Povo*, 6 de dezembro de 1946, p. 12.

⁶⁹ *Correio do Povo*, 6 de dezembro de 1946, p. 5.

Os nossos antagonistas do Partido Social Democrático, no seu afan de combater, de atacar e de criar ondas [...] acabam combatendo e atacando a si próprios, ameaçados de submergir, inapelavelmente, nas mesmas ondas que eles levantaram. Não é outra coisa a atitude, assumida por aquele Partido, em relação ao senador Getulio Vargas. Compreendemos, perfeitamente, a raiva impotente dos nossos adversários, ao constatarem que o seu grande eleitor, sintonizando com o desejo do povo rio-grandense, decidiu-se a apoiar, iniludivelmente, a candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do Rio Grande do Sul. Compreendemos, o gesto tardio dos nossos adversários, que “expulsaram” de seus quadros aquele, em praça pública, anunciou pertencer ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Os petebistas, ao referenciar o “grande eleitor” do PSD, aludem ao apoio dado por Getúlio Vargas – às vésperas das eleições presidenciais de 1945 – à candidatura Dutra, ou seja, elemento importante para a vitória pessedista: evidenciando o capital político do ex-presidente diante do eleitorado. Já para as eleições de 1947, a nova variável no jogo político estadual era o apoio de Vargas ao candidato petebista Alberto Pasqualini, assim como o peso de sua influência em detrimento da candidatura Jobim.

Compreendemos, ainda que, quando por mais não fosse, até por uma simples lógica, de raposa que desdenha os saborosos cachos de uva colocados fora do alcance de seu apetite, os nossos opositores passassem a subestimar o prestígio do sr. Getulio Vargas. Mas daí, a iniciarem um ataque desabrido contra a pessoa do presidente de honra do P.T.B. e ao seu governo, vai um passo demasiadamente longo e perigoso, que a opinião pública do Rio Grande aprecia profundamente estarrecida. E essa atitude é tanto mais estranhável, é tanto mais grotesca, quando todo o Rio Grande sabe, perfeitamente, que os nossos opositores, ainda ontem endeusavam o homem que hoje procuram profligar. Ainda ontem, o seu candidato a governador e a maioria dos seus candidatos à Assembléia Legislativa, integravam, como figuras de proa, o governo do sr. Getulio Vargas [...]⁷⁰

O PTB utilizou-se – na propaganda política – do recurso da fábula “A raposa e as uvas”, atribuída ao escritor grego Esopo e que foi reescrita pelo poeta francês Jean de La Fontaine. Em outras palavras, os petebistas procuraram demonstrar que os pessedistas (raposa) desprezavam Vargas (uvas), pois não conseguiram obter seu apoio para as eleições estaduais.

Havia no seio do PSD – apesar da divisão entre a “ala dutrista e getulista”⁷¹ – aqueles que pretendiam uma aliança com o PTB e o apoio de Vargas. Para Walter Jobim – por exemplo –, interessava-lhe uma espécie de conciliação das divisões internas em torno de sua campanha. Todavia, a impossibilidade de uma aliança com os petebistas e

⁷⁰ *Correio do Povo*, 13 de dezembro de 1946, p. 5.

⁷¹ Sobre as “alas dutrista e getulista”, ver Oliveira (2008).

o afastamento de Vargas da candidatura pessedista frustraram as expectativas dos correligionários que almejavam essa articulação.

Para Bodea (1992, p. 43-44), “[...] Jobim, por cálculo eleitoral, evitaria até o final da campanha dar mesmo o mais leve tom antigetulista à sua retórica, receoso de perder preciosos contingentes de apoio [...]”. Também, de acordo com o brasilianista Carlos Cortés (2007, p. 196): “[...] Walter Jobim, evitou qualquer vestígio de antigetulismo na sua campanha [...]”.

Não obstante, na propaganda eleitoral, encontrada na imprensa escrita, destaca-se a postura agressiva do PSD em relação a Getúlio Vargas, sobretudo a partir do comício petebista de 29 de novembro de 1946: o personalismo, a questão da “palavra empenhada”, “ditador”, etc. É possível averiguar a existência de uma espécie de jogo duplo: de um lado, o discurso dos candidatos – eventualmente reproduzidos na imprensa escrita – e, de outro, a propaganda elaborada pelo partido – principalmente em forma de *a pedidos* – que demonstra significativo contraste.

1.5 As campanhas eleitorais: Walter Jobim X Alberto Pasqualini

Após o lançamento da candidatura Pasqualini, percebe-se um aspecto contrastante entre a campanha petebista e pessedista. Enquanto a primeira vinculava na imprensa escrita sua propaganda política de forma sistemática à segunda era praticamente inexistente⁷². Cabe destacar em relação à inércia pessedista na imprensa escrita (na rádio, o partido tinha horários de propaganda eleitoral) que Jobim fazia campanha desde a Convenção Estadual de 1945, e o PSD possuía uma organizada estrutura partidária, assim como o controle sobre o governo estadual.

Nesse sentido, havia um grande desafio para o PTB, sobretudo no interior do Estado onde a presença da estrutura pessedista era superior. Em outras palavras, PSD detinha maior capacidade de “fazer o eleitor”. Para Limongi (2015, p. 386-388), os partidos faziam os alistamentos, a impressão das cédulas, assim como o transporte dos eleitores. Torna-se impossível precisar a proporção do eleitorado escrito pelos partidos, porém o alistamento individual e voluntário era exceção. Portanto, a norma era o alistamento realizado pelos partidos, cujos agentes se encarregavam de todos os

⁷² A propaganda eleitoral pessedista publicada na imprensa escrita (principalmente via *a pedidos*) intensifica-se a partir do final do mês de dezembro de 1946.

trâmites, isto é, “fazer eleitores para fazer eleições” era uma prática disseminada entre os partidos políticos.

Durante o mês de novembro, os *a pedidos* publicados pelo PTB traziam muitos telegramas em solidariedade ao candidato Alberto Pasqualini, enviados de vários lugares do Rio Grande do Sul e, inclusive de outros Estados, demonstrando o prestígio do candidato petebista. Ao final de cada uma das mensagens apoiando o candidato petebista, seguia-se uma lista com as assinaturas dos apoiadores.⁷³ Também, os respectivos *a pedidos* abordavam: aspectos da plataforma petebista, os embates com outros partidos e, principalmente, reproduziam as falas de Pasqualini (discursos radiofônicos, entrevistas, palestras, etc.).

No *a pedido* intitulado “Mensagem do candidato do povo a todo Rio Grande”, Pasqualini faz um apelo as mulheres sul-rio-grandenses:

[...] vós mulheres rio-grandenses, mulheres ricas e pobres, mas que possuís em vossas almas iguais tesouros de sensibilidade e de compreensão humana; vós que tendes no coração o evangelho da bondade escrito pela própria natureza; vós que conheceis mais do que ninguém as necessidades e as dores da vida; vós que sabeis, mais do que ninguém o quanto é doloroso e pungente ver os filhos morrer por não ter os meios de socorrê-los, consenti que vos dirijamos o nosso apelo: dai a honra do vosso voto a quem julgardes digno de a merecer, mas não recuseis o auxílio e o apoio moral à causa que defendemos, porque é a causa dos humildes e dos desprotegidos.⁷⁴

Somente um mês após a publicação petebista, o PSD vai referenciar diretamente a mulher na imprensa escrita. Um *a pedido*, com avultado número de assinaturas de mulheres e intitulado “A Mulher Gaucha Com Valter Jobim, Pelo Bem do Rio Grande”: trazia um apelo para as que as “mães, esposas, filhas e noivas” votassem no candidato pessedista em defesa dos “lares ameaçados abertamente por uns e encobertamente por outros”, para a defesa dos “sentimentos de inspiração cristã, de amor à pátria e de amor a Deus”. O candidato Walter Jobim é apresentado como sendo um exemplo de pai, profissional criterioso e “[...] amigo dos fracos e oprimidos, como político de atitudes francas e retilíneas, como homem de governo e como homem do povo, é aquele em quem pode a mulher rio-grandense depositar a sua confiança [...]”.⁷⁵

Desde 1932, o voto da mulher brasileira tornou-se um direito e com o processo de democratização – a partir de 1945 – havia uma necessidade de mobilização eleitoral

⁷³ *Correio do Povo*, 23 de novembro de 1946, p. 03; *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1946, p. 03; *Correio do Povo*, 27 de novembro de 1946, p. 03; *Correio do Povo*, 29 de novembro de 1946, p. 05;

⁷⁴ *Correio do Povo*, 23 de novembro de 1946, p. 03.

⁷⁵ *Correio do Povo*, 24 de dezembro de 1946, p. 5.

feminina. Mas, o campo político era um espaço essencialmente masculino, pois no pós-guerra as mulheres tinham possibilidades limitadas quanto à projeção pública. Nessa campanha eleitoral, ambos os partidos por meio da luta simbólica possuíam uma perspectiva de conservação da visão do mundo social em relação à mulher: o princípio do lar e da família.

Foi Suely Gomes de Oliveira⁷⁶ quem “abriu as portas” da política sul-riograndense às mulheres em 31 de janeiro de 1951, quando foi empossada após ter sido eleita pelo PTB. Assim, relatou Pedro Simon⁷⁷ sobre aquele contexto histórico: “[...] Não me lembro de que houvesse alguma mulher que exercesse a função de juíza, ou desembargadora, ou de promotora, ou de diretora de um grande órgão público ou privado [...] não me lembro de nenhuma mulher [...] secretária de Estado [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 51).

Também, observa-se na campanha eleitoral para o governo estadual, de ambos os partidos, uma espécie de autodefinição acerca da alcunha de “candidato do povo” e “homem do povo” concernente aos seus candidatos para o governo estadual. Como já foi abordado anteriormente, no processo de democratização, o povo torna-se um agente político.

De acordo com Canêdo (2017, p. 92), na concepção de Bourdieu, o campo político não prevê um “corte fatal entre profissionais e profanos”, isto é, diferentemente dos campos de produção cultural e científica, não pode, pois, se libertar totalmente dos interesses sociais e dos grupos em nome dos quais a política se organiza. Os profissionais da representação agem em nome de representados que eles mesmos contribuíram para fazer existir e unificar – por exemplo, os “trabalhadores” –, sendo assim, o campo político revela o conjunto de transações operadas entre esses dois lados, capazes de produzir e manter uma legitimidade na base da crença política.

Outra questão importante quanto ao campo político é, conforme Bourdieu (1990, p. 200), compreender o “mistério do ministério” ou “jogo duplo”: o “profissional” (mandatário) não é um calculador cínico que engana conscientemente o povo (“mandantes” / “profanos”). No jogo político, obviamente existem casos de

⁷⁶ Celi Regina Jardim Pinto (2014, p. 565-587) analisou as condições do exercício dos mandatos legislativos de Suely de Oliveira a partir do exame de sua condição como mulher, a presença dela e a relação de estranheza naquele ambiente masculino, assim como a forma em que a própria deputada se via como mulher.

⁷⁷ Foi Deputado Estadual pelo PTB na legislatura de 1963-1967 e pelo MDB nas legislaturas de 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979. Também foi governador do Rio Grande do Sul (1987-1990) e Senador (1979-1987 e 1991 até 2015).

descompassos nos quais os interesses dos mandatários entram em conflitos com os interesses dos mandantes. Em muitos casos, os interesses do mandatário e os interesses dos mandantes coincidem em grande parte.

Destarte, exemplifica Bourdieu (1990, 201), o “jogo duplo” inerente ao campo político:

Existe um campo político [...] um universo autônomo, um espaço de jogo onde se joga um jogo que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes. Esse espaço político tem uma esquerda, uma direita, com os porta-vozes dos dominantes e os porta-vozes dos dominados; o espaço social também possui seus dominantes e seus dominados; e esses dois espaços se correspondem. Há uma homologia. Isso quer dizer que, *grosso modo*, aquele que ocupa no jogo político uma posição de esquerda *a* está para aquele que ocupa uma posição de direita *b*, assim como aquele que ocupa uma posição de esquerda *A* está para aquele que ocupa uma posição de direita *B* no jogo social. Quando *a* quer atacar *b* para acertar contas específicas, ele atende aos seus interesses específicos, definidos pela lógica da concorrência no interior do campo político, mas, ao mesmo tempo, atende aos interesses de *A*. Essa coincidência estrutural dos interesses específicos dos mandatários e dos interesses dos mandantes está na base do milagre do ministério sincero e bem-sucedido. As pessoas que atendem bem aos interesses de seus mandantes são pessoas que atendem a si mesmas ao atendê-los.

Torna-se elementar a mobilização eleitoral e a conquista de votos: os partidos precisam intensificar as relações entre o eleitor e o candidato. O candidato precisa construir sua popularidade eleitoral, sendo assim, uma das formas disso acontecer baseia-se na pretensa identificação entre o candidato e o eleitor (povo).

No que diz respeito ao “povo”, de acordo com Bourdieu (1990, p. 181):

[...] O fato de estar ou de se sentir autorizado a falar do “povo” ou para o “povo” (no duplo sentido: para o “povo” e no lugar do “povo”) pode constituir, por si só, uma força nas lutas internas dos diferentes campos, político, religioso, artístico, etc. – força tanto maior quanto menor for a autonomia do campo considerado. Máxima no campo político, onde se pode jogar com todas as ambiguidades da palavra “povo” (“classes populares”, proletariado ou nação, *Volk*) [...]

Para Bourdieu (1990, p. 184), no campo político, o uso do “povo” é mais diretamente rentável: essa estratégia permite àqueles que podem reivindicar uma forma de proximidade com os “dominados” apresentem-se como detentores de um direito de preferência sobre o “povo”. Nesse momento da propaganda eleitoral, tanto Walter Jobim quanto Alberto Pasqualini são apresentados como sendo agentes “do povo”.

Em outro *a pedido* petebista, é feito um alerta sobre os riscos da “exploração política” em torno do plano de eletrificação estadual,

Nada mais natural, numa campanha eleitoral [...] em plena democracia, do que a propaganda das correntes em luta [...] Infelizmente, porém, nem sempre essa propaganda é feita dentro da boa ética e baseada na verdade, com sincero proposito de esclarecer a opinião pública. Muitas vezes é apenas o interesse subalterno do voto, a conquista, a qualquer preço, do eleitor, que anima essa propaganda facciosa e pouco honesta [...] Procuram alguns líderes pessedistas, lançando mão, para isso, de todos os meios possíveis e impossíveis, fazer crer que, se o candidato do P.S.D. não fôr eleito, o plano de eletrificação do Estado não será levado a efeito! Só ele, na opinião do P.S.D., poderá levar a cabo essa obra [...] é necessário que todos os rio-grandenses saibam que o plano de eletrificação não é, absolutamente, de autoria do ilustre candidato do P.S.D. O plano de eletrificação do Rio Grande do Sul constitui uma das tantas necessidades do nosso Estado [...] o nome do atual candidato do P.S.D. está ligado ao plano de eletrificação por uma circunstância fortuita, qual seja a de se encontrar na Secretaria das Obras Públicas quando o governo central se dispôs a atacar esta obra [...] Não será necessário, como procura fazer crer de maneira leviana o P.S.D., que se eleja o sr. Valter Jobim, para que o Rio Grande do Sul possa viver às claras [...]”.⁷⁸

O PSD, por sua vez, respondeu tardiamente via *a pedido*. Assim, fez a reprodução de uma exposição de motivos – datada em 28 de setembro de 1944 – enviada por Walter Jobim – então secretário das Obras Públicas – ao interventor estadual acerca do esboço do Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul, elaborado pela Comissão Estadual de Energia Elétrica. O PSD procurou referenciar a autoria do respectivo plano ao seu candidato: “[...] o Plano de Eletrificação é um dos pilares fundamentais da obra administrativa a ser realizada pela clarividência de Walter Jobim no Estado”.⁷⁹

Analisando a apresentação das plataformas dos partidos na propaganda eleitoral é possível perceber a lógica do jogo no campo político por meio da concorrência dos agentes envolvidos a partir da produção de seus respectivos bens simbólicos. O campo político se encontra envolvido na luta política pela definição legítima do mundo social: a construção social da realidade. De um lado, estão os petebistas desqualificando a ação partidária e defendendo a eletrificação como uma necessidade administrativa para o desenvolvimento estadual. De outro, encontram-se os pessedistas apresentando o seu

⁷⁸ *Correio do Povo*, 26 de novembro de 1946, p. 03.

⁷⁹ *Correio do Povo*, 28 de dezembro de 1946, p. 6.

candidato como sendo o único capaz de dar continuidade ao Plano de Eletrificação (que havia sido lançado em 1945 e se encontrava em fase de implementação).⁸⁰

O PTB, na estratégia de utilização sistemática de *a pedidos*, procurou expor, na imprensa escrita, o discurso-plataforma pronunciado por Pasqualini no lançamento de sua candidatura. Conforme a propaganda petebista, o candidato recebeu a visita de um numeroso grupo de professores, na ocasião, falou sobre a importância do magistério: [...] O nosso programa se compõe [...] de vinte itens e dedicou um deles, especialmente, ao professorado [...] Sem a ação do professor nenhuma obra coletiva duradoura será possível realizar”.⁸¹

Os meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947 alteraram o ritmo da campanha eleitoral, isto é, foi um período de efervescência e acirramento na disputa eleitoral. Procurou-se construir a imagem pública⁸² dos agentes principais: Alberto Pasqualini e Walter Jobim. Além disso, os candidatos percorreram o interior do Estado objetivando aglutinar contingentes eleitorais e a zona colonial foi o campo de batalha eleitoral na fase final da campanha política. De acordo com Bodea (1992, p. 39-40), o PTB necessitava penetrar neste eleitorado, porém a barreira formada pela aliança PSD-PRP e pelo clero católico dificultava essa ação.

A partir de dezembro as campanhas eleitorais do PSD e do PTB se intensificaram, bem como o embate entre ambos partidos. Durante a pesquisa, evidencia-se que na imprensa escrita a propaganda petebista é significativamente mais corriqueira. Em *a pedido* petebista, intitulado “Advertencia ao Rio Grande”, o PSD – em sua hora de propaganda radiofônica – é acusado de utilizar linguagem “reles e caluniosa” contra o candidato Alberto Pasqualini. Exige-se da direção pessedista que não seja “conivente com seus escribas de baixo”. Além disso, percebe-se um tom de ameaça na propaganda do PTB: “[...] Se assim não for [...] podem estar certos de que receberão, toda vez que atacarem, o revide que merecem”.⁸³

Em outro *a pedido* petebista, intitulado “Candidato Vitorioso” – além de conter os telegramas de apoio ao candidato do PTB – definia Pasqualini como sendo um

⁸⁰ A respeito da questão da eletrificação no Rio Grande do Sul, ver: Ueda (2007, p. 181-185).

⁸¹ *Correio do Povo*, 27 de novembro de 1946, p. 3.

⁸² Conforme pesquisa realizada na Revista do Globo – nos meses de dezembro de 1946 e janeiro de 1947 –, a imagem construída em torno do candidato petebista Alberto Pasqualini era a de um “teórico”, “um filósofo sentimental”, bem como de “um intelectual possuidor de ideias sociais avançadas”. A imagem pública de Walter Jobim – candidato pessedista – era *diametralmente oposta*, isto é, de um “homem prático”, sugerindo ser uma característica elementar do “bom administrador”. Ver, (CRUZ, 2010, p. 75-100).

⁸³ *Correio do Povo*, 5 de dezembro de 1946, p. 7.

estadista: “[...] o caminho que se afasta das promessas falases, da sedução das formulas vãs [...] é o caminho que conduz [...] às verdadeiras soluções que o momento exige [...]”. Portanto, o candidato petebista se distingue dos demais homens públicos. “Ele não é um político, mas sim um estadista”.⁸⁴

O campo político é o espaço de uma disputa pela adesão do maior número de eleitores. Os principais agentes dessa luta são os partidos políticos. No jogo das oposições e distinções, os petebistas procuravam convencer o eleitorado que o seu candidato ao cargo majoritário estadual estava acima dos interesses propriamente políticos, pois na condição de “estadista” o que lhe interessava eram as soluções para os problemas de Estado.

Para Diego Orgel Dal Bosco Almeida (2015, p. 219), a passagem de Alberto Pasqualini pelos cargos administrativos durante a vigência do Estado Novo – no Rio Grande do Sul – proporcionou que sua figura política ficasse reconhecida em âmbito nacional. Segundo o mesmo autor (2015, p. 219), em virtude de sua atuação, Pasqualini “[...] já era reconhecido pelos seus principais interlocutores como um notável portador de conhecimentos técnicos e como um político que, paradoxalmente, definia-se longe do fenômeno partidário e próximo do sentido técnico-administrativo da gestão pública”.

O fato de Pasqualini – em pleno regime estadonovista – entrar em conflito várias vezes com a orientação federal lhe trouxe significativos dividendos políticos. Esses créditos eram utilizados no jogo político para legitimar a imagem de “estadista” do candidato petebista ao cargo majoritário estadual.

Em *a pedido*, mandado publicar pelo PTB, o próprio partido fez uma análise do contexto eleitoral e demonstrou a singularidade da participação popular nas eleições, assim como a importância do voto secreto. Os adversários políticos são denominados de “profissionais da demagogia”, “fariseus” e “falaciosos cavadores de votos”. Além disso, abordou a espontaneidade popular em torno da candidatura de Alberto Pasqualini “[...] cuja capacidade, coerência, talento, cultura e ação, é motivo de orgulho para todos os bons riograndenses patriotas e amantes de sua terra [...]”.⁸⁵

O conteúdo da propaganda revela alguns elementos importantes. Primeiro, a distinção do candidato do PTB em relação aos seus adversários: de um lado, o “estadista” e, de outro, os “profissionais da demagogia”. Segundo, o caráter popular da candidatura Pasqualini. Terceiro, podemos inferir que a ênfase da propaganda petebista

⁸⁴ *Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1946, p. 3.

⁸⁵ *Correio do Povo*, 28 de dezembro de 1946, p. 7.

na “importância do voto secreto” está associada ao controle da máquina pública por parte dos pessedistas e das eventuais práticas de coerção eleitoral.

A mudança do ritmo na campanha por meio do acirramento da disputa eleitoral torna-se notória. Há poucas semanas da votação a propaganda partidária – publicada na imprensa escrita – exaspera-se. O PTB, por exemplo, no texto intitulado “Algumas verdades precisam ser ditas”, assinado por Orlando Loureiro, tecia críticas ao PSD concernente a supostos ataques dessa agremiação ao candidato Alberto Pasqualini. De forma irônica, compara a plataforma de Walter Jobim a uma “cartola mágica” permeada de “planos fabulosos”. Por fim, o texto apresenta uma desconstrução da imagem de administrador do candidato pessedista utilizando entre outros artifícios, o sarcasmo: “[...] o genial autor de planos mirabolantes [...] se a presente campanha política durasse mais algum tempo, acabariam por associar seu nome à descoberta da bomba atômica, à invenção do microscópio eletrônico [...] ao aperfeiçoamento da penicilina [...]”.⁸⁶

O PSD, por sua vez, em *a pedido* denominado “Quem é o responsável?” faz um panorama dos dissidentes do PTB em virtude de uma suposta “maneira totalitária da Executiva Estadual” deste partido. As críticas recaem sobre as lideranças partidárias: Vecchio⁸⁷, Loureiro da Silva e, sobretudo, Pasqualini. Para tanto, é construída uma narrativa metafórica, sendo que Pasqualini é o “maquinista”, os dissidentes petebistas são “todo mundo”, e o “precipício” é a derrota eleitoral. De acordo com o texto, o candidato Pasqualini “[...] se revelou tão inexperiente maquinista que todo o mundo está saltando do trem, antes que este desande nalgum precipício”.⁸⁸

Em artigo escrito pelo candidato a deputado estadual Adail Moraes – mandado publicar na imprensa pelo PSD –, reforça-se a imagem de administrador de Walter Jobim – principalmente ressaltando o Plano de Eletrificação – em detrimento da imagem de Pasqualini, sendo o último apresentado como “displicente” e “evasivo”. Assim, sarcasticamente, Adail Moraes refere-se a Pasqualini: “[...] Seja menos reticente, menos impreciso, vago, fantasioso e palavroso – e mostre soluções concretas [...]”.⁸⁹

A propaganda eleitoral produzida pelos partidos e reproduzida na imprensa escrita demonstra um processo de construção de imagens públicas dos candidatos. Para Wilson Gomes (2004, p. 193), as imagens públicas – no campo político – estão

⁸⁶ *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1946, p. 7.

⁸⁷ Sobre a trajetória de José Vecchio no sindicalismo, na política e no trabalhismo no Rio Grande do Sul, ver: Ferreira (2000).

⁸⁸ *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1946, p. 9.

⁸⁹ *Correio do Povo*, 4 de janeiro de 1947, p. 5.

inseridas em um processo de disputas simbólicas, ou seja, a construção de representações positivas ou negativas de uma personagem política.

Conforme Maria Helena Weber (2004, p. 193), a imagem pública dos sujeitos é formada por meio da combinação entre representações visuais e mentais. Ela é resultado da imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder, sendo assim, as imagens têm a capacidade de representar algo. As disputas ocorrem entre diferentes imagens públicas dentro do campo político.

Walter Jobim é representado como um “administrador” preocupado, sobretudo com o “desenvolvimento econômico do Estado”. Já Alberto Pasqualini é identificado como um “intelectual” dotado de “ideias sociais”, bem como um “estadista” que está acima dos interesses partidários. Ambos os candidatos são representados como agentes “do povo” e possuidores de valores cristãos, bem como democráticos.

De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998, p. 185-186), “Em política, dizer é fazer, fazer crer que se pode fazer o que se diz”. Conforme a perspectiva bourdieusiana: “A verdade da promessa ou do prognóstico depende da veracidade e também da autoridade daquele que os pronuncia, quer dizer, da sua capacidade de fazer crer na sua veracidade e na sua autoridade”.

No presente trabalho, utilizaremos o conceito de capital político, considerando que sua convicção de verdade está assentada na crença e no reconhecimento: “[...] o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 188). Nos termos em que ele pensava: “O capital político é uma forma de capital simbólico⁹⁰, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem” (BOURDIEU, 1998, p. 188).

Bourdieu (1998, p. 190-194), define duas espécies de capital político: o “capital pessoal” e o “capital delegado”. Sobre o primeiro,

[...] o homem político deve a sua autoridade específica no campo político [...] à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido,

⁹⁰ “O capital simbólico de um indivíduo (mas também de um grupo, de uma instituição, de um país, etc.) é definido pelo ‘olhar’ depositado (o ‘valor’ dado) pelo resto da sociedade sobre esse indivíduo (e, respectivamente, sobre esse grupo, essa instituição, esse país). Há, portanto, uma dimensão intrinsecamente ‘relacional’ e coletiva. É, antes de tudo, o estatuto simbólico, em sua dimensão mais concreta, que corresponde ao fato de ser ‘reconhecido’ e ‘valorizado’ [...] A exposição midiática está, por exemplo, na origem de formas particulares de capital simbólico que erigem indivíduos em personalidades públicas [...]” (LEBARON, 2017, p. 102-103).

sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso das lutas passadas, e primeiro em forma de postos – no aparelho ou fora do aparelho – e de militantes ligados a esses postos. O capital pessoal de ‘notoriedade’ e de ‘popularidade’ – firmado no facto de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma reputação’, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conversão de uma ‘boa reputação’ – é frequentemente produto de reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência [...]

Dessa forma, o capital político pode ser obtido a título pessoal: de notoriedade e popularidade. Walter Jobim e Alberto Pasqualini – postulantes ao cargo majoritário estadual – eram profissionais do campo político que detinham capital político acumulado no decorrer de suas trajetórias. Tanto o candidato pessedista quanto o petebista estavam ligados ao antigo Partido Libertador até o início do período estadonovista: momento de redefinições no espectro político.

De um lado, Walter Jobim o candidato do PSD, atuou como advogado, promotor público e juiz de direito. Conforme uma interpretação bourdieusiana, o seu perfil está inserido naquilo que foi denominado pelo sociólogo francês de grupo restrito ou monopólio de profissionais, isto é, indivíduos com acesso a instrumentos materiais e culturais, sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.⁹¹ Jobim havia apoiado o movimento revolucionário de 1930 e tinha sido eleito deputado federal pela Frente Única Gaúcha (FUG) em 1934. Também, ocupou durante o Estado Novo importantes

⁹¹ Para Maria Alice Nogueira (2017, p. 104-105): “Por analogia ao pensamento de Marx sobre o processo de acumulação dos recursos materiais nas mãos de um determinado grupo social, Bourdieu toma-lhe de empréstimo o termo ‘capital’, acoplando-o ao qualitativo ‘cultural’, para deixar bem claro que se trata de uma outra dimensão da realidade social, a qual – ainda que menos tangível – implica igualmente na produção, distribuição e consumo de (um tipo específico de) bens capazes de render dividendos, ou seja, de proporcionar lucros simbólicos a seus detentores. Para o autor, esse conjunto de bens simbólicos abarcados sob a expressão de ‘capital cultural’ pode existir sob três modalidades: a) em seu estado incorporado, apresenta-se como disposições ou predisposições duradouras que se entranham no corpo de uma pessoa, tornando-se suas propriedades físicas (ex.: posturas corporais, esquemas mentais, habilidades linguísticas, preferências estéticas, competências intelectuais, etc.) [...] b) em seu estado objetivado, configura-se como a posse de bens materiais que representam a cultura dominante (ex.: livros, obras de arte e toda sorte de objetos armazenados em bibliotecas, museus, laboratórios, galerias de arte, etc.); c) em seu estado institucionalizado, manifesta-se como atestado e reconhecimento institucional de competências culturais adquiridas (ex.: diploma e todo tipo de certificados escolares) [...] segundo Bourdieu, em sociedades como as nossas, o espaço social está estruturado por dois princípios principais de diferenciação que repousam sobre as duas mais importantes formas de capital – o capital econômico e o capital cultural –, as quais se encontram desigualmente distribuídas entre a população e operam em favor da reprodução das estruturas de dominação, embora os bens simbólicos o façam de um modo mais indireto e menos perceptível [...]”.

secretarias no executivo estadual: a secretaria de Obras Públicas (de 1937 a 1939 e de 1943 a 1945) e a Secretaria do Interior (nos últimos três meses de 1944 e em 1946).

Pode-se constatar que o PSD – em sua propaganda eleitoral – explorou ao máximo a trajetória e o consequente capital acumulado de seu candidato enquanto ele atuou na administração estadonovista. Durante a campanha Walter Jobim, foi apresentado pelo partido como sendo figura essencial para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Destacou-se sua atuação em relação às políticas de infraestrutura: rodovias, saneamento e o plano de eletrificação. Cabe lembrar que, no campo político, é necessário “fazer crer que se pode fazer o que se diz” e a verdade das “promessas” depende da “autoridade” e da “confiança” daquele que as pronuncia. Na lógica do PSD – considerando o capital acumulado pelo pessedista –, Jobim seria o melhor candidato para enfrentar os problemas estaduais.

De outro, está Alberto Pasqualini, o candidato do PTB, com a sua imagem de intelectual que lhe acompanhava desde o período em que frequentava o curso de Direito. Da mesma forma que seu adversário, Pasqualini também atuou como advogado, apoiou o movimento que, em outubro de 1930, depôs o presidente Washington Luís e conduziu Getúlio Vargas ao poder. Eleito vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador (PL), exerceu o mandato entre 1936 e novembro de 1937⁹². Durante o Estado Novo, foi membro do Departamento Administrativo entre 1939 e 1944. Em 1944, durante a interventoria de Ernesto Dornelles, chefiou a secretaria do Interior e Justiça. Além disso, como já foi visto, Pasqualini tornou-se figura exponencial na estruturação da União Social Brasileira (USB) alcançando significativa projeção pública.

Conforme Almeida (2015, p. 152):

[...] Pode-se afirmar que quando Alberto Pasqualini ingressou definitivamente nas hostes do PTB, a sua figura política, associada à imagem pública conquistada nos anos anteriores, encontrava-se em franca projeção nacional. Os cargos públicos que o personagem ocupara nos anos anteriores asseguraram o reconhecimento estadual e nacional [...] Além disso, a utilização da imprensa como canal de contato com parte da opinião pública garantiria ao personagem um meio de expressar

⁹² Margaret Marchiori Bakos (1996, p. 171-172) relata um episódio de Pasqualini – então vereador na capital – que ilustra o capital político acumulado ao longo de sua trajetória pública. Conforme escreve a autora, havia uma solicitação de um “cidadão” para que lhe fosse concedida a dispensa de pagamento de 50% da dívida referente ao imposto predial sobre diversos chalés de madeira de sua propriedade, alugadas para operários. O vereador Pasqualini – embora declarando-se favorável da causa dos operários – manifesta-se contrário à respectiva postulação, alegando a inexistência de provas que evidenciem que os operários estejam sendo beneficiados. Pasqualini advogava proteção ao “capital que se destina a beneficiar o operário e não ao capital empregado na exploração do operário”. Para a autora é possível ver Pasqualini “no papel de advogado dos pobres”, pois procura “resgatar os propósitos ocultos da petição, revelando possíveis atos de má-fé do suplicante”. Finalmente, a petição é indeferida pelos Conselheiros.

suas ideias e posições, tal como ocorreu no momento do lançamento do manifesto da USB [...] a USB se configurava, na vida pública desse complexo personagem, como a materialização efetiva de sua projeção política em nível nacional, ou seja, a partir dali Alberto Pasqualini passava a interferir no jogo político nacional [...] Outra variável importante em relação à USB foi que ela permitiu a Alberto Pasqualini o ingresso no PTB já enquanto uma liderança política de renome [...]

Observa-se, na trajetória de Pasqualini, o significativo acúmulo de capital político. E de que forma isso foi utilizado na campanha eleitoral? Analisando a propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita é possível identificar os principais símbolos mobilizados em relação a Pasqualini. Diferentemente dos aspectos encontrados na pesquisa realizada na Revista do Globo – mencionada anteriormente –, ou seja, enfatizando a imagem construída de um “teórico”, assim como de “um filósofo sentimental”, encontramos nos jornais a construção de um “candidato do povo” cuja sua maior preocupação seria com as “injustiças sociais”.

Assim, Bourdieu (1998, p. 190-194), define o “capital delegado”:

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da acção dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade [...] A delegação do capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em ‘máquinas’ políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias. Ela é própria de empreendimentos políticos já com muitos anos, que acumularam um importante capital político objectivado, em forma de postos no seio do próprio partido, em todas as organizações mais ou menos subordinadas ao partido e também nos organismos do poder local ou central e em toda a rede de empresas industriais ou comerciais que vivem em simbiose com esses organismos [...]

Destarte, considerando o contexto de democratização – a partir da estruturação dos grandes partidos nacionais e da reorganização político-partidária sul-rio-grandense – torna-se razoável analisar a disputa eleitoral entre o PSD e o PTB à luz do conceito bourdieusiano de capital pessoal. Em outras palavras, os respectivos partidos não poderiam investir capital em determinados agentes, pois estavam se formando recentemente. Ao contrário de outros partidos – tais como o PCB e o PL – tanto o PSD quanto o PTB configuravam-se como novas siglas naquele novo cenário político.

No entanto, observa-se na propaganda do PTB – veiculada na imprensa escrita – uma espécie de capital delegado, pois a imagem de Getúlio Vargas⁹³ foi sistematicamente ligada à candidatura Pasqualini. O partido reproduzia excertos do discurso de Getúlio Vargas – pronunciado no comício do dia 29 de novembro de 1947 – enfatizando o PTB como “um verdadeiro partido nacional” e criticando os opositores como sendo “partidos que negam a igualdade social”.⁹⁴No jogo político, o partido apresentava-se como herdeiro do projeto trabalhista do período estadonovista principalmente em virtude dos direitos sociais. O respectivo projeto estava associado à figura pessoal de Getúlio Vargas⁹⁵ – agente dominante do campo político e possuidor de grande capital político acumulado – razão pela qual a propaganda petebista sul-riograndense utilizava-se pragmaticamente da retórica varguista para a obtenção de dividendos no mercado eleitoral, apesar da ausência de personalismo em torno de Vargas no discurso pasqualinista.⁹⁶

Cabe ressaltar um aspecto elementar para a compreensão da disputa eleitoral. Os discursos do candidato – nos comícios, programas de rádio, etc. – eram muitas vezes reproduzidos na propaganda eleitoral veiculados na imprensa escrita. Contudo, é prudente lembrar que a propaganda sistemática – na página político-partidária e nos *apêndices* – era produzida, sobretudo pelas comissões e subcomissões do partido. Destarte, por exemplo, havia a ausência de personalismo em relação a Getúlio Vargas na retórica do candidato Alberto Pasqualini, mas, na propaganda eleitoral do PTB, a sua presença era constante. Nas campanhas eleitorais de pessedistas e trabalhistas, pode-se constatar o jogo duplo, ou seja, o contraste entre partidos e seus respectivos candidatos.

A propaganda política e os discursos dos candidatos – publicados nos jornais – resultam do jogo de oposições e distinções dos agentes na disputa política. De acordo com a teoria bourdieusiana, a disputa no campo político assume uma forma de “[...] luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 174).

⁹³ Getúlio Vargas era possuidor de grande prestígio tendo acumulado grande volume de capital político em sua trajetória. O capital político de Getúlio Vargas será analisado no capítulo subsequente.

⁹⁴ *Correio do Povo*, 12 de dezembro de 1946, p. 5.

⁹⁵ Sobre o trabalhismo como produto do Estado Novo, suas ideias, práticas, crenças e símbolos comuns, Ver: (GOMES, 2005).

⁹⁶ Segundo Bodea (1992, p. 41), ao contrário do que ocorria em âmbito nacional, no discurso de Pasqualini do referido contexto, é notória a ausência concernente à liderança de Getúlio Vargas. “[...] Alberto Pasqualini expõe sua doutrina visando às colocações de conteúdo programático e doutrinário em detrimento da ênfase “getulista”, ou seja, a bandeira “antiimperialista” e a “questão nacional”

Segundo Bourdieu (1998, p. 174), o campo político é o espaço social de luta para conquistar a adesão dos cidadãos – o voto – e também uma luta para fins de manutenção ou subversão da “distribuição do poder sobre os poderes públicos”. Os agentes desta luta são principalmente os partidos: “organizações de combate” especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta forma sublimada de “guerra civil”, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir.

Conforme a perspectiva bourdieusiana, para obter esta mobilização duradoura, os partidos políticos devem: “impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos” e “conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários”. Nos termos em que ele pensava, a produção das ideias sobre o mundo social encontra-se subordinada “à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número” (BOURDIEU, 1998, p. 174-175).

O PSD e o PTB produzem ideias-forças objetivando atender as demandas da sociedade sul-rio-grandense. Essas ideias-forças funcionam como força de mobilização. Se o princípio de divisão proposto por um partido for reconhecido pelas pessoas, se o seu *nomos*⁹⁷ for compartilhado pela maior parte dos eleitores, as ideias adquirem força e legitimidade. Em suma, trata-se da disputa pela legitimação da imposição dos princípios de visão e divisão do mundo social.

Para tanto, torna-se elementar considerar a lógica relacional entre os partidos, por meio do jogo das oposições e das distinções. Para Bourdieu (1998, p. 178), “[...] Os partidos [...] só tem existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”.

Os pessedistas – no jogo de oposições e distinções – buscaram diferenciarse de seus principais opositores por meio de uma propaganda permeada pela imagem pública e o capital político de seu candidato Walter Jobim: “o bom administrador”. Em linhas gerais, o programa girava em torno de apresentar soluções práticas para os problemas infraestruturais do Estado, por exemplo, o “plano de eletrificação”. Também,

⁹⁷ Segundo Cristina Carla Cardoso de Medeiros (2017, p. 281) a noção de *nomos* na abordagem sociológica de Pierre Bourdieu serve para explicitar o conceito de campo. É o princípio de visão e divisão constitutivo de um campo, tal princípio atuaria como uma “lei fundamental”, ou seja, uma ordem instituída nas estruturas objetivas de um universo socialmente regulado e nas estruturas mentais daqueles que nele se inserem e que tendem, por isso, a aceitar como evidentes as injunções inscritas na lógica imanente de seu funcionamento.

apresentava-se como agente fundamental no campo político para a consolidação da democracia. O partido – em sua propaganda eleitoral – associava a figura de Vargas como uma ameaça à ordem democrática e o PTB como incentivador da “luta de classes”. Enquanto isso, Alberto Pasqualini era representado como desconexo da realidade estadual e portador de uma “retórica evasiva”, isto é, “sem soluções concretas” para os problemas enfrentados pela sociedade do Rio Grande do Sul.

Já os petebistas utilizaram a retórica da “divisão de águas” entre os partidos. O PTB seria um partido dotado de um programa progressista voltado para o desenvolvimento econômico baseado na justiça social. Diferentemente de seus adversários: “as chamadas correntes tradicionalistas ou conservadoras”. A propaganda eleitoral valia-se do capital político de Pasqualini apresentando-o como continuador das políticas sociais do período Vargas. O candidato pessedista Walter Jobim era criticado por limitar-se as questões de infraestrutura, bem como procurava-se desqualificar sua plataforma de governo, denominada de “planos fabulosos”.

É possível identificar pontos convergentes e divergentes acerca dos programas apresentados – na imprensa escrita – por meio da propaganda eleitoral dos respectivos partidos. Ambos preocupavam-se com a ampliação e o melhoramento da infraestrutura estadual – transportes e energia –, assim como com o desenvolvimento econômico sul-rio-grandense por meio da industrialização. Também, concordam no que diz respeito às populações rurais quanto à necessidade de melhorias nas condições de produção e de trabalho.

Não obstante, a expansão da legislação trabalhista para o meio rural era vista negativamente pelo PSD, pois os pessedistas eram reticentes quanto à intervenção do governo naquele espaço. Ressalta-se que a base social pessedista estava, sobretudo, entre os produtores rurais que controlavam significativamente as instâncias locais de poder. Conforme Pesavento (1990, p. 128), para os pessedistas: “[...] o desenvolvimento econômico deveria partir do incentivo à industrialização. A indústria deveria incentivar e beneficiar os produtos oriundos da agropecuária, o que demonstra a ligação direta com o ruralismo sul-rio-grandense [...]”.

O discurso pasqualinista – permeado por princípios de natureza distributiva e assistencial – propôs a intervenção de um Estado protetivo cuja principal finalidade seria defender o povo contra todas as formas de exploração. Desse modo, entendemos que a retórica do candidato petebista e o respectivo programa partidário de cunho social-reformista é uma chave explicativa para compreendermos o distanciamento dos

partidos “de dentro” no jogo político: o PTB representando um campo progressista e, o PSD como expoente de um campo conservador.

1.6 Partidos e candidatos: As dimensões cristã/democrática e o anticomunismo

Nas eleições de 1947, o caráter cristão e democrático dos partidos políticos e dos candidatos tornou-se premissa básica no que concerne à aceitabilidade frente ao eleitorado sul-rio-grandense. Tanto pessedistas quanto petebistas, por meio das páginas político-partidárias e “A Pedidos”, procuravam demonstrar o perfil cristão e democrático de seus programas e, ao mesmo tempo, desqualificar os opositores políticos, acusando-os de não possuírem tal perfil. Portanto, em uma perspectiva bourdieusiana trata-se do jogo de oposições e distinções inerente ao campo político.

De acordo com a página político-partidária do PSD, no jornal *Diário de Notícias*, o partido se autodenominava social, democrata e cristão.

Sem ser um partido capitalista, sem ter quaisquer compromissos de formação ideológica com os princípios do liberalismo burguês, mas sendo, como é, social e democrático, busca atender, numa conciliação econômico-política, de ordem iminentemente cristã, os interesses da produção, da distribuição e do consumo [...] não somos um partido de classe; somos e queremos ser, puro e simplesmente um partido do povo, sem para isso recorreremos aos artifícios da nomenclatura. Seremos, assim, a força controladora da nação, e falaremos em nome do povo, protestaremos em nome do povo e faremos política em benefício do povo, porque tal não constitui, privilégios de agitadores impenitentes, na sua faina de pregação demagógica.⁹⁸

O programa do PSD apregoava a “igualdade de oportunidades”. De um lado, criticou o liberalismo exacerbado que é criador do “capitalismo pagão”; de outro, exortou qualquer afinidade com o comunismo, considerando-o “essencialmente mau”.⁹⁹ Encontram-se presentes, no discurso pessedista, acusações diretas ao PTB, caracterizando os petebistas como demagogos e adeptos do totalitarismo.¹⁰⁰ Além disso, foram feitos ataques diretos ao candidato Alberto Pasqualini, sobretudo acusando-o de comunista.¹⁰¹

O social-reformismo, encontrado na retórica do candidato petebista Alberto Pasqualini – no contexto que o anticomunismo manifestava-se como símbolo a pautar

⁹⁸ *Diário de Notícias*, 11 de dezembro de 1946, p. 10.

⁹⁹ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, 08 de dezembro de 1946, p. 24.

¹⁰¹ *Diário de Notícias*, 12 de janeiro de 1947, p. 11.

as disputas políticas –, era associado ao comunismo pelos seus adversários. A luta política é também uma luta simbólica, assim como a dinâmica relacional é a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro.

O PTB, por sua vez, via *a pedido*, intitulado: “O Rio Grande não precisa temer pelo dia de amanhã”, acusa os adversários de utilizarem uma propaganda eleitoral “venenosa e desonesta” contra o candidato petebista. A propaganda política está permeada pelo binômio cristão/democrático: premissa elementar aos postulantes do cargo majoritário estadual. “[...] Sabe todo o povo do Rio Grande que ninguém é mais democrata e mais cristão do que Alberto Pasqualini [...]”.¹⁰²

Os petebistas defendiam-se das acusações dos seus adversários e utilizavam-se da mesma estratégia: o anticomunismo. A aproximação entre pessedistas e comunistas para o pleito de 19 de janeiro de 1947 era tema recorrente na propaganda petebista: “[...] Não será demais [...] advertir os senhores do PSD, mais uma vez, de que [...] o povo ficará sabendo [...] a QUEM os comunistas apoiarão realmente, bem como será informado de outros fatos que o PSD certamente não deseja ver revelados [...]”.¹⁰³

O jornal *Correio do Povo* – no movimento político estadual – noticiou que a Liga Eleitoral Católica havia enviado, no início de dezembro do corrente ano, aos candidatos ao pleito majoritário estadual sul-rio-grandense, bem como aos partidos políticos um ofício contendo os postulados mínimos da LEC os quais foram resumidos nos três seguintes itens:

- Mantida, embora, a separação da Igreja do Estado, propugnará V. Excia. Pela colaboração de ambos, em prol do interesse coletivo [...] no que tange ao ensino e a assistência social? – Seguirá V. Excia. no governo as diretrizes contidas nas encíclicas dos Sumos Pontífices relativamente a proteção da família, à educação da infância e da mocidade, bem como no que diz respeito à natureza e à solução dos problemas economicos e sociais? – Rejeitará V. Excia. a colaboração em qualquer terreno com o comunismo ateu e impedirá dentro das leis vigentes a nomeação de adeptos do Partido Comunista Brasileiro para cargos de direção no governo do Estado e no magistrado publico?¹⁰⁴

As primeiras respostas foram de Décio Martins Costa e de Alberto Pasqualini. O jornal *Correio do Povo* publicou as respostas dos candidatos a LEC. Assim, respondeu o candidato petebista Alberto Pasqualini,

¹⁰² *Correio do Povo*, 11 de dezembro de 1946, p. 5.

¹⁰³ *Correio do Povo*, 14 de dezembro de 1946, p. 3.

¹⁰⁴ *Correio do Povo*, 8 de dezembro de 1946, p. 24.

Senhor presidente da L.E.C. [...] Em resposta, tenho a honra de declarar a v. excia. que a materia do primeiro e do segundo quesito faz parte do programa que o P.T.B. executará na hipotese de vencer as eleições do Estado. Quanto ao terceiro quesito o assunto já foi objeto de deliberação partidaria, conforme poderá certificar-se v. excia. pelo teor do documento junto. A essa deliberação estou vinculado como candidato do Partido Trabalhista [...]¹⁰⁵

À resposta, Alberto Pasqualini anexou o seguinte documento, assinado por José Vecchio, presidente estadual do PTB,

Porto Alegre. 16 de novembro de 1946. Exmo. Sr. Dr. Alberto Pasqualini. DD. Candidato a Governador do Estado pelo P.T.B. – Nesta. A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro secção do Rio Grande do Sul, hoje reunida para tratar de diversos assuntos de interesse do Partido, tem a honra de transmitir a v. excia. o teor da mocção aprovada pela Convenção do Partido, em II do mês corrente e em virtude da qual o Partido Trabalhista “jamais poderá aceitar o apoio oficial de partidos previstos no art. 25 do nosso estatuto partidario, isto é, de partidos de feição totalitaria e reconhecidamente reacionarios, materialistas e ateus”. Em consequencia dessa resolução e do espirito que a ditou não poderá o futuro governo, na hipotese de vir a ser vitorioso o Partido Trabalhista, aceitar a colaboração de elementos extremistas, ressalvados os direitos que, por força da Constituição e das leis, assista a cada um quanto ao ingresso nos cargos públicos que não sejam de livre nomeação do governo. Sem mais, vale-se do ensejo para reiterar a v. excia. seus mais vivos protestos de elevada estima e profundo respeito. Muito atentiosamente: (ass.) José Vecchio, presidente.¹⁰⁶

Tardiamente, o PSD também se manifestou em relação aos postulados da LEC,

Exmos. Srs. Drs. Raul Moreira e Edmundo Casado Marques , dd. Presidente e Secretário da LEC.
[...] O Partido de que sou candidato, já em sua constituição, muito antes, de qualquer iniciativa da Liga Eleitoral Católica, inscrevia em seu programa todos os pontos fundamentais da doutrina cristã [...] podem VV.SS. estar certos de que, uma vez eleito Governador do Estado, jamais dispensarei a colaboração que a Igreja vem proporcionando [...] Julgando haver, por esta forma satisfeito a solicitação de VV. SS. Firmo-me com elevada estima e consideração. (a) – Walter Jobim.¹⁰⁷

O PTB, em *a pedido*, assinado pelo Diretório Estadual do partido e intitulado “Aceitamos o desafio”, responde ao PSD em virtude da acusação feita pelos “portavozes oficiais” desse partido – em propaganda radiofônica na Radio Farroupilha – a qual Pasqualini foi caracterizado como “contra Deus e a religião”. Para os petebistas, se os seus adversários queriam transformar as eleições em uma campanha religiosa,

¹⁰⁵ *Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1946, p. 16.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, 10 de dezembro de 1946, p. 16.

¹⁰⁷ *Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1946, p. 14.

mesmo contrariando a vontade de seu candidato, o PTB aceitaria o “desafio”, disposto a “provar QUEM, em verdade, sempre foi e ainda é contra Deus, contra a religião e contra a Igreja”. Além disso, o partido afirma que dispõe de material “para desmascarar os falsos cristãos”. Os petebistas ameaçavam divulgar artigos escritos “em outros tempos” pelo candidato pessedista e que eram editados em uma revista anticlerical no município de Santa Maria.¹⁰⁸

Quem é contra Deus, contra a Religião, contra a Igreja e contra o Clero, não é Alberto Pasqualini, mas sim alguém que hoje veste pele de cordeiro para atrair o voto dos católicos e que em outros tempos, em escritos publicados numa revista anti-clerical que se editava em Santa Maria, fez virulenta campanha contra a Igreja Católica e seus dignos Sacerdotes. Temos todos esses artigos em nosso poder e os publicaremos se quiserem levar a luta para esse terreno.¹⁰⁹

Conforme Cruz (2010, p. 143), é admissível que Walter Jobim estivesse – de fato – em plena campanha pelo interior do Rio Grande do Sul, porém é razoável pensar que sua significativa demora em responder os postulados da LEC tivesse um “embaraço resultante da postura que até então mantivera acerca da Igreja Católica”. Não obstante, no jogo político – o qual necessita-se conquistar a adesão do eleitor – a atuação dos profissionais não pode afastar-se totalmente dos interesses sociais. Para Cortés (2007, p. 197): “[...] Buscando votos católicos, o antigamente anticlerical Jobim defendeu, com vigor, uma série de exigências postas pela Liga Eleitoral Católica [...]”.

As direções partidárias (UDN, PL, PSD, PRP e PTB) posicionaram-se de forma favorável aos três requisitos. Destarte, a LEC proclamou ao eleitorado sul-rio-grandense ser lícito aos católicos votarem em qualquer um dos candidatos das respectivas siglas. Todavia, os católicos “sob pena de violar um grave dever de consciência”, não poderiam votar “[...] nos candidatos do Partido da Esquerda Democrática e do Partido Comunista Brasileiro”, pois “[...] o programa destes partidos se acha em flagrante e irreduzível oposição à doutrina católica”.¹¹⁰

Em campanha pelo interior do Estado, o candidato Alberto Pasqualini expôs sua doutrina visando dar clareza às colocações de conteúdo programático e doutrinário. No comício realizado em 14 de dezembro de 1946, no município de Caxias do Sul¹¹¹,

¹⁰⁸ *Correio do Povo*, 1 de janeiro de 1947, p. 5.

¹⁰⁹ *Correio do Povo*, 1 de janeiro de 1947, p. 5.

¹¹⁰ *Correio do Povo*, 22 de dezembro de 1946, p. 22.

¹¹¹ “[...] é notória a ausência, no discurso de Pasqualini de 1946-47, de quaisquer referências à liderança de Vargas e ao getulismo – eixo central do discurso petebista em outros estados. Ausentes também,

Alberto Pasqualini transmitiu o seu pensamento político.¹¹² Refutou o “capitalismo individualista” e o “totalitarismo comunista” – demonstrou posição contrária à coletivização dos meios de produção no Brasil – e fez referência à existência de um “capitalismo solidarista” por meio de legislação justa que regule o capital e o trabalho. Pasqualini ressaltou a incompatibilidade do trabalhismo com o comunismo e afirmou que a sua doutrina estava permeada pelo pensamento cristão, com embasamento nas encíclicas sociais da Igreja Católica. Por fim, defendeu uma política de “crédito agrícola” para os pequenos produtores e respectivas cooperativas.¹¹³

A extensão da legislação trabalhista ao trabalhador do campo esteve presente na propaganda do PTB. De acordo com Marluza Marques Harres (2014, p. 128-141), destacavam-se em suas bases programáticas dois aspectos: a justiça social e o combate ao êxodo rural. A planificação econômica deveria atingir todos os setores e, no mundo rural, o objetivo central era o combate à concentração da propriedade. Pasqualini critica o Estado pela pouca assistência oferecida à pequena agricultura. A assistência estatal aos pequenos produtores seria elementar para enfrentar o problema da pobreza, assim como evitar um conflito de classe. Para a autora citada (2014, p. 131): “[...] Em nenhum momento, o direito à propriedade era questionado: a proposição apenas estava apoiada na ideia de sua limitação, respeitando a ideia da função social da terra”.

Já o PSD, em relação ao êxodo rural, posicionou-se a fim de:

[...] conter a massa no campo. A permanência do trabalhador no campo era, segundo a perspectiva do PSD, tanto um fator de progresso para o setor primário e, por extensão, para o secundário, quanto era um fator de estabilidade social. Em contrapartida, a evasão para as cidades era conhecida como um elemento que contribuía para a perturbação da ordem. A emergência da massa, tanto a urbana como a rural, era um dado político novo que se apresentava frente à democratização do voto. Os partidos, na sua busca de respaldo político, preocupavam-se com a presença da massa e buscavam controlá-la (PESAVENTO, 1990, p. 126-127).

Em um *a pedido* petebista, foi reproduzido o discurso pronunciado pelo “líder católico” e candidato a deputado estadual professor Ernani Alvares Cardoso, enfatizando-se, sobretudo o “aspecto religioso da candidatura trabalhista”. Evidencia-se a preocupação do PTB quanto à estratégia anticomunista de seus adversários e as

naquela fase, as bandeiras “antiimperialista” que, no entanto, começavam a se manifestar com nitidez cada vez maior no discurso político do próprio Vargas” (BODEA, 1992, p. 46).

¹¹² Conforme Pedro Simon (1994, p. 62) este discurso foi utilizado por Alberto Pasqualini para compor o segundo capítulo de seu livro “Bases e sugestões para uma política social”, com pequenas alterações, cuja primeira edição foi publicada pela Livraria do Globo de Porto Alegre em 1948.

¹¹³ *Diário de Notícias*, 17 de dezembro de 1946, p. 2-9.

implicações na candidatura Pasqualini: “[...] Cabe à Liga Eleitoral Católica, e nunca jamais aos competidores políticos, cominar ou sancionar o aspecto religioso das candidaturas. Os que assim não procedem, se são católicos, estão a trair a própria Igreja [...]”.¹¹⁴

Um *a pedido*, mandado publicar pelo PTB, informa o itinerário do “candidato do povo” Alberto Pasqualini pelos municípios de Carazinho, Getúlio Vargas, Erechim e Passo Fundo. Além disso, traz um excerto do discurso pronunciado por Pasqualini no comício realizado em Caxias do Sul, enfatizando a “[...] redistribuição justa da riqueza, no interesse da própria estabilidade social, que preconiza o trabalhismo”. Na fotografia abaixo – imagem captada no município de Estrela – o candidato petebista está rodeada de crianças.¹¹⁵ Ressalta-se que o uso de imagens com líderes políticos entre crianças já havia sido utilizado em diversos contextos.¹¹⁶ Abaixo da foto, o texto destaca a espontaneidade das crianças sempre a festejá-lo como um “verdadeiro e bom amigo”.¹¹⁷

¹¹⁴ *Correio do Povo*, 20 de dezembro de 1946, p. 6.

¹¹⁵ Em relação à utilização de imagens nas práticas políticas e de construção da popularidade nas campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (1947-1954), ver: ANGELI (2017).

¹¹⁶ Sobre a utilização de imagens de crianças na propaganda política varguista e peronista, ver: CAPELATO (2009).

¹¹⁷ *Correio do Povo*, 25 de dezembro de 1946, p. 5.

Figura 2 - Pasqualini e as crianças no município de Estrela em plena campanha eleitoral.



Fonte: *Correio do Povo*, 25 de dezembro de 1946, p. 5.

Conforme Rodeghero (1998, p. 109), reconhecia-se a “autoridade da Igreja” nesse campo e acreditava-se “no poder de mobilização e na eficácia de tais manifestações”. Pessedistas e petebistas buscavam representar para a coletividade – com ênfase no “caráter cristão” de suas diretrizes políticas – aquilo que dava sentido à sociedade sul-rio-grandense naquele contexto: os valores cristãos, sobretudo os arraigados no espaço rural, devido à forte influência da Igreja Católica.

É possível afirmar que havia uma luta simbólica – entre os dois partidos – pela conservação do mundo social e que ambos os partidos classificavam-se como legítimos, assim como almejavam o reconhecimento social. De acordo com Bourdieu (1998, p. 163-202), o “campo” é constituído por um espaço social relativamente autônomo, pois as disputas que se desenvolvem internamente têm uma lógica própria, mesmo que resultado das lutas externas ao campo contribua significativamente no desfecho das relações de força internas. As ideias propostas no campo político obedecem a um jogo duplo: à pressão dos externos e as lutas internas.

Ao observar a atuação da LEC nas eleições e a campanha eleitoral dos partidos identifica-se a interação de agentes de campos distintos: o religioso¹¹⁸ e o político. De um lado, a LEC atuando praticamente como um partido político. De outro, os partidos e candidatos utilizando-se dos discursos produzidos pela Igreja Católica.

A candidatura petebista e a união da UDN-PL em torno do candidato Décio Martins Costa fizeram com que o PSD buscasse novas alianças, obtendo o apoio de dois partidos programaticamente opostos: o PRP e o PCB. O apoio do PRP ao candidato Walter Jobim ocorreu em fins de dezembro de 1946. O *Correio do Povo* – nas notas políticas estaduais – noticiou a Assembleia do PRP cujo assunto girou em torno da atitude do partido acerca dos candidatos ao governo do Estado. “[...] Foram realizadas ontem três sessões pela manhã, pela tarde e de noite, nada ficando resolvido [...]”.¹¹⁹

Findada a Assembleia perrepista – ocorrida nos dias 27 e 28 de dezembro – os membros do Diretório Estadual do partido proclamaram o apoio ao candidato Walter Jobim. A exposição de motivos foi reproduzida na imprensa escrita, considerando entre outros pontos: “a defesa e aperfeiçoamento da ordem social cristã”, “a necessidade de estabilizar o regime democrático nascente”, bem como “o progresso e a paz política do Rio Grande do Sul”.¹²⁰ Segundo Maria Amélia Soares Dias da Costa (1983, p. 98-100), o PRP apoiou a candidatura Walter Jobim (PSD) em troca de cargos na administração estadual.

Já, o PCB aparece tardiamente no cenário político – em janeiro de 1947 – com uma eventual candidatura própria ao pleito majoritário estadual. Assim, noticiou o

¹¹⁸ De acordo com Loyola (2017, p. 93-94): “O texto de Pierre Bourdieu sobre o campo religioso, inspirado nos estudos sobre religião de Max Weber, constitui uma primeira elaboração do conceito que, juntamente com aquele de *habitus*, sustenta a estrutura do pensamento sociológico desse autor [...] Em uma sociedade dividida em classes, os sistemas religiosos próprios às diferentes classes contribuem para a reprodução da ordem social, na medida em que a consagra, sanciona e sacraliza, justificando a hegemonia das classes dominantes e impondo aos dominados a legitimação da dominação. Dissimulando em seus símbolos que a dominação é a arbitrária, bem como as formas pelas quais se opera, a religião reforça o *ethos* da resignação e da renúncia associado às condições de existência dominada. A crença na eficácia simbólica da religião exige que o interesse político que a determina seja mantido velado e apresentado como unidade aparente, tanto para os profanos quanto para os especialistas religiosos. Dentro do próprio campo religioso, os diferentes agentes (indivíduos ou grupos) que disputam posições na estrutura das relações de força podem lançar mão do capital religioso na concorrência pela hegemonia, dominação ou monopólio dos bens de salvação. Tal monopólio garante aos agentes o exercício legítimo do poder religioso, ou seja, o poder de influenciar de forma duradoura as representações e práticas de leigos, inculcando neles um *habitus* religioso que passa a ser princípio gerador de pensamentos, percepções e ações, em concordância com as normas de uma representação religiosa do mundo que é ajustada a uma determinada visão política de mundo social. O capital de autoridade de que dispõe um agente religioso se associa diretamente à força material e simbólica dos grupos ou classes que ele pode mobilizar, oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos e políticos [...]”.

¹¹⁹ *Correio do Povo*, 28 de dezembro de 1946, p. 12.

¹²⁰ *Correio do Povo*, 29 de dezembro de 1946, p. 22.

jornal *Correio do Povo*: “O PARTIDO COMUNISTA CONCORRERA’ ÀS ELEIÇÕES COM CANDIDATO PROPRIO À GOVERNANÇA DO ESTADO, O DR. JULIO TEIXEIRA”. A notícia repercutiu nos círculos políticos. Porém, o jornal trazia uma ressalva: “A homologação da candidatura comunista pelo T. R. E. ainda não foi decidida, pois o processo foi convertido em diligencia, até 8 do corrente, pois o dr. Julio Teixeira já encontrava registrado como candidato à Constituinte Estadual”.¹²¹

O jornal *Correio do Povo*, na edição de 14 de janeiro de 1947, noticiava que, no comício do PCB – 12 de janeiro – no largo da Prefeitura, o senador Luiz Carlos Prestes anunciou oficialmente o apoio do PCB à candidatura Walter Jobim. De acordo com a nota produzida pelo PCB e reproduzida pela imprensa escrita, o apoio à candidatura pessedista “[...] tem a finalidade de unir forças democráticas para a liquidação definitiva do “getulismo” e para o reforçamento da democracia em nosso Estado”.¹²²

Na mesma edição do jornal, foram publicadas duas notas. Na primeira, a Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica declarava peremptoriamente que “não modificou sua atitude em relação ao Partido Social Democrático e ao seu candidato, dr. WALTER JOBIM, tendo em vista o gesto de ENERGICA REPULSA, com que ambos responderam à manifestação de apoio do Partido Comunista”. Na segunda, a Comissão Executiva do PSD rechaçou o apoio comunista.¹²³

Portanto, embora o apoio do PCB ao candidato Walter Jobim fosse público, os pessedistas rejeitaram peremptoriamente tal apoio por receio de entrar em atrito com a Igreja Católica, uma vez que a LEC (Liga Eleitoral Católica) orientava o eleitorado católico a não votar em candidatos esquerdistas, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro.

Assim, dizia a nota do PSD, intitulada “AO POVO DO RIO GRANDE”,

Surpreendidos com o discurso pronunciado, ontem, pelo sr. Luiz Carlos Prestes, aconselhando o Partido Comunista a votar no candidato do Partido Social Democrático, e, apesar de o próprio orador haver manifestado que apoio era ESPONTANEO E GRATUITO, a Comissão Executiva do P.S.D. e o seu candidato, no intuito de esclarecer a opinião pública, declaram:

1º - que não fizeram nem farão acordo de qualquer especie com a corrente comunista;

2º - que muito embora não possam impedir o voto de qualquer eleitor a um candidato, o apoio, ora oferecido, pelo P.C.B. não foi de nenhuma forma solicitado e ora aqui expressamente o recusam o programa do P.S.D. ; e se porventura se tornasse necessaria colaboração do Partido

¹²¹ *Correio do Povo*, 7 de janeiro de 1947, p. 6.

¹²² *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1947, p. 8.

¹²³ *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1947, p. 8.

Comunista do Brasil, prefeririam a derrota, a ver o Governo do Rio Grande do Sul sob influencia da orientação comunista;

3º - que confirmam suas reiteradas e publicas declarações de repudio integral às teorias marxistas que continuarão, por considera-las anti-cristãs e intrinsicamente más;

4º - finalmente, que reafirmam em todo o seu conteudo os termos das suas respostas à Liga Eleitoral Catolica, inclusive a respeito do programa comunista.

Porto Alegre, 13 de janeiro de 1947.

Ass.: Walter Jobim, Oscar Fontoura e F. Brochado da Rocha.¹²⁴

Pode-se averiguar, por meio da imprensa escrita, o repúdio público pessedista concernente ao apoio comunista. Não obstante, é razoável inferir que o PSD procurou novas alianças com o intuito de conter a candidatura Pasqualini.

De acordo com Bodea (1992, p. 39):

Para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento sindical gaúcho [...] o PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de combater o perigo “vermelho” que representaria a candidatura Pasqualini. Com forte penetração entre os pequenos e médios proprietários agrícolas das zonas de colonização alemã e italiana, o PRP ficaria encarregado de bloquear o avanço pasqualinista nas camadas médias e baixas do mundo rural, enquanto o PC procuraria dificultar-lhe a caminhada no meio operário urbano.

Para Mauro Galietti (2007, p. 138-143), os motivos do apoio comunista dado ao PSD vão além da interpretação de Bodea. Analisando os anais da Assembleia Legislativa (1947), o autor refere-se a um “acerto de contas” no parlamento estadual, ou seja, os deputados do PTB e do PL queriam esclarecimentos em relação à adesão do PCB à candidatura Walter Jobim. As explicações foram dadas pelo deputado Dyonélio Machado – líder do PCB – que por meio de seus discursos descreve as negociações e os entendimentos que ele próprio tivera, como representante do partido, com os três candidatos ao governo do estado.

De acordo com Galietti (2007, p. 140-142):

É interessante notar que, no final de 1946, o PCB formulou os três pontos básicos do seu programa eleitoral: 1) a defesa da autonomia de Porto Alegre por meio de eleições diretas para prefeito; 2) o respeito à Constituição aprovada em 18 de setembro de 1946; 3) a manutenção da existência legal do PCB. Essa plataforma serviu de parâmetro que Dyonélio Machado estabeleceu, na condição de dirigente comunista, com os três candidatos ao governo do Rio Grande do Sul [...] a articulação política feita pelos representantes da sigla visava,

¹²⁴ *Correio do Povo*, 14 de janeiro de 1947, p. 8.

exclusivamente, conseguir um aliado de ocasião – isto é, constituir uma aliança pragmática –, que se comprometesse com a defesa do direito legal de atuação legal do PCB. No mesmo pronunciamento, o líder da bancada do PCB apresenta os motivos que teriam levado os comunistas a apoiar Walter Jobim: “o passado político do candidato”, a sua “tradição democrática” e o seu “interesse na eletrificação do estado como ponto de apoio para o desenvolvimento econômico do mesmo” [...] O PCB procurava, assim, comprometer um candidato que possuisse fortes chances eleitorais com a defesa da legalidade para o Partido Comunista do Brasil.

Galietti (2007, p. 140) também cita o registro que faz Dyonélio Machado sobre um suposto “acordo secreto” com o PTB,

Dyonélio, na oportunidade, registra aquilo que é negado pelos líderes do PTB: o fato de que Pasqualini buscava somente os votos da base eleitoral do PCB. De acordo com o parlamentar comunista, o PTB colocara como condição, para firmar uma aliança oficial com a direção do PCB, que essa união não se tornasse pública. Tal articulação havia ocorrido, conforme depoimento do deputado comunista, em uma conversa que tivera com Pasqualini [...]

Evidentemente que é a versão do líder comunista. Todavia, por tudo o que já foi exposto no presente trabalho, evidencia-se que tanto pessedistas quanto petebistas tinham noção sobre os benefícios de um eventual apoio comunista. Lembra Bourdieu (1998, p. 184-185) que no jogo político os partidos buscam o “alargamento da clientela” em detrimento da “pureza” de seu programa. Da mesma forma, o PSD e o PTB compreendiam – em um contexto marcado pelo anticomunismo, sobretudo católico – que a exposição pública desse eventual apoio poderia ter implicações negativas nas suas respectivas campanhas eleitorais.

O anticomunismo permeou o processo eleitoral local no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos, para auferir votos. A atitude de Luís Carlos Prestes, figura exponencial do comunismo brasileiro, de apoiar Walter Jobim foi utilizada intensivamente pelos petebistas como arma política contra o PSD. Cabe ressaltar que não encontramos o anticomunismo petebista como estratégia eleitoral em detrimento do PSD nos trabalhos que formam o panorama básico da história política do Rio Grande do Sul do respectivo período: Cortés (1974), Bodea (1992) e Cánepa (2000). Ao contrário, é mencionado somente o anticomunismo do PSD contra o PTB nas campanhas eleitorais.

Na página político-partidária do PTB, no jornal *Diário de Notícias*, foi publicada uma matéria intitulada “Tenebrosa e Sinistra Aliança” que denunciava o acordo

pessedista tanto com os integralistas quanto com os comunistas para desestabilizar a democracia no Estado.

Valter Jobim é o candidato que, mais próximo do pensamento oculto da ação partidária ostensiva dos defensores do credo vermelho no Brasil, deve merecer os sufrágios do partido que funciona como um anexo da organização internacional de Moscou.¹²⁵

Os petebistas apelaram ao eleitorado sul-rio-grandense, em tom de alerta: “Prestes ordenou ao Rio Grande que votasse contra Getulio Vargas. Gaúcho, não permitas que tua terra seja equiparada a uma província soviética. Vota a favor de Getulio Vargas, vota em Alberto Pasqualini”.¹²⁶

Na página político-partidária petebista, no jornal *Diário de Notícias*, é notório o anticomunismo.

Não podendo, de forma alguma, atacar Pasqualini em seu notável programa, impotentes ante a avalanche trabalhista que domina todo o Rio Grande do Sul, resolveram, então, os inescrupulosos, usar o velho truque, tão comum, de acoimar de comunista todos aqueles que discordassem de suas idéias. Enfim, tudo fizeram os nossos desesperados adversários do PSD para conseguir afastar um concorrente incomodo. E que aconteceu? Aconteceu o que aí está: o sr. Valter Jobim apoiado, franca e irrestritamente, pelos comunistas! Quer isso dizer que o candidato que mais se aproxima dos interesses ocultos dos comunistas é o mesmo candidato do PSD, partido que se diz cristão.¹²⁷

Já, na página político-partidária do PSD, no *Diário de Notícias*, este partido defendeu-se de tais acusações, sobretudo repudiando o apoio de Prestes e indo além, ao insinuar que o apoio público do líder comunista seria premeditado, com objetivo de melhorar a imagem de Alberto Pasqualini perante o eleitorado católico, em detrimento de Walter Jobim.

Afirmava a propaganda pessedista:

O sr. Pasqualini se diz anti-comunista. Sim, porque ele é um moço inteligente. Ele sabe, e também o mestre Prestes, que o Rio Grande não aceita um [...] comunista; que pelo contrário, uma das qualidades que dever ter um cidadão, para merecer confiança do gaúcho é ser anti-comunista.¹²⁸

¹²⁵ *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

¹²⁶ *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 13.

¹²⁷ *Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 05.

¹²⁸ *Diário de Notícias*, 15 de janeiro de 1947, p. 09.

No entanto, os petebistas persistiram sistematicamente na acusação referente ao apoio dos comunistas à candidatura pessedista. Tanto que o seu principal *slogan* no período centrava-se na necessidade de votar em Pasqualini para salvaguardar o Brasil e o Rio Grande do Sul da influência comunista.¹²⁹

Apesar de um processo vertiginoso de crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, a maior parte da população do Rio Grande do Sul vivia no meio rural e era fortemente influenciada pela Igreja Católica. As transformações socioculturais advindas da modernização da agricultura faziam com que a Igreja reagisse frente a tais mudanças, com o intuito de manter sua influência diante das populações rurais. Também, o processo de laicização, a separação do Estado da Igreja, e de secularização, perda ou enfraquecimento dos valores religiosos cristãos na vida dos fiéis, fez com que a Igreja se manifestasse diante dessas mudanças.

Tabela 1 - População urbana e rural no do Rio Grande do Sul - 1940-60.

Ano	Urbana	(%)	Rural	(%)	Total
1940	1.034.395	31,15	2.286.294	68,85	3.320.689
1950	1.421.980	34,14	2.742.841	65,86	4.164.821
1960	2.418.969	44,89	2.969.690	55,11	5.388.659

Fonte: SOARES (2007, p. 300).

A laicização e a secularização eram entendidas como causadoras dos males enfrentados pela humanidade, tais como as guerras, as injustiças, a destruição das famílias, etc. Tudo isso seria um campo fértil para o surgimento de um mal maior: o comunismo. Portanto, justifica-se a preocupação dos políticos que, almejando a popularidade entre as comunidades rurais, deveriam afastar-se de qualquer relação que os remetesse ao comunismo (RODEGHERO, 1998, p. 136).

Segundo Carla Simone Rodeghero (1998, p. 109):

Ser católico e ser anticomunista eram virtudes fundamentais a ser cultivadas por aqueles que se envolvessem em política, por isso, os candidatos procuravam deixar clara a sua identidade católica anticomunista nas suas falas, o que também ocorreu nas designações dos grupos que mandavam publicar manifestos e propagandas no jornal sem se identificarem ou revelarem o partido a que pertenciam.

¹²⁹ *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. 08.

Os últimos dias de campanha política pessedista giraram em torno do repúdio aos comunistas. Pela primeira vez, a propaganda política é estampada na capa do jornal *Diário de Notícias*, espaço habitualmente reservado às notícias internacionais. Destacou-se uma imagem de Walter Jobim e o *slogan* “Rio-Grandense: Este é o teu governador”, seguindo-se frases de aversão ao apoio comunista e a transcrição de uma nota da LEC afirmando não ter alterado sua posição em relação ao respectivo candidato devido à repulsa deste a qualquer tipo de aproximação com o comunismo.¹³⁰

Todavia, o PTB não arrefeceu a estratégia de utilizar o discurso anticomunista em detrimento de Walter Jobim. Getúlio Vargas – que havia se afastado da campanha no Estado desde o comício do dia 29 de novembro de 1946, diante do apoio comunista e perrepista à candidatura do PSD – manifestou-se outra vez. No jornal *Correio do Povo*, o partido publicou uma mensagem do então senador Getúlio Vargas¹³¹ ao Diretório Estadual do PTB, para ser transmitida ao povo do Rio Grande do Sul.

RIO-GRANDENSES:

Ao encerrar-se a campanha eleitoral para o pleito de 19 de janeiro, chega ao meu conhecimento que as forças reacionarias do Partido Social Democratico, nazistas e comunistas, uniram-se contra a candidatura de Alberto Pasqualini. Faço votos para que a consciência cívica do Rio Grande e a sua tradição religiosa reajam, assegurando a vitória dos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro (Ass.) Getulio Vargas.¹³²

Em uma montagem de imagem, publicada por meio de um “A pedido”, com o título: “Este é o teu governador católico”, o rosto do candidato pessedista assemelhava-se ao de Josef Stalin, pois foram acrescentados à figura de Walter Jobim um falso bigode e uma *ushanka* (gorro russo).¹³³

¹³⁰ *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. capa; *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1947, p. capa; *Diário de Notícias*, 18 de janeiro, p. capa; *Diário de Notícias*, 19 de janeiro de 1947, p. capa.

¹³¹ De acordo com Bodea (1992, p. 52), Vargas que preferia fazer campanhas em outros Estados, ainda enviaria, através de Loureiro da Silva, duas mensagens: a primeira, no dia 14 de janeiro, recomendando a votação nos candidatos do PTB como um “postulado de idealismo renovador” e, a segunda, no dia 16 de janeiro, permeada pelo apelo “cívico” e “religioso”.

¹³² *Correio do Povo*, 17 de janeiro de 1947, p. 6.

¹³³ *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1947, p. 10

Figura 3 - “A Pedido” do PSD demonstrando o repúdio em relação ao comunismo.



Fonte: *Diário de Notícias*, 16 de janeiro de 1947, p. capa.

Figura 4 - “A Pedido mandado publicar por um católico” associando a imagem de Walter Jobim (PSD) a Josef Stálin.



Fonte: *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1947, p. 10.

As zonas de colonização italiana e alemã, do Rio Grande do Sul, foram cenários de embates entre pessedistas e petebistas. Nos *a pedidos* publicados nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, notabilizou-se avultado número de cobertura de comícios e discussões girando em torno da questão colonial.

Havia uma identificação do clero e da população rural na zona colonial com o “conservadorismo” político expresso no “anticomunismo”. A influência católica anticomunista sobre as populações rurais, por exemplo, da zona colonial, contribuiu significativamente para dar-lhes um “perfil político conservador”. “[...] Os candidatos conheciam a ligação anticomunismo-Igreja-população rural da zona colonial, por isso, usavam-na a seu favor” (RODEGHERO, 1998, p. 110).

De acordo com Bodea (1992, p. 39), o PSD utilizou-se da estratégia do “cerco religioso” à candidatura Pasqualini, por meio da atuação do clero principalmente nas áreas rurais. Conforme o mesmo autor (1992, p. 50), “[...] A disputa mais renhida travava-se na chamada ‘Zona Colonial’, onde o PTB procurava furar, desesperadamente, o bloqueio imposto ao trabalhismo pela aliança PSD-PRP e pelo clero católico [...]”.

No início de dezembro, um *a pedido* petebista, intitulado “Alberto Pasqualini Em Visita à Região Colonial” – além dos telegramas de solidariedade – trazia a cobertura dos comícios realizados em Veranópolis, Bento Gonçalves e Farroupilha.¹³⁴ “Pela primeira vez, a colônia sabe e sente que há um candidato que conhece de perto suas necessidades e aspirações [...] quando em exercício de altas funções administrativas, jamais descuro da defesa do colono [...]”.¹³⁵

Cabe lembrar que Alberto Pasqualini – durante a interventoria estadual de Ernesto Dornelles – foi titular da pasta da Secretaria do Interior e Justiça no período do abrandamento da repressão das regiões de colonização alemã e italiana. Segundo Gertz (2007, p. 46) Pasqualini defendeu os cidadãos de origem alemã e italiana – no contexto da Segunda Guerra Mundial – a partir da necessidade de uma clara distinção entre os regimes nazista e fascista, bem como seus eventuais agentes no Estado daqueles que faziam parte da população sul-rio-grandense e tinham origem alemã e italiana.

¹³⁴ Considerando a baixa votação no PTB – na eleição para a Câmara Federal em 1945 – na zona de colonização alemã e italiana contrastando com a grande votação no PSD e a expressiva votação nos candidatos perrepistas, tornam-se compreensíveis, do ponto de vista do jogo eleitoral, as investidas petebistas sobre esse eleitorado. No que diz respeito às estatísticas eleitorais de 1945, ver: Noll e Trindade (1995, p. 21-30).

¹³⁵ *Correio do Povo*, 3 de dezembro de 1946, p. 7.

Em um “A pedido”, intitulado: “A região colonial e o PSD”, faz-se uma dura crítica ao processo de nacionalização efetuado pelo Estado Novo, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Em outras palavras, os pessedistas atacaram diretamente os principais expoentes petebistas no Estado: Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini.

Está ainda viva na lembrança das populações dos municípios coloniais, os vexames, as perseguições e as afrontas sofridas [...] quem nesse tempo mandava [...] no Brasil? O sr. Getulio Vargas! [...] Nada fez pela colônia o sr. Alberto Pasqualini.¹³⁶

Em outro *a pedido* do PSD, faz-se a cobertura dos comícios de Walter Jobim pela “Região Colonial” destacando o apoio do PRP em torno da candidatura pessedista ao cargo majoritário estadual. Para o PSD, a “região Colonial” está coesa em prol de Walter Jobim cuja candidatura distingue-se das “trivialidades” propostas pela candidatura Pasqualini. Logo, a população estaria: “[...] Clamando por energia elétrica e não por esmolas [...] clamando por saneamento e não por pontos específicos de programas partidários; clamando por planos objetivos e não pela posse da Lua [...]”.¹³⁷

O PSD, por meio da utilização de panfletos escritos em italiano e alemão, associava os trabalhistas aos comunistas. Um “A pedido” publicado pelo PTB, intitulado: “Revivem, através do PSD, os métodos da camarilha nazista que ensangüentou o mundo e degradou a humanidade”, analisou a reprodução de um suposto texto publicado em alemão pelos pessedistas.

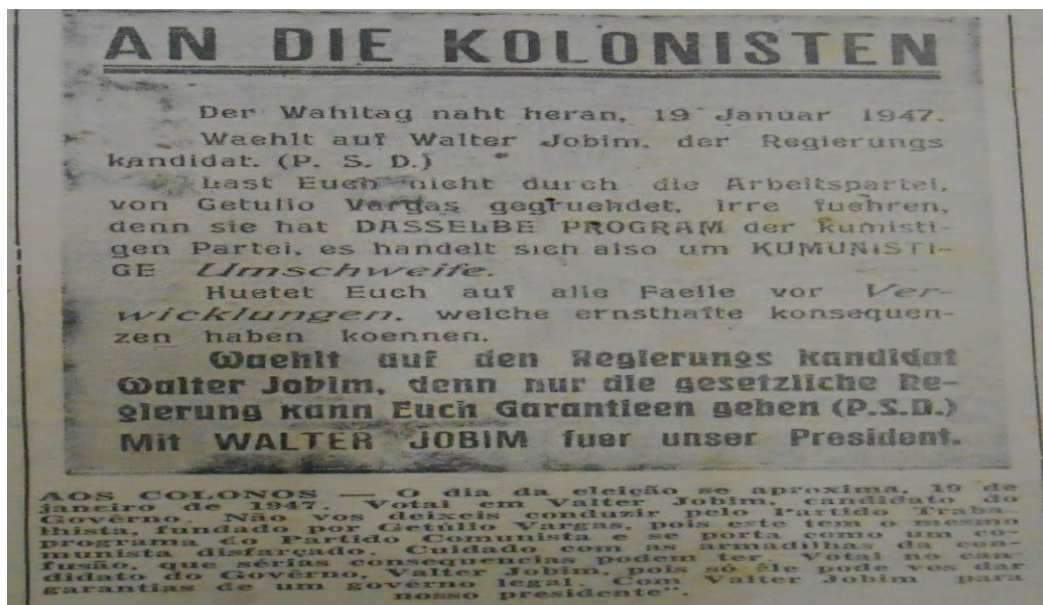
O que causa indignação não é propriamente o fato de estar redigido numa língua estrangeira [...] O que repugna nesse boletim é a linguagem nazista [...] Hitler, Himmler, Goebbels et caterva começaram assim e, a pretexto de combater o comunismo escravizaram todo o povo alemão [...] Não contente de fazer uma aliança como o integralismo, o PSD usando a mesma técnica do nazismo, procura difamar os verdadeiros partidos democráticos, como o Partido Trabalhista, que nada tem a ver com o Partido Comunista.¹³⁸

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 06 de dezembro de 1946, p. 08.

¹³⁷ *Correio do Povo*, 31 de dezembro de 1946, p. 9.

¹³⁸ *Diário de Notícias*, 03 de janeiro de 1947, p. 06.

Figura 5 - “A Pedido” do PTB reproduzindo um panfleto publicado em idioma alemão pelo PSD e distribuído na zona colonial do Rio Grande do Sul.



Fonte: *Correio do Povo*, 3 de janeiro de 1947, p. 5.

Walter Jobim defendeu-se por meio de um discurso publicado na página política do partido no jornal *Diário de Notícias*. O candidato pessedista esclareceu sua posição concernente ao totalitarismo, ou seja, repudiando todas as formas de ditadura e evocando o “amor pela liberdade” que caracteriza o brasileiro e, de modo especial, o rio-grandense. “O totalitarismo é planta daninha que não encontra ambiente para florescer em terras brasileiras”.¹³⁹ Em contrapartida, o PSD também acusou o PTB de atitudes racistas e ludibriosas: “Vem procurando suscitar na região colonial italiana a luta racial, com os slogans de que Pasqualini é [...] “enviado do governo da Itália para proteger os italianos do Rio Grande”, etc.”¹⁴⁰

Percebe-se que os aspectos relacionados ao “caráter cristão” e “democrático” dos partidos e candidatos, bem como a estratégia anticomunista também estão interligados à disputa eleitoral na zona colonial do Estado. Também, observa-se que o término da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria geravam um espectro de simbologias: democracia, ditadura, fascismo, nazismo, valores cristãos, etc.

A partir do exposto é possível compreender a disputa eleitoral entre pessedistas e petebistas à luz das ideias elaboradas por Bourdieu. A produção da propaganda eleitoral buscou convencer os profanos (eleitorado) em relação às respectivas propostas

¹³⁹ *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

¹⁴⁰ *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1947, p. 08.

apresentadas. A Guerra Fria e o perfil anticomunista – principalmente católico – da população sul-rio-grandense, assim como o novo contexto institucional – a democratização – forjaram as propagandas eleitorais dos partidos e o discurso dos candidatos. Logo, os partidos procuraram produzir símbolos com a finalidade de legitimação do mundo social.

Na perspectiva bourdieusiana, no jogo de oposições e distinções, os agentes políticos mobilizavam os respectivos símbolos. A campanha eleitoral do PSD e do PTB balançava-se entre a negação e a acusação concernente ao estigma vermelho, ou seja, o “comunismo”. Além disso, os partidos apresentavam-se como baluartes da democracia representativa e, ao mesmo tempo, procuravam desqualificar o oponente político. Logo, essa luta entre os profissionais/aparelhos (políticos e partidos) pelos profanos (eleitores) revela o “mistério do ministério”: os pessedistas e petebistas necessitam do reconhecimento dos representados para que ocorra a legitimidade da crença política.

1.7 Os resultados eleitorais: vitória do PSD e crescimento do PTB

Em um contexto estadual de agitação operária e sindical¹⁴¹ que acirrava ainda mais o embate eleitoral, os resultados das urnas deram a vitória ao candidato pessedista Walter Jobim (PSD-PRP-PCB) com 41,23%; Alberto Pasqualini ficou em segundo lugar com 37,54%; em terceiro, o candidato Décio Martins Costa (PL-UDN) com 18,91% dos votos (CÁNEPA, 2005, p. 117).

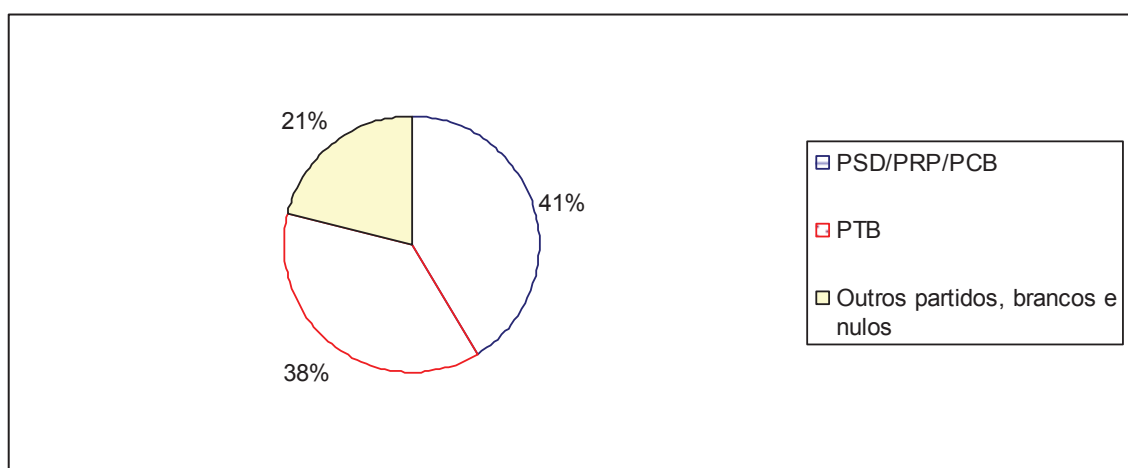
¹⁴¹ “[...] Em dezembro, a União Sindical dos Trabalhadores do Brasil, liderada por sindicalistas do PC, lançaria uma campanha a favor do abono de Natal [...] A partir do dia 7 de dezembro, o Sindicato dos Metalúrgicos da Capital lança um movimento reivindicatório que acabaria desembocando numa greve geral dos metalúrgicos da capital a partir do dia 26 de dezembro. Em 3 de janeiro seria decretada a intervenção no Sindicato e a destituição da diretoria, presidida por J. César de Mesquita e vinculada ao PC. A greve dos metalúrgicos da capital só terminaria no dia 11 de janeiro, diante da posição intransigente do interventor Cylon Rosa, simpático ao PSD. Nos dias 11 e 12 de dezembro, a União Sindical dos Trabalhadores de Porto Alegre realiza sua primeira convenção estadual, sob a hegemonia do PCB. No dia de Natal estourava uma greve nos transportes públicos de Porto Alegre que seria acompanhada também pelos trabalhadores do setor de energia elétrica, praticamente paralisando a capital gaúcha nos dias 24 e 25 de dezembro [...] Estas greves seriam solucionadas com a mediação do interventor Cylon Rosa e o atendimento parcial de algumas das reivindicações. No dia 4 de janeiro estourou a greve dos mineiros de carvão de São Jerônimo e nos frigoríficos nacionais, em Gravataí, na Grande Porto Alegre [...] No dia 15 de janeiro [...] estourava a greve no porto do Rio Grande, que só voltaria ao trabalho nas vésperas da eleição do dia 19 de janeiro” (BODEA, 1992, p. 52-53).

Tabela 2 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 19/01/47.

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Walter Jobim	PSD/PRP/PCB	229.129	41.23
Alberto Pasqualini	PTB	209.164	37.54
Décio Martins Costa	PL/UDN	105.062	18.91
Branco		10.254	1.85
Nulos		2.000	0.37
TOTAL		555.609	100

Fonte: CÁNEPA (2005, p. 117).

Gráfico 1 - Polarização Partidária (1947).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O escrutínio das eleições deu a vitória ao candidato pessedista Walter Jobim por uma diferença de pouco menos que 20 mil votos. As análises de Bodea (1992, p. 53-58) e Cánepa (2005, p. 119-120) convergem em relação a três fatores explicativos para a derrota petebista: o controle do PSD sobre a máquina administrativa; a incipiente estruturação do PTB no interior do Estado; a divisão do voto operário urbano provocada pelo apoio dos comunistas à candidatura Jobim. Além disso, Bodea cita mais dois fatores: a hostilidade de setores da Igreja Católica ao candidato trabalhista, assim como a estratégica aliança PSD/PRP nas regiões de colonização alemã e italiana e os dividendos eleitorais entre os pequenos e médios produtores rurais. Todavia, para Cánepa a aliança entre pessedistas e perrepistas teve uma votação abaixo do esperado em relação a zona colonial. Esse fato, conforme a autora, teria sido um fator importante

para o rompimento do acordo entre os respectivos partidos quanto aos cargos públicos na administração do PSD.

Na capital do Estado, a candidatura petebista ao cargo majoritário estadual alcançou uma significativa votação e uma expressiva vitória. De acordo com Bodea (1992, p. 56-57), Alberto Pasqualini obteve 55% enquanto Walter Jobim – apesar do apoio comunista – conseguiu somente 29% dos votos: uma diferença de 22.277 votos. Porto Alegre notabilizou-se como “reduto” eleitoral do PTB e, até 1964, nenhum candidato trabalhista a governador perderia as eleições na capital sul-rio-grandense.

Na eleição para a terceira vaga à senatoria a vitória do candidato petebista foi mais ampla, isto é, superando os 40 mil votos sobre o segundo colocado. O eleito Salgado Filho (PTB)¹⁴² com 35,21% e Oswaldo Vergara (PSD) em segundo lugar com 27,95% dos votos. Torna-se razoável explicar tal diferença pela perspectiva da dispersão dos votos, pois tanto o PRP quanto o PCB lançaram candidatos ao Senado. Portanto, se os votos do perrepista Félix Contreiras Rodrigues, por exemplo, fossem somados aos de Oswaldo Vergara (PSD), ultrapassariam o total obtido pelo candidato petebista (NOLL; TRINDADE, 1995, p. 35).

Na eleição para o legislativo estadual, os petebistas superaram os pessedistas por uma pequena margem no cômputo geral, menos que mil votos. O PTB obteve 30,88% e o PSD 30,73% de votos, ou seja, 171.605 contra 170.786 votos, respectivamente (NOLL; TRINDADE, 1995, p. 44). No entanto, os trabalhistas foram beneficiados pelo mecanismo das sobras.¹⁴³ Destarte, de um total de 55 cadeiras na Assembleia Legislativa, 23 ficaram com o PTB, 7 a mais que o PSD, que constituiria a segunda maior bancada.

Embora Walter Jobim (PSD) tenha vencido as eleições, o PTB demonstrou nas urnas um crescimento exponencial. Nas eleições de 1945, o partido recebeu somente o quarto lugar em número de votos no Estado, ficando atrás da UDN e do PL. Já no pleito

¹⁴² A participação do candidato ao Senado na campanha petebista ao governo estadual ocorreu na fase final da disputa eleitoral. Na ausência de Vargas nos comícios do interior do Estado, Salgado Filho e Pasqualini fizeram uma “maratona eleitoral” percorrendo o município de São Leopoldo, a região missioneira e da campanha, assim como os centros de maior concentração operária: Santa Maria – maior centro ferroviário –, Rio Grande – principal centro portuário – e Pelotas, local com maior concentração de frigoríficos. Por fim, encerraram a campanha em Porto Alegre. Ver, Bodea (1992, p. 52).

¹⁴³ Segundo Cruz (2010, p. 149) “[...] a legislação de 1945 estabelecia o seguinte quanto à representação proporcional: o quociente eleitoral seria definido pela soma dos votos válidos e dos votos em branco, dividida pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria determinada por meio da divisão de sua votação pelo quociente eleitoral. A ocupação dos lugares não preenchidos por tal critério dar-se-ia através do mecanismo das sobras: as vagas ficariam com o partido de maior votação no respectivo pleito”.

de 1947 os resultados foram extremamente favoráveis: elegeu a maior bancada para o legislativo estadual, bem como obteve a terceira vaga à senatoria com Salgado Filho. O PSD, por sua vez, apesar da vitória do seu candidato para governador, perdeu a hegemonia política estadual – que havia conquistado no pleito de 1945 – e o apoio de Getúlio Vargas.

Em linhas gerais, o presente capítulo por meio das fontes interpretadas a partir de uma perspectiva bourdieusiana trouxe elementos originais no que diz respeito ao aprofundamento da compreensão do conflito entre pessedistas e petebistas para o governo estadual sul-rio-grandense. O fio condutor do trabalho é a disputa entre os partidos através da produção e divulgação de suas respectivas ideias-força que visam a construção de representações acerca da definição do mundo social. Nesse sentido, a lógica relacional, ou seja, o jogo das distinções e oposições torna-se elementar.

Em relação ao papel de Vargas no Rio Grande do Sul, a historiografia abordou significativamente as clivagens político-partidárias e o distanciamento do ex-presidente em relação ao PSD local. Não obstante, a construção das narrativas partidárias reproduzidas nos jornais torna-se importante para desvelar a lógica dos partidos nas campanhas eleitorais. Destarte, foi possível identificar o jogo duplo contrastante de partidos e candidatos. De um lado, o PSD procurou desqualificar Getúlio Vargas e, de outro, o PTB apresentava-se como herdeiro do projeto social varguista, apesar da ausência de personalismo em torno de Vargas no discurso pasqualinista.

O referencial teórico da tese possibilitou o entendimento concernente à construção da imagem pública e do capital político dos candidatos Walter Jobim e Alberto Pasqualini, assim como dos aspectos programáticos de seus respectivos partidos. A propaganda eleitoral evidenciou a prevalência da lógica relacional, isto é, a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro. Ademais, observou-se a mobilização de símbolos e a interação de agentes de campos distintos: o político e o religioso.

Por fim, ressalta-se a questão do anticomunismo. A historiografia consultada já trazia elementos do anticomunismo pessedista nas disputas eleitorais. Todavia, o trabalho constatou que os trabalhistas também utilizaram-se da mesma estratégia. No jogo de oposições e distinções, os agentes políticos mobilizavam símbolos em torno da negação e da acusação concernente ao “comunismo”.

2. A CAMPANHA ELEITORAL DE 1950 PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: CYLON ROSA (PSD/UDN/PRP) X ERNESTO DORNELLES (PTB/PSP)

Neste capítulo, far-se-á uma análise dos conflitos entre o PSD e o PTB nas eleições de 1950 para o governo sul-rio-grandense. De modo geral, o capítulo visa, por um lado, a apresentar as campanhas eleitorais dos candidatos Cylon Rosa (PSD) e Ernesto Dornelles (PTB) – na lógica do jogo das oposições e distinções –, a mobilização eleitoral, o processo de construção de suas imagens públicas, bem como o capital político dos respectivos candidatos e, de outro, compreender as disputas internas, as alianças políticas, o papel desempenhado por Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Plínio Salgado na eleição majoritária estadual. Ademais, são destacadas as semelhanças e diferenças na disputa eleitoral no âmbito da imprensa escrita e do embate parlamentar. Pretende-se demonstrar um processo eleitoral complexo e permeado pelas singularidades das clivagens político-partidárias, principalmente pela concomitante disputa à Presidência da República e ao Governo do Estado. Para finalizar o capítulo, apresentam-se os resultados eleitorais.

2.1 As disputas internas e as alianças políticas estaduais

As eleições de 1950 foram as únicas concomitantes para governador do Estado e Presidência da República em todo o período democrático no Rio Grande do Sul.¹ Já a partir de 1948, o presidente Dutra procurou articular um Acordo Interpartidário vislumbrando a sucessão presidencial em 1950.² Segundo Oliveira (2008, p. 196-197), no que diz respeito à formação de alianças parlamentares, podem formar-se grandes acordos interpartidários que compreendem as maiorias governamentais no Congresso, bem como as alianças formadas simplesmente para votar determinadas matérias. Todavia, os grandes acordos de cunho interpartidário gerenciados pelo governo federal,

¹ Conforme Cánepa (2005, p. 124): “[...] A coincidência dos dois níveis emprestará um caráter extremamente particular a esta eleição no que diz respeito à articulação regional/nacional dos partidos [...] a presença de Vargas como candidato à Presidência da República, nas eleições brasileiras de 50, determinará, por certo, uma ‘sobredeterminação’ da conjuntura nacional sobre às clivagens regionais com efeitos em todo o território nacional [...]”.

² Sobre uma análise detalhada das alianças eleitorais, ver: Souza (1983) e Cánepa (2005).

em sua maioria, desconsideram as singularidades partidárias regionais e comprometem sua efetivação.

No Rio Grande do Sul, o governador do Estado, propõe que a escolha para a sucessão presidencial se faça por meio de ampla consulta aos partidos políticos com a presença, inclusive, de Getúlio Vargas³. Essa proposição, conhecida como “Fórmula Jobim”, seria debatida amplamente nos meios políticos. Para Costa (1983, p. 112), a atitude do governador Walter Jobim demonstra a existência de um vínculo entre o PSD e Vargas conclamando-o para o debate sucessório, assim como evidencia um descontentamento – de alguns pessedistas – em relação ao presidente Dutra.

Conforme Oliveira (2008, p. 203-204), em contraposição a “Fórmula Jobim”, surgiu no plano nacional – informalmente – a “Fórmula Mineira”, ou seja, restringindo o Acordo Interpartidário somente a consulta do PSD, UDN e PR, prevendo ainda que o eventual candidato deveria ser mineiro e obter a aprovação de Dutra. Desse modo, no âmbito estadual, ocorreu uma cisão no PSD: de um lado, a “ala trabalhista” (Oscar Carneiro da Fontoura, Gabriel Obino, Protásio Vargas, Francisco Brochado da Rocha, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo) apoiando a “Fórmula Jobim” e, de outro, a “ala dutrista”⁴ (Cândido Machado Carrion, Miguel Lopes de Almeida, Osvaldo Vergara e Paim Filho) defendendo a “Fórmula Mineira”.

A questão da sucessão presidencial se intensificou em 1950, isto é, o ano eleitoral. No plano nacional, o PSD ainda procurou entendimentos com a UDN e o PTB. Contudo, a UDN lança, nacionalmente, pela segunda vez, a candidatura Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e o PTB, por sua vez, indica o nome de Getúlio Vargas⁵. Destarte, o PSD lançou a candidatura Cristiano Machado – sendo indicada por Cylon

³ Para Costa (1983, p. 113-114), Getúlio Vargas e Salgado Filho (então Vice-Presidente em exercício do PTB) são consultados pelos pessedistas. Ambos aceitam tratar sobre o problema sucessório, mas defendem que a escolha de um nome para candidato deveria ser feita após a formulação de um programa a ser aprovado pelos órgãos máximos partidários, diretórios ou convenções. Conforme a interpretação de Bodea (1992, p. 61) “[...] Vargas procurava ganhar tempo e evitar o lançamento de um candidato do PSD, impedindo que se consolidasse, previamente, algum nome ou, talvez, na remota esperança de recompor a aliança PTB-PSD em torno do seu próprio nome”.

⁴ Segundo Costa (1983, p. 116), ainda em 1949: “[...] Nos primeiros dias de dezembro, a candidatura de Cylon Rosa para governador do Rio Grande do Sul é lançada extraoficialmente; a ala dutrista do PSD não só vencerá quanto à fórmula política a ser adotada pelo partido para a sucessão presidencial como, aproveitando esse fortalecimento de poder, incrementara-o dando mais um passo e vencendo, também, a próxima etapa: lançando a candidatura ao governo do Estado de um integrante desta ala”.

⁵ De acordo com Cânepe (2005, p. 127-129), em 1948, Vargas assume a Presidência do PTB em nível nacional, retirando-se oficialmente do PSD. O Governo Dutra, representará sob muitos aspectos, um corte no modelo de desenvolvimento econômico vigente no período Vargas, assim como se notabilizou por uma política de arrocho salarial e repressão ao movimento operário. Desse modo, era cada vez mais evidente o afastamento de Vargas do Governo Dutra.

Rosa e previamente aprovada pelo presidente Dutra – em detrimento do interesse de muitos pessedistas – entre eles o governador Walter Jobim – que apoiava à candidatura Nereu Ramos.

De acordo com Oliveira (2008, p. 209), o lançamento da candidatura Cristiano Machado à presidência pelo PSD não foi unânime na seção sul-rio-grandense do partido. A respectiva candidatura contou somente com o apoio da “ala dutrista”. Além disso, a “ala getulista” tentou articular a candidatura Ernesto Dornelles ao governo estadual. Mas, a “ala dutrista” – que formava a maioria na direção partidária no Estado – efetivou a candidatura de Cylon Rosa na Convenção Estadual no mês de maio de 1950.

Segundo Costa (1983, p. 120):

No PSD rio-grandense há um grupo que reage contra a interferência do Presidente da República na escolha do candidato pelo partido, grupo este que, denominando-se autonomista, por defender a autonomia partidária, se propõe formar um novo partido – Partido Social Democrático Autonomista, PSDA –, que seria uma espécie de sublegenda do PSD, pois defenderia o mesmo programa acrescido de princípios rígidos de autonomia partidária e que poderia extinguir-se no momento em que houvesse acordo, em âmbito federal e estadual, entre os dirigentes das duas organizações. Formado o PSDA, nele ingressam, entre outros, Bittencourt de Azambuja, João Neves da Fontoura, Batista Luzardo, Gabriel Obino e Ernesto Dornelles.

Para Bodea (1992), o surgimento do PSDA completou o processo de “desgetulização” do PSD sul-rio-grandense.⁶ Como já vimos anteriormente, o afastamento desses membros do partido está na sua origem – desde o ano de 1945 – com a denominada “ala trabalhista”. No ano subsequente, José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha deixaram os quadros pessedistas e ingressaram no PTB. Enfim, os meandros do Acordo Interpartidário e o consequente conflito entre pessedistas “dutristas” e “getulistas” resultaram na criação PSDA.

Apesar das limitações inerentes aos sistemas de classificação, devemos recorrer ao clássico estudo de Miguel Bodea para fins de compreensão das disputas internas que ocorrem no seio petebista. Para esse autor (1992, p. 60), o período de 1947-1950, caracterizou-se pela disputa interna no PTB, sobretudo entre a “corrente ideológica” do partido, basicamente orientada por Alberto Pasqualini e os políticos da “corrente

⁶ Sobre as implicações desse processo na configuração do PSD sul-rio-grandense destacam-se: a) a precoce “udenização” do partido; b) a estruturação de um diretório dissidente com acentuado perfil oposicionista em relação ao Governo Vargas (1951-1954). Ver, Xausa e Ferraz (1968) e Oliveira (2008), respectivamente.

pragmática”, oriundos do PSD. Já a “corrente sindicalista” posicionou-se de forma ambígua, procurando guiar-se pela orientação teórica doutrinária de Pasqualini, bem como pela liderança nacional de Getúlio Vargas. Apesar dos pasqualinistas deterem certa hegemonia doutrinária no partido, a candidatura do teórico trabalhista não foi consolidada para o pleito majoritário estadual de 1950. Além disso, a influência dos líderes sindicais – que originalmente fundaram o partido – diminuiu gradativamente, resultando consequentemente – no âmbito da direção partidária – sua substituição por políticos egressos do PSD, intelectuais provenientes dos quadros da USB, assim como pelos integrantes da “ala moça” petebista, como Leonel Brizola, Fernando Ferrari, Wilson Vargas e Sereno Chaise.

As disputas internas no seio petebista se exasperaram nas reuniões do partido. O jornal *Correio do Povo* – no movimento político estadual – noticiou que José Vecchio “abandonou o PTB” e que o “prócer trabalhista foi acompanhado, nesta atitude, por alguns correligionários”. Conforme o periódico, ocorreram “momentos de tumulto na reunião ordinária da Convenção trabalhista”.⁷

De acordo com Ferreira (2000, p. 207-208):

José Vecchio [...] ao terminar seu mandato como presidente regional do partido, em maio de 1948, foi substituído por Salgado Filho, passando a integrar o comitê estadual. Mais adiante, foi eleito para o diretório municipal, sempre acompanhado pelos antigos companheiros. No entanto, mesmo no partido, Vecchio já se sentia marginalizado [...] Segundo a versão de Vecchio, políticos que formavam um grupo dentro do partido, entre eles Dinarte Dornelles, Wilson Vargas e Leonel Brizola, declararam extinto o diretório municipal, elegendo eles mesmos e pessoas de sua facção para os cargos. Os sindicalistas se sentiram traídos, destituídos de suas funções no partido que fundaram e ajudaram a crescer [...]

O líder sindical José Vecchio descontente e sentindo-se desprestigiado nas disputas internas, se afastaria do partido, empenhando-se na organização de um “Centro Cívico Trabalhista”, que apoiaria Vargas para a presidência da República, mas abstendo-se do apoio à chapa de candidatos petebistas no Estado. Posteriormente, Vecchio fundaria o PTBI (Partido Trabalhista Brasileiro Independente), de curta duração.

Conforme Bourdieu (1998, p. 168), os que dominam o partido – detentores do monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos – acabam impondo seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. Dessa

⁷ *Correio do Povo*, 1 de julho de 1950, p. 16.

forma, a atitude de Vecchio foi uma atitude de contestação ao monopólio dos dominantes do partido. Torna-se necessário lembrar que, conforme a perspectiva bourdieusiana, as lutas internas se sobrepõe aos conflitos externos, assim como os interesses do partido prevalecem sobre os interesses dos mandatários individuais.

Na convenção estadual do PTB, realizada em 30 de junho de 1950, o partido lançou o senador Salgado Filho⁸ como candidato oficial ao governo do Estado, com o apoio do PSDA e do PSP. O PSDA, tendo como liderança Ernesto Dornelles, apoiou a candidatura de Vargas à Presidência e comprometeu-se com o apoio ao candidato do PTB em relação ao governo do Estado. Da mesma forma, o Partido Social Progressista (PSP), sem expressão em nível estadual, apoiou o PTB para as eleições ao governo estadual, consequência da aliança em nível nacional, tendo o PSP indicado o vice-presidente na chapa de Vargas.

No início do mês de julho, Salgado Filho – após ter consultado Vargas, em visita à Fazenda do Itu – designou uma comissão para fins de elaboração da plataforma de sua candidatura ao governo estadual. Assim, o candidato petebista declarou à imprensa escrita: “Convidei três elementos de destaque do nosso partido para elaborarem a plataforma do PTB – os srs. Alberto Pasqualini, José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva. Pedi-lhes que verificassem as necessidades reais do Rio Grande [...]”.⁹

A intenção de Getúlio Vargas e Salgado Filho era aglutinar internamente os agentes políticos preteridos nas lutas internas. Em outras palavras, buscava-se a união do partido em torno das respectivas candidaturas, pois Pasqualini, José Diogo e Loureiro da Silva eram postulantes ao cargo majoritário estadual. Pasqualini, inclusive, foi lançado candidato ao Senado. No Estado, a executiva petebista liderada por João Goulart, Leonel Brizola e Michaelsen – com a assessoria de Ruy Ramos – encarregou-se do comando da campanha eleitoral.

Conforme Bourdieu (1998, p. 183), no campo político é elementar entender que o desfecho das lutas internas depende da força que os agentes envolvidos nesta luta podem mobilizar fora do campo. A força de um discurso está interligada à capacidade de mobilização externa, ou seja, as ideias tornam-se movimento político quando são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais.

⁸ Salgado Filho foi eleito para a terceira vaga no Senado, pelo PTB, nas eleições estaduais de 1947. Bodea (1992, p. 63), lembra que o candidato petebista ao governo estadual “[...] tinha uma vantagem adicional: o seu perfeito entrosamento com Vargas, de quem já fora ministro do Trabalho e da Aeronáutica”.

⁹ *Correio do Povo*, 5 de julho de 1950, p. 14.

Partindo de uma perspectiva bourdieusiana, entende-se que o candidato petebista Salgado Filho possuía grande capital político e poder de mobilização. Para fins de embasamento da referida afirmativa, recorreremos a outro estudo. Segundo Costa (1983, p. 121), ele era um político extremamente respeitado – inclusive pelos outros partidos – e considerado a maior figura do trabalhismo, depois de Getúlio.

Voltando ao PSD, como já foi visto, no jogo político, o partido, em nível nacional, encontrava-se isolado. De um lado, a União Democrática Nacional (UDN) havia lançado o candidato Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República e, de outro, devido ao distanciamento de Vargas em relação ao governo Dutra, culminou com o lançamento da candidatura Vargas, ocasionando consequente cisão no PSD sul-rio-grandense.

No Rio Grande do Sul, Cylon Rosa fora indicado, com antecedência, como candidato à sucessão de Walter Jobim. Os pessedistas buscaram o apoio do PL e da UDN, assim como do PRP. Contudo, a aliança foi concretizada somente com os udenistas e perrepistas. A UDN que, apesar do quadro nacional, aceitou, no âmbito estadual, apoiar Plínio Salgado (aliado da UDN no plano nacional) para o Senado, em troca do apoio da UDN e do Partido de Representação Popular (PRP) ao candidato pessedista ao governo do Estado.

De acordo com Bodea (1992, p. 64):

Apreciada do ponto de vista da eleição presidencial, esta aliança era deveras paradoxal: em troca do apoio do PRP ao seu candidato presidencial Eduardo Gomes, a UDN apoiava o candidato ao Senado do PRP Plínio Salgado e, junto com o PRP, apoiava o candidato a governador Cylon Rosa do PSD gaúcho. Este último também apoiava Plínio Salgado para o Senado, mas em nível federal apoiava a candidatura presidencial de Christiano Machado, do próprio PSD.

Para o Partido Libertador (PL), a aliança com o PSD seria inviável, pois o partido notabilizou-se como o maior opositor ao governo pessedista de Walter Jobim e seu caráter liberal era incompatível em relação ao PRP, ainda que apoiasse Eduardo Gomes, aliado do PRP em nível nacional. Enfim, o PL lançou Edgar Schneider como candidato próprio ao governo do Estado e Décio Martins Costa ao Senado.

Conforme Cánepa (2005, p. 131), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) “[...] surgido em 1947 em substituição à antiga Esquerda Democrática (E.D.), separa-se da UDN, lançando João Mangabeira para a Presidência e, no Rio Grande do Sul, Bruno de Mendonça Lima ao Governo do Estado”. Quanto ao PCB, na ilegalidade, decide para as eleições presidenciais o voto em branco.

O quadro de sucessão ao Governo do Estado para as eleições de 1950 ficou assim definido: Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP), Salgado Filho (PTB-PSP-autonomistas), Edgar Schneider (PL) e Bruno de Mendonça pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas, o PTB perderia tragicamente seu candidato em acidente de aviação, ocorrido em dia 30 de julho de 1950, no município de São Francisco de Assis.

De acordo com Cánepa (2005, p. 132):

A morte do candidato do PTB, em 30 de julho de 1950, recoloca a possibilidade de alianças eleitorais no Rio Grande do Sul. Apesar de definidas as candidaturas em âmbito nacional, voltam à cena política as questões relativas às vantagens de uma candidatura única (consensual) ao Governo do Estado, advogada pelo próprio governador, ou ainda de uma aliança que unisse as duas principais forças do Estado – PTB e PSD. As negociações, entretanto, não avançam e o quadro partidário permanece como anteriormente definido. A possibilidade de alianças a apenas dois meses das eleições teria algumas conseqüências importantes na campanha de 1950, devendo expressar-se, fundamentalmente, através de um tratamento um tanto indiferenciado de certos temas pelos partidos e de um “abrandamento” das relações entre candidatos e partidos.

No que diz respeito ao “abrandamento”¹⁰ das relações entre candidatos e partidos na campanha eleitoral, é elucidativo o *a pedido* pessedista, intitulado “A CONCORDIA RIO-GRANDENSE” – publicado praticamente a um mês do pleito – endossando esse entendimento. “Iniciaram-se as escaramuças dos comícios, a imprensa já reflete os primeiros entrechoques, mas o clima reinante é de geral cordialidade, os candidatos se tratam com respeito e consideração [...] dentro da ordem e harmonia”. Todavia, a “concórdia” é atribuída sobretudo, ao papel desempenhado pelo governador Walter Jobim: “[...] sobrepondo-se aos seus próprios impulsos [...] assegurou no Rio Grande do Sul um ambiente de serenidade e ordem [...]”.¹¹

Em relação à questão de uma “candidatura única”, os pessedistas – via *a pedido* – rejeitaram peremptoriamente a retirada da candidatura Cylon Rosa. Para o PSD, a “pluralidade de candidaturas” e a “luta eleitoral” não exclui a possibilidade de “colaboração de todos os partidos ao governo que vier se eleito pelo voto popular”. A propaganda do partido defendeu que o “único caminho digno” seria o respeito à

¹⁰ Apesar da análise de Cánepa, pode-se observar que na fase final da campanha eleitoral a propaganda – veiculada na imprensa escrita – vai se intensificar, assim como o enfrentamento entre os partidos. De um lado, os partidos e o embate direto e aberto. De outro, os candidatos Cylon Rosa e Ernesto Dornelles – a partir da análise da reprodução de seus respectivos discursos – em um clima de cordialidade e respeito mútuo. Logo, podemos concluir que existe uma espécie de jogo político duplo: um dos partidos e outro dos candidatos, que serão analisados posteriormente.

¹¹ *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1950, p. 4.

soberania da vontade “de todo o partido” e do “Rio Grande”, mantendo a candidatura do PSD ao cargo majoritário estadual.¹²

Não obstante, antes dessa decisão partidária houve um processo interno muito desgastante concernente à definição da candidatura Cylon Rosa. Na Comissão Executiva, alguns pessedistas – em especial da “ala getulista” – consideraram seriamente a possibilidade da retirada da respectiva candidatura. Já outros – majoritariamente da “ala dutrista” – tiveram o entendimento que, somente em torno do nome de seu candidato, deveriam ser feitas as alianças para que houvesse candidato único.¹³

A partir da teoria bourdieusiana, torna-se possível identificar aspectos inerentes ao campo político: a) nas lutas internas entre as alas “dutrista” e “getulista” a primeira domina o partido e se sobrepõe aos interesses da segunda; b) a “ala dutrista” – detentora do monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos – acaba impondo seu interesse de mandatária como sendo os interesses dos seus mandantes. Em outras palavras, a candidatura Cylon Rosa é construída – na propaganda eleitoral – como à vontade “de todo o partido” e do “Rio Grande”. Mas, na verdade, é o interesse da ala majoritária do partido.

O PTB, por sua vez, necessitava escolher um novo candidato e a Comissão Executiva Estadual, presidida por João Goulart, deliberou em favor da candidatura do ex-interventor Ernesto Dornelles, primo de Vargas, procedente do PSDA.¹⁴ “[...] Declarou então o deputado João Goulart [...] que, no seio da Executiva, manifestara ele o seu ponto de vista, favorável ao nome do senador Ernesto Dorneles [...]”.¹⁵

O nome de Dornelles havia sido indicado para a Convenção Estadual em detrimento dos interesses de outros políticos vinculados diretamente ao PTB, tais como José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva. Pierre Bourdieu (1998, p. 182) lembra que: “[...] os conflitos internos sobrepõem-se aos conflitos externos [...]”. Enfim,

¹² *Correio do Povo*, 9 de agosto de 1950, p. 7.

¹³ Costa (1983, p. 121-124) analisa esse processo que girou em torno de uma candidatura única. O governador Walter Jobim participou ativamente das tratativas acerca de uma coalização eleitoral, destacando-se como uma espécie elemento de ligação entre a direção pessedista e às oposições. Segundo a mesma autora (1983, p. 125) “[...] a ala dutrista e, em particular, Cylon Rosa, cuja candidatura aquela ala consegue impor ao PSD, carecem de legitimação no interior do próprio partido, o que se verifica pela reiteração de fórmulas alternativas, propostas por líderes pessedistas objetivando afastar a candidatura Cylon, substituindo-a por candidaturas de coalizão ou por uma candidatura única [...]”.

¹⁴ Sobre a escolha da Comissão Executiva Estadual em favor da candidatura Ernesto Dornelles analisaremos com maior profundidade quando abordarmos o papel dos agentes políticos, nesse caso, de Getúlio Vargas.

¹⁵ *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1950, p. 14.

a candidatura de Ernesto Dornelles foi homologada na Convenção do PTB, no dia 22 de agosto de 1950.¹⁶

O correspondente do *Correio do Povo* em São Paulo divulgou as declarações de Ernesto Dornelles após a convenção petebista. “[...] O cel. Ernesto Dorneles, em mensagem dirigida ao povo gaúcho: – Se for confirmada a honrosa decisão do PTB sul-rio-grandense, tudo farei para servir a terra gaúcha [...]” e acrescentou “[...] Sou, de fato, primo de Getúlio. Mas não faremos política de parentesco”.¹⁷ Posteriormente, em troca de telegramas entre a direção trabalhista e Ernesto Dornelles, “o candidato petebista comprometera-se a cumprir o programa do PTB”.¹⁸

Cylon Rosa (PSD) enviou um telegrama ao adversário político Ernesto Dornelles. A mensagem foi reproduzida no noticiário político na imprensa escrita: “Envio ao eminente amigo sinceras congratulações pela escolha de seu nome para concorrer à sucessão governamental [...] A competição com figuras nobres e ilustres como V. Excia [...] constitui para mim uma grande honra [...]”.¹⁹

2.2 Aspectos programáticos nas campanhas de Cylon Rosa e Ernesto Dornelles

Cylon Rosa iniciou oficialmente sua campanha ao governo do Estado em um comício realizado em Montenegro - sua cidade natal -, no dia 21 de agosto de 1950. Estiveram presentes importantes autoridades pessedistas: Oscar Fontoura – que falou em nome do partido – Clóvis Pestana, Balbino Mascarenhas, Américo Godoy Ilha, Hermes Pereira de Souza, Antônio Campani, Moacir Dornelles, Adail Moraes, Jacinto Rosa, Nicanor da Luz e Francisco Carrion.²⁰ O evento iniciou com uma homenagem a Salgado Filho. Em seguida, o candidato pessedista explicou os motivos das alianças políticas, ou melhor, a “cooperação responsável” dos partidos. Para Cylon Rosa, a cooperação dos partidos seria fundamental para resolver os problemas estaduais e

¹⁶ No período das disputas internas, os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* tiveram abordagens diferenciadas. O primeiro periódico enfatizava as disputas internas do PTB, bem como à intenção de José Diogo ser postulante ao governo estadual. O segundo ressaltou o entendimento entre os líderes petebistas cuja finalidade seria a indicação de um substituto de Salgado Filho. Com a indicação de Ernesto Dornelles o *Diário de Notícias* noticiou o descontentamento dos convencionais. Já o *Correio do Povo* noticiou a rejeição de uma parte dos convencionais em virtude da indicação de um político que não era proveniente dos quadros petebistas.

¹⁷ *Correio do Povo*, 24 de agosto de 1950, p. 16

¹⁸ *Correio do Povo*, 26 de agosto de 1950, p. 14.

¹⁹ *Correio do Povo*, 25 de agosto de 1950, p. 14.

²⁰ Segundo Oliveira (2008, p. 207), no PSD, após muitos enfrentamentos internos, alguns pessedistas se afastaram gradativamente do grupo getulista tornando-se dutristas, entre eles, Oscar da Fontoura e Clóvis Pestana.

nacionais. Além disso, a formação de uma frente conjugada seria o anseio comum de resistir às “infiltrações perniciosas” que “ameaçariam” a “segurança da ordem social, econômica e política”.²¹

Assim, discursou Cylon Rosa,

A verdade é que já não há fronteiras definitivas, absolutamente fechadas, impedindo o exame conjunto de problemas fundamentais, o que permite, através desta circunstancia, a valiosa possibilidade de altos entendimentos entre as mais diversas formações políticas, mormente as de índole democrática. A vida dos partidos, exercida no interesse do bem comum, não se pode, em tais conjunturas, limitar à interação exclusiva da própria comunidade, pois uma compreensão mais arejada do processo político admite e possibilita combinações que, exatamente por inspiradas em altos propósitos, sejam capazes, em última análise – e por isto se justificam – de obstar a derrocada daquilo que deve constituir patrimônio solidário da comunhão democrática.²²

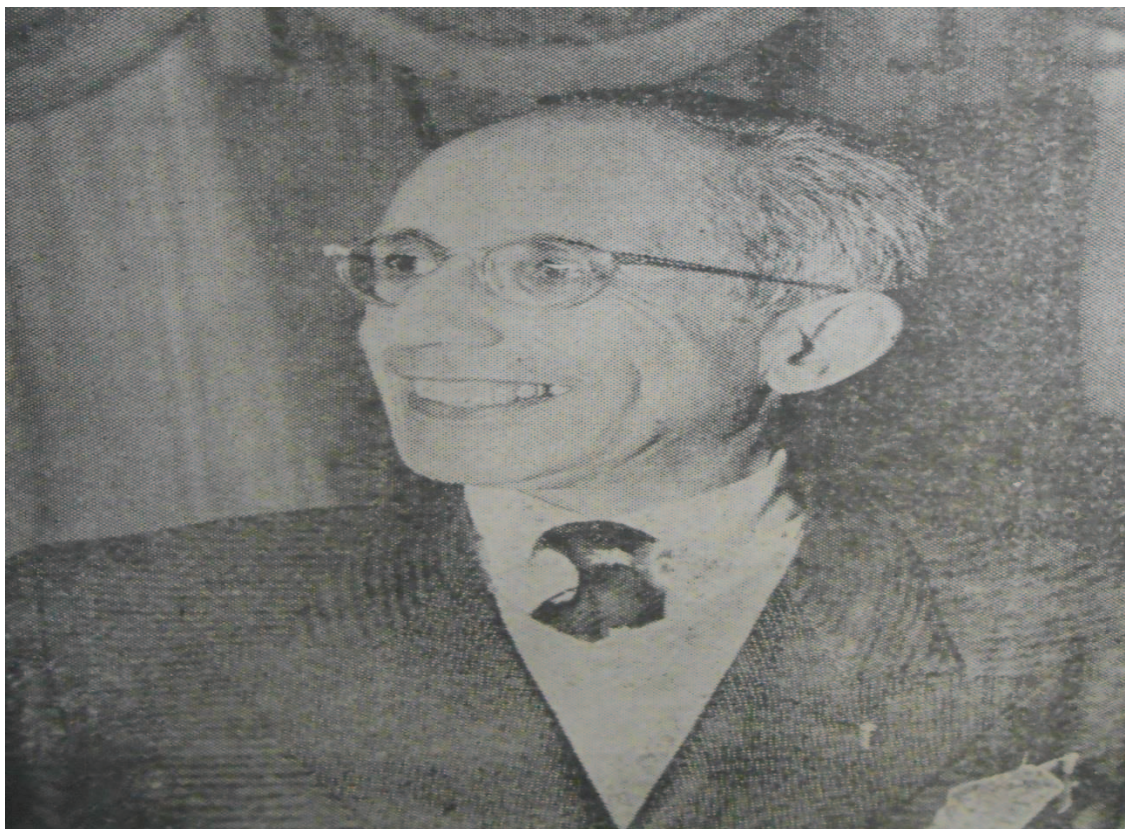
O candidato pessedista defendeu políticas objetivas do Estado em relação às exigências da iniciativa privada, o que seria imprescindível para a economia estadual e expansão da riqueza. No campo das oposições e distinções, fez alusão à reabilitação do trabalho, contraponto a valorização do trabalhador feita pelo PTB. Também, enfatizou que a campanha deveria ser caracterizada pelo debate de ideias e pelo respeito, pois são premissas para a “preservação” e o “prestígio” da democracia.²³

²¹ *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1950, p. 5; *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1950, p. 2.

²² *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1950, p. 2.

²³ *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1950, p. 5; *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1950, p. 7.

Figura 6 - Cylon Rosa (PSD).



Fonte: *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1950, p. 7.

O alinhamento entre os candidatos pessedistas Cristiano Machado e Cylon Rosa nas eleições para a presidência da República e o governo estadual, respectivamente, esteve presente na propaganda política, por meio de *a pedidos*, no decorrer de toda campanha eleitoral na imprensa escrita. Destarte, observa-se que o respectivo alinhamento esteve permeado pela ênfase na “consolidação da democracia brasileira”.

Na publicação do *a pedido* que fez a cobertura do lançamento oficial da candidatura pessedista ao governo do Estado, foi reproduzida uma “mensagem” do candidato à presidência da República Cristiano Machado (PSD) ao candidato Cylon Rosa: “[...] povo do Rio Grande do Sul [...] com emoção que o saúdo nessa oportunidade, congratulando-me especialmente com a população de Montenegro pelas justas homenagens [...] a expressiva figura de cidadão e patriota que é Cilon Rosa [...]”.²⁴

²⁴ *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1950, p. 5;

Figura 7 - “A Pedido” do PSD referente à propaganda eleitoral dos candidatos Cristiano Machado à Presidência da República e de Cylon Rosa a governador do Rio Grande do Sul.



Fonte: *Diário de Notícias*, 10 de setembro de 1950, p. 7.

A propaganda eleitoral, veiculada na imprensa escrita, informava as datas e locais dos comícios. No início de setembro, a caravana do PSD publicizava a agenda de “concentrações políticas” nos municípios de Santa Cruz do Sul, Lajeado, Cachoeira do Sul, entre outros.²⁵ Alguns eventos políticos eram transmitidos “através de irradiações de emissoras da capital, em cadeia com radio-difusoras das referidas cidades”. “O dr. Cylon Rosa abordará em seus discursos os pontos principais do notável programa [...] Tratará [...] de todos os problemas peculiares às regiões visitadas, estudando-os seus diversos aspectos, principalmente os de ordem econômica e social.”²⁶

Posteriormente, acometido de “apendicite aguda”, foi “submetido a uma intervenção cirúrgica”. Sobre sua participação na campanha eleitoral: “os discursos serão retransmitidos pelo rádio, do próprio hospital onde se encontra, ou diretamente

²⁵ Buscava-se reafirmar o compromisso político com o eleitorado de Santa Cruz e Lajeado – onde o PSD venceu o PTB na eleição para governador do Estado em 1947 com ampla margem de votos – e obter mais eleitores em Cachoeira do Sul, onde o partido havia perdido para os petebistas em relação ao número de votos na eleição majoritária estadual anterior, conforme dados de Noll e Trindade (1995, p. 33).

²⁶ *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1950, p. 7.

para os comícios que o PSD realizar, ou através de discos”.²⁷ No hospital, o candidato pessedista recebeu a visita do correligionário Cristiano Machado – candidato à presidência da República –, de Dom Vicente Scherer – o arcebispo metropolitano –, bem como telegramas de seus adversários políticos Edgar Schneider e Ernesto Dornelles.²⁸

As visitas e os telegramas ao candidato pessedista elucidam três características sobre a disputa eleitoral de 1950: Cristiano Machado e a sobredeterminação da conjuntura nacional concernente à disputa regional; Dom Vicente Scherer e a influência da Igreja Católica – força externa – no jogo político estadual; o telegrama de Ernesto Dornelles evidenciando um jogo duplo, ou seja, contrastando o ambiente respeitoso entre os candidatos em relação aos embates exasperados entre os partidos, sobretudo, no final da campanha eleitoral, conforme será demonstrado posteriormente.

Devido aos problemas de saúde, Cylon Rosa fora proibido pelos médicos de realizar viagens.²⁹ Contudo, não ficou afastado da campanha e notabilizou-se pelas mensagens enviadas aos municípios, frequentemente publicadas pelo PSD nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

Mensagem de Cylon Rosa ao “povo bageense” lida num comício pessedista no município de Bagé:

Bagé, a vossa estremecida comuna, depositária das mais nobres tradições democráticas [...] Entre vós nasceram heróis que, enaltecendo o Rio Grande, engrandeceram a Pátria brasileira. Seus nomes foram recolhidos pela História e seus feitos registrados como exemplos imperecíveis. E também heróis anônimos que fizeram dos peitos destemerosos, a insuperável trincheira resguardando essa fronteira aberta, durante mais de um século de lutas e glórias [...] Vossa cidade, grande e bela, é o orgulho dos rio-grandenses, não só pelo esplendor material, mas pelo desenvolvimento econômico, social e científico. Grande é vossa riqueza, em campos e gadarias, em comércio próspero e indústria florescente, maior, porém, é a vossa riqueza moral, a vossa galhardia cívica, a vossa indesviável fidelidade aos princípios esposados e aos compromissos assumidos.³⁰

Cylon Rosa ressaltou, durante sua campanha eleitoral, os princípios apregoados no lançamento oficial de sua candidatura. No que diz respeito às suas mensagens, o candidato pessedista abordou as características socioeconômicas das circunscrições

²⁷ *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1950, p. 18.

²⁸ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1950, p. 14.

²⁹ *Diário de Notícias*, 23 de setembro de 1950, p. 12.

³⁰ *Diário de Notícias*, 13 de setembro de 1950, p. 5.

visitadas. A peculiaridade de Cylon Rosa está nas referências geográficas e históricas de cada região do Estado em sua relação com o cultivo de determinado produto.

Mensagem do candidato pessedista intitulada “Ao povo de Erechim”:

O pequeno agricultor é a garantia na democracia rio-grandense, da preservação da liberdade. Esteado na independência econômica, contando com a dedicação ao trabalho como suprema arma da vida, faz impor sua vontade, com brandura e equilíbrio, nos negócios públicos [...] Deve-se a vós, povo de Erechim, a incorporação à cultura rio-grandense dos descendentes de imigrantes. Vossos costumes, vossos usos, sublimaram-se nos mesmos valores do velho Rio Grande farroupilha [...] Entre os monarcas da coxilha e os agricultores houve um laço que os uniu: ambos conjugaram sua moral no respeito à família.³¹

No campo político, existe uma relação entre representantes e representados, porque o êxito eleitoral – a conquista de votos – consiste na mobilização do maior número de profanos. É fundamental para o candidato o reconhecimento daqueles que estão de fora do círculo restrito aos profissionais. Portanto, pode-se inferir que Cylon Rosa procurava através das mensagens o reconhecimento dos eleitores a partir da mobilização de símbolos – históricos e geográficos – para fins de aproximação do eleitorado com a sua candidatura.

O *a pedido*, intitulado “DIREGE-SE AO POVO DO RIO GRANDE O CANDIDATO DO P.S.D.” divulgava as mensagens enviadas ao “povo de Pelotas, Cruz Alta, São Borja, Getúlio Vargas, Santa Rosa e Palmeira das Missões”.³² Como já foi visto, Cylon Rosa, impedido de viajar, dirige-se aos eleitores por meio dessas mensagens, sendo as mesmas lidas nos comícios realizados no interior do Estado. As respectivas mensagens abordavam, sobretudo, as características socioeconômicas locais e regionais, bem como a importância dos municípios para o Rio Grande do Sul.³³

O candidato, no decorrer da campanha eleitoral, abordou temáticas referentes ao aumento de produção agrícola por meio da assistência técnica e financeira ao pequeno produtor, bem como aumento da produção industrial por meio do plano de eletrificação. Outras questões debatidas foram: o aumento de investimentos em saneamento e educação (plano de construção de escolas na zona rural) e a necessidade da melhoria

³¹ *Diário de Notícias*, 17 de setembro de 1950, p. 10.

³² Na eleição de 1947 para governador do Estado o PSD havia vencido o PTB nos municípios de Cruz Alta, Santa Rosa e Palmeira das Missões/Iraí, nesta junta que abrangia dois municípios com grande diferença de votos. Nos demais municípios – Bagé, Erechim/Marcelino Ramos, Getúlio Vargas/Passo Fundo, Pelotas e São Borja – os pessedistas foram derrotados pelos petebistas. Sobre as estatísticas eleitorais, ver: Noll e Trindade (1995, p. 33-34).

³³ *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1950, p. 12.

dos transportes, considerando aspecto determinante na economia estadual.³⁴ Todavia, a campanha do candidato pessedista ao governo estadual não apresentou formalmente uma plataforma de governo e evidenciou-se uma proposta de continuidade em relação ao governo Walter Jobim (PSD).

Segundo Cylon Rosa,

Num Estado, como o Rio Grande, em que os governantes vêm coordenando uma realização a outra realização, segundo diretrizes bem traçadas de uma órbita ampla, não cabem improvisações nem obras que não repousam na estrutura bem arquitetada dos labores administrativos. Temos de ser obreiros de um vasto empreendimento coletivo, de um enorme conjunto de construções suscetíveis de modificações ou correções parciais, mas que exigem, antes de tudo, continuação e prosseguimento paulatino, dentro das linhas mestras. Só assim, no futuro, na medida dos recursos disponíveis e em coordenação com os empreendimentos da esfera federal, poder-se-á cogitar de ampliá-los e desdobra-los, para corresponder às exigências crescentes da coletividade. Dentro desse princípio básico da continuidade administrativa é que abordei, com critério objetivo e sob a diversidade de suas faces, os problemas peculiares de cada circunscrição, nas poucas concentrações regionais de que pude participar.³⁵

Na capital do Estado, “reduto” eleitoral do PTB, no auditório Araújo Viana, ocorreu o comício de encerramento da campanha pessedista. Cylon Rosa abordou a saúde pública e a assistência social como temas principais. Em seu discurso, mandado publicar pelo PSD, o candidato dizendo-se “inspirado pela fé cristã” agradeceu o apoio dos correligionários, dos partidos que lhe apoiaram e aos líderes dos demais partidos que “embora em campo eleitoral oposto se irmanaram na sinceridade das mesmas convicções democráticas e do mesmo devotamento ao Rio Grande e ao Brasil”.³⁶

Na página político-partidária do PSD, no *Diário de Notícias*, a matéria concernente ao comício é intitulada com uma das frases proferidas pelo candidato durante o discurso de encerramento: “Meu unico proposito é conservar o inestimavel patrimonio material e moral que o Estado representa e tudo fazer para dilata-lo e engrandece-lo”. [sic]³⁷ Em suma, a campanha de Cylon Rosa para governador do Estado esteve permeada pela manutenção do *status quo*, isto é, dar continuidade às ações do governo pessedista de Walter Jobim.

³⁴ *Correio do Povo*, 7 de setembro de 1950, p. 11-20; *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 7; *Correio do Povo*, 26 de setembro de 1950, p. 10; *Diário de Notícias*, 26 de setembro de 1950, p. 8.

³⁵ *Diário de Notícias*, 1 de outubro de 1950, p. 10.

³⁶ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 13.

³⁷ *Diário de Notícias*, 1 de outubro de 1950, p. 10.

O PTB iniciou sua campanha depois de seus adversários em virtude da morte de Salgado Filho, candidato do partido ao governo estadual, assim como das implicações no jogo político decorrentes deste trágico episódio. A imprensa escrita fez significativa cobertura jornalística concernente à chegada do candidato petebista Ernesto Dornelles a Porto Alegre. Recebido pelos “amigos” e “correligionários”, o candidato iniciou sua agenda eleitoral em solo sul-rio-grandense. “[...] Abordado pela reportagem do “*Correio do Povo*” declarou [...] a nossa campanha política não se baseará em promessas vãs nem em doutrinas sem lastro na realidade [...]”.³⁸

Em primeiro de setembro de 1950, no Teatro São Pedro, aconteceu o lançamento da candidatura de Ernesto Dornelles³⁹. A saudação ao candidato, proferida pelo deputado Ruy Ramos, representou a tônica que permeou toda a campanha eleitoral petebista para o governo estadual daquele ano: o binômio Vargas/Dornelles: “Ernesto Dornelles no governo será Getúlio Vargas no Rio Grande, competente e seguro, fiel à sábia orientação do nobre estadista”.⁴⁰

O discurso-plataforma⁴¹ do candidato Ernesto Dornelles estava alinhado à candidatura Vargas. Ele enfatizou a importância do desenvolvimento do Estado a partir de investimentos públicos em infraestrutura - portos, rodovias, ferrovias -, no plano de eletrificação, no crédito aos pequenos produtores e na reorganização administrativa dos serviços públicos estaduais. Além disso, criticou o governo federal, a quem atribuiu a crise financeira do Rio Grande do Sul.⁴²

Assim, discursou o candidato petebista Ernesto Dornelles:

³⁸ *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1950, p. 18.

³⁹ Para Cánepa (2005, p. 138): “[...] Do ponto de vista do interesse dos eleitores, o atraso é, no entanto, “compensado” pela grande comoção originada pela morte de Salgado Filho e pela campanha de Vargas à Presidência, lançada justamente em Porto Alegre, em 9/8/1950 [...]”.

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 2 de setembro de 1950, p. 7.

⁴¹ A Plataforma de Governo amplamente divulgada pela imprensa vinha sendo preparada por uma comissão com significativa antecedência.

⁴² Para Cánepa (2005, p. 76-77): “Embora com crises cíclicas (comuns às economias baseadas no setor primário e com baixo grau de tecnologia), pode-se afirmar que “o modelo gaúcho” de desenvolvimento funcionou até meados dos anos 40 sem apresentar graves problemas [...] Esta visão otimista começa a sofrer os primeiros abalos mais significativos ao final da Segunda Guerra, quando então a concorrência dos produtos de outras regiões situadas no centro do país se faz sentir de forma mais acentuada e o Rio Grande do Sul começa a perder posição no conjunto da economia nacional. O “modelo gaúcho” de desenvolvimento passa a ser repensado, buscando-se medidas que levem à dinamização do mercado interno. Essa mudança nos rumos da economia gaúcha e a conseqüente passagem de uma perspectiva otimista para uma posição de expectativa e apreensão por parte dos grupos dirigentes coincide, até certo ponto, com o momento da redemocratização e com a formação dos partidos políticos em âmbito nacional. No nível estadual, esses partidos tratarão de propor alternativas que viabilizem a dinamização da economia gaúcha.”

Se eleito governador do Estado, procurarei aplicar os princípios básicos que informam o programa do nosso candidato à presidência da República e constituem, por seu conteúdo e atualidade, o mais alto penhor de que se executará em nosso país a verdadeira política do bem-estar social, vale dizer, a justiça distributiva preconizada pela doutrina cristã, em que se inspirou a nossa legislação depois de 1930 [...] A representação popular, tônica predominante de nossa organização política, imporá ao governante a diretriz.⁴³

Desde o início da campanha eleitoral petebista, o programa é apresentado – via *a pedidos* na imprensa escrita – sob o signo da dependência da figura de Vargas. Além disso, estiveram sistematicamente presentes: a defesa da legislação social; a justiça social por meio de políticas públicas intervencionistas e distributivistas; a dimensão cristã do programa, pois a presença da Igreja Católica e o anticomunismo permearam o contexto eleitoral sul-rio-grandense.

Um aspecto relevante da solenidade petebista reside na demonstração de unidade do partido. Como já fora abordado anteriormente, ocorreu um processo de afastamento dos sindicalistas da direção partidária, bem como disputas entre pasqualinistas e jovens petebistas aliados aos políticos egressos do PSD. O *a pedido*, intitulado “Nem hoje, nem amanhã, nem nunca, ninguém conseguirá dividir o Partido Trabalhista”, isto é, excerto do discurso de Egídio Michaelsen ao convidar José Diogo Brochado da Rocha para compor a mesa das autoridades, foi uma tentativa de demonstrar que, após as disputas internas e suas implicações, o partido estava coeso para alcançar seus objetivos. O petebista Loureiro da Silva – outro preterido pelo partido – também compunha a mesa do evento.⁴⁴

⁴³ *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1950, p. 7; *Diário de Notícias*, 2 de setembro de 1950, p. 2.

⁴⁴ *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1950, p. 7.

Figura 8 - Ernesto Dornelles e José Diogo Brochado da Rocha.



Fonte: *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1950, p. 7.

Os responsáveis pelas diretrizes da campanha petebista foram Vargas e o candidato ao Senado, Alberto Pasqualini. O primeiro deu ênfase ao desenvolvimento da economia, sobretudo da indústria, por meio de uma política nacionalista, estendendo os benefícios sociais dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. O segundo utilizou o seu estilo doutrinador para descrever o trabalhismo, tendo como uma de suas maiores preocupações a diferenciação entre trabalhismo e socialismo.

De acordo com Cánepa (2005, p. 140-141) “[...] diferentemente de 1947, em 1950, Pasqualini está totalmente afinado com Vargas e não tem nenhum constrangimento, ao contrário, de ressaltar o papel deste no quadro nacional”. Não obstante, torna-se necessário lembrar que, na campanha para o governo estadual em 1947 – apesar da ausência do personalismo varguista na postura discursiva de Pasqualini –, o alinhamento de sua candidatura com a imagem de Getúlio Vargas esteve presente na propaganda eleitoral desenvolvida pelo partido.

Figura 9 - Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini.



Fonte: *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1950, p. 11.

Segundo Bodea (1992, p. 76), a fase final da campanha eleitoral – no mês de setembro – fora de efervescência política, sobretudo para o PTB. A afirmativa do autor baseia-se a partir do retorno de Vargas ao Estado para o encerramento da campanha à presidência da República, bem como para alavancar a campanha de Dornelles, por meio da sua popularidade. Vargas, Pasqualini e Dornelles realizaram uma verdadeira maratona eleitoral pelo interior do Rio Grande do Sul. Os principais centros urbanos foram visitados, organizando-se comícios com a presença de avultado número de pessoas.

Figura 10 - Página político-partidária do PTB, trindade petebista, o candidato à Presidência da República, Getúlio Vargas; o candidato a governador do Rio Grande do Sul, Ernesto Dornelles e o candidato ao Senado pelo estado rio-grandense, Alberto Pasqualini.



Fonte: *Diário de Notícias*, 29 de setembro de 1950, p. 11.

No decorrer da campanha, a atuação de Ernesto Dornelles na interventoria federal no Estado do Rio Grande do Sul esteve presente significativamente nas páginas político-partidárias produzidas pelo PTB e reproduzidas nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, sendo destacada a sua “dignidade” e “operosidade”, enquanto no exercício da respectiva função. “Durante o tempo em que exerceu a interventoria no Rio Grande do Sul, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro honrou o posto”.⁴⁵

Dornelles criticou de forma contundente e recorrente o governo federal, referente ao empréstimo fornecido ao Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul.

⁴⁵ *Diário de Notícias*, Segundo Caderno, 24 de setembro de 1950, p. 1.

Em sua magnífica oração [...] passou a proceder um amplo exame da situação nacional, fazendo, de início, uma severa crítica ao governo federal em sua conduta para com o Rio Grande do Sul, no caso do debatido empréstimo para o Plano de Eletrificação. Salientou que, malgrado a importância da obra para o futuro do Estado, [...] a União, depois de assegurar ao chefe do Executivo gaúcho, sr. Valter Jobim, a concretização daquela operação de crédito, serviu-se dela para coagir o Estado a trilhar a norma política ditada pelo Catete, sob pena de efetuar a transação com tanto empenho solicitado pela economia do Rio Grande do Sul.⁴⁶

Assim foi o discurso do candidato Ernesto Dornelles – no comício de Passo Fundo – e mandado publicar na imprensa pelo PTB:

[...] E como é confortador verificarmos que esta cidade se integrou no espírito e energia de nossas hostes! Quando tive a honra de ser no Rio Grande o interventor de Getúlio Vargas, enfrentei os problemas de Passo Fundo com constante atenção. O progresso aqui realizado por vós exige agora o amparo sistemático do poder público às obras e iniciativas que escapam à esfera privada. Dentre estes problemas, ressaltam o de assistência social, da higiene, saúde e educação, bem como os que acham ligados às obras públicas. Foi no meu governo que se estabeleceu a execução dos planos de saneamento nos quais desde logo Passo Fundo foi contemplado. Foi no meu governo que se elaborou o grande Plano de Eletrificação do Estado [...] Mas, sem que para isto existissem razões aceitáveis, o governo federal, depois de Getúlio Vargas, deixou de facilitar ao Rio Grande os recursos com que se comprometera a concorrer para a realização das obras. Isto em muito retardou-as, tendo ocasionado à vossa produção, como à de outros municípios, uma série de empecilhos cuja maléfica influência não poderia avaliar [...].⁴⁷

Questionado pelo jornal *Diário de Notícias* sobre quais seriam os pontos principais da sua plataforma de governo, respondeu Ernesto Dornelles:

Nem há dúvida, respondeu o senador Ernesto Dorneles com vivacidade. Quanto aos problemas locais, vi muita coisa que me chamou a atenção e me convenceu da necessidade imediata de atacarmos o soerguimento da nossa terra. Meu primeiro cuidado será, e sempre, realizar o saneamento das finanças públicas. Mas para isso, será necessário levantar o índice econômico do Estado, através de uma política tendente sobretudo a estimular a produção.⁴⁸

A ênfase no alinhamento com a candidatura Vargas, a crítica ao governo Dutra (a quem atribui culpabilidade pelos problemas financeiros do governo estadual), a

⁴⁶ *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 4.

⁴⁷ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1950, p. 11.

⁴⁸ *Diário de Notícias*, 27 de setembro de 1950, p. 16.

atuação de Dornelles enquanto interventor e o saneamento das finanças estaduais foram aspectos recorrentes na campanha eleitoral petebista para governador do Rio Grande do Sul. Basicamente, a campanha Dornelles fundamentou-se nesses quatro tópicos.

Ambos os partidos apresentaram pontos comuns em seus programas. O PSD e o PTB por meio dos discursos de seus respectivos candidatos destacaram a necessidade de desenvolver políticas públicas de caráter assistencial, assim como investimentos em infraestrutura, com ênfase no setor de transportes, saneamento e energia elétrica.⁴⁹Entretanto, no campo político, vigora a lógica relacional entre os partidos, isto é, na linguagem bourdieusiana: as distinções e oposições.

A campanha é o momento da apresentação dos produtos políticos e da luta política que também é simbólica. Os agentes precisam convencer o eleitorado que as suas propostas são as melhores. Na apresentação de cada programa, encontra-se – no jogo das distinções – um destaque maior quanto à sua aplicabilidade do que propriamente o programa em si. De um lado, está Cylon Rosa e a “continuidade administrativa”; de outro, Ernesto Dornelles, ressaltando a viabilidade das ações de seu futuro governo a partir da correção das relações entre a União e o Estado com a eleição de Vargas para à Presidência da República. Portanto, denota-se uma confiança por parte dos petebistas na vitória eleitoral de Vargas, pois o projeto político estadual dependia de um fator externo à disputa no âmbito estadual, isto é, o retorno do ex-presidente ao Palácio do Catete.

Dessa forma, foi construída a campanha do PTB para o cargo majoritário estadual: uma propaganda utilizada durante toda campanha com a finalidade de convencer o eleitorado de que o governo federal - governo pessedista – era o maior culpado pelas dificuldades econômicas encontradas pelo Estado. Logo, torna-se adequado uma articulação entre as esferas federal – Getúlio – e estadual – Dornelles –, a fim de sanear as finanças e promover o desenvolvimento estadual.

Entende-se o campo político – conforme a interpretação de Bourdieu – como um espaço estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo. As campanhas eleitorais devem ser compreendidas a partir de um jogo de oposição entre

⁴⁹ Cánepa (2005, p. 126) lembra que o governo de Walter Jobim (PSD), com minoria na Assembleia Legislativa, enfrentou a oposição sistemática do PL, do PTB e do PCB (de curta vida legal). Contudo, o executivo estadual não teve dificuldades quanto à aprovação de seus projetos (principalmente no que diz respeito aos investimentos públicos em infraestrutura), pois muitas questões eram vistas como consensuais para o desenvolvimento econômico estadual, do ponto de vista dos setores dominantes da política rio-grandense.

estratégias de conservação e de subversão, tendo em vista a manutenção da posição no campo. É natural ocorrer a concorrência entre os agentes que ocupam diversas posições. No jogo político estadual, o candidato pessedista Cylon Rosa encontra-se no polo da situação, sendo assim, sua campanha baseia-se na perspectiva de conservação. O candidato petebista Ernesto Dornelles, por sua vez, encontra-se no polo da oposição e consequentemente suas estratégias são de subversão. Entendido isso, qual é o objetivo dessas lutas? A resposta bourdieusiana reside no desenvolvimento, uso e apropriação do capital específico do campo. Em outras palavras, no caso em estudo, o principal objetivo é o controle do Estado: sobre os recursos econômicos e políticos – secretarias estaduais, órgãos públicos, empresas estatais, etc. – cuja finalidade está na execução dos anseios políticos e do programa partidário legitimado simbolicamente como interesse universal.

Para Bourdieu (2014, p. 361), o Estado é o resultado de um processo de “concentração de capital”. A especificidade do Estado consiste na acumulação de diversas espécies de capital que acaba gerando o “metacapital”: um capital que tem a propriedade particular de exercer poder sobre o capital. Portanto, “meta” é um poder acima dos poderes, ou seja, o Estado é associado à posse de um capital que tem poder sobre as outras espécies de capital.

2.3 A imagem pública e o capital político dos candidatos pessedista e petebista na campanha eleitoral

A imagem pública do candidato Cylon Rosa esteve associada ao apelo popular. Como já foi abordado no capítulo anterior: nesse contexto, o povo torna-se um agente político e a mobilização eleitoral intensifica as relações entre o eleitor e o candidato. Em outras palavras, a construção da popularidade eleitoral baseia-se na pretensa identificação entre representantes e representados. Conforme a propaganda pessedista “[...] Cilon Rosa já não pertence apenas aos quadros partidários, mas ao próprio povo rio-grandense [...]” e a escolha do seu nome pelos correligionários fora ratificada pela “[...] livre escolha que já fizera o povo gaúcho”.⁵⁰

Também, pode-se observar na propaganda do PSD, o processo de construção da imagem pública de Cylon Rosa associada ao “zelo a coisa pública”, a “consolidação da democracia” e o “caráter cristão” de sua candidatura. Em termos de oscilações

⁵⁰ *Correio do Povo*, 9 de agosto de 1950, p. 7.

pendulares entre o socialismo – “absorvente e tentacular” – e o capitalismo – “monopolizador e egoísta” – tem-se um “dilema trágico”. Para tanto, as proposições do candidato pessedista acerca dos problemas enfrentados pela sociedade seriam a “resposta democrática” e a “solução da ordem social cristã”.⁵¹

Sob um ponto de vista bourdieusiano, a partir da análise da propaganda eleitoral, é possível perceber e refletir sobre o capital político do candidato: tanto pessoal quanto delegado. O capital pessoal de Cylon Rosa foi acumulado durante sua trajetória pública no Rio Grande do Sul: o candidato do PSD atuou como advogado, participou do movimento político e militar de 1930 – apoiando Getúlio Vargas –, bem como foi eleito deputado estadual (1934) pelo Partido Republicano Liberal (PRL). Também, ocupou durante o período estadonovista a presidência da Caixa Econômica Federal e foi Secretario Estadual do Interior, do então interventor Ernesto Dornelles. No contexto da democratização, participou da estruturação do PSD, sendo inclusive, membro da comissão de redação do partido em nível nacional. Já no governo Dutra foi nomeado interventor. A propaganda eleitoral destacou principalmente o último aspecto, ou seja, sua passagem pela interventoria.

Em *a pedido*, mandado publicar pelo PSD, ressaltou-se sua atuação na interventoria estadual: “[...] Dirigiu os negocios do Rio Grande do Sul com elevação de propositos e presidiu o pleito eleitoral, que se realizava após quinze anos, como um verdadeiro magistrado [...]”. Também, abordou-se sua passagem à frente da Caixa Econômica Federal no Estado: “[...] demonstra o candidato pessedista a sua capacidade como administrador, colocando este estabelecimento popular de credito em uma situação de solidez e de grande prestigio como poucos no país”. Além disso, foi abordada sua distinção em relação aos “demagogos baratos” que buscam “explorar os sentimentos populares com fórmulas enganosas e promessas utópicas”.⁵²

Sobre o capital delegado, apesar da incipiente atuação partidária, o candidato Cylon Rosa defendia a continuidade das políticas desenvolvidas pelo governo pessedista de Walter Jobim.⁵³ Nesse sentido, do ponto de vista do partido, tratava-se de usar uma estratégia de conservação da posição no campo político, pois o PSD havia acumulado um capital político significativo durante sua atuação frente ao governo estadual, sobretudo, pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento

⁵¹ *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1950, p. 7.

⁵² *Correio do Povo*, 9 de agosto de 1950, p. 7.

⁵³ Sobre o governo pessedista de Walter Jobim, ver: Costa (1983) e Cánepa (2005).

econômico regional – muitas questões vistas como consensuais pelos partidos de oposição – no âmbito da infraestrutura (rodovias, barragens de irrigação e eletricidade). Ao longo da campanha, o partido tenta transferir ao candidato o seu capital político, isto é, o processo de delegação.

Já sobre a propaganda petebista, a atuação de seu candidato como interventor foi significativamente explorada nos jornais. Em *a pedido*, mandado publicar pelos petebistas, intitulado “Recordar é viver”, observa-se uma fotografia – do período da interventoria Dornelles – a qual ilustra Ernesto Dornelles e Pasqualini – então secretário do Interior e Justiça – na companhia de uma “irmã superiora”. A propaganda ressalta que o postulante petebista ao governo estadual é um “candidato fácil de alcançar a vitória”, ou seja, “para fazer sua campanha política basta evocar o zelo e a dedicação com que se empenhou á frente do executivo gaúcho”. Logo, “Ernesto Dornelles e Alberto Pasqualini alicerçaram o seu prestígio”.⁵⁴

O “prestígio” ou, na linguagem bourdieusiana, o “capital político” de Dornelles acumulado durante sua trajetória na interventoria e explorado na propaganda eleitoral tem uma relação direta com o eleitorado das zonas de colonização alemã e italiana. Um eleitorado estatisticamente perrepista, mas que, devido à sua atuação como interventor – sucedendo o general Cordeiro de Farias –, corrigindo as arbitrariedades e excessos dos programas de “brasilianização”, gozava de significativo reconhecimento.⁵⁵

Observa-se que o capital pessoal do candidato do PTB fora acumulado durante sua trajetória vinculada à figura de Getúlio Vargas. Ernesto Dornelles era militar e primo de Vargas, tendo participado do movimento político e militar de 1930, atuado na segurança pública em Minas Gerais, bem como trabalhado para o gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra, no qual serviu até 1943. Em setembro de 1943, foi nomeado por Vargas para ser interventor no Rio Grande do Sul. Dornelles – no contexto da democratização – foi um dos responsáveis pela formação do PSD no Estado e tornou-se senador sul-rio-grandense por esta sigla. Em suma, demonstraremos a partir da análise das fontes, que a propaganda petebista associou sistematicamente o seu capital pessoal e a sua imagem pública com a figura de Getúlio Vargas, destacando-se sua “lealdade”.

⁵⁴ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1950, p. 10.

⁵⁵ Sobre essa questão, ver: Bodea (1992, p. 89) e Gertz (2007, p. 46-47).

[...] Homem probo e leal Ernesto Dorneles acompanhou sempre, em sua vida pública, o senador Getulio Vargas. A atuação de Ernesto Dorneles na espinhosa missão de Chefe de Polícia em Belo Horizonte foi das mais brilhantes e destacadas [...] A eficiência de seu trabalho foi tão notória que ao ser cogitada a mudança do Interventor Federal no Rio Grande do Sul, o presidente Getúlio Vargas não teve dúvidas em convidá-lo para esse cargo [...] Quase desconhecido entre nós, não faltaram comentários pouco otimistas de pessoas menos avisadas sobre o futuro de seu governo. Passados, entretanto, os primeiros dias de administração já principiou a se fazer sentir em todo o Estado o efeito de uma administração vigilante, firme, eficiente e honesta [...] Dado o golpe de 29 de outubro, Ernesto Dorneles deu mais provas de sua coerência e lealdade para com Getulio Vargas: abandonou imediatamente a Interventoria Federal para acompanhar no infortúnio o seu chefe e companheiro de tantas jornadas [...] quando se tratou da eleição dos senadores rio-grandenses figurou ele na chapa, ao lado de Getulio Vargas, conseguindo uma consagrada votação [...] A atuação de Ernesto Dorneles não poderia ter sido mais vibrante e mais corajosa. Não houve um único momento, no Senado da República, em que não se levantasse a sua voz para defender, com ardor e conhecimento de causa, o governo e a obra de Getulio Vargas, o maior presidente da República que o Brasil já teve em todos os tempos [...] Ernesto Dorneles sempre leal a Getulio Vargas será o novo governador do Estado.⁵⁶

O binômio Vargas/Dornelles na campanha estadual possuía uma lógica de transferência de créditos (capital político) de um para outro. O processo de associação da candidatura Dornelles em torno do “prestígio” e da “popularidade” de Getúlio Vargas baseava-se em uma perspectiva de legitimação. Em outras palavras, Dornelles representava Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul: o que lhe traria dividendos eleitorais. Como revela a análise da campanha eleitoral de 1950, no próprio jogo das distinções entre os candidatos, a retórica petebista girava em torno da figura do ex-presidente.

Em *a pedido*, mandado publicar pelo PTB, destacava-se que o então senador e ex-interventor Ernesto Dornelles “sempre se manteve fiel ao senador Getúlio Vargas e aos postulados do Partido Trabalhista Brasileiro”. Ademais, o partido ressaltou a “consagração da maioria incontestada dos delegados presentes na Convenção Trabalhista, que lhe conferiram, de um total de 175 sufrágios, a expressiva soma de 149 votos”.⁵⁷

De acordo com o ponto de vista bourdieusiano, o campo político é um espaço de lutas, no qual está em jogo uma concorrência entre os agentes que ocupam diversas posições. Nesse campo de enfrentamentos de uns contra outros, existem dominantes e dominados. Vargas acumulou grande capital político no decorrer de sua trajetória

⁵⁶ *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1950, p. 11.

⁵⁷ *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1950, p. 11.

pública. Diferente de 1947, nas eleições de 1950 ele era o candidato petebista à Presidência, bem como tinha se afastado do PSD sul-rio-grandense. O afastamento dos sindicalistas da direção partidária e a presença de getulistas na cúpula do partido demonstram uma grande influência do ex-presidente nas disputas internas da agremiação.

No que diz respeito à disputa eleitoral entre os candidatos Ernesto Dornelles (PTB) e Cylon Rosa (PSD) a propaganda petebista indagava: “Qual dos candidatos merece mais a confiança do povo: um interventor de Getúlio ou um interventor de Dutra?”. Assim, Leonel Brizola – “jovem parlamentar trabalhista” – discursou na Convenção do partido: “[...] O senador Ernesto Dorneles deve ser o candidato do PTB ao governo do Estado. Só assim, o povo rio-grandense terá a oportunidade de escolher entre dois interventores do passado [...]”.⁵⁸ Torna-se evidente o jogo das oposições e distinções: o eleitor deveria escolher entre o candidato de Vargas ou de Dutra.

O PTB reproduziu nos jornais a “carta” enviada por Getúlio Vargas respondendo à “Comissão Executiva Trabalhista sul-rio-grandense” sobre a informação de indicação do nome de Ernesto Dornelles à Convenção do Partido:

Agradeço a comunicação que me fazeis na qualidade de presidente da Comissão Executiva do nosso partido no Rio Grande do Sul, de ter sido recomendado aos convencionais trabalhistas o nome do ilustre senador Ernesto Dorneles.

Esta iniciativa do generoso desprendimento dos nossos correligionários, destacando, em benefício duma solução alta, a personalidade de um prestigioso político, cujos assinalados serviços ao Rio Grande são conhecidos e incontestáveis, e que, sobretudo pela sua relevante atuação nos últimos acontecimentos, tornou-se ainda mais merecedor de toda a nossa consideração.

Congratulo-me, portanto, por vosso intermédio, com os membros da Comissão Executiva pela elevada solução encontrada, que, certo estou, será consagrada, com efusão e entusiasmo, pelos convencionais. Cordialmente. – (a.) Getulio Vargas.⁵⁹

Nos primeiros passos da campanha Dornelles, vieram as primeiras críticas dos oposicionistas. O PSD aproveitou o descontentamento de alguns trabalhistas em virtude da indicação de um candidato que não pertencia ao partido em detrimento de Loureiro da Silva ou José Diogo. Os pessedistas, por meio de *a pedido*, intitulado “A HUMILHAÇÃO DO PTB”, aludia sobre uma “arbitrariedade” dos líderes petebistas, sobretudo, Getúlio Vargas ao indicar Ernesto Dornelles, oriundo do PSDA.

⁵⁸ *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1950, p. 11.

⁵⁹ *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1950, p. 11.

[...] seria lícito ao Partido Trabalhista aspirar agora um novo cotêjo eleitoral em disputa do governo do Estado. Mais do que lícito, era um dever que cabia à direção do partido: o de coordenar um nome de seus quadros para submeter à convenção partidária e, finalmente, à decisão do eleitorado. Que fez, porém, a direção do P.T.B., após o doloroso acidente que roubou a vida do Senador Salgado Filho? Melhor dito, que fez o sr. Getúlio Vargas? Foi buscar nos quadros de um outro partido o candidato a ser “escolhido” pela convenção trabalhista. Assim, os convencionais do P.T.B., depois de uma longa e incômoda viagem, após abandonar com sacrifícios inúmeros os seus afazeres chegam a Pôrto Alegre para escolher um novo candidato que eis que encontram o candidato já escolhido! E o candidato escolhido é precisamente aquele que eles, convencionais, jamais escolheriam [...] De tudo isso, só uma coisa se conclui: que o sr. Getúlio Vargas, depois de candidato, mandou o P.T.B. às urtigas. Conformer-se-ão os verdadeiros e sinceros trabalhistas com a humilhação que lhes infligiram os seus líderes?⁶⁰

João Goulart – presidente da executiva regional do PTB – na Convenção do partido, ocorrida em 22 de agosto, havia declarado que: “[...] Getúlio Vargas não indicara nomes, mas sim congratulava-se com a Comissão Executiva pela escolha do senador Ernesto Dornelles [...]”.⁶¹ Contudo, é difícil ratificar as palavras de Jango, considerando o papel dominante de Vargas no partido, sendo que ele já havia indicado anteriormente o senador Salgado Filho, por decisão pessoal. De acordo com Costa (1983, p. 124): “Quanto ao PTB, a direção partidária escolhe, por sugestão de Vargas, o nome de Ernesto Dornelles, que se compromete a cumprir o programa do PTB”.

De Grandi (2004, p. 147) aborda a frustração do petebista Loureiro da Silva preterido por Vargas nas eleições estaduais de 1950:

[...] Getúlio, anunciou sem que houvesse contestação, o nome do seu candidato: Ernesto Dornelles, que fora Interventor no Estado, de 1943 a 1945. Tinha o predado de ser homem da intimidade de Getúlio [...] Mais tarde, nos momentos de nostalgia, Loureiro deixava as reservas de lado para confessar aos mais íntimos: *E aí contra mim, o doutor Getúlio foi buscar o soldado desconhecido* [...]

A partir de uma interpretação inspirada em concepções teóricas desenvolvidas por Bourdieu, objetivamos aclarar e demonstrar o funcionamento da lógica das oposições e distinções no caso em estudo. De um lado, o PSD apresentava-se como baluarte da “consolidação democrática”, do “equilíbrio” e da “tranquilidade”.⁶² De outro, o PTB utilizava-se de um processo de transferência de capital político de Vargas para a campanha Dornelles.

⁶⁰ *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1950, p. 7.

⁶¹ *Correio do Povo*, 23 de agosto de 1950, p. 14.

⁶² *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 7.

O alinhamento Vargas/Dornelles é observado no decorrer da campanha petebista por meio dos discursos proferidos nos comícios e publicados – às vezes integralmente – pelo partido nos periódicos. Na cobertura do comício do PTB, no município de Lajeado, o *Diário de Notícias*, observou, em relação ao discurso de Dornelles: “Com revelações [...] destinadas sem dúvida a captar a confiança dos ouvintes, em uma campanha sabiamente orientada em torno do incontestável prestígio de Vargas”.⁶³

Os comícios dos coligados PTB/PSP/autonomistas nos municípios de Estância Velha, Campo Bom, Sapiranga, Parobé, Igrejinha, Novo Hamburgo e Taquara⁶⁴ tiveram “calorosa recepção”, conforme a cobertura jornalística do *Diário de Notícias*. O jornal descreve a tônica de um dos discursos de Dornelles:

Em sua oração, que foi largamente aplaudida, como das vezes anteriores o sr. Ernesto Dorneles, trouxe a baila os principais tópicos políticos, econômicos e sociais da vida nacional, ressaltando a grande obra administrativa do governo do sr. Getúlio Vargas.⁶⁵

O PTB defendia que Dornelles seria o representante de Vargas no Rio Grande do Sul. “Representante autêntico [...] das idéias pregadas por Getúlio Vargas e adotadas pelo Partido Trabalhista Brasileiro [...] candidato capaz de restaurar e impôr no Rio Grande do Sul o respeito a ordem pública.”⁶⁶ Falando na “Rádio Alto Taquari”, o candidato Dornelles pronunciou as seguintes palavras: “O que Getúlio fizer pelo Brasil, eu também prometo fazer pelo futuro do nosso Estado.”⁶⁷

No comício realizado no município de Passo Fundo, Getúlio Vargas pronunciou-se sobre Dornelles, conforme reprodução do discurso na página político-partidária do PTB:

Quero ainda dizer-vos uma última palavra – a morte do saudoso Salgado Filho arrebatou-nos o companheiro ilustre, o amigo de todos os instantes, o correligionário da hora da amargura, mas o seu desaparecimento não nos levou a capitulação. Aqui tendes, ao meu lado, como sempre invariavelmente estive, este outro campeão da lealdade, o senador Ernesto Dorneles. Seu espírito equilibrado e sereno, seu passado de governador operoso e capaz, sua desassombrada atuação no Senado Federal, recomendam-no ao voto dos rio-grandenses.⁶⁸

⁶³ *Diário de Notícias*, 5 de setembro de 1950, p. 14.

⁶⁴ Na eleição ao governo estadual de 1947, o PSD obteve vitória sobre o PTB – com significativa maioria de votos – nos municípios de São Leopoldo/Novo Hamburgo e Taquara/Canela. Sobre os respectivos dados eleitorais, consultar Noll e Trindade (1995, p. 33-34).

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 9 de setembro de 1950, p. 4.

⁶⁶ *Diário de Notícias*, 10 de setembro de 1950, p. 8.

⁶⁷ *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 2.

⁶⁸ *Diário de Notícias*, 21 de setembro de 1950, p. 2.

O candidato Ernesto Dornelles – no referido comício – critica contundentemente o governo Dutra pelos problemas enfrentados pelo Estado e apregoa ao “povo brasileiro” que a “sua arma é o voto”. “[...] O governante que irá de novo ratificar os caminhos do Brasil está aqui hoje convosco: Getúlio Vargas! A eleição do nosso grande líder é um ponto de honra para os gaúchos [...]”.⁶⁹

Figura 11 - Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles com “grupo de moças” no município de Alegrete.



Fonte: *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1950, p. 13.

Assim, Ernesto Dornelles referiu-se a Getúlio Vargas no comício petebista realizado no município de Erechim:

Eminente senador Getúlio Vargas.

[...] V. excia. é, há muitos anos, o presidente do coração do povo. Se Deus permitir, haveremos de ser amanhã os condutores do Rio Grande e do Brasil. Venho hoje ao encontro de v. excia. como tantas vezes, na História, o Rio Grande do Sul marchou na direção da pátria, com fé e com devotamento.

Hoje é o 20 de setembro, “precursor da liberdade”, marco inapagável de gloriosas tradições farroupilhas.

Amanhã será o 3 de outubro, reprodução da epopéia redentora de 1930, e advento de uma influência moral mais profunda, mais penetrante, da política do Rio Grande de consagração e de renúncia a serviço do Brasil. Para definir, em face do povo e perante v. excia. a minha futura

⁶⁹ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1950, p. 11.

orientação no governo rio-grandense, devo dizer, em síntese, que procurarei ser aqui o interprete fiel do fecundo pensamento renovador de Getúlio Vargas.

As reformas básicas que a sua visão patriótica e a sua experiência lançaram, em larga escala, nas imensas extensões da pátria, nós adotaremos no Rio Grande, com toda a força da nossa boa vontade de trabalho e do nosso empenho em bem servir ao povo.

Seremos aqui o eco de sua voz e, assim como o Rio Grande nunca traiu o Brasil, eu me comprometo a não trair e jamais decepcionar o ídolo do povo, o depositário da fé dos gaúchos [...]⁷⁰

Cabe lembrar que os termos “prestígio” e “popularidade” foram teorizados por Bourdieu por meio do conceito de capital político. Getúlio Vargas havia acumulado capital político pessoal ao longo de sua trajetória política.

Para Bourdieu (2014, p. 353), o campo político é o lugar por excelência de exercício do capital simbólico e o profissional do respectivo campo está exposto publicamente, bem como vulnerável ao descrédito: o inverso da acumulação do capital simbólico.

No contexto da democratização, a vinculação da imagem de Vargas ao período ditatorial estadonovista poderia lhe trazer significativo descrédito. Todavia, o grande acúmulo de capital político (associando Vargas, por exemplo, ao desenvolvimento industrial e a legislação social) evidenciou-se rapidamente: seu apoio à candidatura Dutra foi decisivo na eleição presidencial em 1945. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foi eleito senador no Rio Grande do Sul (pelo PSD) e no estado de São Paulo (pelo PTB). Pela legenda petebista, foi também eleito representante na Câmara dos Deputados por sete estados (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Distrito Federal). Nesta perspectiva, a transferência do capital político de Vargas para Dornelles era positiva para sua candidatura ao governo estadual.

2.4 O perigo vermelho outra vez: o anticomunismo na campanha eleitoral

No Rio Grande do Sul, o anticomunismo foi usado como estratégia eleitoral. Em comício realizado no município de Santa Cruz, o candidato petebista Ernesto Dornelles já alertava sobre o “espantinho do comunismo”. Evidencia-se que os partidos políticos tinham noção de que o anticomunismo podia ser usado como estratégia eleitoral eficiente para obter votos, em prejuízo dos adversários.

⁷⁰ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1950, p. 11.

Prosseguindo em sua oração, disse o ilustre candidato da coligação que é preciso acabar com êsse artifício de se assustar as populações menos experientes, notadamente do interior, com o comunismo, à falta de idéias para pregação, por parte dos adversários do sr. Getulio Vargas. Condenou o comunismo russo, que aniquila a personalidade humana reduzindo-a apenas à situação de máquina do Estado, criticando enérgicamente o imperialismo soviético.⁷¹

De acordo com Rodeghero (1998, p. 109),

A Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população e, portanto, dos eleitores. Tal discurso foi apropriado pelos candidatos e usado como escudo ou lança contra seus oponentes, independentemente até do posicionamento ideológico de cada um. Assim, pode-se depreender que o combate da Igreja ao comunismo não atingia apenas os fiéis isoladamente, mas repercutia no plano político-eleitoral e na definição de quem passaria a dirigir os destinos do Rio Grande do Sul.

A LEC (Liga Eleitoral Católica) faz publicar na imprensa escrita a nominata dos candidatos de todos os partidos que mereceriam a fideducía e o voto dos católicos. Assim, noticiava o *Correio do Povo*: “A Liga Eleitoral Católica vai se definir sobre os candidatos aos postos eletivos em todo o país”.⁷²

A Junta Estadual sul-rio-grandense da Liga Eleitoral Católica publicou um Manifesto, assinado em 26 de agosto de 1950, orientando o voto dos católicos aos candidatos que seguissem aos postulados da Igreja Católica:

São os seguintes esses postulados:

- a) Constituição promulgada em nome de Deus e instituição do Estado democrático segundo os princípios evangélicos de liberdade e justiça;
- b) Reconhecimento dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana;
- c) Defesa da Família, fundada no casamento indissolúvel com reconhecimento de efeitos civis aos casamentos religiosos e assistência as famílias numerosas;
- d) Rejeição de todo monopólio educativo e liberdade de ensino religioso facultativo nos estabelecimentos oficiais de ensino;
- e) Legislação do trabalho inspirada nos mais amplos preceitos da justiça social e nos princípios de ordem social cristã, para os trabalhadores urbanos como rurais;
- f) Preservação da propriedade individual limitada pelo bem comum, como base da autonomia pessoal e familiar;
- g) Pluralidade sindical, sem monopólio estatal nem restrições de ordem religiosa;

⁷¹ *Diário de Notícias*, 19 de setembro de 1950, p. 2.

⁷² *Correio do Povo*, 26 de julho de 1950, p. 14.

- h) Pluralidade partidária, com exclusão de organizações anti-democráticas;
- i) Assistência religiosa facultativa às classes armadas e aos hospitais, prisões e instituições públicas, bem assim o reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas, como equivalente ao serviço militar;
- j) Combate a todas as medidas que atentem contra os direitos, interesses e respeitabilidade do instituto da família;
- k) Promulgação de leis de amparo e proteção à natalidade, com revogação de qualquer dispositivo legal que possa de algum modo prejudicar o direito do nascituro à vida;
- l) Instituições de processos legais que tornem eficientes e rápidas medidas repressivas ao jogo, à divulgação da imoralidade pelos jornais, revistas, livros, cinemas, espetáculos, rádios e outros meios de publicidade, bem como aquelas que estimulem e amparem a moralidade dos costumes;
- m) Adoção de dispositivos especiais na lei eleitoral que deem ao eleitor participação mais direta na escolha dos seus representantes, permitindo-lhes maior liberdade de seleção para melhor escolha dos candidatos;
- n) Rejeição de quaisquer alianças ou acordos entre partidos políticos, atentatórios aos princípios democráticos e de ordem social cristã;
- o) Combate a toda e qualquer legislação que contraria explícita ou implicitamente, os princípios fundamentais do direito natural e da doutrina cristã.⁷³

A Junta Estadual sul-rio-grandense da LEC publicou a nominata dos candidatos “preferenciais” e “solidários” para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa. De acordo com o texto, a categoria denominada “preferenciais” refere-se “somente aos nomes que expressamente se comprometeram pelas reivindicações da igreja, enumeradas no Manifesto de 26 de agosto”. A “orientação ao eleitorado católico” restringe-se ao Rio Grande do Sul, pois “qualquer apreciação sobre os candidatos à presidência e a vice-presidência da República pertence à alçada da Junta Nacional da LEC”. No que diz respeito ao governo estadual e à senatoria, a Junta “absteve-se de considerar a categoria preferencial a respectiva agremiação, já que, em tais casos, se concentram em uma só pessoa todas as aspirações e esperanças partidárias”. Portanto, os candidatos considerados “solidários” pela Junta foram: para Governador do Estado: “Cilon Rosa, Edgar Luiz Schneider, Ernesto Dornelles” e para Senador e Suplente “Alberto Pasqualini e Anibal di Primo Beck; Decio Martins Costa e Carlos de Britto Velho; Plinio Salgado e Félix Contreiras Rodrigues”.⁷⁴

⁷³ *Correio do Povo*, 27 de agosto de 1950, p. 14.

⁷⁴ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1950, p. 5.

Dessa forma, pode-se observar o papel da Igreja Católica⁷⁵ por meio da imprensa escrita em relação à mobilização eleitoral. Nos primeiros anos da experiência democrática brasileira, o voto não era algo naturalizado. Para Limongi (2015, p. 384): “O intenso processo de mobilização eleitoral se estende até a eleição de 1955 [...]”. Destarte, podemos recorrer a Offerlé⁷⁶ para compreendermos o processo de “construção do eleitor” em torno das eleições e, em consequência, do voto. Em linhas gerais, torna-se nítida a atuação de diversos agentes – nesse caso a Igreja – permeados por interesses distintos, cuja a finalidade precípua consistia na construção de um interesse pela participação política. Segundo Cánepa (2005, p. 133): “O cristianismo e a doutrina social cristã como alternativa ao comunismo e ao fascismo constituiu referência obrigatória nos discursos de todos os candidatos [...] atestando [...] a relevância da Igreja Católica [...]”.

Retornando a disputa entre os partidos, Getúlio Vargas em sua campanha eleitoral para a presidência da República havia – em discurso proferido em Caxias do Sul – criticado o PSD como um partido “essencialmente conservador, aliado dos comunistas e integralistas”.⁷⁷ O PSD, por sua vez, não tardou em associar o PTB ao socialismo, bem como acusar suas lideranças, sobretudo Pasqualini e Getúlio Vargas: “[...] Seus adeptos e doutrinadores vieram logo a público, citando em excesso as Encíclicas, na tentativa de provar que o programa trabalhista não esposava, nem por sombra, essas tendências perigosas [...]”. A propaganda pessedista insistia que Getúlio Vargas era “efetivamente adepto do socialismo” e advertia aos verdadeiros “cristãos e democratas do perigo que ronda nossa terra, ameaçando os nossos bens, nossos lares e nossa liberdade”.⁷⁸

Com o intuito de aproximar a figura de Vargas da Igreja Católica e afastar quaisquer insinuações de cunho comunista, na mesma edição do jornal *Correio do Povo*, a propaganda eleitoral petebista recuperava as palavras elogiosas proferidas, no ano de 1940, pelo religioso Dom Aquino Corrêa – “Arcebispo da Arquidiocese de Cuiabá” – ao então presidente Getúlio Vargas:

⁷⁵ Angeli (2018, p. 339-341) baseado nas circulares produzidas pela Arquidiocese de Porto Alegre e analisadas por Rodeghero (1998) evidencia: “[...] o interesse da cúpula da Igreja Católica do Rio Grande do Sul na mobilização eleitoral, pois os padres foram orientados a “inculcar a obrigação dos votos” entre os católicos. Além disso, demonstra que além da imprensa, do rádio e dos comícios, havia outro meio de comunicação importante na construção de um interesse pelo voto: a missa, recurso exclusivo da Igreja [...]”.

⁷⁶ Cf. Offerlé (2011).

⁷⁷ *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1950, p. 15.

⁷⁸ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1950, p. 11.

[...] Eu contemplo, aí, em primeiro lugar a Igreja Católica e a vejo, como nunca talvez, prestigiada pelo chefe da República, que não somente mantém com ela as melhores relações de cordialidade senão que timbra também em evocar a cada passo tradições cristãs da nossa história [...]⁷⁹

Em 1950, às vésperas das eleições, a propaganda partidária do PSD foi publicada nas páginas do *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, a matéria intitulava-se “O Rio Grande que julgue! Com quem estão os comunistas?”. Essa matéria relacionou os comunistas aos candidatos petebistas Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles. O primeiro era acusado de legalizar o PCB, e o segundo de votar, enquanto Senador, contra a cassação dos comunistas em 1947. Além disso, o PTB era acusado de utilizar folhetos com a fotografia de Cylon Rosa e Luiz Carlos Prestes como se fossem propaganda comunista e distribuí-los na zona colonial do Estado.⁸⁰

Na mesma edição do jornal *Correio do Povo*, um *a pedido*, mandado publicar por um “grupo de anticomunistas”, alertava o “povo do Rio Grande do Sul” sobre a ameaça da “implantação do socialismo no Brasil”. “Colono! Fazendeiro! Industrial! Queres perder tuas terras, tuas fazendas, tuas fabricas e oficinas? [...]”. Alberto Pasqualini “[...] é o candidato dos comunistas [...] dos bolchevistas [...] Gauchos: Por amor ao Brasil, por amor aos vossos filhos, votai contra Alberto Pasqualini [...] Socialismo ou liberdade”.⁸¹

O PTB, por sua vez, via *a pedido*, intitulado “ASSIM O P.T.B. TRATA OS SACERDOTES GAUCHOS”, ilustrou duas fotografias registrando a “visita” de Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles aos religiosos na igreja do município de Santa Cruz. A propaganda petebista critica as acusações do PSD: “[...] Nada mais lamentável do que a atitude dos srs. dirigentes do partido oficial [...]”. Conforme os petebistas Getúlio Pasqualini e Dornelles, “[...] nunca foram e nem poderiam ser impugnados pela Igreja Católica, pois está mais do que provado que o trabalhismo é a maior força de combate ao comunismo e como exemplo ai estão a Inglaterra, a Argentina e o próprio Brasil [...]”. Também, acusa-se o candidato pessedista Cristiano Machado por ter votado contra a cassação do PCB e, pelo fato, de ser irmão de um conhecido “líder vermelho”.⁸² O texto petebista é finalizado em tom de indagação: “[...] O que é mais

⁷⁹ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1950, p. 12.

⁸⁰ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 14; *Diário de Notícias*, 1 de outubro de 1950, p. 12.

⁸¹ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 28.

⁸² O *a pedido* do PTB está se referindo a Aníbal Machado (membro do PCB) irmão de Cristiano Machado. Para Cánepa (2005, p. 131-132), quanto ao PCB “[...] acredita-se que o partido teria apoiado o

perigoso para a manutenção da nossa civilização cristã: A vitória do trabalhismo ou a vitória do sr. Cristiano Machado e seus adeptos de última hora?⁸³

Figura 12 - Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles com os sacerdotes católicos.



Fonte: *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 19.

O campo político é um espaço de forças e lutas, o qual se encontra envolvido na luta política pela definição legítima do mundo social, isto é, a construção social da realidade. Na concorrência entre os agentes do respectivo campo, os “cidadãos comuns”, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher os produtos políticos: “produção de uma representação do mundo social” (BOURDIEU, 1998, p. 164).

Não obstante, lembra o próprio Bourdieu (2011), que o campo político tem uma particularidade, ou seja, não pode se autonomizar completamente, pois está incessantemente referido a sua clientela, aos “profanos”, e estes têm significativa influência nas lutas entre os “profissionais”. Nos termos em que ele pensava, os agentes envolvidos no campo político não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles que representam e devem prestar contas, “mais ou menos ficticiamente”, periodicamente.

A partir das análises, visando perceber o jogo de oposições e distinções é possível identificar a influência externa sobre o campo político quando os agentes políticos utilizam-se novamente do anticomunismo. Também, os partidos buscaram

candidato do PSD à Presidência. Entretanto a maioria dos analistas considera que as bases sindicais do partido não resistiram ao apelo do ‘pai dos pobres’.

⁸³ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 19.

legitimar-se – via propaganda eleitoral na imprensa escrita – como possuidores de valores “cristãos”, sobretudo, no âmbito da diferenciação de um em relação ao outro. Logo, pode-se constatar que o anticomunismo católico foi incorporado pelos partidos, ou seja, revelando a influência externa no jogo político entre os profissionais.

Do ponto de vista comparativo, nas eleições de 1947, sobretudo, no final da campanha eleitoral, o PTB utilizou-se mais do anticomunismo em relação ao PSD. Já, nas eleições de 1950, o anticomunismo pessedista em detrimento dos petebistas torna-se mais enfático.

2.5 O papel dos agentes políticos Alberto Pasqualini (PTB) e Plínio Salgado (PRP) na campanha eleitoral para o governo do Estado

Nas eleições de 1950, o discurso do trabalhista Alberto Pasqualini – então candidato ao senado – esteve em sintonia com a candidatura de Vargas. Encontra-se, na página político-partidária petebista, a reprodução do seu discurso proferido no município de Alegrete, no qual fazia menção a Getúlio Vargas:

O movimento trabalhista é, sem dúvida, no Brasil, a obra de um rio-grandense e de um filho da fronteira: Getúlio Vargas. Poderá até parecer estranho e paradoxal que o trabalhismo seja impulsionado justamente por um homem que tem as suas origens e as suas raízes no meio pastoril que como sabeis, é geralmente conservador. Só esse fato seria o bastante para nos dar a medida de grau de evolução e de antevisão de nosso eminente candidato à Presidência da República. O fato de ser o trabalhismo, em nosso País, um movimento liderado por um homem vinculado ao campo deve constituir um motivo de tranquilidade, pois nos dará de antemão a garantia de que não haverá o perigo de que o nosso trabalhismo possa descambar para os extremos. Temos a certeza de que se conterà dentro daqueles limites em que os trabalhadores poderão ver atendidas as suas legítimas necessidades e justas aspirações sem que para isso seja necessário subverter as linhas fundamentais da ordem existente. A legislação social do Governo do Presidente Vargas assinala o processo evolutivo de nosso trabalho. O proletariado brasileiro conquistou todo um sistema de garantias, sem uma greve, sem uma arruaça, sem derramamento de uma gota de sangue. É dessa circunstância que nasce esse profundo sentimento de gratidão que os trabalhadores votam a Getúlio Vargas e a confiança que nele depositam.⁸⁴

Em linhas gerais, Alberto Pasqualini – já reconhecido como “teórico” ou mesmo “doutrinador” do trabalhismo – procurou descrever o trabalhismo, sendo que sua principal preocupação foi situar o trabalhismo e diferenciá-lo do socialismo. “O

⁸⁴ *Diário de Notícias*, 10 de setembro de 1950, p. 10.

trabalhismo brasileiro nada tem que ver com o socialismo condenado pela Igreja”.⁸⁵ Em *a pedido* intitulado “Nada poderá deter o movimento trabalhista, porque o ideal trabalhista já está na consciência do povo”, o partido reproduziu a conferência de Pasqualini na rádio Farroupilha. O texto é uma defesa contra as insinuações de seus críticos que associavam o trabalhismo ao socialismo. “[...] Procuram apenas mistificar e confundir a opinião pública, na crença de que será fácil consegui-lo por julgarem que a maioria do povo não é bastante esclarecida para distinguir entre uma coisa e outra, separar o joio do trigo [...]”.⁸⁶

Pasqualini, no município de Caxias do Sul, pronunciou a conferência intitulada “O Trabalhismo em Face do Pensamento Cristão”, na qual se defendia das acusações de seus adversários. Para tanto, Pasqualini citou amplamente as Encíclicas Sociais da Igreja Católica, com o intuito de definir teoricamente o capitalismo e o socialismo, bem como situar o trabalhismo.

Meu propósito é antes prevenir-vos e alertar-vos contra a deturpação da doutrina e dos objetivos do trabalhismo, fato que, lamentavelmente, costuma acontecer por ocasião das campanhas eleitorais, quando ao invés de se esclarecerem os espíritos, se procura confundi-los, com o único objetivo de desviar de um lado e canaliza-lo para outra direção [...] Na porta das igrejas devem desaparecer os partidos para que, dentro delas, haja apenas filhos de Deus, porque Deus olha nossas consciências e nossas almas e não os emblemas partidários que trazemos no peito.⁸⁷

Para Almeida (2015, p. 146-149), não se pode negar a familiaridade do “teórico” do trabalhismo concernente aos preceitos católicos, sobretudo aqueles relacionados à sua formação de nível básico, realizada em Seminários católicos. Entretanto, em termos mais específicos, as associações efetuadas por Pasqualini entre o trabalhismo e as Encíclicas Sociais tiveram, predominantemente, um sentido político relacionado desde as eleições estaduais de 1947. Na época, Pasqualini foi acusado por setores da Igreja – principalmente nas áreas rurais – de “ateu” e “esquerdista”. Pasqualini utilizava-se de um recurso discursivo estratégico vinculado ao contexto político estadual, ou seja, de forte crítica ao socialismo por meio de preceitos cristãos propugnados, sobretudo, pela Igreja Católica. A retórica pasqualinista permeada pelos valores das Encíclicas Sociais tinha um sentido correlato com o jogo político, isto é, afastar-se do “comunismo”.

Alberto Pasqualini assim definiu o PTB e o papel do Estado na economia:

⁸⁵ *Diário de Notícias*, 6 de setembro de 1950, p. 12.

⁸⁶ *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1950, p. 15.

⁸⁷ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 12; *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 7.

É o Partido Trabalhista Brasileiro socialista, já não digo no sentido materialista, mas socialista no sentido do trabalhismo inglês? Devemos responder negativamente. Partido Trabalhista Brasileiro não é socialista. Está, portanto, muito aquém da linha do próprio trabalhismo inglês. Só por esse simples fato não poderia ele estar de desacordo com o pensamento cristão tal como o encontramos expresso nos ensinamentos pontificais. O trabalhismo brasileiro não visa à instituição da sociedade socialista. Admite o princípio da iniciativa privada, da propriedade particular dos meios de produção, porém com limitações que o bem público exige. Entende o trabalhismo que o poder público deve intervir no mecanismo econômico, não para desorganizar a economia, mas para orientá-la, para substituir as puras forças do acaso pela racionalização, prevenindo e evitando assim as crises econômicas que tantos malefícios e sofrimentos causam ao povo, levando muitas empresas à falência e muitos trabalhadores ao desemprego.⁸⁸

Desta forma o doutrinador trabalhista estabeleceu os objetivos fundamentais do trabalhismo:

O objetivo fundamental do trabalhismo é realizar o princípio de cooperação e eliminar a exploração sob todas as formas e modalidades porque ela custa aos trabalhadores, da cidade e dos campos, o suor dos seus rostos e o pão dos seus filhos. Entendemos que o trabalho é a fonte originária, direta e indireta, de todos os bens e, por essa razão, os trabalhadores devem merecer especial atenção e proteção do Estado.⁸⁹

De acordo com Pasqualini, o trabalhismo estaria desenvolvendo uma nova etapa, ou seja, a inclusão do trabalhador rural na legislação social:

É necessário voltarmos os nossos olhos para os trabalhadores rurais, que vivem entregues a própria sorte, sem uma legislação e sem medidas econômicas que os amparem: para essa imensa legião de parias, chamados marginais, que não têm meios de trabalhar e creio que nem disposição de viver; para nossos honrados e laboriosos agricultores da colônia, a quem devemos o alimento de cada dia, para que tenham do Estado o amparo, a proteção e a assistência de que necessitam. Isso não constitui um favor, é um direito que lhes assiste.⁹⁰

Nos discursos de Pasqualini, podem-se observar dois aspectos importantes: primeiro, o projeto global petebista que, apesar de ter uma proposta dirigida, sobretudo ao trabalhador urbano, também envolvia outros segmentos sociais,⁹¹ no caso em questão,

⁸⁸ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 12; *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 7.

⁸⁹ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 12; *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 7.

⁹⁰ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 12; *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 7.

⁹¹ Para Berstein (2003, p. 76-77), mesmo que um partido político represente notoriamente um determinado segmento social, é imprescindível – para um partido que almeja o poder – conciliar interesses diversos. O PTB, por exemplo, apresentou uma proposta mais diretamente dirigida à classe trabalhadora, sobretudo urbana, apontando para a articulação de um partido de massas com bases sindicais. Contudo, a aspiração ao exercício do poder, que passa por um projeto global, fez com que o partido tivesse propostas para outros segmentos: o pequeno produtor rural, o funcionário público, o profissional liberal, etc.

os trabalhadores rurais; segundo, é plausível interpretar que a ênfase do discurso pasqualinista, quanto ao caráter cristão do trabalhismo era uma atitude frente às acusações do PSD e de setores do clero católico, considerando as implicações negativas diante do eleitorado rural-católico caso houvesse associação entre trabalhismo e socialismo.

De acordo com Rangel (2009, p. 70), o principal desafio para Alberto Pasqualini era a luta por “justiça social”. Para tanto, era necessário tornar o “trabalhador” em “sujeito político” do processo de construção de uma “nova sociedade” baseada na “cooperação” e na “solidariedade”. Então, era elementar a formulação de uma “doutrina”, tendo como meio de difusão um partido nacional, no contexto democrático-eleitoral, com o objetivo de conquistar o poder e, por meio do Estado – seu aparato técnico e burocrático – atuar sobre a melhor “distribuição de renda nacional”.

Para Rangel (2009, p. 49),

[...] Pasqualini mostra a descontinuidade e a dispersão de conceitos oriundos de outras formações discursivas como a marxista, a doutrina social da Igreja Católica e o liberalismo econômico. O ecletismo teórico que sobrepôs discursos contraditórios e mesmo opostos reflete o esforço de Pasqualini em obter uma síntese doutrinária que conciliasse práticas e valores do regime estadonovista com a democracia partidário-eleitoral [...]

O “discurso político” não está permanentemente constrangido por ideias, plataformas eleitorais ou doutrinas, pois deve incorporar a necessidade da ação tática diante dos adversários políticos e dos problemas imprevisíveis inerentes ao terreno da política. Em outras palavras, o candidato petebista ao senado adquire uma interface permanente entre a perspectiva “doutrinária” e a “pragmática”.

Nas eleições de 1950, as afirmações concernentes ao caráter cristão e democrático dos partidos e dos candidatos permaneceram como estratégia eleitoral. O candidato do PSD, Cylon Rosa, afirmou que as bases da campanha se sustentavam em propostas democráticas permeadas pelo “pensamento cristão”. “Nem socialismo, pois, nem capitalismo; nem personalismo autoritário, nem liberdade anárquica. Apenas isto, que é tudo: Democracia Social”.⁹²

A aliança entre pessedistas e perrepistas,⁹³ bem como o apoio à candidatura de Plínio Salgado ao Senado foram intensamente criticadas por entidades e pelos

⁹² *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1950, p. 2.

⁹³ Conforme Costa (1983, p. 122) após a morte de Salgado Filho, ou seja, no contexto das conversações entre os partidos para a escolha de uma candidatura única, o pessedista Cylon Rosa trocou

adversários políticos, principalmente pelo PTB. Naquela conjuntura, na qual a defesa dos “valores democráticos” era premissa básica para a aceitação do discurso político, o histórico do PRP tornava-o vulnerável às investidas dos petebistas.

Acusava-se o Partido de Representação Popular de traidor e de representar o fascismo herdado da Ação Integralista Brasileira. O manifesto publicado pelo PTB afirmava: “Rio Grande que luta [...] pela reintegração [...] contra vergonhosos conchavos políticos [...] fazendo do Sr. Plínio Salgado, chefe da 5ª coluna no Brasil, candidato a senador da República”.⁹⁴ No que diz respeito à figura política de Plínio Salgado, a produção do discurso político do PTB almejava relacionar a imagem do respectivo político como sendo contrária à democracia: uma ameaça à ordem e às conquistas democráticas.

Figura 13 - “A pedido” Cylon Rosa e Plínio Salgado.



Fonte: *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 14.

Outro aspecto encontrado na propaganda eleitoral referente ao candidato perrepista era o fato dele não ter nascido em solo sul-rio-grandense. Em *a pedido*,

correspondência com Oscar Machado – presidente do Diretório Estadual do PRP – na qual o primeiro propõe que os perrepistas apoiem sua candidatura ao governo estadual em troca do apoio do PSD ao candidato do PRP a senador, sendo a respectiva proposta aceita.

⁹⁴ *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1950, p. 2.

“mandado publicar por um grupo rio-grandense”, intitulado “O RIO GRANDE DO SUL NÃO É GARIMPO ELEITORAL”, apoiava-se Alberto Pasqualini e, ao mesmo tempo, criticava-se Plínio Salgado, ambos candidatos ao Senado. “Há quem pretenda fazer do Rio Grande do Sul um garimpo eleitoral [...] vir até aqui buscar votos e regressar depois à terra nativa com um mandato político que lá não obteria [...]”. O fato do candidato perrepista não ser natural do Estado era significativamente explorado pelos oposicionistas: “[...] O Rio Grande é o Estado do Brasil que mais pode se orgulhar de seus homens públicos e repele com altivez a idéia de pedir políticos por empréstimo, para representá-lo no Congresso Nacional”.⁹⁵

Em outro *a pedido*, “mandado publicar por um grupo de democratas”, faz-se uma reprodução de discursos e escritos de Plínio Salgado – na década de 1930 – permeados pelo teor antidemocrático, sobretudo de desprezo em relação ao voto. Por fim, indagava-se: “[...] RIOGRANDENSES! nenhum Estado do Brasil elegeria Plínio Salgado, Senador. Quererá o Rio Grande do Sul representar êsse triste papel perante a Nação?”.⁹⁶

A estratégia de *a pedidos* publicados sistematicamente, na imprensa escrita, contra o candidato Plínio Salgado é observada na fase final da campanha eleitoral.⁹⁷ Em uma diatribe publicada por “um grupo de católicos”, analisou-se aspectos de um livro escrito pelo “Chefe do Sigma” – “A doutrinação do Sigma, edição de Schmidt, Editor, ano de 1937” – associando as ideias do candidato do PRP a uma “mistura de fascismo e comunismo”:

A doutrina integralista é uma cópia grosseira do nazismo e do marxismo. Não podendo despertar nos brasileiros a mística racial e nem impingir-lhes o materialismo histórico, o Chefe do Sigma arranhou uma outra base filosófica para seus princípios: o espiritualismo [...] Espiritualistas são todos ou quase todos os brasileiros, mas o nosso espiritualismo nada tem a ver com Plínio Salgado e o integralismo ou o com o seu sucedâneo disfarçado, O Partido de Representação Popular [...] Plínio Salgado faz a defesa não só do regime fascista e nazista, mas até do bolchevista [...] assim, um por um todos serão sumariamente acusados de comunistas, desde que não reconheçam no sr. Plínio Salgado, com suas idéias esdrúxulas, (uma verdadeira salada de fascismo e comunismo) o líder espiritual de todo o Brasil. E então, aí daqueles que não levantarem o braço.⁹⁸

⁹⁵ *Correio do Povo*, 3 de setembro de 1950, p. 17.

⁹⁶ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1950, p. 5.

⁹⁷ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1950, p. 3; *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 19; *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 24; *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 25.

⁹⁸ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1950, p. 3.

As críticas contundentes à candidatura de Plínio Salgado, oriundas do PTB e de outros segmentos (Manifesto de Estudantes Universitários e Associação dos Ex-Combatentes do Brasil) fizeram com que o PSD reagisse demonstrando o “lado cristão” e “nacionalista” de Plínio. “Nós, peessedistas, batalharemos pela vitória de Plínio Salgado nas urnas [...] Nós também defendemos as idéias cristãs, nacionalistas e democráticas, esposadas pelo nosso candidato a senador”.⁹⁹ A propaganda do candidato Plínio Salgado baseou-se na defesa da “democracia cristã” contra o “socialismo materialista”.¹⁰⁰

A aliança política “espúria” entre PSD/PRP/UDN é característico ao campo político, porque sua finalidade é a conquista do poder. Do ponto de vista estratégico, fez-se um cálculo político, pois a secção sul-rio-grandense do PRP era a mais forte da federação com forte penetração no eleitorado das zonas de colonização alemã e italiana. Portanto, vigorou a “lógica da *realpolitik*”: condição do acesso à realidade política.

Conforme Bourdieu (1998, p. 184),

[...] entre as lutas que têm lugar em cada partido, uma das mais constantes é a que se estabelece entre os que denunciam os compromissos necessários ao aumento da força do partido (portanto daqueles que o dominam) mas em detrimento da sua originalidade, quer dizer, mediante o abandono das tomadas de posição distintivas, originais, nativas, e que reclamam por um regresso às raízes, por uma restauração da pureza original e, do outro lado, os que propendem a procurar o reforço do partido, quer dizer, o alargamento da clientela, nem que seja à custa de transações e de concessões ou mesmo de uma baralha metódica de tudo o que as tomadas de posições originais do partido podem ter de demasiado [...]

Nesse exemplo, é possível identificar a relação entre o “corpo de mandatários, o aparelho” – que possui interesses próprios – e os “mandatários individuais”. Quando o “corpo de mandatários”, isto é, o partido afirma suas próprias tendências, os interesses do “aparelho” prevalecem sobre os interesses dos “mandatários individuais”, sendo assim, deixam de ser responsáveis perante os “mandantes” e tornam-se responsáveis diante do “aparelho”, “[...] já não é possível compreender as propriedades e as práticas dos mandatários sem passar por um conhecimento do aparelho” (BOURDIEU, 1990, p. 202).

No jogo de oposições e distinções, os partidos mobilizavam os respectivos símbolos. Nos vários *a pedidos* analisados no decorrer do trabalho, pode-se afirmar que

⁹⁹ *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1950, p. 5; *Diário de Notícias*, 12 de setembro de 1950, p. 7.

¹⁰⁰ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1950, p. 2; *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 28.

tanto pessedistas quanto petebistas através de uma luta simbólica procuraram convencer o eleitorado de serem portadores de valores cristãos e democráticos, assim como da mesma forma buscaram desqualificar o outro.

Havia uma identificação do clero e da população rural na zona colonial com o “conservadorismo” político que se explicitava entre outros aspectos no anticomunismo. Conforme Trindade (1975), observa-se, no Rio Grande do Sul, desde 1950, o perfil geográfico do novo sistema partidário, que permanecerá – com algumas variações – durante todo o período democrático. O PRP, nesse caso, predomina nas regiões de colonização italiana e alemã. Logo, entende-se a aliança estadual entre pessedistas e perrepistas.

Como já destacado, o capital político é uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico acumulado durante a trajetória de um agente. Plínio Salgado detinha um capital pessoal e delegado – em virtude do integralismo – que lhe conferia um perfil de notório anticomunista. No eleitorado da zona colonial, esse capital político era um crédito que lhe trazia dividendos eleitorais. Todavia, para o eleitorado mais amplo, em pleno processo de consolidação democrática, o descrédito do respectivo agente político era significativo, pois sua imagem era associada como sendo uma ameaça à ordem e às conquistas democráticas.

Da mesma forma que na campanha eleitoral para as eleições de 1947, encontramos uma espécie de jogo duplo entre partidos e candidatos nas eleições de 1950. O “abrandamento” entre partidos e candidatos – referenciado por Cánepa – após a morte de Salgado Filho, não é apropriado para designar a reta final da campanha eleitoral: setembro e início de outubro. A análise dos discursos de Cylon Rosa (PSD) e Ernesto Dornelles (PTB) reproduzidos nos jornais revela uma relação de cordialidade e respeito entre os adversários ao cargo majoritário estadual. Em contrapartida, os partidos utilizaram-se dos jornais como verdadeiros veículos de campanha ou tribunas políticas com a finalidade de desqualificação do outro. Os *a pedidos* analisados pelo presente trabalho explicitam uma campanha exasperada em sua fase final e permeada por acusações sistemáticas de ambos os lados.

Por fim, cabe mais um exemplo ilustrativo sobre o jogo duplo. No comício de encerramento da campanha do PSD, Cylon Rosa mencionou os líderes dos demais partidos que “embora em campo eleitoral oposto se irmanaram na sinceridade das mesmas convicções democráticas e do mesmo devotamento ao Rio Grande e ao Brasil”. Contrastando com o discurso do candidato pessedista, o mesmo *a pedido*, acusava o

PTB de “mais um desonesto e condenável processo de propaganda trabalhista”. De acordo com o texto, fotógrafos contratados pelos petebistas focalizaram “ângulos desfavoráveis” do comício do PSD quando muitas pessoas, ao final do ato político, já deixavam as dependências do auditório Araújo Viana. Destarte, segundo o partido o objetivo era “desfazer o êxito do meeting político pessedistas”. “Ficam, pois, advertidos os eleitores rio-grandenses de mais essa desonesta, sordida e condenável atitude dos “trabalhistas”, que tanto mal têm feito à política de nossa terra”.¹⁰¹

2.6 O espaço do debater: O conflito eleitoral para governador do Rio Grande do Sul na tribuna da Assembleia Legislativa

De acordo com Flávio Heinz (2005), após uma década relegada à inatividade, a Assembleia Legislativa sul-rio-grandense retomou seus trabalhos em março de 1947. O Legislativo estadual teve seu curso normal de atribuições alterado devido à implantação do regime estadonovista em novembro de 1937, que impôs o fim dos partidos políticos, bem como o fechamento das casas legislativas brasileiras.

Conforme abordado no primeiro capítulo, depois das eleições de 1947, da qual participaram os novos e também antigos partidos, a composição do legislativo sul-rio-grandense ficou essencialmente dividido em dois blocos dominantes: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

Analisando de forma bourdieusiana, a Assembleia Legislativa considera-se a respectiva instituição republicana como um espaço restrito aos profissionais. No jogo essencialmente político, observa-se na atuação parlamentar o processo de construção de um *habitus* do político, o qual requer uma preparação especial. Em outras palavras, torna-se elementar adquirir habilidades específicas para o exercício de atividades relacionais entre profissionais do mesmo campo.

Segundo Bourdieu (1998, p. 169),

Em matéria de política [...] o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político [...] em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do

¹⁰¹ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 13.

presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais [...]

Observando os assuntos político-partidários – nos Anais da Assembleia Legislativa – sobretudo, os embates entre parlamentares do PSD e do PTB – em relação à disputa pelo governo do Estado – constatou-se um aspecto inaudito na propaganda eleitoral veiculada à imprensa escrita em 1950, ou seja, as denúncias de violência, repressão policial e arbitrariedades praticadas contra os adversários dos pessedistas e o envolvimento de agentes públicos – em pleno exercício da função – na campanha eleitoral do PSD.

A pesquisa de Oliveira (2008, p. 40-195), sobre o Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul, identificou recorrentes práticas de coação eleitoral e de utilização da máquina pública nas eleições de 1945 e 1947 em todas as regiões do estado. Em novembro de 1947, ocorreram as eleições municipais, pois anteriormente os prefeitos eram nomeados pelo interventor federal e, conseqüentemente, as prefeituras eram controladas pelo PSD. Em 1950, os prefeitos municipais já eram eleitos. Todavia, o PSD havia vencido na maioria dos municípios. De acordo com a mesma autora (2008, p. 195), “[...] a intensa publicidade eleitoral, possibilitada pelo uso dos cofres públicos, garantiu ao PSD a conquista de 50 prefeituras, de um total de 89 [...]”.

Assim, na disputa eleitoral para o governo do estado em 1950, os pessedistas detinham um significativo controle da máquina pública, pois os subprefeitos/subdelegados eram nomeados pelo Chefe de Polícia, que, por sua vez, era nomeado pelo governador do Estado, conforme artigo 231 da Constituição Estadual de 1947.¹⁰²

Desde julho de 1950, constam, nos Anais da Casa Legislativa, denúncias de arbitrariedades no processo eleitoral. Fernando Ferrari – deputado do PTB – aponta certos “subdelegados de polícia ou subprefeitos¹⁰³, êste ou aquêle inspetor de quartirão” como sendo agentes de uma “máquina diabólica”. A respectiva denúncia baseia-se na carta enviada pelo vereador Luciano Martins de Castro (PTB) – de Santa Maria, então administrada pelo PSD – que acusa o subprefeito do oitavo distrito daquele município de espancar “covardemente” um “aleijado” chamado “Berocy Godoy”,

¹⁰² Ver: (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947).

¹⁰³ Conforme o artigo 159 da Constituição Estadual: “O prefeito e os sub-prefeitos não poderão exercer atividade política, nem favorecer, direta ou indiretamente, qualquer organização partidária, o primeiro sob pena de responsabilidade funcional, promovida por um terço dos componentes da Câmara, e os demais sob pena de demissão” (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947).

apenas porque “êste cidadão não comunga das idéias do govêrno rio-grandense”. O parlamentar petebista criticou o governo estadual – do pessedista Walter Jobim – por “comungar com essa prática” que faz parte “dos males do processo político”.¹⁰⁴

Outra denúncia sobre arbitrariedades no processo eleitoral evoluiu a prefeitura da capital do Estado. Porto Alegre¹⁰⁵ estava sob a administração do pessedista Ildo Meneghetti que havia sido indicado pelo governador Walter Jobim. O parlamentar petebista Fernando Ferrari, pretendendo “chamar a atenção das autoridades municipais”, afirmou que a legislação eleitoral estava sendo desrespeitada, pois o Departamento de Limpeza Pública estaria retirando as faixas de propaganda eleitoral de todos os partidos. O discurso foi aparteado por vários parlamentares. De um lado, udenistas e petebistas endossando as palavras proferidas contra a administração municipal e acusando-a de “arrancar faixas de certos candidatos e deixar outros, de preferência”. De outro, pessedistas e perrepistas defendendo a prefeitura: argumentando que o “prefeito age por determinação”, pois não seria permitida afixação de “faixas em árvores e postes elétricos”.¹⁰⁶

O embate parlamentar revela um processo eleitoral dinâmico e permeado pelas singularidades das clivagens político-partidárias, sobretudo pela concomitante disputa à Presidência da República e ao Governo do Estado. Os parlamentares da UDN – apesar do apoio partidário, em âmbito estadual, ao candidato Cylon Rosa (PSD) – apartearam favoravelmente o deputado Fernando Ferrari (PTB), pois também teriam sido retiradas as propagandas do candidato udenista à Presidência Brigadeiro Eduardo Gomes.

As implicações dessas alianças políticas em um contexto de eleições concomitantes serão observadas significativamente nos Anais da Assembleia Legislativa. O deputado Helmuth Closs (PRP) fez denúncias de arbitrariedades: violência e repressão policial no distrito de Erval Seco – município de Palmeira das Missões – contra liderança de seu partido que estaria fazendo propaganda eleitoral para o candidato presidencial Eduardo Gomes (UDN). Os parlamentares petebistas cobraram explicações dos deputados pessedistas. O PSD, por sua vez, de acordo com o deputado

¹⁰⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 56ª sessão, em 14 de julho de 1950, p. 247-249.

¹⁰⁵ Segundo Oliveira (2008, p. 191-195), no pleito de novembro de 1947, três municípios tiveram os prefeitos indicados pelo governo estadual: Canoas, Gravataí e Porto Alegre. Isso ocorreu, pois os respectivos municípios possuíam bases militares e a Constituição Estadual de 1947, no artigo 141, previa que: “O Governador nomeará os prefeitos dos municípios que a lei federal declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país” (CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947).

¹⁰⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 81ª sessão, em 21 de agosto de 1950, p. 297-303.

Tarso de Moraes Dutra defendeu que “tem reinado a maior harmonia na sociedade de Palmeira e que tem havido lá o regime de ordem e paz”.¹⁰⁷ Não obstante, Helmuth Closs (PRP) ressaltou que, no período eleitoral, as arbitrariedades tornavam-se corriqueiras naquele município. Também, lembrou de um episódio que havia ocorrido no distrito de Condor: quando um correligionário que fazia propaganda de seu partido foi preso pelo delegado de polícia. Assim, o deputado Aquiles Mincarone (PTB) interpelou o parlamentar perrepista: “Desejaria saber se estes fatos se verificaram depois da aliança do partido de V. Excia. com o PSD, na esfera estadual”. Destarte, desencadeia-se um intenso debate entre pessedistas e petebistas sobre a vinculação partidária das autoridades policiais no respectivo município. Por fim, o deputado do PRP encaminhou a Mesa um requerimento, para que o poder executivo “mande abrir um rigoroso inquérito”.¹⁰⁸

Ressalta-se que, no município de Palmeira das Missões, o prefeito Pompílio Gomes Sobrinho (PSD) se exonerou do seu cargo no mês de abril de 1947 para concorrer nas eleições municipais em novembro desse mesmo ano e foi eleito prefeito, isto é, retornando ao seu antigo cargo. “[...] Com o uso das forças políticas garantidas desde o encerramento do Estado Novo em 1945 o PSD na Região das Missões elegeu oito prefeitos e nove vice-prefeitos do total de onze municípios [...]” (OLIVEIRA, 2008, p. 181). Portanto, é razoável inferir que a maior parte das autoridades daquele município possuíam vínculos com o PSD.

O deputado Henrique Fonseca de Araújo (PL), baseado no artigo 235 da Constituição Estadual,¹⁰⁹ pediu a atenção do governador do Estado – “sem nutrir fundadas esperanças” – sobre a ilegal interferência das autoridades policiais em prol da candidatura do subchefe de polícia, Hélio Carlomagno (PSD) para o legislativo estadual. Aparteado pelo parlamentar Wolfram Metzler (PRP), leu-se um telegrama de protesto “que será apresentado aí pelas direções do PL, PRP, UDN e PTB contra a indébita intervenção de autoridades policiais desta 5ª região em favor da candidatura de deputado estadual dr. Carlos Carlomagno”.¹¹⁰

O parlamentar pessedista Tarso de Moraes Dutra (PSD) informou que o governador do Estado impugnou o respectivo “dispositivo inconstitucional” e enviou ao

¹⁰⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 84ª sessão, em 24 de agosto de 1950, p. 376-377.

¹⁰⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 84ª sessão, em 24 de agosto de 1950, p. 377-379.

¹⁰⁹ “Art. 235 – É vedado às autoridades e funcionários policiais o exercício de atividade político-partidárias, ressalvado, porém, quando licenciados, o direito de disputar funções eletivas”(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947).

¹¹⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 85ª sessão, em 25 de agosto de 1950, p. 399-400.

Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, arguiu o deputado Aquiles Mincarone (PTB): “Mas, enquanto não cair o dispositivo, o sr. Governador está obrigado a respeitá-lo”. Os deputados Helmuth Closs (PRP) e Henrique Fonseca de Araújo (PL) reiteraram a ilegalidade do envolvimento dos “funcionários da 5ª zona policial” para a eleição de Hélio Carlomagno.¹¹¹

Fernando Ferrari (PTB) denunciou “flagrante desrespeito à Constituição Rio-grandense” lendo uma circular policial pedindo votos para o PSD: Cristiano Machado (Presidente), Cylon Rosa (Governador), Adroaldo Mesquita da Costa (Deputado Federal) e Hélio Carlomagno (Deputado Estadual). Seu colega Aquiles Mincarone (PTB), chamou a atenção do PRP quanto à ausência da recomendação do nome de Plínio Salgado (PRP), e o próprio Ferrari completou: “Parece que o Sr. Plínio Salgado está sendo intragável para o PSD”.¹¹²

Na sequência, Henrique Fonseca de Araújo (PL) afirmou que, no município de Cruz Alta, estaria ocorrendo a distribuição de cadernos “dentro dos colégios públicos” por meio de professoras públicas – que fariam parte de um comitê feminino – pela candidatura de Hélio Carlogmano. Tarso Dutra (PSD) defendeu seu correligionário isentando sua responsabilidade: “muitas vezes amigos dos candidatos se encarregam de orientar a propaganda e até às vezes de maneira incorreta”. Nesse ínterim, surgiu outra denúncia, feita pelo deputado Jorge Germano Sperb (PTB), alegando a existência de uma “vasta propaganda de candidato do Partido Social Democrático” em torno dos postos de controle da “polícia de trânsito”.¹¹³

Há poucas semanas do sufrágio, intensificaram-se as denúncias de arbitrariedades. João Lino Braun (PTB) utilizou-se da tribuna para “chamar a atenção da nobre bancada do Partido Social Democrático, ou daquele grupinho que forma, na frase pitoresca de Leonel Brizola, o ‘sindicato político’ de Palmeira e adjacências” sobre o envio de uma carta do secretário geral do PTB do município de Iraí¹¹⁴, relatando que um “companheiro” havia sido baleado e o atendimento hospitalar impedido pelo subdelegado local. Assim, discursou o deputado petebista: “basta êste simples relato para denunciá-lo ao povo livre do Rio Grande do Sul, que existe em nosso meio um lugar em que se matam os adversários políticos, como é o caso de um vereador do meu

¹¹¹ Anais da Assembleia Legislativa. 85ª sessão, em 25 de agosto de 1950, p. 400-402.

¹¹² Anais da Assembleia Legislativa. 85ª sessão, em 25 de agosto de 1950, p. 404.

¹¹³ Anais da Assembleia Legislativa. 85ª sessão, em 25 de agosto de 1950, p. 404-407.

¹¹⁴ O município de Iraí estava sob a administração do prefeito Israel Farrapo Machado (PSD) (OLIVEIRA, 2008, p. 182).

partido”. O deputado pessedista Tarso de Moraes Dutra ponderou que o “caso do vereador” foi considerado “legítima defesa” pela justiça.¹¹⁵

O deputado do PTB também denunciou que na Vila Vicente Dutra – no município de Iraí – o subdelegado e subprefeito Oswaldo Henrique “exerce política partidária abertamente fazendo a propaganda do PSD a fim de intimidar o eleitorado da colônia que, de natureza, é tímido”. Entrementes, Tarso de Moraes Dutra (PSD) procurou desqualificar o autor da carta – Albino Beltrani – alegando que se trata de um indivíduo “que tem sido processado várias vezes por injúria e calúnia” e que “passa vários meses fora de Iraí para não receber citação de processo-crime contra êle”. Já João Lino Braun (PTB), por sua vez, defende a sua fonte justificando que o “sr. Albino Beltrani tem residência também em Pôrto Alegre” e é “um moço que defende aqueles que são perseguidos pelo oficialismo”.¹¹⁶

Por fim, o parlamentar do PTB ainda denunciou a participação de uma professora municipal que distribuía propaganda eleitoral do PSD “entre os seus alunos, todos os dias dentro da própria aula” e que “quase todo o funcionalismo de Iraí” estava envolvido na campanha eleitoral. Não obstante, os deputados Carlos de Brito Velho (PL) e Tarso de Moraes Dutra (PSD) solicitam informações mais precisas e “verídicas, reais, com fotografias”.¹¹⁷

Em outra sessão, o deputado Guilherme Mariante (PTB) registrou em forma de protesto e apelo ao Secretário do Interior para que fossem cessadas as perseguições no distrito de Formigueiro – interior do município de São Sepé¹¹⁸ – perpetradas pelo delegado de polícia e o subdelegado. De acordo com o parlamentar, os agentes da segurança pública estariam fazendo propaganda para o PSD e intimidando os eleitores de seu partido, bem como do Partido Libertador (PL). Além disso, o deputado Norival Paranaguá de Andrade (PTB) fez a leitura de telegramas enviados do interior do Estado

¹¹⁵ Anais da Assembleia Legislativa. 92ª sessão, em 6 de setembro de 1950, p. 89-91.

¹¹⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 92ª sessão, em 6 de setembro de 1950, p. 92.

¹¹⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 92ª sessão, em 6 de setembro de 1950, p. 92-94.

¹¹⁸ Na eleição para a prefeitura municipal em 1947, o candidato pessedista Fabio Brum não foi eleito. Para Oliveira (2008, p. 189-190): “A disputa entre dutristas e getulistas na indicação de um candidato a prefeito gerou muitos conflitos nos diretórios locais dessa Região. No município de São Sepé, uma cisão no núcleo pessedista levou alguns partidários a se desligarem do diretório, inclusive todo o núcleo distrital de Formigueiro. Depois de muita disputa e uma demora muito grande no lançamento oficial do candidato, foi escolhido pelo diretório Fabio Brum para prefeito e Camerino Corrêa, ex-prefeito durante o Estado Novo, para vice-prefeito [...]”.

– Sarandi, Uruguaiana e Cachoeira do Sul¹¹⁹ – denunciando a atuação de subprefeitos/subdelegados favoráveis ao PSD em detrimento do PTB e do PL.¹²⁰

Em outra sessão¹²¹, marcada pelas denúncias de arbitrariedades, o deputado Oibrecy Verney da Silva (PTB) solicitou a “bancada do PSD” que levasse ao conhecimento do governador do Estado mais um episódio de “desmandos das autoridades”. O parlamentar petebista fez a leitura de uma representação encaminhada ao governo do Estado – de autoria do presidente do Diretório Municipal de Soledade¹²², do PTB – solicitando o afastamento das funções de algumas autoridades policiais: delegado e subdelegados. A respectiva representação também mencionou que o prefeito municipal daquela municipalidade “veio a declarar que logo que o sr. Cilon Rosa assumir o cargo de Governador, irá demitir os funcionários estaduais que votarem contra êle”.¹²³

Os demais assuntos político-partidários encontrados nos Anais da Assembleia Legislativa estiveram – de alguma forma – relacionados ao noticiário político estadual e a propaganda eleitoral dos partidos publicada nos jornais por meio de “*a pedidos*”. No início de julho, as indefinições quanto às alianças para o governo estadual estiveram presentes nas falas dos deputados.¹²⁴ Todavia, aquele fatídico mês seria marcado por duas tragédias aéreas¹²⁵ que abalaram profundamente o Rio Grande do Sul e tiveram implicações nos trabalhos da Assembleia. Foram encaminhados ao Presidente da Casa – deputado Ataliba Figueiredo Paz (PTB) – dois requerimentos: um para suspender a sessão em virtude dos desastres dos dias 28 e 30 de julho e outro – assinado pelos líderes de todos os partidos – para que a sessão subsequente fosse em homenagem ao senador Salgado Filho.¹²⁶

Nessa ocasião, Salgado Filho – candidato petebista ao governo estadual – foi homenageado por todos os partidos. Os parlamentares Américo Godoy Ilha (PSD) –

¹¹⁹ O município de Sarandi estava sob administração do prefeito municipal Mario Azambuja (PSD). Já, em Cachoeira do Sul e Uruguaiana os candidatos pessedistas Liberato Vieira da Cunha e Raul Valls não foram eleitos, respectivamente (OLIVEIRA, p. 180-195).

¹²⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 101ª sessão, em 19 de setembro de 1950, p. 272-274.

¹²¹ Nas duas últimas sessões – apresentadas no respectivo trabalho - não houve apartes dos parlamentares pessedistas.

¹²² O município de Soledade estava sob a administração do prefeito Olmiro Porto (PSD) (OLIVEIRA, 2008, p. 184).

¹²³ Anais da Assembleia Legislativa. 104ª sessão, em 25 de setembro de 1950, p. 308-311.

¹²⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 51ª sessão, em 7 de julho de 1950, p. 98-106.

¹²⁵ No dia 28 de julho de 1950, na atual zona rural do município de Sapucaia do Sul, o avião *Constellation* da Panair, chocou-se contra o Morro do Chapéu, vitimando os 44 passageiros e 7 tripulantes. Ver: (ASPIS, 2007).

¹²⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 67ª sessão, em 31 de julho de 1950, p. 513-515.

representando o governo do Estado –, Edgar Schneider (PL), Bruno Born (UDN) e Wolfram Metzler (PRP) enfatizaram, sobretudo, a sua contribuição para aviação civil no país. Para o correligionário José Diogo Brochado da Rocha (PTB), coube o necrológio.¹²⁷

De acordo com Bodea (1992, p. 62-63), a preferência da maioria dos petebistas e de Getúlio Vargas era pela candidatura Salgado Filho, o grande vitorioso, no seio do partido, das eleições de 1947. À luz da teoria bourdieusiana, ele era possuidor de um significativo capital pessoal – com formação em Direito, foi delegado auxiliar de polícia na capital federal, Ministro do Trabalho, deputado em 1935, Ministro do Supremo Tribunal Militar, Ministro da Aeronáutica, figura exponencial na Campanha Nacional de Aviação, Presidente do PTB nacional e na secção sul-rio-grandense, bem como Senador pelo PTB no Rio Grande do Sul – e, também de uma espécie de capital delegado, pois era um legítimo herdeiro do trabalhismo.

A escolha de Ernesto Dornelles – substituto de Salgado Filho – como candidato ao governo estadual gerou embates político-partidários no legislativo estadual. O deputado Paulo da Silva Couto (PTB) utilizou-se da tribuna para discursar sobre a essência democrática do PTB, ou seja, o “movimento de baixo para cima, ao contrário de outros órgãos que se impulsionam de cima para baixo”. Entrementes, foi questionado pelo deputado Mem de Sá Azambuja (PL) “se a candidatura Ernesto Dornelles surgiu de baixo para cima ou de cima para baixo?”. O parlamentar petebista, por sua vez, respondeu que “Ernesto Dornelles estava na relação daqueles que deveriam ser escolhidos e o povo acolheu de braços abertos a sua candidatura”. Assim, objetou o deputado libertador: “Acolheu? Então não foi o povo que escolheu”.¹²⁸

Em outra sessão, o udenista Alcides Flores Soares Júnior – em aparte ao deputado Afonso Assunção Viana (PTB) – afirmou que o PTB não tinha candidato ao governo do Estado, pois Ernesto Dornelles era oriundo do PSDA. Já, o parlamentar petebista ponderou que o importante não eram as posições, mas a realização do programa do partido. Além disso, criticou a UDN “que deveria ser a aliada natural do Partido Libertador e, no entanto, abandonou êsse partido para unir-se ao PSD, porque é o que poderá assegurar melhores garantias de conquista de posições”.¹²⁹

¹²⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 68ª sessão, em 1 de agosto de 1950, p. 10-19.

¹²⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 5 de setembro de 1950, p. 55.

¹²⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 101ª sessão, em 19 de setembro de 1950, p. 286-287.

Ao analisarmos a indicação de Ernesto Dornelles ao governo estadual, podemos identificar uma diferença acerca dos embates entre os parlamentares no legislativo e a propaganda política encontrada nos jornais. Como já foi observado, na imprensa escrita, o PSD criticou contundentemente a “imposição” da respectiva candidatura. Enquanto isso, na Assembleia, o debate girou em torno de libertadores e udenistas, sendo os últimos aliados dos pessedistas ao governo estadual.

Tanto nos jornais quanto nos Anais da Assembleia o líder petebista Getúlio Vargas esteve constantemente presente no processo eleitoral estadual. De um lado, os parlamentares petebistas proclamando-se herdeiros da “obra social” de Vargas. De outro, o silêncio da bancada pessedista contrastando com a propaganda do partido encontrada na imprensa escrita. Dessa forma, a oposição ao candidato presidencial do PTB deu-se principalmente entre libertadores e perrepista: “Getúlio ditador e autoritário”.¹³⁰

Qual seria o motivo da ausência de discursos contrários a Vargas advindos da bancada pessedista? Vejamos a situação trazida à tribuna pelo deputado Fernando Ferrari (PTB). Conforme o parlamentar petebista, “o senhor Clovis Pestana” – candidato à Câmara dos Deputados pelo PSD – estaria em alguns municípios do sul do Estado “sendo propagado sem que em suas cédulas esteja incluída a legenda da facção política”. Além disso, estaria sendo divulgado “aos eleitores reconhecidamente simpatizantes do grande senador Getúlio Vargas” que as cédulas do candidato pessedista não teriam legenda, “porque se trata de um dos candidatos do chefe trabalhista”. Por fim, Ferrari solicita que Clóvis Pestana – publicamente – desautorize a distribuição das cédulas sem legenda partidária “ou, então, que declare não pretender com isto abrigar-se à sombra do prestígio do sr. Getúlio Vargas, como estão desejando os partidários de sua candidatura”.¹³¹

A denúncia feita pelo deputado petebista é um indício significativo concernente à obtenção de uma resposta razoável para a indagação anterior. O prestígio, ou melhor, o capital político de Vargas era notório. Como já foi abordado no presente trabalho, procurava-se evitar – por parte de candidatos do PSD – o discurso antigetulista, pois muitos eleitores pessedistas também eram getulistas. Em outras palavras, trata-se de um pragmatismo eleitoral dos candidatos aos cargos legislativos, sendo assim, priorizava-se

¹³⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 5 de setembro de 1950, p. 55-74; Anais da Assembleia Legislativa. 99ª sessão, em 18 de setembro de 1950, p. 218-238.

¹³¹ Anais da Assembleia Legislativa. 95ª sessão, em 12 de setembro de 1950, p. 133-134.

a cadeira na Câmara ou na Assembleia em detrimento dos interesses partidários acerca da disputa presidencial ou, até mesmo, ao governo estadual.

O anticomunismo no processo eleitoral também esteve presente nos discursos proferidos na Assembleia Legislativa. Da mesma forma que observado nos jornais e nas bibliografias, nas eleições de 1950, uma das maiores preocupações do PTB, conforme as palavras de Ernesto Dornelles, foi com o “espantalho do comunismo”. Paulo Couto (PTB) refutou a propaganda eleitoral – veiculada na imprensa – que associava Vargas e Pasqualini ao comunismo. Além disso, observou que: “Ninguém é mais anticomunista do que o PTB” e que a obra social do governo Vargas limitou às atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou seja, impedindo que o cenário nacional se transformasse “num mundo vermelho”.¹³²

O deputado petebista Jorge Germano Sperb acusou o PRP – aliado do PSD no âmbito estadual – de utilizar-se nos comícios eleitorais da retórica anticomunista contra o seu partido. Da defesa para o ataque, o parlamentar Leopoldo Machado Soares (PTB) afirmou que Plínio Salgado – candidato perrepista ao senado – possuía ideias comunistas e havia organizado um partido que tinha as mesmas “finalidades do Partido Comunista”.¹³³ Também, o deputado Norival Paranaguá de Andrade (PTB) acusou tanto o PSD quanto o PL de anticomunismo em detrimento dos candidatos petebistas.¹³⁴

Por fim, a aliança entre o PSD e o PRP, bem como o apoio à candidatura de Plínio Salgado ao Senado também foram debatidos – principalmente pelo PTB – na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. De acordo com o deputado Leonel de Moura Brizola (PTB), o seu partido “não se recusou em nenhum momento, a fazer um entendimento com o PRP”. Assim, havia noticiado o jornal *Correio do Povo* – às vésperas da Convenção perrepista – sobre as alianças políticas: “Praticamente assentada a aliança entre PTB e PRP no Estado”.¹³⁵ Apesar da aliança entre pessedistas e perrepista, o parlamentar petebista afirmou que o PRP “embora apanhando, embora sofrendo, nunca deixou de hipotecar solidariedade” ao PSD.¹³⁶

Para Leonel de Moura Brizola (PTB), o PRP foi “indignamente” tratado, bem como “esbulhado” pelo PSD. O deputado petebista relatou que tivera uma “palestra” com “dois líderes do PRP” e que, naquela ocasião, indagou-lhes acerca da aliança

¹³² Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 5 de setembro de 1950, p. 69-71.

¹³³ Anais da Assembleia Legislativa. 99ª sessão, em 18 de setembro de 1950, p. 218-238.

¹³⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 101ª sessão, em 19 de setembro de 1950, p. 274-280.

¹³⁵ *Correio do Povo*, 28 de julho de 1950, p. 16.

¹³⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 5 de setembro de 1950, p. 67.

política mesmo após “sofrerem” pelas atitudes do PSD. “E, então, eles me responderam: - Mas quem é que disse que vamos mandar votar no PSD? (Risos). É uma espécie de aviso que estou lançando ao PSD, visando a realidade política”.¹³⁷

As críticas contundentes do jovem parlamentar do PTB sobre a aliança PSD/PRP decorrem do processo de composição do governo Walter Jobim. Segundo Costa (1983, p. 98-100), o PRP apoiou a candidatura Walter Jobim (PSD) em troca de cargos na administração estadual, acordado por Oscar Fontoura e Francisco Brochado da Rocha, então na direção do PSD. Eleito Jobim e preenchidos os cargos administrativos, os perrepistas não foram contemplados com nenhum deles. Apesar disso, durante o quadriênio legislativo o PRP manteve-se fiel ao PSD.

As críticas à candidatura de Plínio Salgado (PRP) – encontradas em “A Pedidos” nos jornais – também são observadas no legislativo e feitas, sobretudo, pela bancada do PTB. O fato do candidato perrepista ao senado não ser do Rio Grande do Sul também esteve presente nas tribunas dos parlamentares. Leonel de Moura Brizola (PTB) proferiu discurso criticando Plínio Salgado de “garimpar” votos no Estado.¹³⁸ Não obstante, a sua vinculação ao fascismo como representante dos integralistas gerou embates mais contundentes. De um lado está o PRP ressaltando os “valores cristãos e nacionalistas” de seu candidato e criticando os “A Pedidos” veiculados na imprensa contra sua candidatura ao senado, bem como desqualificando seus detratores com a pecha estigmatizante do comunismo; de outro, o PTB, associando Plínio Salgado ao fascismo.¹³⁹

2.7 A “polarização” estadual

O escrutínio das eleições de três de outubro de 1950 foi amplamente favorável à coligação liderada pelos trabalhistas, no Rio Grande do Sul. As presidenciais definiram Getúlio Vargas (PTB-PSP-autonomistas) como o candidato mais votado com 48,12% dos votos, seguido de Christiano Machado (PSD) com 28,86%, Eduardo Gomes (UDN/PL/PRP) com 20,51% e João Mangabeira (PSB) com 0,06% dos votos. Todavia, Café Filho, candidato à vice-presidência de Vargas, obteve uma votação significativamente inferior em relação à obtida por Vargas: foram 30,71% dos votos.

¹³⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 5 de setembro de 1950, p. 68-69.

¹³⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 5 de setembro de 1950, p. 62.

¹³⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 99ª sessão, em 18 de setembro de 1950, p. 218-238.

Para o Senado da República, o candidato Alberto Pasqualini (PTB-PSP-autonomistas) foi eleito com 47,78% dos votos. Plínio Salgado (PRP-PSD-UDN) ficou em segundo lugar com 34,02% dos votos e Décio Martins Costa (PL) em terceiro e último com 12,31% dos votos (CÁNEPA, 2005, p. 154).

Para o Legislativo, os dois maiores partidos - PTB e PSD - fizeram uma votação mais expressiva que em nível estadual em que se observa maior dispersão regional. Essa tendência de polarização partidária entre as duas maiores correntes se confirmaria de maneira mais acentuada nas eleições majoritárias - presidente, senador, governador – e no pleito federal, processos em que o eleitor identificou um confronto maior entre as grandes correntes políticas (FLACH, 2007, p. 69). De acordo com Bodea (1992, p. 88), “O eleitorado dos três grandes partidos nacionais – PTB, PSD e UDN dava demonstração de grande disciplina em solo gaúcho, apesar do confuso quadro de alianças em nível nacional e estadual.”

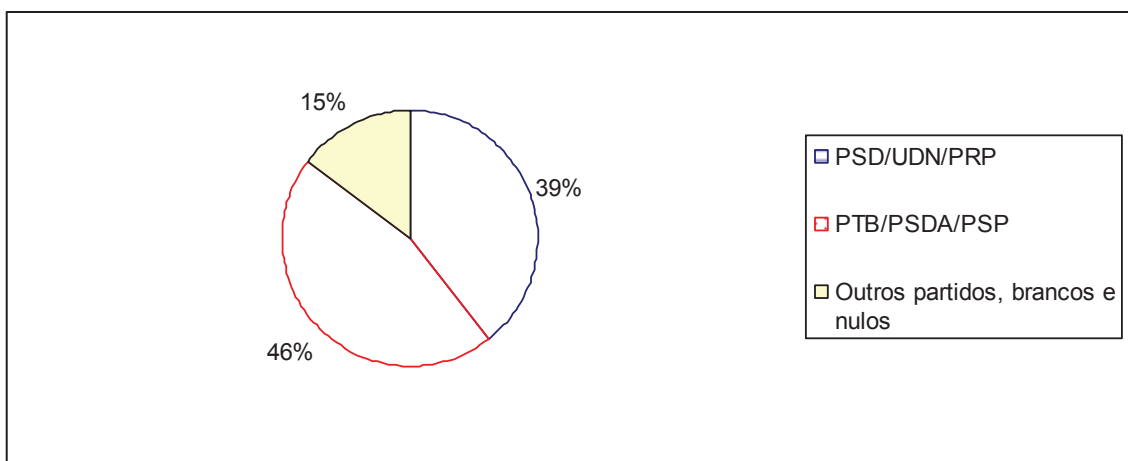
O resultado das urnas para o pleito majoritário estadual confirmou a vitória de Ernesto Dornelles (PTB-PSP-autonomistas) com 45,85% dos votos. Cylon Rosa (PSD-UDN-PRP) ficou em segundo lugar com 39,47%, seguido de Edgar Schneider (PL) com 11,23% e Mendonça Lima (PSB) que obteve 0,11% dos votos.

Tabela 3 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/50.

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Ernesto Dornelles	PTB/PSDA/PSP	329.884	45.85
Cylon Rosa	PSD/UDN/PRP	283.884	39.47
Edgar Schneider	PL	80.798	11.23
Mendonça Lima	PSB	858	0.11
Branco		18.401	2.56
Nulos		5.451	0.76
TOTAL		719.334	100

Fonte: (CÁNEPA, 2005, p.152).

Gráfico 2 - Polarização Partidária (1950).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se atribuir a expressiva vitória petebista a fatores como o baixo desempenho da economia sul-rio-grandense no período Jobim, incapaz de absorver a força de trabalho marginalizada nos principais núcleos urbanos; aos 66,23% de alfabetizados no Estado que podiam votar; ao contingente eleitoral do PCB, que passou a votar significativamente no PTB após a sua cassação; à popularidade de Vargas e ao grande investimento de algumas lideranças petebistas na organização e no fortalecimento do partido, tanto na capital quanto no interior (CORTÉS, 2007, p. 210-212).

De acordo com Cortés (2007, p. 2012):

Para Getúlio Vargas e para o Rio Grande do Sul, a eleição de 1950 finalizou uma época e inaugurou outra. Trouxe o fim do exílio de Vargas e iniciou para ele um novo paradoxo como chefe de Estado. Para o Rio Grande do Sul, esse período marcou o fim da experiência multipartidária, levando ao restabelecimento da tradicional polaridade gaúcha de dois partidos, com o estado dividido nos campos pró e anti-Vargas.

Segundo Cánepa (2005, p. 155), levando em comparação a proporcionalidade dos votos em relação às eleições para governador e para o Legislativo estadual, é plausível que parte significativa do eleitorado do PRP tenha votado em Dornelles, contrariando a aliança PSD-PRP.

Conforme Bodea (1992, p. 89):

De fato, os ex-integralistas das regiões de colonização alemã e italiana tinham uma dívida para com Dornelles que, ao suceder o implacável general Cordeiro de Farias na interventoria do Estado em 1943, havia corrigido os “excessos” cometidos na primeira fase dos programas de “brasilianização”. O eleitor integralista certamente tinha restrições ao trabalhismo ideológico de um Pasqualini (embora, ironicamente, fora ele o secretário de Interior e Justiça de Dornelles justamente na fase moderada da “brasilianização”), mas era mais aberto ao trabalhismo pragmático de um Dornelles.

Quanto aos resultados eleitorais, observa-se, no Rio Grande do Sul, já em 1950, certa distribuição geográfica dos votos, que, apesar de algumas variações, permanecerá durante o período de 1947 a 1962.

Grosso modo, se agruparmos os partidos em dois grandes blocos (os partidos populistas em torno do PTB e os conservadores-liberais do PSD), constataremos que o PTB predomina fortemente na metade sul do Estado, especialmente na zona da campanha pastoril, com uma incursão forte no noroeste das Missões, onde estão concentradas as grandes propriedades dedicadas à pecuária. Essa implantação aparentemente contraditória decorre do fato de que essas regiões, ligadas à economia tradicional, estão situadas em municípios com altos índices de urbanização, em que se formou um setor terciário ocioso. Além da fronteira sudoeste, o trabalhismo se faz presente, como seria de esperar, de forma dominante, na totalidade das cidades denominadas “pólos regionais” ou “sub-regionais” e, obviamente, na região industrializada e intensamente urbana da área metropolitana de Porto Alegre. Paradoxalmente, também o PSD, cuja característica nacional é de ser um partido de bases rurais tradicionais, prepondera na metade norte do Estado, onde o processo demográfico e econômico, sendo dos mais fortes, acolhe os setores mais dinâmicos da economia regional, embora com uma incursão no sul através da região da serra do sudoeste. (TRINDADE; NOLL, 1975, p. 23).

A partir dos resultados das eleições de 1950, evidenciou-se a capital do Estado como um grande centro trabalhista. Para as eleições majoritárias, Getúlio Vargas, candidato à presidência, atingiu quase 70% dos votos, o mesmo ocorrendo com Alberto Pasqualini, candidato ao Senado da República. Ernesto Dornelles, candidato ao governo estadual, alcançou 63% dos votos (CÁNEPA, 2005, p. 155).

Ainda sobre a disputa senatorial, Plínio Salgado obteve na capital apenas 10% dos votos contra 34% no Estado como um todo. Em Porto Alegre, o candidato perrepista representou menos de 1/3 do seu desempenho no Estado. Os eleitores “liberal-conservadores” – pessedistas e udenistas – rejeitaram a aliança com o PRP, pois, se a votação do “líder integralista” tivesse acompanhado o número de votos para a Câmara Federal obtida pelos três partidos que o apoiavam oficialmente, (PSD/UDN/PRP) ele teria obtido 25% dos votos da capital (BODEA, 1992, p. 93-94).

Ao longo deste capítulo, enfocamos – via interpretação bourdieusiana – os conflitos entre o PSD e o PTB nas eleições de 1950 para o governo estadual. As disputas internas e a composição de alianças foram descritas, sobretudo por meio da bibliografia. Portanto, a contribuição mais importante da pesquisa diz respeito ao jogo das oposições e distinções encontrado nas narrativas das respectivas campanhas reproduzidas na imprensa escrita. A campanha é o momento da apresentação dos produtos políticos e da luta política que também é simbólica.

Os partidos e candidatos precisam convencer o eleitorado que as suas propostas são as melhores. Na apresentação de cada programa, encontra-se – no jogo das distinções – um destaque maior quanto à sua aplicabilidade do que propriamente o programa em si. Também, foi possível averiguar as representações acerca da imagem pública e do capital político dos principais agentes do campo político, envolvidos na disputa eleitoral sul-rio-grandense. Nesse sentido, destacou-se a campanha petebista a partir da associação sistemática do binômio Vargas/Dornelles, ou seja, uma lógica de transferência de créditos (capital político) do ex-presidente para o postulante ao governo estadual pela legenda trabalhista. Enquanto isso, o PSD apresentava-se como baluarte da consolidação democrática e da capacidade administrativa, assim como procurava desqualificar Vargas.

O campo político possui uma particularidade, isto é, não pode se autonomizar completamente, pois está incessantemente referido a sua clientela, aos “profanos”, e estes têm significativa influência nas lutas entre os “profissionais”. A influência externa sobre o respectivo campo evidencia-se no jogo de oposições e distinções – que é um processo relacional – quando os agentes políticos utilizam-se novamente do anticomunismo. Os partidos buscaram legitimar-se – via propaganda eleitoral na imprensa escrita – como possuidores de valores “cristãos”, principalmente, no âmbito da diferenciação de um em relação ao outro. Portanto, constata-se que o anticomunismo católico foi incorporado na campanha do PSD e do PTB, prevalecendo como estratégia eleitoral de forma mais contundente na pessedista.

Na disputa eleitoral, gerava-se um espectro de simbologias: democracia, fascismo, nazismo, comunismo, valores cristãos, etc. Tanto pessedistas quanto petebistas, por meio de uma luta simbólica – narrativas veiculadas nos jornais –, procuraram convencer o eleitorado de serem portadores de valores cristãos e democráticos e, ao mesmo tempo, buscaram desqualificar o outro.

Por fim, os assuntos político-partidários, no legislativo estadual, sobretudo, os embates entre parlamentares do PSD e do PTB em relação à disputa pelo governo do Estado revelaram denúncias de violência, repressão policial, supostas arbitrariedades praticadas contra os adversários dos pessedistas e o envolvimento de agentes públicos – em pleno exercício da função – na campanha eleitoral do PSD. Além disso, demonstraram as implicações da concomitância das eleições – para a Presidência e o governo estadual – referente às candidaturas aos cargos legislativos.

3. A CAMPANHA ELEITORAL DE 1954 PARA O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: ILDO MENEGHETTI (PSD/UDN/PL) X ALBERTO PASQUALINI (PTB)

Neste capítulo, objetiva-se principalmente compreender a disputa eleitoral entre pessedistas e trabalhistas para o governo estadual sul-rio-grandense em 1954, ou seja, as narrativas – ideias-força – produzidas pelos partidos e divulgadas pelos jornais. A crise político-econômica nacional e suas implicações no processo eleitoral no Estado são abordadas. Destarte, será aprofundado o estudo das campanhas eleitorais, a imagem pública e o capital político dos candidatos Ildo Meneghetti (PSD) e Alberto Pasqualini (PTB), a mobilização eleitoral, o jogo das oposições e distinções, a influência externa – sobretudo, da atuação da LEC – no jogo político dos partidos e os conflitos político-eleitorais na Assembleia Legislativa naquele contexto. Além disso, serão analisados os resultados e significados das eleições de 1954.

3. 1. Antecedentes: conflitos intrapartidários e alianças eleitorais.

Para a compreensão das eleições de 1954 ao governo estadual, é necessário averiguar alguns antecedentes. A formação das clivagens políticas deve ser buscada ainda nas eleições de 1951 para a Prefeitura de Porto Alegre, inaudita para a capital após a democratização do país. Pela primeira vez, os três grandes partidos conservadores liberais, PSD, PL e UDN aliam-se na Frente Democrática (FD) em torno da candidatura de Ildo Meneghetti¹, do PSD, derrotando – no principal reduto trabalhista – o candidato do PTB, Leonel Brizola.

Para Oliveira (2008, p. 215-216), diferente da posição do diretório nacional do PSD – de apoio ao governo Vargas – a bancada federal pessedista sul-rio-grandense declarou independência política. Esse grupo era vinculado ao “grupo ortodoxo do PSD gaúcho”, que procurou fortalecer dentro da agremiação uma base oposicionista ao governo federal e estadual (ambos petebistas). Em contrapartida, a “velha guarda” do

¹ “[...] Baixo, gordo e bem apessoado. Meneghetti havia obtido uma cadeira na Câmara de Vereadores em 1947, em larga medida por causa de sua popularidade como o presidente do Esporte Clube Internacional, um dos dois principais clubes de futebol profissional de Porto Alegre. Um ano mais tarde, o governador Jobim o nomeou prefeito de Porto Alegre. Embora Meneghetti fosse do Partido Social Democrático, sua campanha, na disputa de 1951, foi dirigida por um membro da União Democrática Nacional, José Antônio Aranha, com os libertadores também desempenhando um papel importante na competição [...]” (CORTÉS, 2007, p. 223).

partido, o PSDA apoiou tanto Getúlio Vargas quanto Ernesto Dornelles. A escolha de Ildo Meneghetti para a presidência da seção estadual do partido, assim como sua declaração formal de oposição ao governo federal e estadual causaram desavenças internas.

A partir da oposição formal da direção do PSD do Rio Grande do Sul no âmbito local e nacional, a bancada federal pessedista sul-rio-grandense posicionou-se oficialmente como oposição ao governo Vargas. A bancada da Assembleia Legislativa – formada em sua maioria por parlamentares vinculados ao “grupo ortodoxo” – também optou pela oposição. Na tentativa de não destoar da orientação partidária nacional, de coligação com o PTB, alguns parlamentares locais e membros da direção estadual, ligados ao PSDA, propuseram uma postura de centro. Não obstante, a bancada estadual permaneceu intransigentemente na oposição, e a direção do partido – contrária ao governo petebista – proibiu os diretórios locais de realizarem alianças com o PTB na eleição para prefeitos municipais no ano de 1951 (OLIVEIRA, 2008, p. 216-217).

Apesar da proibição de coligação, lideranças petebistas – entre elas João Goulart – tentaram uma aproximação entre os partidos. O próprio Jango entrou em contato com Protásio Vargas numa tentativa de articular um acordo – sem sucesso – entre PTB e PSD. Apesar dos dirigentes pessedistas, muitos diretórios municipais do PSD, alinhados aos autonomistas, não seguiram a orientação da comissão executiva da agremiação e lançaram seus candidatos a prefeitos em conjunto com os petebistas. O presidente do PSDA, Vítor Loureiro Issler, convocou os correligionários a votarem nos candidatos a prefeito registrados pelo PTB. Encerrado o processo eleitoral, o PTB – com a adesão do PSDA – conquistou 40% das prefeituras, enquanto o PSD – coligado com outros partidos – elegeu seus prefeitos em 43% dos municípios do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2008, p. 218-219).

O PTB, por outro lado, havia buscado uma aproximação com o PSP e o PRP. O PSP já estava aliado ao PTB nas eleições de 1950, por meio do acordo Vargas-Ademar. Já a aliança com o PRP foi criticada por várias lideranças trabalhistas, mas o pragmatismo eleitoral prevaleceu. De acordo com Bodea (1992, p. 100): “[...] Pasqualini e seus seguidores também eram contrários ao pacto com o PRP, cuja reconstituição, inclusive, impediriam na segunda campanha pasqualinista, em 1954”.

Em 1951, o candidato trabalhista Leonel Brizola - deputado estadual mais votado pelo partido tanto em Porto Alegre quanto no interior do Estado – havia se tornado líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa e articulou sua própria

candidatura à prefeitura da capital sul-rio-grandense, apoiado por João Goulart. Na Convenção do partido, o seu nome foi aprovado por 235 dos 251 convencionais presentes (BODEA, 1992, p. 96-97).

No que diz respeito às disputas internas, os sindicalistas estavam inseridos em um processo de perda de influência na agremiação, enquanto João Goulart assumia o controle da seção estadual do PTB. Para Fernandes (2013, p. 99-103), na capital, Brizola controlava o diretório metropolitano e o sindicalista José Vecchio liderava uma espécie de organização paralela. Contudo, diante da impossibilidade em registrar os seus candidatos a vereador pela sigla trabalhista, lançou o PTBI (Partido Trabalhista Brasileiro Independente), que acabou registrando os candidatos à Câmara Municipal pelo PR (Partido Republicano). Vecchio e o PTBI ainda buscaram um acordo com a direção estadual do PTB – os termos baseavam-se no apoio deles ao candidato Brizola em troca da devolução do controle do diretório da capital – que fora recusado por Jango. Destarte, Vecchio apoiou o candidato pessedista Ildo Meneghetti, que venceu a disputa eleitoral, derrotando Brizola por uma pequena diferença de 1.062 votos.

Segundo Bodea (1992, p. 100), entre as causas apontadas para a derrota petebista ao pleito municipal, destacam-se: a resistência de lideranças de dentro do partido em relação ao acordo com o PRP; a oposição dos dissidentes vinculados ao PTBI de José Vecchio; o estilo “ousado e pouco ortodoxo” de Leonel Brizola na campanha. Também, destacou Fernandes (2013, p. 103-104) o fato de ocorrer disputas com outras lideranças do PTB, em especial José Diogo da Rocha – acusado por Brizola e Jango – de prejudicar a campanha trabalhista.

Em 1953, João Neves da Fontoura – antigo líder do PSDA – saiu do Ministério das Relações Exteriores. A partir de então, rompeu relações com o presidente Vargas e buscou consolidar o PSD sul-rio-grandense no âmbito nacional como oposição ao governo federal. Desde dezembro daquele ano, João Neves já participava das articulações políticas em torno da Frente Democrática. No início do ano subsequente, ele foi um dos responsáveis pela indicação de Ildo Meneghetti, pois o prefeito de Porto Alegre era reconhecidamente um opositor do governo estadual e federal (OLIVEIRA, 2008, p. 226-227).

A Frente Democrática parecia ter um candidato natural ao executivo estadual: Ildo Meneghetti. O PSD, PL e UDN estavam reunidos na oposição ao governo Vargas e constituíram uma aliança vitoriosa, em 1951, em Porto Alegre. Assim, foi reeditada a Frente Democrática, reunindo, no Estado, os três partidos em torno do candidato

pessedista. A Frente Democrática teve também o apoio do recém-formado Partido Democrata Cristão (PDC). Contudo, a escolha não se faz de imediato, pois, nos primeiros três meses de 1954, além de Meneghetti, prontamente apoiado pelo PL, aventavam-se outras candidaturas.

Somente no mês de abril, a comissão intrapartidária elaborou uma lista, na qual constavam quinze nomes dos três partidos para deles escolher o nome do candidato. Ildo Meneghetti foi escolhido de forma unânime, e sua candidatura homologada na convenção dos três partidos. Para as duas vagas do Senado, foram indicados: Armando Câmara (sem partido) – professor universitário, intelectual católico, era membro ativo da LEC – pelo PL, e Daniel Krieger – deputado udenista, era vinculado a Flores da Cunha – pela UDN. De acordo com Oliveira (2008, p. 227), “[...] o candidato escolhido para governar o estado teria o compromisso com a coligação e não somente com o seu partido [...]”.

O PSD sul-rio-grandense – dissidente em relação ao diretório nacional – não era afetado por fatores externos complicadores gerados no contexto político nacional, como, por exemplo, a participação pessedista no governo Vargas e a possibilidade de um acordo PSD/PTB na sucessão presidencial.² Para Bodea (1992, p. 114-115), no Rio Grande do Sul, os pessedistas podiam assumir integralmente o seu anti-trabalhismo. O líder da bancada estadual do PSD, Walter Peracchi Barcellos, foi o principal articulador da Frente Democrática.

Do lado petebista, a situação era mais complexa, pois tinham vários nomes possíveis de candidatura: João Goulart, que era presidente nacional do PTB e que havia sido Ministro do Trabalho³ no governo Vargas; Alberto Pasqualini, senador pelo Rio

² O PSD apesar de controlar a maioria dos ministérios enfrentava a divisão dos seus diretórios em razão do apoio ao governo federal. Nas palavras de Hippolito (2004, p. 21-47) os pessedistas adotaram uma estratégia de “omissão preventiva”: não defendiam o governo, tampouco o atacavam, considerando os diversos cargos ocupados na administração e a necessidade da base governista para se fortalecer nas eleições subsequentes.

³ A partir de 1952, torna-se possível identificar uma “radicalização” nas posições do presidente Vargas: ocorre um processo de afastamento gradativo de seu governo em relação às elites dominantes – baseado principalmente na aliança com o PSD nacional – e de reaproximação com a base trabalhista – inclusive do PTB sul-rio-grandense – que fora fundamental para a sua vitória eleitoral, em outubro de 1950. Em 1953, a inflação e a desvalorização do poder aquisitivo foram responsáveis pela eclosão de várias greves. Em junho daquele ano, Vargas decidiu fazer uma reforma ministerial e, para o Ministério do Trabalho, nomeou João Goulart – em substituição a Segadas Viana – com o intuito de neutralizar uma oposição mais radical das forças populares. De acordo com Delgado (1989, p. 138) João Goulart – diferentemente de seu antecessor – utilizou-se do Ministério do Trabalho para estabelecer uma relação mais direta e pessoal com as lideranças sindicais e os trabalhadores. A prática de cooptação dos sindicalistas por meio de cargos públicos e o incentivo à mobilização dos trabalhadores foram ações que geraram descontentamentos nos setores conservadores. O ministro João Goulart, sob a pressão dos setores populares, decidiu formular uma proposta de 100% de aumento do salário mínimo. A mesma

Grande do Sul, que detinha grande popularidade; José Diogo Brochado da Rocha, deputado federal mais votado e Loureiro da Silva, o principal responsável pela organização do partido no Estado, em 1945.

Nesse contexto, dois aspectos de cunho intrapartidário são elementares para a compreensão da dinâmica partidária: o primeiro é que, no limiar dos anos 1950, jovens políticos – destacando-se João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari e Ruy Ramos – ascendiam no partido e, conseqüentemente, disputavam espaço com lideranças sindicalistas – em decadência –, e experientes trabalhistas, como José Diogo da Rocha e Loureiro da Silva; o segundo – em âmbito nacional – refere-se ao centralismo decisório do PTB, ou seja, a agremiação suprimia as dissidências e restringia o questionamento às lideranças. No enfrentamento de possíveis ameaças, Vargas fazia uso da “parentela” para consolidar sua figura de líder incontestável. Dessa forma, Lutero Vargas, Ivete Vargas e João Goulart – que não fazia parte da família, mas era próximo de Vargas – ocuparam cargos de chefia no partido.⁴

Conforme Bombardelli (2017, p. 91), os primeiros anos do governo Vargas, notabilizaram-se por clivagens e desorganização da direção nacional do PTB, resultando na escolha de João Goulart como presidente do partido (1952) e Ministro do Trabalho (1953). A partir de então, Jango tornar-se-ia – por longo período – o comandante do partido, assim como se projetaria como sucessor de Vargas. Entrementes, José Diogo Brochado da Rocha renunciou à liderança petebista na Câmara, evidenciando as discordâncias entre as lideranças trabalhistas na seção sul-rio-grandense.

A imprensa escrita⁵ noticiava, no início de junho de 1954, a indefinição da candidatura petebista ao governo estadual sul-rio-grandense, com o presidente Vargas

desencadeou uma forte oposição do empresariado, da grande imprensa, de parte do espectro político e de setores das Forças Armadas. Jango pediu demissão no mês de fevereiro de 1954, mas, em primeiro de maio daquele ano, Getúlio Vargas anunciou o novo salário mínimo, nos termos propostos pelo seu ex-ministro e que passou a vigorar em julho. Apesar do sucesso popular da medida, ocorreu imediata reação dos setores contrários à proposição. Para a autora (1989, p. 143) “[...] Sob a ótica dos setores conservadores, da UDN oposicionista e de importantes segmentos do Exército e do empresariado, a nomeação de Jango e sua atuação significava uma “virada” à esquerda dada pelo governo Getúlio. Esses setores da oposição argumentavam que a atuação do novo ministro vinha ao encontro das diretrizes sindicais e trabalhistas preconizadas pelos partidos e grupos mais à esquerda. Tomando a nomeação de Goulart como referência principal da reforma do Ministério Vargas, generalizaram as críticas ao governo, ultrapassando, em sua argumentação, os limites das questões trabalhistas. Afirmavam que a ordem liberal-democrática estava ameaçada pela ação [...] de Vargas e de seu Ministro João Goulart”.

⁴ Ver, D’Araújo (1996).

⁵ A cobertura jornalística do *Diário de Notícias* deu maior ênfase – em comparação ao *Correio do Povo* – as discussões em torno da indefinição quanto ao nome do candidato petebista para o cargo de governador estadual. Da mesma forma, sua cobertura sobre a convenção trabalhista explorou as disputas internas, enquanto o *Correio do Povo* abordou o lançamento da candidatura Pasqualini de forma mais consensual. De acordo com Vasconcellos (2009, p. 38) e Silva (2013, p. 197) o senador Pasqualini tinha uma boa

intermediando a questão. A princípio, os jornais traziam a situação dos diretórios municipais – divididos entre as candidaturas de Pasqualini, José Diogo e João Goulart – e a possibilidade de um nome de conciliação: Loureiro da Silva.⁶

O palácio do Catete encontrava-se no centro das discussões políticas entre os trabalhistas. De um lado, José Diogo – em conversa com Vargas – havia manifestado sua intenção de ser o candidato.⁷ De outro, os intermediários João Caruso Scuderi – presidente do PTB seção Rio Grande do Sul – e Ajadil de Lemos defenderam – na capital do país – a candidatura de Alberto Pasqualini.⁸

No dia 4 de junho, o *Correio do Povo* noticiou que João Goulart liderava o movimento a favor da candidatura Pasqualini à sucessão de Ernesto Dornelles. O ex-ministro do Trabalho – em sucessivas conversas com Getúlio Vargas – fixou-se “quase intransigentemente” na escolha no senador trabalhista.⁹ Posteriormente, em 6 de junho, ambos os jornais trouxeram a notícia da escolha de Alberto Pasqualini como candidato acertado entre Jango e José Diogo, contando com a aprovação de Loureiro da Silva. O presidente regional do PTB – João Caruso Scuderi – procurou Vítor Issler – presidente da ala dissidente do PSD sul-rio-grandense – para entendimentos políticos; o líder autonomista comprometeu-se a se reunir com seus correligionários para apreciar o assunto, assim como garantiu o seu apoio pessoal.¹⁰

Posteriormente, na Convenção Estadual do PSDA, os autonomistas decidiram, por unanimidade, dar integral apoio à candidatura Pasqualini (PTB). Além disso, Vítor Issler foi indicado como candidato à Câmara dos Deputados, e à Assembleia Legislativa foram indicados, pelo PSDA: “José Carlos Pereira, Lindolfo Humes, José Torres, Arami Silva e Belmiro Terra”. Esses nomes foram incluídos na chapa dos candidatos trabalhistas.¹¹ Participaram da convenção autonomista representantes de 47 municípios,

relação com o *Correio do Povo*. Os respectivos autores referenciam a possibilidade de influência de seu irmão, o jornalista Arlindo Pasqualini, que trabalhava na Companhia Jornalística Caldas Júnior e, poderia a partir de seu prestígio aproximar o trabalhista daquele periódico. Para Galvani (1995, p. 369), Breno Alcaraz Caldas – diretor da Companhia Caldas Júnior – era amigo de Arlindo Pasqualini. Para Breno, Arlindo era “o major”, o diretor era o “Breno”. Pasqualini era o único que quebrava o silêncio e o recolhimento do gabinete do diretor.

⁶ *Correio do Povo*, 1 de junho de 1954, p. 20; *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1954, p. 2 e 16.

⁷ *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1954, p. 2 e 16.

⁸ *Diário de Notícias*, 3 de junho de 1954, p. 2.

⁹ *Correio do Povo*, 4 de junho de 1954, p. 16.

¹⁰ *Correio do Povo*, 6 de junho de 1954, p. 48; *Diário de Notícias*, 6 de junho de 1954, p. 7 e 16.

¹¹ Vítor Loureiro Issler se elegeu deputado federal pelo PTB e Olintho Aramy Silva foi eleito deputado estadual pela mesma agremiação política (faleceu em 28/08/1955).

sendo ela presidida pelo governador Ernesto Dornelles, bem como com a presença de Aníbal Di Primo Beck (presidente da Comissão Executiva do PTB).¹²

Convém analisar isso mais demoradamente. O PSDA era um partido? Não. Os autonomistas faziam parte de uma ala dissidente do PSD. Em 1950, com o surgimento do PSDA, ocorreu a “desgetulização” do PSD? A resposta também é negativa, ou seja, discordamos – nesse aspecto – da análise de Bodea.¹³ Os autonomistas constituíram uma ala minoritária dentro do partido e alguns componentes conservavam vínculos com o getulismo. Em outras palavras, defendiam que o partido deveria estar alinhado com o projeto nacional de Vargas. Em 1951, procuraram fazer alianças com o PTB a despeito da proibição da Comissão Executiva pessedista. Em 1954, diferentemente da atitude do PSD estadual, os autonomistas apoiaram os governos de Vargas e Dornelles. Além disso, apoiaram Pasqualini (PTB) nas eleições para o governo estadual e concorreram pela chapa trabalhista ao legislativo estadual e federal.

Qual era o motivo quanto à permanência dos autonomistas no PSD? Inicialmente, cabe uma ressalva, sem o aprofundamento da pesquisa, como, por exemplo, um estudo das correspondências entre autonomistas e o diretório nacional pessedista ou, até mesmo, com as lideranças trabalhistas. Limitamo-nos a tangenciar a respectiva indagação por meio da análise da imprensa escrita, do estatuto do partido e dos anais da Assembleia Legislativa.

O PSD solicitou impugnação dos candidatos autonomistas junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), fundamentado no fato que eles não eram filiados ao PTB.¹⁴ Gabriel Obino – então secretário-geral do PSDA e, posteriormente, Secretário Geral do Estado na gestão Dornelles – sublinhou que os candidatos da dissidência pessedista foram regularmente registrados no PTB, ou seja, apesar de o estatuto trabalhista exigir elementos filiados ao partido para concorrer na agremiação, às candidaturas do PSDA foram sufragadas em Convenção Estadual. Preocupou-se, outrossim, em acusar o PSD estadual de suposto desrespeito ao estatuto do partido¹⁵ por fazer oposição ao governo

¹² *Correio do Povo*, 19 de junho de 1954, p. 2.

¹³ Ver, Bodea (1992, p. 30).

¹⁴ “O Tribunal Regional Eleitoral concedeu registro aos candidatos do PSD incluídos na chapa trabalhista, em decisão tomada por seis votos contra nenhum”. *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 4.

¹⁵ Conforme o “Estatuto do Partido Social Democrático”, a “Convenção Estadual” e a “Comissão Executiva”, “gozam de plena autonomia para decidir as questões de interesse político do Estado, vedada intervenção de quaisquer órgãos do partido”. Não obstante, o “Conselho Nacional” deve “exercer função deliberativa em todos os assuntos de interesse partidário, no âmbito nacional” e a “Comissão Diretora” – “supremo órgão executivo do partido” – tem como prerrogativa para “tomar as providências necessárias para fiel execução do programa e estatutos do Partido”. Logo, o partido poderá excluir os

Vargas¹⁶. Ainda sobre esse aspecto, o deputado Theobaldo Neumann (PTB) – defendendo Vítor Issler na Assembleia Legislativa – assim discursou: “[...] Éle é mais PSD do que VV. Exas. porque acompanha a orientação do PSD nacional, ao passo que VV. Exas. são discordantes [...] VV. Exas. deveriam até ser expulsos do PSD”.¹⁷

Há, enfim, uma dissidência dentro da dissidência. A ala autonomista representava, em grande medida, as diretrizes do diretório nacional: o apoio ao governo Vargas e as alianças políticas com o PTB. Entretanto, foram derrotados internamente, pois os pessedistas “ortodoxos” notabilizaram-se como um diretório dissidente, ou seja, oposicionista ao governo Vargas e intransigente quanto às alianças políticas com os petebistas. Parte-se do pressuposto de que os autonomistas não eram expulsos, pois o diretório estadual pessedista “descumpria” o estatuto do partido no âmbito nacional. Desta maneira, o PSDA estava alinhado ao PSD nacional e, conseqüentemente, detinha uma espécie de “proteção estatutária” sobre uma eventual represália da seção estadual do partido.¹⁸

De volta as “*démarches*”, depois do encaminhamento da candidatura Pasqualini, o PTB por meio de João Caruso Scuderi estaria procurando contatos com os líderes do PRP, objetivando a obtenção de apoio ao candidato petebista. Também, em nome de João Goulart e Aníbal di Primo Beck – membro da Comissão Executiva do PTB estadual – convidou Dinarte Dornelles – ex-presidente do PTB nacional e primo de Vargas – para participar da campanha eleitoral de Alberto Pasqualini.¹⁹

Em Porto Alegre, após regressar do Rio de Janeiro, o deputado José Diogo Brochado da Rocha foi abordado pela reportagem do jornal *Correio do Povo* sobre a

membros que se tornarem culpados de: “a) infração de dispositivo estatutário; b) desobediência a suas deliberações”. Disponível em: <<http://tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>> Acesso em: 18 de junho de 2018.

¹⁶ *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1954, p. 2.

¹⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 98.

¹⁸ Sobre essa questão, ressalta-se que havia possibilidade de intervenção do diretório nacional do PSD nos diretórios dissidentes, como de fato, ocorreu posteriormente na seção sul-rio-grandense. “Em fevereiro de 1955, iniciadas as articulações para a apresentação de candidatos às eleições presidenciais marcadas para o mês de outubro, Juscelino Kubitschek teve sua candidatura homologada pela convenção nacional do PSD. A escolha de Juscelino encontrou, contudo, sérias restrições por parte do PSD de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, onde se formaram grupos dissidentes que passaram a buscar junto a outras agremiações uma candidatura alternativa. Após sucessivas negociações, essas dissidências aliaram-se à UDN em apoio ao nome de Juarez Távora, aprovado na convenção do partido realizada no dia 10 de julho e na qual tomaram parte líderes do PSD gaúcho e pernambucano. Em represália, a direção nacional do PSD decretou em 15 de julho a intervenção no diretório regional de Pernambuco, o mesmo ocorrendo no dia seguinte com o diretório gaúcho [...]”. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 26 de julho de 2018.

¹⁹ *Correio do Povo*, 8 de junho de 1954, p. 20.

indicação do nome de Alberto Pasqualini para concorrer ao governo do Estado. Assim declarou José Diogo: “[...] Posso, apenas, adiantar que o nome do senador Alberto Pasqualini pareceu a todos como o capaz de reunir o apoio dos líderes do partido, de merecer o voto da convenção e de receber o sufrágio do nosso eleitorado”.²⁰

Não obstante, em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*, José Diogo afirmou que não havia trabalhado pela candidatura Pasqualini e que tinha viajado até a capital do país para expor sua posição sobre a situação política estadual, bem como abordar a questão sucessória ao executivo estadual. Além disso, defendeu a tese que a candidatura ao governo estadual estava em aberto, pois seria definida na convenção partidária.²¹

O *Correio do Povo*, por sua vez, noticiava que Alberto Pasqualini, “apesar da unidade” que caracterizou sua escolha, pelos líderes do partido, à sucessão estadual, decidiu por não fazer declarações antes da Convenção petebista. O periódico ainda repercutiu as manifestações de apoio a sua candidatura, assim como o prestígio nacional do senador trabalhista.²² Além disso, abordou o encontro entre Pasqualini e Getúlio Vargas, no qual o presidente selou o apoio à candidatura Pasqualini.²³

No “movimento político” – espaço reservado para as notas e notícias políticas estaduais –, o *Correio do Povo* abordou os esforços dos dirigentes trabalhistas para atrair novamente ao seio do partido os dissidentes do PTBI,²⁴ inclusive, sobre um eventual encontro entre José Diogo Brochado da Rocha e José Vecchio.²⁵ Ademais, noticiou a sondagem da direção trabalhista em relação aos “pequenos partidos” – PRP, PSB e PSP – em torno da candidatura Pasqualini ao governo estadual.²⁶

Em Porto Alegre, no Diretório Municipal do PTB, Leonel Brizola proclamou, dois dias antes da convenção estadual do partido, que, “na batalha eleitoral que vai se ferir em breve no Rio Grande, não ficará alheio um único trabalhista”. Além de apregoar a unidade partidária também defendeu a “absoluta fidelidade do partido à personalidade e à obra de governo do sr. Getulio Vargas, bem como à orientação do sr. João Goulart”. O diretório da capital indicou Pasqualini para governador, juntamente com os nomes de João Goulart e José Diogo Brochado da Rocha como candidatos ao

²⁰ *Correio do Povo*, 8 de junho de 1954, p. 20.

²¹ *Diário de Notícias*, 9 de junho de 1954, p. 4 e 12.

²² *Correio do Povo*, 9 de junho de 1954, p. 14.

²³ *Correio do Povo*, 10 de junho de 1954, p. 18.

²⁴ “[...] Os entendimentos entre o PTB oficial e os dissidentes sindicalistas em torno do apoio a Pasqualini permitiram mesmo uma reaproximação entre Brizola e Vecchio, que desde 1950 não mantinham se quer relações pessoais [...]” (BODEA, 1992, p. 115).

²⁵ *Correio do Povo*, 10 de junho de 1954, p. 4.

²⁶ *Correio do Povo*, 11 de junho de 1954, p. 2.

Senado.²⁷ Jango teve a incumbência de presidir a convenção estadual. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, ele ressaltava a necessidade de coesão partidária e destacava a candidatura de Pasqualini como resultado da união de todas as lideranças trabalhistas.²⁸

Em 18 de junho de 1954, depois das 23 horas, no auditório da Pontifícia Universidade Católica (PUC),²⁹ foram iniciados os trabalhos da convenção estadual do PTB. O jornal *Correio do Povo* enfatizou o discurso de Leonel Brizola que apelou pela unidade dos trabalhistas e lançou o nome de Alberto Pasqualini para ser eleito por aclamação. Os convencionais “ovacionaram” o nome de Pasqualini, assim como os nomes dos candidatos ao Senado: João Goulart e José Diogo, que recusou a indicação.³⁰ Já sobre o encerramento da convenção trabalhista, o jornal reproduziu os telegramas de Alberto Pasqualini e Getúlio Vargas: ambos destacando a “coesão e a unidade do partido”. Destacou-se que – segundo os convencionais – José Diogo apesar de ter recusado sua indicação ao Senado vai “empenhar o seu prestígio para a vitória dos candidatos trabalhistas”. Por fim, o PTB sul-rio-grandense posicionou-se favorável à candidatura de João Goulart à presidência da República, em 1955.³¹

O *Diário de Notícias*, por outro lado, destacou os antecedentes do discurso proferido por Brizola, ou seja, as tentativas de evitar que Pasqualini fosse eleito por aclamação, vindas de convencionais ligados aos líderes trabalhistas José Diogo e Loureiro da Silva. Porém, o pedido de votação secreta foi negado e deu-se a aclamação por “unanimidade” da candidatura Pasqualini.³²

Em seguida, José Diogo Brochado da Rocha rompeu com o PTB e buscou um caminho próprio, que permitisse sua candidatura ao governo estadual. Já Loureiro da Silva³³ – também preterido pelo partido – recusou o convite para concorrer ao Senado,³⁴

²⁷ *Correio do Povo*, 16 de junho de 1954, p. 4.

²⁸ *Diário de Notícias*, 17 de junho de 1954, p. 7 e 16.

²⁹ Posteriormente, o Diretório Central dos Estudantes da PUC – em nota pública – esclareceu que a cedência do salão de atos acadêmicos para a realização da convenção petebista ocorreu em caráter de emergência, pois o cinema Palermo tornou-se um espaço insuficiente para comportar o grande número de convencionais. Ver, *Correio do Povo*, 24 de junho de 1954, p. 2 e 16.

³⁰ *Correio do Povo*, 19 de junho de 1954, p. 2 e 16.

³¹ *Correio do Povo*, 20 de junho de 1954, p. 4.

³² *Diário de Notícias*, 19 de junho de 1954, p. 2 e 4.

³³ “[...] Ainda no mês de agosto, Loureiro renuncia ao cargo de diretor do Banco do Brasil e volta para o Rio Grande [...] Enquanto se dedica aos negócios da família, mantém contato com as lideranças do PTB e, nas eleições municipais do ano seguinte, percorre o Estado para dar respaldo aos candidatos do Partido. Em Porto Alegre, como já fizera na anterior eleição, apoia um jovem líder trabalhista: a quem dera emprego na Diretoria de Praças e Jardins, quando prefeito: Leonel Brizola. Não imaginava, certamente, que ali começava a nascer um antagonismo insuperável [...]” (DE GRANDI, 2004, p. 151).

³⁴ “[...] Ruy Ramos é posteriormente indicado para concorrer junto com Jango para uma das duas vagas ao Senado” (Cánepa, 2005, p. 176).

mas não rompeu com a agremiação. No mês de julho de 1954, na convenção do PSP, Brochado da Rocha foi indicado candidato ao governo do Rio Grande do Sul.³⁵ O PRP também resolveu concorrer com candidato próprio ao governo do Estado, e a candidatura Wolfram Metzler foi oficializada na convenção de julho daquele ano. Então, ficaram assim definidas as candidaturas para o pleito majoritário estadual de 1954: Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), Alberto Pasqualini (PTB)³⁶, Wolfran Metzler (PRP) e José Diogo Brochado da Rocha (PSP).³⁷

Apesar da existência do PDC e de outros “partidos menores”, a luta política sul-rio-grandense se havia reduzido ao conflito político entre o PTB e a Frente Democrática: aliança anti-PTB. O PSD, o PL e a UDN continuaram a concorrer em chapas separadas para a Câmara dos Deputados e para o legislativo estadual. Todavia, nos embates eleitorais com os petebistas, tanto para o Senado quanto para governador, os três partidos da Frente Democrática funcionavam basicamente como força única.³⁸

3. 2. As campanhas eleitorais: Ildo Meneghetti (FD) X Alberto Pasqualini (PTB)

As campanhas eleitorais dos partidos analisados nesta disputa podem ser divididas em dois momentos: antes e depois do suicídio de Vargas. Como já visto anteriormente, a Frente Democrática (PSD-UDN-PL) foi nucleada em torno da oposição ao governo Vargas, estendendo-se ao governo Dornelles. Inicialmente, a questão envolvendo o pedido de afastamento de Ildo Meneghetti do cargo de prefeito para realizar sua campanha gerou opiniões divergentes dentro da coligação. De um lado, havia aqueles que defendiam a permanência do pessedista, alegando que sua substituição pelo vice-prefeito Manoel Vargas – trabalhista – poderia comprometer o

³⁵ “As frustrações de José Diogo atraíram a atenção de Adhemar de Barros, o esperançoso candidato presidencial paulista, cuja lua-de-mel com Getúlio havia terminado há muito. Adhemar planejava concorrer à presidência da República em 1955 e, por essa razão, precisava estabelecer bases de apoio nos estados mais importantes. Um dos alvos principais era o Rio Grande do Sul [...] Além disso, procurava aliados políticos fortes [...] Com garantias de apoio de Adhemar e de sua máquina paulista de fabricar dinheiro, José Diogo aceitou concorrer como candidato do PSP a governador, com esperança de vencer, porque tinha muitos seguidores pessoais espalhados por todo o estado”. (CORTÉS, 2007, p.225-226).

³⁶ “[...] o PRP poderia, junto a suas bases de sustentação, justificar o apoio a um candidato trabalhista de corte pragmático-getulista-nacionalista com o perfil de Dornelles, Brizola, Jango e até do próprio Vargas. Não conseguiria, entretanto, digerir um trabalhista ideológico com o estilo de Pasqualini que sofria ainda por cima a oposição – justificada ou não – do clero das paróquias rurais. A primeira consequência direta do lançamento de Pasqualini em 1954 foi a inviabilidade da reconstituição da chamada Frente Popular PTB-PRP-PSP para se opor à Frente Democrática PSD-UDN-PL naquele ano. Tanto os ex-integralistas do PRP quanto os ademaristas do PSP negaram-se a apoiar Pasqualini [...]” (BODEA, 1992, p. 113).

³⁷ “A candidatura de J. P. Sampaio foi retirada ao final da campanha” (CANEPA, 2005, p. 201).

³⁸ CORTÉS (2007, p. 235).

início e a conclusão de obras importantes da administração. De outro, destacavam-se os membros da bancada federal, esses consideravam que o prefeito deveria libertar-se de todos os compromissos administrativos para percorrer o maior número possível de municípios e, conseqüentemente ter um contato direto com os eleitores.³⁹

Nesse último aspecto, torna-se evidente que a experiência democrática estava permeada pela necessidade de práticas de intensificação entre eleitores e candidatos. Os partidos necessitavam desempenhar um papel de mobilização e construção de popularidade eleitoral. A experiência democrática (o surgimento dos partidos nacionais, a realização periódica de eleições, assim como a ampliação e modificação do corpo eleitoral) esteve condicionada ao tornar-se eleitor.

De acordo com Michel Offerlé (2011, p. 156), a mobilização eleitoral deve ser compreendida como resultado de um conjunto de empreendimentos políticos que buscam incitar, nos possíveis eleitores, um interesse pela competição política, a fim de convencê-los a se tornarem eleitores e, ao mesmo tempo, dar legitimidade ao voto. Os partidos – agentes de mobilização eleitoral – utilizavam-se, por exemplo, dos comícios. A estratégia de campanha da candidatura Meneghetti foi pensada no sentido de aproximar os eleitores de suas propostas por meio do contato direto. Os comícios eram uma demonstração de força dos partidos e candidatos, assim como forneciam produtos – discursos, imagens, plataformas, entrevistas, etc. – que tinha por finalidade à mobilização eleitoral por meio de publicações na imprensa.

Conforme Douglas Souza Angeli (2018, p. 342-344), a imprensa também pode ser considerada um agente de mobilização eleitoral, pois jornalistas, editores, comentaristas e proprietários dos veículos de imprensa cumpriram um papel tanto na construção de um interesse público pela disputa eleitoral quanto na conquista do voto. Ademais, os partidos utilizaram-se da imprensa escrita e do rádio para fins de propaganda eleitoral.

O *Correio do Povo*, no movimento político, informava que Ildo Meneghetti iria se afastar no dia 10 de julho, com uma licença de 90 dias, a fim de fazer sua campanha eleitoral pelo interior do Estado.⁴⁰ Todavia, o prefeito da capital e candidato ao governo estadual pela Frente Democrática encontrava-se regularmente com a Comissão Intrapartidária para a elaboração da plataforma das oposições coligadas. Entre os

³⁹ *Correio do Povo*, 12 de junho de 1954, p. 14.

⁴⁰ *Correio do Povo*, 22 de junho de 1954, p. 4.

membros da respectiva Comissão, destacava-se a atuação do deputado federal pessedista Clóvis Pestana.⁴¹

Ainda no mês de junho, o candidato da Frente Democrática apresentou à imprensa uma declaração sobre os seus adversários ao governo estadual. Ildo Meneghetti dizia estar satisfeito em poder concorrer com homens “ilustres e honrados”, assim como projetou uma campanha “serena e equilibrada”. Por fim, destacou que a campanha não seria pessoal, mas um “belo espetáculo de civismo e elevação”.⁴²

A imprensa também publicou o telegrama enviado de João Neves da Fontoura para Ildo Meneghetti, o qual demonstrava solidariedade a sua candidatura ao governo estadual.⁴³ Para Oliveira (2008, p. 227), João Neves não havia participado da convenção do PSD sul-rio-grandense, pois preferira acompanhar de longe, considerando que a candidatura de Ildo Meneghetti pela Frente Democrática, cujo objetivo seria “liquidar a aventura trabalhista”, já estava consumada.

O mês de julho iniciou com a sensação de um ambiente político ameno, pelo menos, é o que a imprensa escrita noticiava ao divulgar o “magnífico exemplo de civismo”: no Rio de Janeiro, representantes da bancada federal da Frente Democrática – deputados Adroaldo Mesquita da Costa, Daniel Faraco, Américo Godoy Ilha, Nestor Jost, Tarso Dutra, Hermes Pereira de Souza, Clóvis Pestana e Coelho de Souza – visitaram o senador Alberto Pasqualini e, por esta ocasião, cumprimentaram-no pelo lançamento de sua candidatura ao governo sul-rio-grandense. Os parlamentares – segundo a reportagem – foram recebidos em “ambiente familiar”.⁴⁴

Após o encontro com Pasqualini, vários deputados federais pessedistas estiveram na capital do Rio Grande do Sul para o lançamento oficial da candidatura Meneghetti. O parlamentar Adroaldo Mesquita – líder do PSD na Câmara Federal – foi escolhido para o pronunciamento do discurso de lançamento, pois Protásio Vargas – presidente de honra do PSD seção sul-rio-grandense – por “motivos superiores”, não compareceria, tendo, porém, enviado uma mensagem para que fosse lida durante a sessão.⁴⁵

⁴¹ *Correio do Povo*, 17 de junho de 1954, p. 4.

⁴² *Correio do Povo*, 22 de junho de 1954, p. 4.

⁴³ *Correio do Povo*, 24 de junho de 1954, p. 16.

⁴⁴ *Correio do Povo*, 1 de julho de 1954, p. 16.

⁴⁵ *Correio do Povo*, 6 de julho de 1954, p. 4.

Figura 14 - “A Pedido” do PSD convidando os correligionários e o “povo em geral” para o lançamento oficial dos candidatos da Frente Democrática.



Fonte: *Diário de Notícias*, 4 de julho de 1954, p. 5.

O engenheiro Ildo Meneghetti, com o lema “Honestidade e Trabalho”, iniciou, oficialmente, a campanha eleitoral no dia 6 de julho de 1954. Para Cánepa (2005, p. 178), o candidato pessedista “[...] procura manter-se acima dos conflitos nacionais e regionais como cidadão isento e que tem um programa ‘administrativo’ para o Governo do Estado”. O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* fizeram a cobertura jornalística do lançamento da candidatura no Cine-Teatro Baltimore. O discurso de lançamento, conforme havia sido noticiado anteriormente, coube ao deputado Adroaldo Mesquita da Costa, assim como foi realizada a leitura da mensagem de Protásio Vargas expressando o seu apoio aos candidatos da Frente Democrática. Na sequência, discursaram Armando Camara (PL) e Daniel Krieger (UDN) – ambos candidatos ao Senado – e, o deputado Clóvis Pestana, em nome do PSD. Em seu pronunciamento, o candidato Ildo Meneghetti, saudou adversários políticos – Pasqualini foi referenciado como um “homem honrado e intelectual de grande envergadura” – e criticou os “demagogos sem alma” que prometem “vida farta a preços baixos”, assim como a centralização dos

poderes nas “mãos” do governo federal. Por fim, discorreu sobre assistência social, ensino, inflação, financiamento, impostos e a relação entre executivo e o legislativo.⁴⁶

O candidato Ildo Meneghetti iniciou sua campanha pelo interior do Estado na fronteira oeste. O *Correio do Povo*, no movimento político, noticiava que no município de Alegrete, no Cine Teatro Glória – “literalmente tomado e ainda um número considerável de pessoas ouvindo na rua os discursos” – ocorrera o primeiro comício da Frente Democrática. Falaram diversos oradores – os deputados federais da bancada pessedista Clóvis Pestana e Hermes Pereira de Souza, o deputado estadual Mem de Sá (PL), um representante operário, outro da ala moça do PSD, etc. – todos criticando “acerbamente” os governos de Vargas e Dornelles. Já Meneghetti fez um exame da situação da fronteira, equacionando os problemas da pecuária e da agricultura.⁴⁷

Cabe dizer que a Frente Democrática encontrava-se – no campo político – no lado da oposição. Ildo Meneghetti, pelo menos nesse momento, manteve-se equidistante em relação aos conflitos nacionais e estaduais, enquanto isso, os demais candidatos oposicionistas agiam na linha de frente contra os governos trabalhistas, tanto da esfera federal quanto estadual.

O veículo noticiou sobre o comício de Ildo Meneghetti, em Itaqui, da seguinte forma: “Profissão de Fé municipalista do candidato da Frente Democrática”. O discurso do pessedista esteve permeado pela defesa do fortalecimento dos municípios e a valorização do homem do interior.

Não sou homem de grandes promessas [...] Prefiro ser discreto e honesto no falar ao povo, do que enganá-lo com visões irrealizáveis, procurando, na mentira e na mistificação, armas faceis de engodo eleitoral. Somente a valorização do homem do interior poderá dar consistencia a idéia de um Estado rico e poderoso na sua expressão economica e social. Todos os meus esforços serão portanto neste sentido: tornar os municípios fortes e pujantes, para que tambem o seja o Rio Grande do Sul [...] Para este sentimento se volta toda a minha plataforma, desde as bases financeiras e economicas de governo, até a assistencia social, educação e saude, que serão prestadas ao homem do interior.⁴⁸

Na sua campanha pelo interior do Estado, Ildo Meneghetti concedeu uma entrevista ao *Diário de Notícias*, abordando alguns aspectos programáticos. Inicialmente, o candidato deixou claro que sua posição frente à questão social era de absoluta fidelidade às diretrizes das encíclicas sociais da Igreja Católica: de um lado,

⁴⁶ *Correio do Povo*, 7 de julho de 1954, p. 6 e 12; *Diário de Notícias*, 8 de julho de 1954, p. 2.

⁴⁷ *Correio do Povo*, 8 de julho de 1954, p. 16.

⁴⁸ *Correio do Povo*, 10 de julho de 1954, p. 16.

repelindo o “capitalismo voraz”; de outro, reprovando o “marxismo” e a “luta de classes”. Posteriormente, Meneghetti criticou o governo pelo encarecimento do custo de vida no país através de um processo inflacionário que assolava as classes trabalhadoras.

Depois, Meneghetti comentou a relação do Estado com a livre iniciativa:

[...] reconhecemos caber ao Estado, pela justiça distributiva, a supervisão do trabalho, mas dentro de certos limites, penetrado de um seguro devotamento aos interesses supremos da Pátria, sem ingerências exageradas, atentatorias aos direitos da Pátria, da personalidade humana e cerceadora da livre iniciativa que, quando superiormente inspirada, é fonte de progresso e de enriquecimento nacional.⁴⁹

É crível identificar, nas falas de Ildo Meneghetti, um conjunto de questões: a luta política entre partidos e candidatos deve ser compreendida de uma perspectiva relacional, resultando em um jogo de oposições e distinções entre os agentes. O candidato da Frente Democrática apresentou-se “honesto” diferenciando-se daqueles que agiam “na mentira”. A sua referência acerca da “fidelidade às diretrizes das encíclicas sociais” demonstrou, mais uma vez, a influência da Igreja Católica no processo eleitoral, ou seja, da relação entre os campos (homologia),⁵⁰ nesse caso, o político e o religioso.⁵¹ Na luta persuasiva para conquistar o maior número de adeptos/votos à questão da “inflação” – um grande problema naquele contexto – é associada a suposta debilidade do governo trabalhista. Por fim, sob um ponto de vista programático: enfatizou-se a necessidade de políticas públicas voltadas ao “homem do campo”, o fortalecimento dos municípios e a defesa da livre iniciativa por meio de críticas às ingerências demasiadas do Estado.

Pode-se averiguar na imprensa – praticamente até o final de julho – significativo número de notícias em relação ao roteiro do candidato pessedista pelo interior, denominado, algumas vezes, de “peregrinação eleitoral”.⁵² Assim, informou o *Correio do Povo* sobre a segunda das quatorze viagens programadas: “[...] viajou ontem para a região serrana, numa excursão que abrangerá Caí, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Prata, Guaporé, Estrela, Taquari e diversos distritos”.⁵³ Depois de sua “peregrinação pela encosta da serra”, iria para deslocar-se até Encruzilhada do Sul.

⁴⁹ *Diário de Notícias*, 11 de julho de 1954, p. 4.

⁵⁰ Sobre a questão da autonomia e homologia dos campos na obra de Bourdieu, ver: Gérard Mauger (2017 p. 45-48).

⁵¹ Cabe destacar que o PTB – no decorrer da campanha política – também procurou mobilizar os valores cristãos na sua propaganda eleitoral;

⁵² *Correio do Povo*, 13 de julho de 1954, p. 4.

⁵³ *Correio do Povo*, 17 de julho de 1954, p. 16.

Nesses comícios, o candidato pessedista e sua comitiva foram recepcionados por autoridades municipais e correligionários.⁵⁴

Após várias notícias sobre o roteiro do candidato Ildo Meneghetti pelo interior do Estado – vinte cidades e quarenta distritos –, os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, em 27 de julho de 1954, publicaram, por meio de matéria paga pela coligação, um apanhado geral do “roteiro cívico” pelo Rio Grande do Sul. Em suma, se dizia, que: “[...] Meneghetti não se limita a visitar as sedes municipais, mas leva ao mais longínquo interior dos distritos a sua pregação cívica, sentindo as necessidades e os anseios dos laboriosos agricultores rio-grandenses, geralmente abandonados pelo governo [...]”.⁵⁵

Figura 15 - “A Pedido” da FD divulgando o roteiro pelo interior do Estado.

A MARCHA DA VITORIA	
— DE 7 A 25 DE JULHO —	
Municípios visitados	Distritos
ALEGRETE	SÃO JOSE', 13 DE JANEIRO
URUGUAIANA	SÃO MIGUEL, SÃO JOÃO
ITAQUI	ENTRE IJUIS, CATUI
SÃO BORJA	SANTO AUGUSTO, CAMPO NOVO
SÃO LUIZ	7 DE SETEMBRO, CRESCIMAL
SANTO ANGELO	HORIZONTINA, 3 DE MAIO
TRES PASSOS	TUCUNDUYA, TUPARENDI
SANTA ROSA	SANTO CRISTO, SANTA CATARINA
IJUI	PORTO LUCENA, GIRUA'
CAI'	GERRO LARGO, FELIZ
FARROUPILHA	ALTO DA FELIZ, EMBOABA
GARIBALDI	COLONIA SÃO LUIZ, DESVIO MACHADO
BENTO GONÇALVES	BORGHETTO, GARIBALDINO
VERANOPOLIS	MONTE BELO, SÃO VALENTIM
NOVA PRATA	LAJEADINHO, SAPUPEMA
GUAPORÉ	VILA FLORES, ALEXANDRE GUSMÃO
ESTRELA	MUSSUM, DOIS LAJEADOS
TAQUARI	ESPERANÇA, ROCA SALES
ENCRUZILHADA DO SUL	CORVO, TEUTONIA
D. PEDRITO	BOM RETIRO DO SUL, LANGUERU'

Fonte: *Correio do Povo*, 27 de julho de 1954, p. 13.

A propaganda partidária divulgou os pontos essenciais afirmados pelo candidato pessedista. Em linhas gerais, são eles:

1 – Precisarei lembrar-vos o sentido da luta em que nos empenhamos? Por certo não, pois a coligação dos partidos fala bem claro da significação desta cruzada democrática de um povo que se afirma na resolução de sobreviver e no juramento de encaminhar seus angustiantes problemas através do despeito aos direitos da pessoa humana e da austera dignidade dos costumes republicanos; 2 – Clama-se por êsse país afora pela batalha da produção [...] Para isso, formam-se num abrir e fechar de olhos verdadeiras entidades burocráticas, quase sempre ricas em aparato e vazias em ação. Pedisse eu nesse momento o depoimento de boa parcela da assistência presente e essa cerimônia

⁵⁴ *Correio do Povo*, 22 de julho de 1954, p. 2; *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 48.

⁵⁵ *Correio do Povo*, 27 de julho de 1954, p. 13; *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1954, p. 11.

cívica e, certamente, chegaríamos a triste conclusão de que o homem do campo, o agricultor, é, na maioria das vezes, vítima da mais grosseira e criminosa mistificação; 3 – O imposto territorial [...] cabe melhor no elenco impositivo dos municípios [...] Delegá-los aos municípios, portanto, parece duplamente conveniente. Primeiro, porque concorrerá para fortalecer as finanças locais [...] Em segundo lugar, porque os municípios dispõem de melhores condições para promover a discriminação conveniente, para justa arrecadação do imposto territorial; 4 – O Estado democrático somente se concebe como instrumento de realização das finalidades humanas [...] Deve, pois, concorrer para a existência, para a valorização e a expansão dos indivíduos, dentro da família e da sociedade, facilitando-lhes penosa e eterna conquista do bem estar e da felicidade [...] 5 – [...] a Secretaria da Agricultura, com magnífica operosidade dos seus técnicos, precisa ter os seus quadros redobrados para a vastidão das incumbências que lhe pesam. É que a assistência eficiente ao agricultor terá efetividade maior se forem criados órgãos regionais e municipais que levem ao centro de produção [...] Trata-se em suma de promover a descentralização dos serviços [...]; 6 – Em relação as rodovias, pretendo, como governante, restaurar o DAER em sua tradição de órgão dedicado, sem preocupações eleitoreiras, ao aperfeiçoamento de nossas estradas. Impõe-se devolver a esse órgão [...] com aparelhamento e organização e pessoal dedicado exclusivamente a sua enorme tarefa.⁵⁶

O conteúdo programático ressaltado pelo candidato da Frente Democrática destacou o protagonismo dos municípios, assim como a atenção voltada aos agricultores pelo seu programa de governo. Além disso, alertou sobre o excesso de burocracia e, de forma mais contundente, passou a criticar o governo Dornelles pelo suposto uso da máquina pública para fins eleitorais. Portanto, ainda em julho, Meneghetti mudou a sua postura em relação aos governos trabalhistas, pois passou a atacá-los diretamente.

Os jornais permaneceram divulgando o “intenso programa eleitoral pelo interior do Estado”. O candidato Ildo Meneghetti deslocou-se para Torres, devendo percorrer os distritos daquele município.⁵⁷ Ao regressar do litoral, o candidato seguiu o seu roteiro para Antônio Prado e Flores da Cunha, acompanhado de uma comitiva de dirigentes libertadores, udenistas e pessedistas.⁵⁸ Contrastando com a campanha de Alberto Pasqualini (PTB) – que faria seu primeiro comício no interior –, o pessedista Meneghetti preparava-se para o seu quinto roteiro pelo interior: Jaguarão, Arroio Grande, Herval, Piratini, Lavras, Caçapava e Bagé.⁵⁹

Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, no dia 1º de agosto de 1954, Meneghetti falou sobre a resolução dos problemas de assistência e saúde pública no

⁵⁶ *Correio do Povo*, 27 de julho de 1954, p. 13; *Diário de Notícias*, 27 de julho de 1954, p. 11.

⁵⁷ *Correio do Povo*, 28 de julho de 1954, p. 16.

⁵⁸ *Correio do Povo*, 29 de julho de 1954, p. 18.

⁵⁹ *Correio do Povo*, 30 de julho de 1954, p. 16.

Estado. Segundo o candidato pessedista, havia índices elevados de doenças contagiosas no Rio Grande do Sul, e a resolução desse problema passaria por uma completa reestruturação da Secretaria de Saúde e dos serviços de assistência social, ou seja, a instalação de novos centros de saúde e postos de higiene, estendendo a rede de unidades sanitárias a todos os municípios.

Para tanto, segundo Meneghetti, seria necessária uma cooperação assistencial:

No planejamento e execução da política de saúde e assistência a ação do Estado deverá exercitar-se em íntima articulação com os órgãos federais, municipais e para oficiais e, em perfeito entrosamento com a iniciativa particular [...] ⁶⁰

No decorrer do mês de agosto, permaneceu grande número de notícias concernentes ao roteiro de Ildo Meneghetti pelo interior do Estado. Conforme o *Correio do Povo*, “a Varig o levará a diversos municípios”.⁶¹ O candidato “rumará” para Quaraí, Livramento, Rosário do Sul, Cacequi e São Francisco. Prosseguindo de automóvel pelas localidades de Santiago, Jaguari, General Vargas, São Pedro, Dilermando Aguiar, Canabarro, Boca do Monte e Santa Maria.⁶²

O PSD, via *a pedido*, intitulado “Consagração Popular” – com fotografias da concentração de populares nos comícios, bem como o roteiro dos municípios e distritos visitados – destacava que era a “primeira vez na história do Rio Grande do Sul” que um candidato ao governo estadual percorreria todo o Estado. “Nos mais distantes rincões do Rio Grande, o sr. Ildo Meneghetti tem sido recebido com simpatia pelo povo. Acorrem

⁶⁰ *Diário de Notícias*, 1 de agosto de 1954, p. 12.

⁶¹ Foi enviado um telegrama insistindo para que o candidato Ildo Meneghetti participasse de uma reunião – no salão nobre da ABI no Rio de Janeiro – do Clube da Lanterna. Todavia, em virtude de sua campanha eleitoral o pessedista enviaria um representante da bancada federal de seu partido. (*Correio do Povo*, 7 de agosto de 1954, p. 14). O Clube da Lanterna era uma organização civil fundada em 28 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo do presidente Getúlio Vargas. Congregava diversos parlamentares, principalmente da União Democrática (UDN), maior partido da oposição. Seu órgão oficial era a revista *O Maquis*; o diário *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda, também dava cobertura às suas atividades. Foi fechado em 24 de novembro de 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek. A primeira reunião realizou-se na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em 19 de maio de 1954. Nela foi proclamada a finalidade imediata da organização: concentrar esforços nas eleições legislativas e para o governo de 11 estados brasileiros, fixadas para outubro daquele ano, levando o povo a votar “nos bons candidatos que estão combatendo a oligarquia de Getúlio”. O deputado federal Hermes Pereira de Sousa (PSD sul-rio-grandense) participou da respectiva reunião. Em agosto de 1954, o clube conferiu grande importância ao chamado atentado da Toneleros, ocorrido no dia 5 daquele mês, no qual foi assassinado o major-aviador Rubens Vaz e saiu ferido Carlos Lacerda. No dia 19, o Clube da Lanterna dirigiu um apelo ao ministro da Guerra, Euclides Zenóbio da Costa, para que as forças armadas promovessem a renúncia do presidente. Cf. Sérgio LAMARÃO. Clube da Lanterna. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

⁶² *Correio do Povo*, 7 de agosto de 1954, p. 14. *Correio do Povo*, 10 de agosto de 1954, p. 20.

ao seu encontro, atraídos pela sua simplicidade, homens, mulheres e crianças [...]”.

Nesse último aspecto, torna-se possível observar uma narrativa que procurou demonstrar que eram os eleitores que procuravam o candidato. Nesse sentido, essa espécie de inversão da lógica encontrada na propaganda eleitoral tinha como propósito a construção da imagem pública de Ildo Meneghetti agregando-lhe popularidade.

Também, foram publicados cinco pontos essenciais afirmados pelo candidato da Frente Democrática:

1 – O Banco do Rio Grande do Sul deve voltar-se para as finalidades que inspiraram sua constituição [...] embora sem abandono de outras operações, retorne a cuidar do crédito agro-pastoril; 2 – [...] O incremento ao cooperativismo, quer de produção quer de consumo como estímulo à formação de redes comerciais centralizadas, representam fórmulas já experimentadas por outros povos com proveito para a economia coletiva e para o barateamento das utilidades. 3 – [...] estimular a organização de equipes mecanizadas que nas regiões de pequenas e médias propriedades, realizem sob regime de empreitada, os principais serviços [...] empresas privadas ou de economia mista, porém sob direção privada, devem ser fomentadas para a mais eficiente alteração desse importante mister; 4 – [...] quero imprimir à administração o cunho da impessoalidade e de respeito, de ordem e disciplina [...] obedecer às leis e ao princípio da mais vigorosa moralidade no trato da coisa pública, criando um ambiente de confiança assim entre governantes e governados [...]; 5 – [...] em vários setores o governo se omitiu pelo temor ou por cálculo [...] A iniciativa privada tem feito verdadeiros prodígios para cobrir a sua parte [...] mas é mister que o poder público a seu turno, cumpra a sua missão sem interferências descabidas, sem exageros de estatismo, mas amparando e estimulando a produção, facilitando o desenvolvimento [...] e não o entretendo e dificultando.⁶³

À cobertura jornalística feita pelo *Diário de Notícias*, em relação aos comícios da Frente Democrática, destacou a ênfase na questão do papel do Estado na economia e sua relação com a iniciativa privada. De acordo com o respectivo periódico, o candidato Ildo Meneghetti, no comício realizado no município de Santa Maria, falou sobre a excessiva e desorientada intervenção dos poderes públicos que vem sujeitando aos que trabalham e produzem no país.⁶⁴

No discurso proferido no município de Carazinho, o candidato Ildo Meneghetti posicionou-se sobre a questão da intervenção do Estado na economia:

⁶³ *Correio do Povo*, 12 de agosto de 1954, p. 10; *Diário de Notícias*, 12 de agosto de 1954, p. 11.

⁶⁴ *Diário de Notícias*, 17 de agosto de 1954, p. 2.

O intervencionismo excessivo amarra a atividade econômica, sujeitando-a a um número de normas muitas vezes contraditórias [...] É preciso desamarrar as mãos dos que trabalham [...] criam riquezas e bem-estar [...] ⁶⁵

Em outro *a pedido* pessedista, denominado: “Meneghetti: a expressão da vontade popular” apregoava-se que o candidato da Frente Democrática “empreende uma jornada reconhecida como vitoriosa até mesmo pelos setores adversários”. O comício realizado em Dilermando de Aguiar – então distrito do município de Santa Maria – contou com a presença de Walter Jobim – ex-governador – que pronunciou “inflamado discurso”. De acordo com a propaganda eleitoral, todas as “camadas da população” imprimem a sua candidatura o “selo autêntico de popularidade”.

Meneghetti não está trabalhando apenas para sua candidatura, nem para o seu partido, nem para a coligação de forças que o apoiam. Está, isto sim, em função da própria sobrevivência da Democracia, pois através de sua simplicidade, do seu passado de homem público e de sua dignidade de cidadão, está infundindo novamente, nas massas populares, a confiança e a fé na ação dos políticos brasileiros [...]⁶⁶

O *a pedido*, intitulado “Meneghetti e o povo gaúcho”, trata-se da cobertura do roteiro da Frente Democrática em Carazinho, Palmeira das Missões e Barril (o último pertencente à Palmeira das Missões e hoje município de Frederico Westphalen). Ressalta-se a “receptividade” de sua candidatura em “todas as camadas sociais, sem distinção social e econômica”, assim como a presença “em massa” aos comícios reafirmando a “fé e a esperança de dias melhores”. “[...] Meneghetti acredita também em que ainda é possível restaurar entre nós a moralidade administrativa e melhores condições de vida, sem demagogia nem promessas vãs”.⁶⁷

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1954, p. 2.

⁶⁶ *Correio do Povo*, 18 de agosto de 1954, p. 10.

⁶⁷ *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1954, p. 22.

Figura 16 - “A Pedido” da Frente Democrática. Comícios realizados em Palmeira das Missões (esquerda) e Barril (direita).



Fonte: *Correio do Povo*, 22 de agosto de 1954, p. 22.

Em suma, as afirmações de Ildo Meneghetti, na sua campanha pelo interior do Rio Grande do Sul, permitem identificar a crítica ao governo federal, evidenciada tanto pelas alusões feitas ao “burocratismo”, quanto pela crítica à partidarização dos órgãos e serviços públicos. Cabe dizer que o reformismo e o nacionalismo do PTB estiveram interligados com o empreguismo e o clientelismo (D’ARAÚJO, 1996, p. 170). Já sobre as questões de cunho regional, evidencia-se a defesa do “municipalismo”, o elogio à iniciativa privada e a crítica ao exagero da intervenção estatal na economia.

Do lado daqueles que lutavam pela manutenção da distribuição do poder sobre os poderes públicos, o senador Alberto Pasqualini, escolhido na convenção do PTB, em 18 de junho de 1954, enviou um telegrama à Comissão Executiva petebista agradecendo a indicação de seu nome para disputar as eleições ao governo estadual. O candidato trabalhista prometeu “esforço e entusiasmo” pela vitória da “causa”, bem como destacou a “coesão e pujança” do partido.⁶⁸

No Rio de Janeiro, Alberto Pasqualini, em entrevista ao *Correio do Povo*, defendeu uma campanha baseada no “respeito recíproco” e na “cordialidade”. Além disso, afirmou – caso fosse eleito – que seu governo seria de “probidade, progresso e justiça”. Para o jornal Pasqualini e Meneghetti “aparecem no cenário nacional, como duas figuras de alto descortino político, capazes de oferecer um exemplo ímpar de civismo e elevação moral ao país”.

O candidato trabalhista resumiu os pontos fundamentais de seu programa de governo:

⁶⁸ *Correio do Povo*, 22 de junho de 1954, p. 4.

1º) – estimular o desenvolvimento econômico do Estado e de todas as forças da produção, auxiliando a iniciativa privada cujas realizações sejam coincidentes com o interesse coletivo; 2º) – intensificar as inversões e os empreendimentos estatais que condicionam a possibilidade desse desenvolvimento, como o Plano de Eletrificação, que deverá ser periodicamente revisto e atualizado; 3º) – orientar o desenvolvimento econômico do Estado no sentido da racionalização, isto é, de acordo com as características geo-econômicas das diversas regiões; 4º) – amparar as classes trabalhadoras em tudo que esteja ao alcance do Estado; 5º) – dispensar auxílio e proteção aos pequenos agricultores e colonos; 6º) – auxiliar e estimular o desenvolvimento do cooperativismo; 7º) – intensificar a difusão do ensino primário e técnico; 8º) – dar maior amplitude aos serviços de assistência social e saúde pública; 9º) – aperfeiçoar o mecanismo de ação administrativa do Estado; 10º) – realizar um governo de justiça e de rigorosa moralidade.⁶⁹

No final de junho, a imprensa noticiou o lançamento da candidatura Pasqualini para o dia 10 de julho em Porto Alegre.⁷⁰ Posteriormente, devido aos problemas de saúde do candidato, o lançamento foi adiado para o final de julho.⁷¹ O seu estado de saúde foi motivo de especulações, mas sua candidatura fora mantida. De acordo com o *Correio do Povo*: “[...] Os médicos recomendaram-lhe que evitasse fazer excessivo esforço físico e, em face disto, o representante gaúcho abriu mão de sua candidatura para não prejudicar o partido – os líderes trabalhistas não aceitaram a renúncia”.⁷²

Conforme noticiado pelo *Diário de Notícias*:

Ficou assentado que o sr. Alberto Pasqualini fará a campanha, mas atendendo o seu estado de saúde, traçará um roteiro de convenções e comícios, de modo que não fique muito exausto. Será uma campanha leve, atingindo os principais municípios.⁷³

Os trabalhistas mobilizam-se para intensificar as atividades eleitorais,⁷⁴ pois a Frente Democrática já estava em plena campanha pelo interior do Estado. No Palácio do Catete, em visita a Getúlio Vargas, lideranças trabalhistas – Alberto Pasqualini, João Goulart, Loureiro da Silva e Leocádio Antunes, o último secretário da campanha de

⁶⁹ *Correio do Povo*, 23 de junho de 1954, p. 14.

⁷⁰ *Correio do Povo*, 29 de junho de 1954, p. 7.

⁷¹ *Correio do Povo*, 8 de julho de 1954, p. 16.

⁷² *Correio do Povo*, 16 de julho de 1954, p. 16.

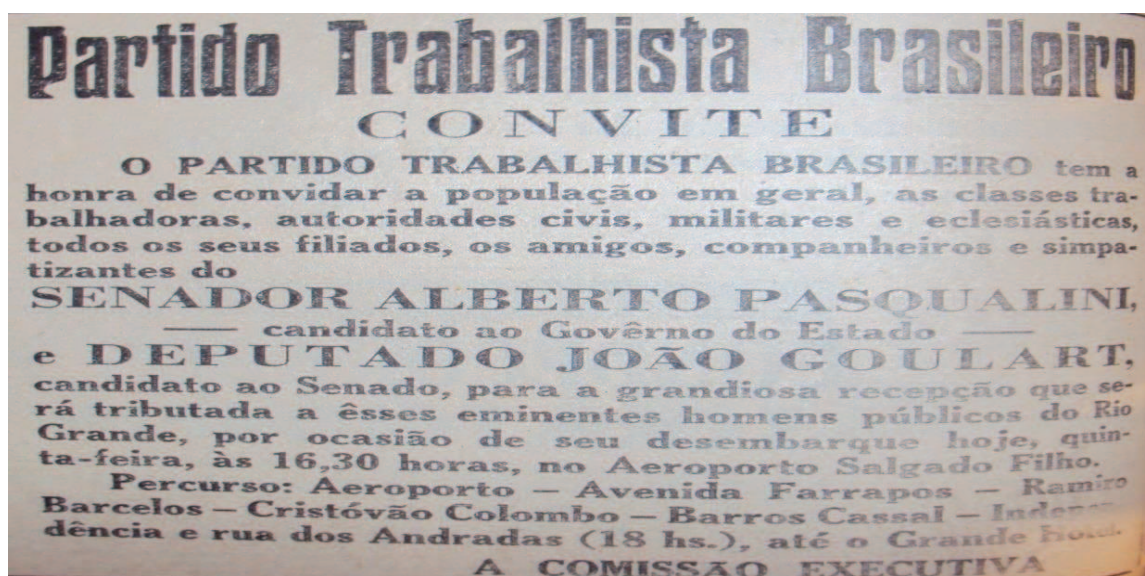
⁷³ *Diário de Notícias*, 16 de julho de 1954, p. 16.

⁷⁴ *Correio do Povo*, 17 de julho de 1954, p. 16.

Pasqualini –, acompanhados pelo autonomista Vítor Issler, deram conhecimento ao presidente do programa de governo petebista para o Rio Grande do Sul.⁷⁵

O *Correio do Povo*, no movimento político, noticiou que havia intensa movimentação, nos últimos dias, nas sedes dos partidos na capital sul-rio-grandense. No dia 24 de julho, ocorreria o lançamento oficial da campanha petebista ao governo estadual, em ato solene no Cinema Talia. O senador Alberto Pasqualini faria a apresentação de sua plataforma de governo. “[...] Deverão usar também da palavra os srs. João Goulart, Rui Ramos, Leonel Brizola e Wilson Vargas da Silveira”.⁷⁶ De acordo com o respectivo jornal – ainda sobre o lançamento da campanha do PTB –, os municípios “[...] que o sr. Pasqualini não possa percorrer pessoalmente, serão visitados por caravanas trabalhistas chefiadas por proceres do partido”.⁷⁷

Figura 17 - “A Pedido” do PTB. Convite para a recepção do senador Alberto Pasqualini, candidato ao governo estadual, e do deputado João Goulart, candidato ao Senado.



Fonte: *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1954, p. 16.

O PTB, por meio de *a pedido*, divulgou a síntese da plataforma de seu candidato ao governo do Estado,⁷⁸ ou seja, os dez itens já abordados por Pasqualini, em entrevista ao *Correio do Povo*, no mês anterior. De acordo com o respectivo jornal, a chegada de Pasqualini a Porto Alegre teve “expressiva recepção”. Ao descerem do avião, “o

⁷⁵ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1954, p. 44.

⁷⁶ *Correio do Povo*, 21 de julho de 1954, p. 14.

⁷⁷ *Correio do Povo*, 22 de julho de 1954, p. 16.

⁷⁸ *Correio do Povo*, 22 de julho de 1954, p. 3.

senador e o ex-ministro do Trabalho” foram conduzidos em cortejo – sob “aplausos e ovações” – até o “Grande Hotel”. Formou-se então um comício no largo em frente ao hotel. Por fim, Pasqualini agradeceu as manifestações e disse que “[...] o PTB respeitará os seus adversários e deles espera o mesmo tratamento [...]”.⁷⁹

Na plataforma do candidato petebista, observamos o protagonismo da área social. Destarte, saúde, educação, assistência social, justiça do trabalho e áreas afins se destacam. Assim como nas eleições de 1947, Pasqualini defendeu a intervenção de um Estado protetivo por meio da expansão da legislação trabalhista no âmbito rural. Ademais, é possível identificar proposições que já vinham sendo desenvolvidas pelo governo Dornelles⁸⁰: racionalização financeira – intensificação dos serviços de arrecadação e fiscalização –, investimentos estatais nos setores de saneamento, transporte e energia.

Os aspectos programáticos de Pasqualini – apesar das nuances “doutrinárias” – não estavam desvinculados daquilo que já vinha sendo desenvolvido pelo governo estadual, alinhado ao governo Vargas. Em linhas gerais, pode-se destacar o desenvolvimento por meio da industrialização, o nacionalismo, a intervenção do Estado na economia, a defesa do mercado interno, a incorporação das massas e a extensão da legislação trabalhista para a população rural.

Os trabalhistas divulgaram, na imprensa escrita – via matérias pagas –, ampla propaganda sobre a chegada de Pasqualini e Goulart à capital do Estado para o lançamento oficial de sua campanha: “Alberto Pasqualini e João Goulart ovacionados por dezenas de milhares de pessoas, ao longo do trajeto entre o Aeroporto e o Grande Hotel”.⁸¹ Na sacada do Grande Hotel, João Goulart declarou: “Pasqualini um candidato que não tem compromisso com grupos econômicos, que será eleito sem conchavos políticos [...] um candidato que fará um governo de absoluta justiça social”.⁸² Pasqualini

⁷⁹ *Correio do Povo*, 23 de julho de 1954, p. 16.

⁸⁰ Cánepa (2005, p. 170) analisou as relações entre o governo Dornelles e o Legislativo: “[...] do mesmo modo que Jobim, ainda que também não contasse com a maioria na Legislativo, Dornelles não teve problemas em ver aprovadas suas propostas [...] as críticas ao Governo do Estado, que se acentuam para o final do mandato [...] estão referidas muito mais ao alinhamento com o Governo Vargas do que a problemas genuinamente ligados às políticas estaduais empreendidas pelo Governo Dornelles. A própria crítica a João Goulart [...] definir-se-á no âmbito da política nacional. São dirigidas ao ministro do Trabalho de Vargas e não ao ex-secretário do Interior e Justiça de Dornelles.

⁸¹ *Correio do Povo*, 23 de julho de 1954, p. 7; *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1954, p. 5.

⁸² *Correio do Povo*, 23 de julho de 1954, p. 7; *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1954, p. 5.

afirmou: “O povo decidirá nas urnas quem deve governar o Rio Grande do Sul: se as forças do conservadorismo ou as forças do progresso e da justiça social”.⁸³

No espaço de lutas – inerente ao campo político – pela definição legítima do mundo social, a dimensão relacional torna-se elementar. O discurso de Pasqualini procurou distinguir as duas candidaturas: De um lado, a petebista e a perspectiva de “progresso” permeada pelo desenvolvimento econômico com inclusão social: Estado protetivo e legislação trabalhista. De outro, a candidatura oposicionista e a concepção de “retrocesso”, isto é, as “forças do conservadorismo” que representariam uma ameaça aos avanços democráticos, sobretudo, referente à conquista dos direitos sociais.

Figura 18 - “A Pedido” da PTB. Chegada de Pasqualini no Aeroporto Salgado Filho – Porto Alegre/RS.



Fonte: *Correio do Povo*, 23 de julho de 1954, p. 16.

Antes do lançamento da candidatura petebista, o seu principal opositor, Ildo Meneghetti – candidato da Frente Democrática – fez uma visita ao senador Alberto Pasqualini. O encontro durou em torno de trinta minutos em um “ambiente cordial” e

⁸³ *Correio do Povo*, 23 de julho de 1954, p. 7; *Diário de Notícias*, 23 de julho de 1954, p. 5.

por vezes “bem humorado”. “[...] Velhos e fraternais amigos, em nada alterou esta amizade o fato de se encontrarem politicamente em campos opostos [...]. Ao se despedirem-se [...] abraçaram-se e trocaram votos de felicidades no desenrolar da campanha [...]”.⁸⁴

Figura 19 - Ildo Meneghetti em visita a Alberto Pasqualini.



Fonte: *Correio do Povo*, 24 de julho de 1954, p. 16.

O lançamento da candidatura Pasqualini, no dia 24 julho de 1954, realizado em um bairro operário, no Cinema Talia, contou com significativa propaganda partidária – matérias pagas – na imprensa escrita. João Goulart – candidato a senador pelo PTB no Estado – fez o discurso de abertura, falou sobre o caráter democrático e cristão da campanha petebista. Além disso, afirmou que Pasqualini era o candidato que mais se identificava com as reivindicações dos trabalhadores.

Sobre a campanha, Jango afirmou,

A nossa bandeira está desfraldada. Não andamos à procura de um lugar de governador. Defendemos idéias e princípios que pairam acima de egoísmos ou interesses personalistas [...] Que não partam de nós as provocações. Porém se elas vierem ou continuarem, saberemos mostrar a determinados politiquinhos que no Rio Grande não há lugar para injúrias e as calúnias que alimentam certos panfletários da Capital da

⁸⁴ *Correio do Povo*, 24 de julho de 1954, p. 16.

República, a serviço quase sempre de manobras escusas e de interesses inconfessáveis”.⁸⁵

Observa-se que a fala de Goulart está permeada pela crise política existente no país. Posteriormente, o candidato Alberto Pasqualini fez uso da palavra. O PTB publicou o discurso plataforma de Pasqualini tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*. Foi reafirmado o programa de 1947, sendo observadas algumas alterações pormenorizadas. O candidato abordou o sentido da disputa eleitoral, isto é, seguir o caminho que conduz à paz e à justiça social, dentro da ordem democrática e cristã, ou retroceder às fórmulas arcaicas de uma política inteiramente vazia de verdadeiro conteúdo humano.⁸⁶

A seguir, Pasqualini falou sobre a tirania da miséria:

É a tirania da miséria, da necessidade e do sofrimento, que aflige imensas parcelas de nossa população: que transforma em tragédia a vida daqueles que lutam pelo pão de cada dia, de todos os que vivem de salários, cujo nível sempre abaixo das necessidades mais elementares e, quanto se fala em elava-los, desencadeia-se tormenta que quase abala as próprias instituições, como se o Governo não assistisse o direito, quando na verdade tem o dever, de proteger os fracos e os humildes, contra o pior de todos os inimigos da paz, da liberdade da democracia, da justiça e da tranquilidade social, que é o abuso do poder econômico [...] Invocam-se então todas as teorias do liberalismo, manipulando-as [...] de modo a confundi-las e identificá-las com o liberalismo político, a fim de dar a impressão de que toda a intervenção do Estado no campo econômico e social é atentar contra a democracia e a liberdade.⁸⁷

Como citado, identifica-se, no discurso de Pasqualini, uma preocupação recorrente em tempos de eleições: situar o trabalhismo e diferenciá-lo do comunismo. Para o candidato petebista, as práticas empreendidas pelos governos do PTB – destacando-se a atuação do Estado para proteger os “fracos e os humildes” – eram desvirtuadas pelos opositores e associadas ao comunismo.

O anticomunismo pode ser entendido como uma espécie de mescla entre oportunismo e convicções políticas. Não obstante, o que interessa é que o discurso anticomunista encontrava ressonância na sociedade sul-rio-grandense. Conforme Anício Rech (1998, p. 45-46), no período entre 1945 e 1964, o anticomunismo obteve um grande grau de sucesso. A pré-dica anticomunista encontrava receptividade nas mentes preocupadas, que viam a iminência do advento do comunismo em qualquer movimento

⁸⁵ *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 11; *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1954, p. 10.

⁸⁶ *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 11; *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1954, p. 11.

⁸⁷ *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 11; *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1954, p. 11.

social ou ideia mais progressista. O “ranço anticomunista” nos círculos religiosos era forte e, na região colonial, este argumento rendia vantagens eleitorais.

Outro ponto a ser considerado – que permeava a disputa eleitoral – era a ação política das associações de classe patronais. Para Denise Gros (2007, p. 266-267), no período entre 1945 a 1964, as entidades empresariais – tanto a FEDERASUL quanto a FIERGS – demonstravam descontentamento com a regulamentação dos preceitos trabalhistas: com os custos que teriam para cobrir as despesas com descanso semanal remunerado, com os valores estipulados ao salário-mínimo e com a contribuição à previdência social. As questões trabalhistas também geraram preocupações nos empresários rurais, por exemplo, na FARSUL, principalmente as proposições sobre distribuição de terras.

Pasqualini defendia a intervenção do Estado na economia para suprir as deficiências da iniciativa privada, bem como para corrigir suas “anomalias”, pois o Estado deveria ser colocado acima dos interesses particulares de pessoas ou grupos. Segundo Pasqualini, o papel do Estado seria o de “administrar a justiça”, ou seja, defender os mais “fracos” em uma sociedade em que alguns “setores dominantes têm todas as condições favoráveis”. No que diz respeito aos aspectos mais concretos da administração pública, abordou a questão da moralidade administrativa como princípio essencial e a manutenção das finanças públicas.⁸⁸

Nesse momento, pode-se perceber o pano de fundo que permeou as eleições desde 1947 no Rio Grande do Sul: de um lado, o trabalhismo e o primado da sociedade urbano-industrial, a intervenção estatal na economia e a extensão da legislação social para o campo; de outro, o liberalismo pessedista, assim como a defesa de um modelo primário-exportador.

Pasqualini fez referência ao saneamento das finanças efetuadas pelo governo Ernesto Dornelles:

Seria, pois, uma incoerência se não cuidássemos de manter saneadas as finanças do Estado. O trabalho do futuro governo será facilitado pelos esforços coroados de êxitos feitos nesse sentido pelo governo do eminente general Ernesto Dorneles, com a colaboração eficiente e o esclarecido apôio da Assembléia Legislativa do Estado.⁸⁹

Entre outras questões, Pasqualini ainda abordou a questão do desenvolvimento industrial por meio de uma relação harmônica entre a indústria e as atividades

⁸⁸ *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 11; *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1954, p. 11.

⁸⁹ *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 11; *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1954, p. 11.

agropecuárias. Também ressaltou que o sistema de geração e transmissão de energia e o sistema de transporte constituem bases fundamentais concernentes ao desenvolvimento econômico. Para tanto, seria necessária articulação das esferas federais, estaduais e municipais.⁹⁰

O *Correio do Povo*, no movimento político, divulgou o roteiro da campanha trabalhista pelo interior do Estado: Novo Hamburgo e São Leopoldo.⁹¹ Posteriormente, Pasqualini e sua comitiva visitariam as minas de São Jerônimo e Arroio dos Ratos.⁹² Nesse ínterim, a imprensa informava sobre a fundação do Centro Universitário Alberto Pasqualini na capital do Estado, devendo estender-se aos municípios de Santa Maria e Pelotas. O referido Centro congregava estudantes da Universidade Federal, bem como da Pontifícia Universidade Católica e objetivava a defesa da candidatura Pasqualini.⁹³

No dia 31 de julho de 1954, Pasqualini iniciou sua campanha pelo interior do Estado, em Novo Hamburgo.⁹⁴ O partido, por meio de *a pedido*, justificou a escolha do local por tratar-se de uma “homenagem à classe trabalhadora, considerando a presença de mais de dez mil operários” naquele município. Entre outros nomes que compunham a “caravana” petebista, destacavam-se: João Goulart e Leonel Brizola.

O candidato trabalhista ao governo estadual abordou, entre outras temáticas: a necessidade do aumento da produção industrial e agrícola, maior geração de energia elétrica, investimentos em estradas, ferrovias, transportes, modernização dos processos de criação e produção agrícola, ampliação das áreas produtivas e a viabilidade de recursos técnicos e assistenciais para, sobretudo, os pequenos agricultores.⁹⁵

⁹⁰ *Correio do Povo*, 25 de julho de 1954, p. 11; *Diário de Notícias*, 25 de julho de 1954, p. 11.

⁹¹ *Correio do Povo*, 28 de julho de 1954, p. 16.

⁹² *Correio do Povo*, 29 de julho de 1954, p. 18.

⁹³ *Correio do Povo*, 30 de julho de 1954, p. 16.

⁹⁴ A análise das estatísticas eleitorais para o governo estadual em 1950 é um elemento importante para o entendimento acerca das definições dos roteiros das campanhas. Todavia, faremos isso exclusivamente à campanha do PTB, pois os problemas de saúde de seu candidato limitaram o número de comícios, ou seja, a aproximação entre o candidato e eleitor – para fins de mobilização eleitoral – necessitou de uma estratégia condizente com as circunstâncias, podendo revelar aspectos pertinentes para compreendermos a disputa eleitoral. Cabe dizer que, a campanha da Frente Democrática foi intensa, percorrendo praticamente todos os municípios e, ao mesmo tempo, um número significativo de distritos. Enfim, o início do roteiro trabalhista pelo interior do Estado ocorreu em Novo Hamburgo. Nas eleições de 1950, as urnas da 60ª junta eleitoral, que abrangia os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, deram a vitória ao candidato Ernesto Dornelles (PTB/PSP) com 44,9% dos votos. Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP) fez 37,5% dos votos. As alianças políticas para a eleição de 1954 trouxeram novas variáveis, pois tanto o PSP quanto o PRP disputariam as eleições com candidato próprio. Além disso, o PL que fizera em 1950 14,4% dos votos integrava com pessedistas e udenistas a Frente Democrática. Sobre as estatísticas eleitorais, ver: Noll e Trindade (1995, p. 62).

⁹⁵ *Correio do Povo*, 1 de agosto de 1954, p. 26.

Em outro *a pedido*, denominado “Consagrado pelo Rio Grande o candidato do PTB”, a propaganda partidária fez referência à recepção entusiasmada dos trabalhadores das minas de carvão de São Jerônimo⁹⁶ em relação à comitiva trabalhista. Além disso, destacou-se o considerável número de senhoras e crianças para ouvir o discurso proferido pelo senador Alberto Pasqualini.⁹⁷

Lideranças trabalhistas, sob a presidência de João Goulart, deliberaram sobre o roteiro a ser seguido pelo candidato Alberto Pasqualini no interior do Estado. O senador petebista, apesar do seu instável estado de saúde, deveria percorrer – com a comitiva do partido – vários municípios⁹⁸: Caxias, Santa Cruz, Cachoeira, São Luiz, Santo Ângelo, São Borja, Uruguaiana, Alegrete, Livramento, Bagé, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Erechim, Palmeira, Lajeado, Estrela, Vacaria, Montenegro e Santa Maria.⁹⁹

O “Comitê apartidário pró-candidatura Alberto Pasqualini” mandou publicar um *a pedido* intitulado “Há homens que se projetam além e acima dos partidos”:

Há homens que, pela sua inteligência excepcional, pela confiança que inspiram e pela sua grande contribuição ao aprimoramento e elevação dos costumes políticos, projetam-se muito além do âmbito dos partidos e constituem uma diretriz segura, um pensamento e uma solução a seguir nas horas de crise e confusão.

Pode-se averiguar um aspecto importante no excerto citado acima: a crise política nacional acentuada pelo episódio da Rua Tonelero. E, mais adiante,

[...] nome que seja algo mais do que um líder partidário, que traga um passado limpo, sem qualquer arranhão em seu caráter e em sua conduta e que ao mesmo tempo una a essas qualidades morais, a experiência, a visão e o descortínio que somente os verdadeiros estadistas sabem ter. E’ este o caso do Senador Alberto Pasqualini [...] Sua vocação ao bem publico é algo que mesmo nesta hora de paixão os próprios adversários

⁹⁶ Em São Jerônimo, os trabalhistas buscavam reafirmar o compromisso político com os eleitores. Nas eleições de 1950 para o governo estadual o PTB venceu seus adversários com ampla margem de votos, conforme dados de Noll e Trindade (1995, p. 62).

⁹⁷ *Correio do Povo*, 3 de agosto de 1954, p. 13.

⁹⁸ Nas eleições de 1954, o PTB priorizou os maiores colégios eleitorais. De um lado, procurou reafirmar o compromisso com o eleitorado que havia lhe dado a vitória nas eleições para o governo estadual em 1950: nos municípios de Cachoeira do Sul e Passo Fundo de forma mais acirrada, enquanto nos municípios de São Borja, Uruguaiana, Livramento, Bagé, Pelotas – segundo maior colégio eleitoral em 1954 –, Rio Grande, Santa Maria e Alegrete com significativa margem de votos. Cabe destacar, que no último município o PL obteve uma votação expressiva, superando a coligação PSD/UDN/PRP. De outro, buscou obter maior número de eleitores, pois o candidato trabalhista havia sido derrotado pelo pessedista Cylon Rosa nos municípios de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Erechim e Vacaria. Ademais, perdeu com ampla margem de votos nos municípios de São Luiz Gonzaga, Palmeira das Missões, Santa Cruz, Lajeado – onde o PL obteve maior votação que o PTB –, Estrela e Montenegro. Nos últimos quatro municípios os libertadores tiveram expressiva votação naquela eleição, sendo motivo de preocupação para os líderes trabalhistas, considerando que em 1954 eles estavam alinhados ao PSD em torno da Frente Democrática. Sobre as estatísticas eleitorais, ver: Noll e Trindade (1995, p. 61-72).

⁹⁹ *Correio do Povo*, 3 de agosto de 1954, p. 26.

lhe reconheceram [...] a todos os que almejam dias melhores e mais tranquilos para o nosso Rio Grande; a todos os que queiram seguir um roteiro seguro, de paz, de trabalho, de honestidade e de progresso, para que unam seus esforços pela vitória de ALBERTO PASQUALINI na eleição de 3 de outubro.¹⁰⁰

A “caravana trabalhista”¹⁰¹ seguiu o seu roteiro pelo interior. No município de Caxias do Sul, Pasqualini voltou a destacar o papel estatal e sua relação direta com a promoção da justiça social: “O Estado deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para aliviar a situação dos trabalhadores, porque os trabalhadores são os que produzem a riqueza e devem, portanto, ter nela uma justa participação”.¹⁰²

O PTB, por meio de *a pedido*, fez a cobertura do comício em Caxias do Sul. O cortejo de “dezenas de automóveis” acompanhou o senador trabalhista desde a localidade de Galópolis até o cinema Central, local escolhido para o evento, que não se realizou em praça pública devido ao frio intenso. “[...] A ala feminina ofertou à senhora Suzana Pasqualini fino ramalhete de flores [...] Duas mil pessoas lotaram literalmente o amplo salão, ovacionando o candidato [...]”.¹⁰³

Em outro *a pedido*, denominado “Pasqualini recebe a consagração popular” é possível observar a ênfase que o partido faz sobre o seu candidato em relação ao povo. Na propaganda trabalhista, a figura de Pasqualini tem a capacidade espontânea de “atrair grandes massas populares”. Ele é a “esperança para todo o povo, especialmente para a classe trabalhadora”. Destarte, os comícios realizados em Cachoeira do Sul e Santa Cruz tiveram que ser transferidos para espaços maiores devido à presença da “grande massa popular”.¹⁰⁴

¹⁰⁰ *Correio do Povo*, 8 de agosto de 1954, p. 16.

¹⁰¹ “[...] senador Alberto Pasqualini, deputados Leonel Brizola, Rubem Bento Alves, Vilson Vargas da Silveira e Milton Rosa, srs. Silvio Sanson, Cesar Prieto, Paulo Mincarone, Antonio Manica, Daniel Ribeiro, Arami Silva, Luiz Augusto de Castro Lisboa, José Cesar de Mesquita, Leocadio Antunes e Anibal di Primo Beck”. *Correio do Povo*, 7 de agosto de 1954, p. 14.

¹⁰² *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1954, p. 5.

¹⁰³ *Correio do Povo*, 10 de agosto de 1954, p. 7.

¹⁰⁴ *Correio do Povo*, 17 de agosto de 1954, p. 7.

Figura 20 - Pasqualini ao lado de Jango no comício em Cachoeira.



Fonte: *Correio do Povo*, 17 de agosto de 1954, p. 7.

Figura 21 - Comícios realizados em Santa Cruz (esquerda) e Cachoeira (direita).



Fonte: *Correio do Povo*, 17 de agosto de 1954, p. 7.

O PTB prosseguia sua campanha pelo interior sul-rio-grandense. Alberto Pasqualini estava permanentemente acompanhado por João Goulart, Leonel Brizola, Leocádio Antunes e outros trabalhistas.¹⁰⁵ No fatídico 24 de agosto de 1954, o *a pedido* do PTB, intitulado “Pasqualini empolga o povo rio-grandense”, trazia a campanha “já vitoriosa” de seu candidato. Destacava-se a “concentração de grandes massas populares” sob um entusiasmo “raramente demonstrado”. Na caravana petebista pela

¹⁰⁵ *Correio do Povo*, 19 de agosto de 1954, p. 20.

região missioneira – no comício realizado em São Luiz Gonzaga – esteve presente o governador Ernesto Dornelles.¹⁰⁶

Em suma, a proposta de Pasqualini defendia o desenvolvimento econômico estadual através de investimentos em setores estratégicos, tais como transportes e energia. Além disso, enfatizou que a indústria e a agricultura – acesso aos recursos técnicos para o pequeno produtor – precisariam desenvolver-se em harmonia e que o Estado deveria ser o promovedor da justiça social.

Analisando a propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita, é possível destacar os elementos principais que forjaram o capital político dos candidatos ao governo estadual. Alberto Pasqualini – cuja trajetória e, consequentemente, o acúmulo de capital foram analisados no primeiro capítulo – era reconhecido como um dos expoentes do trabalhismo brasileiro. Ademais, obteve créditos de valor fiduciário ao ser eleito senador em 1950, assim como relator do projeto de lei que originou a Petrobrás.¹⁰⁷

O PTB ressaltou sua “inteligência excepcional” – notória reconversão de capitais para o campo político, nesse caso, o capital cultural – e sua projeção “além e acima dos partidos”, isto é, procurava-se convencer o eleitorado que o candidato trabalhista estava acima dos interesses propriamente políticos, pois, na condição de “estadista”, o que lhe interessava eram as soluções para os problemas da sociedade, sobretudo em um contexto de crise nacional. Além disso, sua conduta ilibada e o próprio reconhecimento de seus adversários eram símbolos mobilizados na campanha eleitoral.

O candidato pessedista Ildo Meneghetti era engenheiro e, por um longo período, dedicou-se às atividades empresariais na área da construção civil. Em 1947, candidatou-se pelo PSD ao legislativo da capital, tendo sido o candidato mais votado. Em junho de 1948, foi nomeado pelo governador Walter Jobim prefeito de Porto Alegre. E, como já visto, em 1951, venceu as eleições para a prefeitura da capital.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, 24 de agosto de 1954, p. 13.

¹⁰⁷ Segundo Silva (2013, p. 268): “A experiência obtida no desempenho do mandato de senador, entre os anos de 1951 a 1955, consistiu em um importante percurso político para que Alberto Pasqualini alcançasse dois êxitos. Mais amadurecido, por um lado, adensou e refinou propostas social e economicamente reformistas, formuladas e esposados anos a fio. Nesse sentido, as propostas do monopólio estatal do petróleo e da reforma do sistema financeiro representaram expressivas e marcantes bandeiras da atuação do personagem no Senado Federal. Por outro lado, o Senado assegurou a Pasqualini a posição de ator político de projeção nacional, respeitado não apenas pelas hostes trabalhistas, como por integrantes de diferentes círculos de sociabilidade, especialmente os políticos e jornalísticos. Em ambos os casos, tanto os aderentes quanto os opositores e críticos do PTB”.

A Frente Democrática – em sua propaganda eleitoral – explorou a trajetória e o consequente capital acumulado de seu candidato enquanto ele atuou na administração de Porto Alegre. No transcorrer da campanha, Meneghetti foi apresentado como uma figura “honesta” e um grande “administrador”. Em outras palavras, os governos trabalhistas de Vargas e Dornelles seriam os responsáveis pelo clima de “intranquilidade” e “desordem”. Dessa forma, Ildo Meneghetti seria o candidato que estaria acima dos conflitos pessoais ou partidários: o candidato ideal para governar o Rio Grande do Sul, ancorado em sua honestidade e capacidade administrativa.

Por fim, duas questões importantes podem ser constatadas nessa espécie de primeira fase da campanha eleitoral. A primeira evidenciou que ambas as candidaturas procuraram – adotando um repertório de práticas semelhantes, embora diferentes no conteúdo e na intensidade das caravanas – mobilizar o eleitorado, assim como construir a popularidade de seus respectivos candidatos. A segunda demonstrou que a campanha da Frente Democrática, a partir do contato direto do seu candidato com o eleitor – efetivado principalmente pelo grande número de comícios –, comprovou grande intensidade de mobilização eleitoral. Já a campanha de Alberto Pasqualini – em virtude de seu frágil estado de saúde – não adquiriu – em termos comparativos – a mesma capacidade de mobilização. Cabe destacar que, faremos posteriormente, uma análise mais detalhada sobre a imagem pública e a construção da popularidade dos candidatos.

3.3 A crise política nacional e suas implicações no processo eleitoral sul-rio-grandense

A questão da sucessão ao governo estadual no Rio Grande do Sul esteve permeada pela crise política existente,¹⁰⁸ pois o segundo governo Vargas enfrentava um quadro de tensões sociais provocadas pelo aumento da inflação e do custo de vida que

¹⁰⁸ “Os liberais-conservadores não se conformavam com Vargas na presidência da República. Por duas vezes derrotada com seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945 e em 1950, a UDN, mostrando-se incapaz de concorrer com a aliança PTB-PSD, escolheu a estratégia de desqualificar Vargas para escamotear seu próprio infortúnio político. Em 1945, a estratégia foi vitoriosa. Em 1950, para impedir a posse do presidente eleito, os udenistas recorreram à chicana da “maioria absoluta”. Seja atuando nos tribunais, seja, sobretudo, procurando apoio militar, os udenistas mostravam sua inconformidade com as seguidas derrotas. Naquele momento, contudo, o conflito entre o projeto de Vargas representava, o nacional-estatismo, e o liberalismo dos conservadores atingiria o clímax, cindindo toda a sociedade. A opção pelo golpe [...] vai sendo amadurecida pelos grupos conservadores, tendo a UDN à frente, até tornar-se uma decisão irreversível a partir de 1953 [...]” (FERREIRA, 2011, p. 306-307).

atingia, sobretudo os setores médios e o operariado.¹⁰⁹ A grande imprensa interligada aos setores oposicionistas, tornava-se porta voz dos interesses contrários aos governos trabalhistas.¹¹⁰

Em junho de 1954, o PTB seção sul-rio-grandense, por meio de *a pedido*, divulgou uma nota oficial – assinada por Anibal di Primio Beck, presidente em exercício da executiva estadual do partido – protestando contra o jornal *Diário de Notícias* – do Rio de Janeiro – em relação às “inverdades maldosamente nele vinculadas e as calúnias e injúrias assacadas a seus mais ilustres e dignos líderes”. A nota referenciou “às infâmias” contra Leonel Brizola – Secretário de Obras Públicas, do governo Ernesto Dornelles – acusado da prática de atos que “destoam da inflexível linha

¹⁰⁹ Além dos problemas políticos, o governo enfrentava uma crise econômica. Vargas iniciou o seu mandato em um contexto inflacionário e de desequilíbrio nas contas públicas. Apoiando a industrialização do país, o presidente, declarava aos trabalhadores uma “verdadeira democracia social e econômica”, em que cada cidadão tivesse, além dos direitos políticos, o direito de desfrutar o progresso que seria consequência do crescimento econômico. Para tanto, tornava-se elementar equilibrar as contas públicas e conter a inflação. Todavia, o quadro se agravou com as tensões sociais decorrentes do processo inflacionário que atingia, sobretudo, os setores médios e o operariado. Para Ana Luiza Reckziegel (2018, p. 209-210), na política externa, a postura do governo estava interligada às condições internas. Getúlio Vargas considerava elementar o desenvolvimento da industrialização. Para isso necessitava de empréstimos estrangeiros, pois o Brasil não dispunha de condições financeiras para os investimentos necessários. As dificuldades da política econômica foram consideradas de forma ambígua: Vargas aceitava as regras tradicionais do sistema internacional, procurando adequar-se a elas e, ao mesmo tempo, estimulava uma postura nacionalista, condenando, por exemplo, a remessa de lucros para o exterior. Enquanto isso, os Estados Unidos estavam pouco interessados em fomentar o desenvolvimento dos países periféricos. Já o governo brasileiro objetivando obter estes empréstimos defendia uma política de reciprocidade. Em outras palavras, no contexto da Guerra Fria, o Catete mantinha-se alinhado à Casa Branca e os estadunidenses liberariam os empréstimos. As dificuldades nas negociações dos empréstimos com os Estados Unidos levou Vargas a adotar como estratégia de pressão: a aproximação com o presidente argentino Juan Domingos Perón. Apesar do conflito pela supremacia sul-americana, havia uma proposta integracionista: o Pacto ABC. Em linhas gerais, tratava-se de uma integração econômica e política entre Argentina, Brasil e Chile. Nas palavras autora (2018, p. 208) “[...] na verdade, nada mais era do que a expressão da política peronista de formação de blocos regionais que se contrapusessem a potência hegemônica central, os Estados Unidos”. Conforme Ferreira (2003, p. 205) as políticas nacionalistas e de industrialização tanto do Brasil como da Argentina contrapunham – em alguma medida – a política externa preconizada pelos Estados Unidos referente à limitação do estatismo, assim como do nacionalismo econômico. A partir da gestão do republicano Dwight D. Eisenhower, os Estados Unidos – alegando contenção nos gastos públicos – deixou de fazer investimentos em infraestrutura no país. Ademais, o Banco Mundial cobrava dívidas de empréstimos vencidos. Segundo Reckziegel (2018, p. 221-222), ainda sobre a questão da aproximação regional, os arranjos da política interna impediram maiores vínculos regionais, afastando o Brasil da Argentina. Os setores oposicionistas ao governo Vargas passaram a propagar o temor da consolidação de uma república sindicalista, à feição peronista. A diplomacia brasileira foi caudatária do projeto de associação ao projeto de unidade continental dos Estados Unidos em detrimento de uma ligação mais estreita entre os vizinhos sul-americanos. Portanto, as ações desencadeadas no âmbito externo foram fatores importantes em relação ao aprofundamento da crise com que Vargas se deparou.

¹¹⁰ O arranjo partidário orquestrado pelo presidente Vargas não foi suficiente para aglutinar setores oposicionistas. A UDN – em sua ampla maioria – faria oposição sistemática ao governo federal. O udenista Carlos Lacerda – proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* – notabilizou-se como uma das figuras mais expressivas da oposição ao segundo governo Vargas. De acordo com Cortés (2007, p. 215-216) ressalta-se que supostas irregularidades – tráfico de influência e corrupção – envolvendo o governo e seu entorno ganharam ampla publicidade por meio da atuação da bancada udenista e de sua imprensa.

de austeridade e de moralidade que sempre foi mantida pelas administrações do Rio Grande do Sul”. Por fim, o partido reiterou o seu propósito de que a campanha eleitoral fosse desenvolvida “em clima de elevação e de respeito”.¹¹¹

Vargas governava o país em um contexto de pressão com perspectivas de *impeachment* e, inclusive, de golpe de Estado. De acordo com Oliveira (2008, p. 228), o PSD nacional posicionou-se de forma contrária à proposição referente à retirada do presidente, porém não defendeu a permanência de Getúlio e, sim, a sobrevivência das instituições do regime, isto é, arcabouço político utilizado de forma consensual pelo partido para um “afastamento voluntário” de Vargas. No Rio Grande do Sul, o PSD “ortodoxo” declarou-se publicamente favorável ao processo de *impeachment*.

No final do mês de julho, os embates diretos entre pessedistas e petebistas – muitos envolvidos na crise política nacional – já podem ser observados na imprensa escrita. O PTB, em *a pedido*, criticava a Frente Democrática por fazer “exploração demagógica” concernente à causa do aumento dos preços. Os trabalhistas defendiam Vargas e, ao mesmo tempo, acusavam o governo Dutra pelo aumento vertiginoso dos valores dos gêneros, sem que tivesse havido, paralelamente, compensação, ou seja, aumento salarial. Conforme a propaganda do partido, o senador Alberto Pasqualini seria o entendedor das causas do “fenômeno” e poderia “apontar o remédio”, enquanto as “forças reacionárias” aproveitam-se da crise para obterem dividendos eleitorais em virtude do “descontentamento do povo”.

[...] Quem é que se opõe ao congelamento dos preços? O povo, o governo, os trabalhistas? Não! Os grão senhores que não querem saber de limites para seus lucros lá estão, igualmente, na Frente Democrática! Quem é que desencadeou a tremenda onda contra o novo nível de salário mínimo, quem foi que remarcou os preços na proporção de três vezes mais do que o aumento de salário? O povo? O PTB? Não. Procurem na Frente Democrática e ali identificarão todos os autores dessas e de outras manobras. E agora, servindo-se dessa situação por eles mesmo criada, por eles mesmos mantida e por eles mesmos explorada, esperam que o povo caia como um ratinho na ratoeira por eles próprios armada [...] Seria todo um povo a marchar para um duplo suicídio: suicídio econômico e suicídio político.¹¹²

Em outro *a pedido*, mandado publicar por um “grupo de rio-grandenses”, procurou-se demonstrar as diferenças entre as campanhas eleitorais ao governo estadual. De um lado, está Pasqualini com sua “serenidade” e “elegância”, mantendo o seu

¹¹¹ *Correio do Povo*, 25 de junho de 1954, p. 14.

¹¹² *Correio do Povo*, 28 de julho de 1954, p. 5.

programa de “justiça social”, assim como uma “linha uniforme em sua pregação ao povo”. De outro, está a Frente Democrática e a “falta de um conteúdo programático na plataforma” de seu candidato Ildo Meneghetti. A oposição era vista como “demagoga” e portadora de uma “atitude paradoxal”: “[...] na fronteira, em seus comícios, tem dito que não há vagões porque a Viação Férrea está apenas transportando madeira da serra; na serra afirma o contrário: não há vagões porque o governo só transporta gado! [...]”.¹¹³

Ainda em julho, Leonel Brizola e Hermes Pereira de Souza envolveram-se – por meio de *a pedidos* – em uma troca de acusações. O primeiro acusou o deputado do PSD de “profissional da calúnia e da mentira”. Segundo Brizola, o adversário político havia dito, em entrevista, que o “povo está farto deste charlatanismo político-administrativo que o infelicitiza e que entrava o progresso do Rio Grande”.¹¹⁴ Assim, respondeu o pessedista: “Leonel Brizola, sentindo aproximar-se a derrota de seu partido, perdeu a serenidade que, aliás, não é sua companheira”. Por fim, complementou sobre a suposta intenção do petebista: “Brizola pretende que se esteja imprimindo um tom violento à campanha política, citando tópico da minha entrevista [...] procura criar um falso pretexto, para talvez baixar ao terreno das retaliações pessoais”.¹¹⁵

Brizola – então postulante a uma cadeira na Câmara Federal – voltaria a assinar outros *a pedidos*. De acordo com o petebista, cerca de cinquenta “companheiros”, articulados por um grupo de “amigos e colaboradores” do governo estadual, decidiram “tomar a si o encargo de custear as despesas com a publicação destas colunas”. Em suma, essa propaganda tratou de elogiar a administração de Ernesto Dornelles (PTB) e criticar os governos pessedistas de Walter Jobim (1947-1951) e Ildo Meneghetti (então prefeito licenciado de Porto Alegre para concorrer ao governo estadual).¹¹⁶

No que diz respeito às críticas à administração municipal da capital, o *a pedido* denominado “Falando com sinceridade ao povo do Rio Grande”, mandado publicar por um “grupo de porto-alegrenses”, defendia o governo Dornelles das “acusações caluniosas” desferidas pela Frente Democrática nos jornais, no rádio e nos comícios. Todavia, o seu principal objetivo era atacar a gestão Meneghetti: “Que fez a frente

¹¹³ *Correio do Povo*, 30 de julho de 1954, p. 5.

¹¹⁴ *Correio do Povo*, 30 de julho de 1954, p. 16.

¹¹⁵ *Correio do Povo*, 31 de julho de 1954, p. 2.

¹¹⁶ *Correio do Povo*, 1 de agosto de 1954, p. 52; *Correio do Povo*, 5 de agosto de 1954, p. 16; *Correio do Povo*, 8 de agosto de 1954, p. 44.

democrática em três anos de administração aqui na capital? Apenas isto: arrasou completamente as finanças do município e desmantelou os serviços públicos [...]”.¹¹⁷

A Frente Democrática, por sua vez, também por *a pedido*, respondeu as investidas do PTB. Acusou os petebistas de utilizarem dinheiro público para a campanha política. As acusações eram realizadas em termos ofensivos ao governo Dornelles: “[...] o governo está gastando dinheiro público em propaganda política, mistificadora e demagógica [...]”.¹¹⁸ Defendeu-se da “abundante propaganda escrita” de seus adversários que estariam “ofendendo a consciência cívica da gente gaúcha” por meio de “ofensas e calúnias”. Além disso, salvaguardou-se a administração e a pessoa “inatacável” de Ildo Meneghetti: “[...] o honrado engenheiro [...] vem defendendo o seu magnífico programa e difundindo as idéias e propósitos que lhe informam a invulgar personalidade de homem público [...]”.¹¹⁹

Os desdobramentos da crise nacional repercutiam e influenciavam diretamente os partidos e candidatos em suas respectivas campanhas eleitorais. O *Diário de Notícias*, no dia 3 de agosto de 1954, nas notícias políticas estaduais, publicou parte do discurso de Alberto Pasqualini pronunciado em Novo Hamburgo:

Estamos, mais uma vez, lado a lado, num outro embate que decidirá os rumos políticos e administrativos do Estado. Não se trata de uma competição pessoal pela posse do governo. Se assim fôsse, eu não estaria aqui a vos falar neste momento. O que está novamente em jôgo é a causa do trabalhador. Não podeis alimentar qualquer ilusão a respeito das verdadeiras intenções daqueles que, a pretexto de salvar a democracia, que dizem ameaçada, investem contra os trabalhistas e o govêrno, acusando-nos até de estarmos conspirando contra o regime. Há, em verdade, no meio de tudo isso, uma grande conspiração, mas que não parte de nós e sim das fôrças reacionárias. Exploram uma situação ocasional de dificuldades, tentam minar a fé e as esperanças do povo, espalhando a confusão e a descrença, a fim de preparar ambiente para retroceder na marcha das conquistas sociais.¹²⁰

Em 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda foi vítima de um atentado, ocorrido na rua Tonelero, em Copacabana, no Rio de Janeiro. O udenista saiu ferido – com um tiro no pé –, mas o major da Aeronáutica que o acompanhava, Rubem Vaz, morreu. O desenvolvimento do inquérito sobre o episódio revelou o envolvimento de membros da guarda pessoal do presidente Vargas no crime. As notícias sobre o crime tiveram grande repercussão na imprensa. Logo, a oposição multiplicou os ataques ao governo federal.

¹¹⁷ *Correio do Povo*, 8 de agosto de 1954, p. 3.

¹¹⁸ *Diário de Notícias*, 7 de agosto de 1954, p. 2.

¹¹⁹ *Correio do Povo*, 10 de agosto de 1954, p. 20.

¹²⁰ *Diário de Notícias*, 3 de agosto de 1954, p. 9.

A imprensa publicou uma nota oficial do PSD sul-rio-grandense:

O Partido Social Democrático, Secção do Rio Grande do Sul, traduzindo a deliberação unânime adotada pela sua Convenção, ao aprovar expressiva moção em que se condena com veemência os acontecimentos de que foi teatro a Capital da República e dos quais resultou o barbaro assassinato do major Florentino Vaz e o covarde atentado ao jornalista Carlos de Lacerda, manifesta a sua indignação e a sua repulsa a tais processos, denunciadores de um clima propício ao vandalismo e a perversidade. O PSD Riograndense, comungando com a justa revolta que êsses acontecimentos provocaram na opinião pública nacional, que não esconde a sua apreensão ante a insegurança que aqueles fatos pronunciam, expressa a sua solidariedade à ação e à vigilância desenvolvidas pelas nossas Fôrças Armadas que, como responsáveis pela segurança interna do país e garantia do regime, se empenham decididamente para que os autores de tão brutal atentado não escapem à ação punitiva.¹²¹

A Frente Democrática atacava tanto o governo federal quanto o estadual. Acusava os governos trabalhistas de serem “nefastos” e “prejudiciais” aos “interesses nacionais”:

[...] Todos sabem, o país inteiro conhece, que a grande crise do Brasil, passados estes anos de administração trabalhista, é de ordem moral. A suspeição, os escândalos, as denúncias e as acusações, roubaram ao governo autoridade e confiança popular [...].¹²²

Desde o atentado contra Lacerda e seus desdobramentos, a linguagem política se fizera violenta, desaparecendo o respeito e a inicial cordialidade entre os partidos. Um “grupo de trabalhistas” publicou um *a pedido* na imprensa. Nessa propaganda, se dizia, em suma, que a Frente Democrática estava caluniando João Goulart, acusando-o de ter sido o mandante do atentado, cujo objetivo era derrubar o governo democraticamente eleito. “[...] Enquanto o povo e o governo aguardam com serenidade e confiança o esclarecimento [...] do crime da rua Toneleros [...] uma oposição desvairada, procura fomentar a desordem e o golpe”.¹²³

No dia subsequente, um *a pedido* mandado transcrever do jornal “Estado do Rio Grande”,¹²⁴ por um “grupo de rio-grandenses”, manteve Jango sob suspeita em relação ao respectivo episódio, bem como todo o entorno do governo Vargas: “[...] se o sr. João

¹²¹ *Correio do Povo*, 13 de agosto de 1954, p. 16.

¹²² *Diário de Notícias*, 19 de agosto de 1954, p. 2.

¹²³ *Correio do Povo*, 20 de agosto de 1954, p. 7.

¹²⁴ Jornal do Partido Libertador, lançado em Porto Alegre, circulou entre 1929 e 1937. Retomou as atividades entre 1946 e 1960, constantemente com interrupções. Ver, Carlos Roberto da Costa Leite (2004, p. 38).

Goulart não nos merecia acusação, merecia-nos a suspeita, como a merecem todos os elementos da copa e da cozinha do sr. Getúlio Vargas [...]”.¹²⁵

Cortés (2007, p. 229) descreve sobre a crise política nacional:

Liderados pelo enfurecido Lacerda, explodiram por todo o país, nos editoriais dos jornais e das rádios, pedidos para que Getúlio renunciasse. Os ex-presidentes Arthur Bernardes e Eurico Gaspar Dutra pediram a Vargas que, pelo bem do país, renunciasse. Oficiais da Força Aérea e generais do Exército exigiram que Getúlio abandonasse o cargo. O vice-presidente Café Filho sugeriu a Vargas que ambos renunciassem, para que o Congresso pudesse eleger um sucessor interino até a eleição de 1955, mas Vargas respondeu: “Em hipótese nenhuma renunciarei. Se eles tentarem tomar o Catete, terão de passar primeiro por cima de meu cadáver”.

A 24 de agosto daquele ano, o presidente Getúlio Vargas, pressionado e isolado politicamente, cometeu suicídio.¹²⁶ As articulações políticas no Estado estão conectadas com esses acontecimentos. O governo Dornelles estava alinhado ao governo federal, assim como João Goulart – que havia sido Secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul – acabou diretamente envolvido na crise política nacional. No plano político local, a oposição ao governo federal, em muitos casos, também representava oposição ao governo estadual.

O impacto de sua morte foi sentido em todo país, assim como foi deveras violento no Rio Grande do Sul, sobretudo na capital.¹²⁷ As sedes dos partidos PSD, UDN e PL foram saqueadas e incendiadas, vários prédios destruídos ou seriamente danificados.¹²⁸ As instalações do jornal *Diário de Notícias* foram destruídas, impedindo-o de circular naquele momento. Houve um efeito imediato da morte do presidente sobre o processo político sul-rio-grandense: a paralisação da campanha eleitoral.

Cabe dizer que, os *Diários Associados* destacavam-se como opositores diretos do governo federal. Assis Chateaubriand, então senador pelo PSD, criticava contundentemente os aspectos nacionalistas do governo Vargas. Essa oposição intensificou-se após o atentado ao jornalista Carlos Lacerda. O *Diário de Notícias* fez

¹²⁵ *Correio do Povo*, 21 de agosto de 1954, p. 5.

¹²⁶ “[...] se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política” (FERREIRA, 2011, p. 315).

¹²⁷ “Houve também explosão da indignação popular no interior, expressada, entre outros atos, no ataque, em Passo Fundo, à redação do *Diário da Manhã*, de orientação claramente antigetulista [...]” (MAESTRI, 2010, p. 365).

¹²⁸ *Correio do Povo*, 25 de agosto de 1954, p. 16.

intensa cobertura jornalística do caso, sendo o diretor-secretário da redação – Say Marques – um convicto opositor de Vargas (DE GRANDI, 2005, p. 85).

Os editoriais do jornal – escritos por Ernesto Corrêa – abordaram sistematicamente a questão do atentado a Carlos Lacerda e da necessidade de os fatos serem apurados. Entretanto, sempre foi destacado o zelo pela constitucionalidade.¹²⁹ Faz-se necessário ressaltar que as eleições estaduais estavam intrinsecamente ligadas à crise política nacional, e o que se referia ao governo Vargas tinha implicação direta com o governo Dornelles, bem como com a disputa eleitoral local.

Em fins de agosto, o PSD – em virtude da “destruição dos documentos e arquivos da sede partidária” – convocou os “companheiros dos Diretórios Municipais” para a Convenção Estadual.¹³⁰ A Frente Democrática vinculou na imprensa sua propaganda por meio de *a pedido* denominado “Roteiro da Vitória: novos triunfos de Ildo Meneghetti nos municípios e distritos gaúchos”, isto é, a cobertura dada pela aliança oposicionista dos comícios realizados em Bom Jesus, Vacaria, Sananduva, Cambará e Paim Filho.¹³¹

No início de setembro, um *a pedido* de Ildo Meneghetti, lido no dia anterior diante da convenção estadual pessedista, foi publicado na capa do jornal *Correio do Povo*. Inicialmente o candidato da oposição sublinhou que aquele momento exigia “responsabilidade e clareza”. Sob o impacto da Carta Testamento, se dizia “contrário a qualquer imperialismo econômico, qualquer que seja a sua origem ideológica ou a sua nacionalidade”. Por fim, criticou a exploração eleitoral dos acontecimentos pelos adversários – no caso o suicídio de Vargas –, ressaltou a importância das eleições para o regime democrático e utilizou-se de uma retórica cristã para expressar o seu único compromisso: “realizar o bem público e cumprir a Constituição”.¹³²

No *a pedido* intitulado “Silêncio que Compromete”, faz-se uma cobrança das “autoridades constituídas” que por “omissão” e “negligência” nada fizeram em relação aos eventos ocorridos na capital, no dia 24 de agosto daquele ano.¹³³ Já na convenção pessedista – noticiada pelo *Correio do Povo* –, fora ressaltado a coesão partidária e o protesto em face dos recentes acontecimentos. O deputado Clóvis Pestana fez um relato do contexto político na capital federal, afirmando que: “[...] o presidente da República

¹²⁹ *Diário de Notícias*, 7 de agosto de 1954, p. 4; *Diário de Notícias*, 14 de agosto de 1954, p. 4; *Diário de Notícias*, 21 de agosto de 1954, p. 4.

¹³⁰ *Correio do Povo*, 29 de agosto de 1954, p. 36.

¹³¹ *Correio do Povo*, 31 de agosto de 1954, p. 12.

¹³² *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1954.

¹³³ *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1954, p. 7.

chegara a uma situação de completa perda de controle sobre os próprios grupos que o rodeavam [...]”. Além disso, elogiou o papel das Forças Armadas no decorrer da crise, bem como apoiou o vice-presidente Café Filho devido às circunstâncias daquele momento histórico: “[...] em primeiro lugar, pelo seu caráter de restauração da moralidade administrativa [...]; em segundo lugar, como um governo de união nacional e de combate e repressão aos comunistas”.¹³⁴

O PSD, via *a pedido*, destacou os principais momentos de sua convenção estadual: o grande índice de comparecimento de delegados credenciados e o entusiasmo de todos os presentes. A agremiação priorizou, igualmente, os discursos de suas lideranças referente à destruição da sede do partido, assim como as críticas ao governo petebista de Ernesto Dornelles.

[...] uma sede em escombros, com as portas e janelas quebradas, como se por ali tivesse passado uma horda de bárbaros [...] O sr. Peracchi Barcellos chamou a atenção dos convencionais para aquela singularidade em que se realizava a assembléia pessedista: nem sequer cadeiras havia para os convencionais. Que olhassem todos em derredor e vissem, naqueles escombros, naquele rastro de destruição e violência, um indício do que seria a continuidade do PTB no govêrno: ameaças e depredações contra a propriedade privada, contra a ordem e a tranquilidade da família riograndense [...]¹³⁵

Para Bodea (1992, p. 121-122), a coligação oposicionista utilizou habilmente os efeitos da morte de Vargas. O pânico e os receios dos setores médios urbanos e dos pequenos e médios agricultores foram explorados intensamente. O candidato Ildo Meneghetti pregou a defesa da “ordem e tranquilidade”, sendo o candidato da Frente Democrática apresentado como defensor da propriedade privada, da família e da religião.

A Frente Democrática e, sobretudo, o PSD, por meio do presidente regional do partido, deputado Peracchi Barcellos, encaminhou uma solicitação de abertura de Comissão de Inquérito ao Legislativo sul-rio-grandense, cuja finalidade era investigar os atos de “vandalismos” e a “conivência” ou “omissão” por parte do governo estadual.

Segundo Ferreira (2011, p. 312), somente quando a insurreição ameaçava toda a capital, Ernesto Dornelles solicitou auxílio ao Exército. A repressão foi branda em comparação à repressão ocorrida no Rio de Janeiro. As autoridades militares sul-rio-grandenses evitaram repetir os trágicos episódios ocorridos na capital da República,

¹³⁴ *Correio do Povo*, 2 de setembro de 1954, p. 18.

¹³⁵ *Correio do Povo*, 4 de setembro de 1954, p. 10.

onde o motim esgotou-se em poucas horas, com o saldo de dois mortos, dezenas de feridos e a cidade em escombros.

O impacto da “quebradeira” na capital após o suicídio de Vargas foi utilizado intensamente pelos oposicionistas em detrimento da candidatura petebista. A candidatura da Frente Democrática passou a ser considerada o único caminho para a “ordem e tranquilidade”. Um *a pedido* assinado por José Antônio Aranha conclamava ao “povo do Rio Grande do Sul” para a organização de “Comitês Populares Pró Ildo Meneghetti” em todos “os municípios, distritos, bairros e ruas”. Nesse texto, escrito em tom apelativo, defende-se o candidato da Frente Democrática em virtude das “influências internas ou externas” que ameaçavam independência do país. Assim, era o lema desses comitês: “Eleições livres a 3 de Outubro! Respeito à Constituição! Segurança das liberdades públicas! Independência econômica! Paz, ordem, tranquilidade e bem estar para o povo!”.¹³⁶

O governador Ernesto Dornelles – em entrevista ao *Correio do Povo* – foi um dos primeiros petebistas a manifestar-se após o suicídio de Vargas. Nos termos em que ele pensava, a “vitória do povo” – eleição de 1950 para a presidência da república – provocou a resistência por parte das “forças reacionárias”. Estas teriam desencadeado no país a “contrarrevolução”. Acusou também a oposição de “confundir a opinião pública” e ameaçar a “estabilidade do regime” por meio do envolvimento das “Forças Armadas”.

Já sobre as acusações de “omissão” pelos acontecimentos na capital, defendeu-se:

[...] Aqui e ali, sob o impacto de incoercível emoção, houve excessos condenáveis. Tudo que eu poderia fazer para acalmar os ânimos foi feito [...] A ordem foi restabelecida. Há críticas por que a polícia não fez vítimas, não sacrificou vidas. Os que pretendiam que se derramasse o generoso sangue gaúcho estariam hoje tripudiando sobre as autoridades, visando, ainda ali, objetivos eleitoralistas [...]¹³⁷

De acordo com Bodea (1992, p. 120), no dia do suicídio do presidente, Porto Alegre foi praticamente paralisada por uma greve espontânea dos principais serviços públicos. O governador Ernesto Dornelles e a Brigada Militar – a ele subordinada – assistiram perplexos aos acontecimentos. Preocupado em “defrontar-se com as próprias bases do trabalhismo”, o governador evitou desencadear a repressão.

¹³⁶ *Correio do Povo*, 5 de setembro de 1954, p. 44.

¹³⁷ *Correio do Povo*, 5 de setembro de 1954, p. 20.

No *a pedido* intitulado “A Frente Democrática e a entrevista do Gen. Dornelles”, foram feitas críticas contundentes ao governador:

[...] saindo de sua habitual inércia, veio a público tratar dos últimos acontecimentos [...] Não o fez, porém como Governador do Estado, mas, apenas, como chefe político de uma agremiação partidária, com exclusiva preocupação de grangear votos para seus companheiros e sua legenda [...] Para S. Excia. como para qualquer orador suburbano à caça de votos, não há distinção mais fácil e simples do que esta: todos os partidos e pessoas que discordaram do governo do sr. Getúlio Vargas [...] passam automaticamente a ser apontadas como delegados e representantes, instrumentos ou dirigentes das forças reacionárias do capitalismo insaciável [...] Todo o esforço do PTB está concentrado em confundir a opinião pública, capitalizando o choque emocional e o sentimento causados pela morte do ilustre riograndense [...] Se S. Excia. sentir que não tem como se justificar e defender da omissão da indiferença, da inércia e da complacência com que o Governo assistiu aos assaltos e ao saque na Capital do Estado, que, então, ao menos, não diga coisa nenhuma [...] ¹³⁸

Entrementes, uma carta de Manuel Antônio Vargas – filho de Getúlio – que foi publicada na imprensa sob o título “Os inimigos de Getúlio Vargas confundem-se hoje com os inimigos da Pátria” – também utilizado como uma espécie de *slogan* de sua campanha à Câmara Federal¹³⁹ – apregoava o nacionalismo e criticava o imperialismo. Preocupou-se, outrossim, com a votação que se aproximava: “[...] Nossa disposição de colher a sentença das urnas a 3 de outubro, quando serão julgados os matadores de Getúlio Vargas, fará recuar a eterna e vigilante ambição dos golpistas [...]”.¹⁴⁰

A Frente Democrática lançaria um *a pedido* visando dar uma resposta à carta de Manoel Vargas que teria como objetivo somente “favorecer os candidatos petebistas”. Nesse texto, sublinhava-se que Getúlio Vargas “não tinha inimigos pessoais” no campo oposicionista, pois seus inimigos seriam “os que planejaram e executaram a tocaia da rua Toneleros”. E mais adiante, defenderam-se contra as acusações concernentes a desestabilização da democracia, assim como de uma suposta posição favorável ao imperialismo estrangeiro. Por fim, abordou-se sobre a “exploração eleitoral” em torno da morte do presidente: “[...] a candidatura do eng. Ildo Meneghetti [...] reclama e exige liberdade, honestidade [...] Ela protesta e combate tôdas as formas de demagogia e de confusão, de exploração eleitoral e de violência às consciências [...]”.¹⁴¹

¹³⁸ *Correio do Povo*, 7 de setembro de 1954, p. 2.

¹³⁹ *Correio do Povo*, 11 de setembro de 1954, p. 12.

¹⁴⁰ *Correio do Povo*, 5 de setembro de 1954, p. 44.

¹⁴¹ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1954, p. 9.

Cortés (2007, p. 231-232) definiu a campanha petebista, após a morte de Vargas, como sendo uma “cruzada metafísica por vingança”,

Com a tradicional bravata gaúcha e falta de sutileza, o PTB superestimou sua posição, transformando a campanha numa cruzada metafísica por vingança. Ficou claro que uma vitória estadual do PTB ultrapassaria a mera expressão de ressentimento gaúcho contra o Brasil, como já acontecera durante a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930. Também, resultaria na vingança do PTB gaúcho contra os inimigos locais de Vargas, principalmente contra a Frente Democrática. A campanha do PTB ficou caracterizada pelos discursos inflamados e por ameaças de violência, liderados pelo candidato ao Senado Ruy Ramos e pelo candidato ao Congresso Leonel Brizola. Moderados, independentes e gente que defendida a autonomia do estado, que talvez teriam votado em protesto com o PTB, ficaram, ao contrário, assustados e correram para a FD [Frente Democrática].

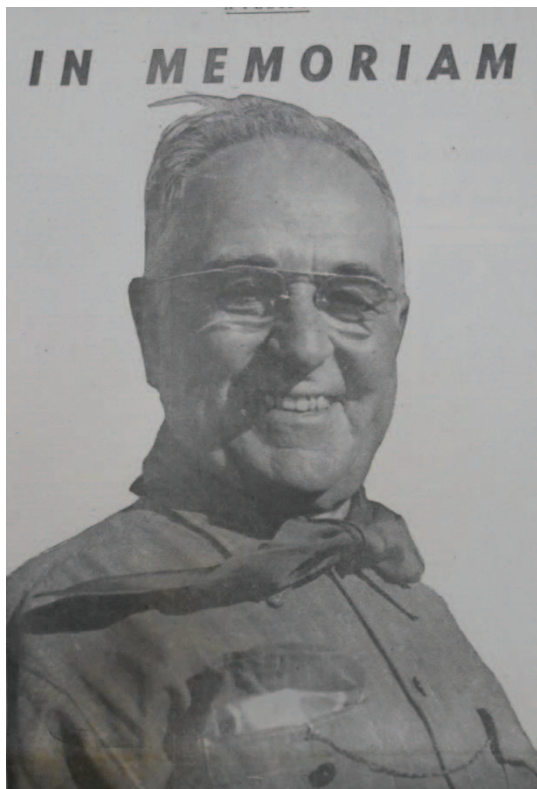
De acordo com Bodea (1992, p. 123), houve entre os líderes trabalhistas um processo de “radicalismo” e “emocionalidade”, cujo efeito eleitoral tornou-se negativo. Políticos influentes do trabalhismo estadual, como o candidato ao senado João Goulart, trouxeram para o primeiro plano as bandeiras “nacionalista” e “anti-imperialista”. Naquele contexto, o partido passou a ter uma oposição mais aberta da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Ainda segundo Bodea (1992, p. 123):

No campo trabalhista [...] houve erros de avaliação em relação ao impacto mais imediato do 24 de agosto. Se é verdade que o gesto extremo de Getúlio conjurara o perigo de um golpe militar por parte das forças de direita, os incidentes que se seguiram, somados à radicalização e emotividade crescentes da campanha trabalhista tiveram o efeito negativo de assustar a classe média e alienar setores mais moderados do eleitorado, efeito este que os líderes trabalhistas certamente subestimaram.

No mês de setembro, a questão da “exploração eleitoral” ocupou permanentemente as páginas da Frente Democrática veiculadas na imprensa escrita. A retórica trabalhista – que as “urnas fariam justiça” em memória do presidente Vargas contra os seus “inimigos golpistas” – foi sistematicamente combatida durante a campanha política.

Figura 22 - A pedido do PTB em alusão aos trinta dias do falecimento do presidente Getúlio Vargas.



Fonte: *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1954, p. 5.

Nesse *a pedido* petebista, destacavam-se as seguintes premissas: “O povo vingará esse crime no dia 3 de outubro” e “cada voto dado à Frente Democrática será mais um tiro desfechado no coração de Getúlio Vargas”.¹⁴² Portanto, os oposicionistas empenhavam-se a contrapô-las, acusando seus adversários de: “[...] querer explorar o Poder, explorando ainda, com o corpo do morto, o sentimento do Povo”,¹⁴³ assim como “[...] aproveitarem da desgraça [...] qual náufragos em pleno oceano agarram-se ao suicídio de Getúlio Vargas como tábua salvadora, com o repugnante intuito de caçar alguns votos [...]”.¹⁴⁴

A Frente Democrática ressaltou os “meios desonestos” do PTB, cujo objetivo seria “enganar e mentir para caçar votos de eleitores menos avisados”. Destacou-se que: “[...] a exploração sôbre o cadáver do sr. Getúlio Vargas vai caindo no ridículo [...]”.¹⁴⁵ Por fim, os petebistas foram retratados como “verdadeiros gusanos da morte” que

¹⁴² *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1954, p. 5.

¹⁴³ *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1954, p. 48.

¹⁴⁴ *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 3.

¹⁴⁵ *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 13.

exploram o cadáver do ex-presidente para a “realização de fins políticos”,¹⁴⁶ isto é, a prática de “necrofilia política”.¹⁴⁷

Há, enfim, por parte dos petebistas, práticas de mobilização simbólica em torno da morte do presidente. O grande capital político de Getúlio Vargas e a comoção nacional devido ao seu suicídio estabeleceram, na disputa eleitoral, duas narrativas principais. Nos polos: os trabalhistas e a retórica da “justiça das urnas” para vingar-se dos “golpistas” e a que sustentava o contrário, ou seja, a acusação de que o próprio PTB era o principal culpado pelo derradeiro ato de Vargas.

Paralelamente aos embates exasperados entre os partidos na imprensa, a Frente Democrática – via *a pedido* – fazia também a cobertura de seus comícios nos municípios de Osório, São Leopoldo, Tapes e Camaquã. Em Tapes, “[...] numeroso povo lotou as dependências do cinema local, testemunhando a sua simpatia e solidariedade à candidatura do engenheiro Ildo Meneghetti”. Além disso, foi divulgado o “roteiro da vitória” para o mês de setembro: 9 – Arroio do Meio e Lajeado; 10 – Venâncio Aires e Santa Cruz; 11 – Candelária e Sobradinho; 12 – Cachoeira do Sul; 13 – Lavras do Sul e Caçapava; 14 – São Sepé e São Gabriel; 15 – Júlio de Castilhos e Cruz Alta; 16 – Tupanciretã e Santa Maria; 17 – Santa Maria e Uruguaiana (noite); 18 – Caxias do Sul; 19 – Guaíba e São Jerônimo, concentrando Triunfo e Gal. Camara; 20 – Viamão e Montenegro; 21 – Rolante, Taquara e Novo Hamburgo; 22 – Sarandi e Passo Fundo; 23 – Getúlio Vargas, Marcelino Ramos e Erechim; 25 – Santa Vitória, São José do Norte e Rio Grande; 26 – Piratini e Canguçu; 27 – São Lourenço e Pelotas; 29 Gravataí, Canoas e Esteio.¹⁴⁸

O PTB, por sua vez, reiniciou a campanha eleitoral no dia 10 de setembro. Assim, divulgava o partido na imprensa: “A direção estadual comunica aos seus correligionários e ao povo que o comício de Cruz Alta¹⁴⁹, a ser realizado hoje [...] será irradiado a partir das 22 horas, pela Radio Sociedade Gaucha”.¹⁵⁰ O roteiro de Pasqualini até o fim da campanha eleitoral foi divulgado pelo *Correio do Povo* no movimento político: 11 – Passo Fundo; 12 – Palmeira, Estrela e Lajeado; 15 – Pelotas; 16 – Rio Grande; 17 – Bagé; 18 – Livramento; 19 – Alegrete; 20 – Uruguaiana; 24 –

¹⁴⁶ *Correio do Povo*, 25 de setembro de 1954, p. 18.

¹⁴⁷ *Correio do Povo*, 26 de setembro de 1954, p. 12.

¹⁴⁸ *Correio do Povo*, 9 de setembro de 1954, p. 11.

¹⁴⁹ Nas eleições de 1950, o escrutínio revelou equilíbrio entre os candidatos do PTB e do PSD ao governo estadual, pois ambos obtiveram o mesmo percentual de votos. Ver, Noll e Trindade (1995, p. 61).

¹⁵⁰ *Correio do Povo*, 10 de setembro de 1954, p. 16.

Guaporé¹⁵¹; 25 – Santa Maria; 26 – Erechim, Vacaria e Carazinho¹⁵²; 28 – Montenegro; 29 – São Leopoldo; 30 – Porto Alegre.¹⁵³

O *a pedido* petebista intitulado “Reinicia o PTB, com redobrado vigor, sua campanha eleitoral” propagandeava os comícios realizados em Cruz Alta e Passo Fundo. Entre as fotografias – focando o aglomerado de pessoas – destacava-se a seguinte frase: “Não obstante a chuva torrencial, o povo de Cruz Alta não arredou pé da praça publica, aclamando Alberto Pasqualini – O comício trabalhista de Passo Fundo assumiu proporções de verdadeira apoteose”.

Também, foi reproduzido o primeiro discurso de Pasqualini após a morte de Vargas, proferido no comício de Cruz Alta:

[...] O nome desta cidade, profundamente sugestivo, está a lembrar-nos, nesta hora de inquietação e de incerteza, o destino do ser humano. Para todos os cristãos, a cruz é um símbolo de sofrimento e de sacrifício, mas é também o símbolo da Fé [...] A injustiça do julgamento e a crueldade do castigo não perturbaram a serenidade do Divino Mestre. A incompreensão e o ódio dos seus inimigos não alteraram os seus sentimentos de tolerância, de indulgência e de bondade [...] Meus companheiros. A beira dos caminhos da nacionalidade, ergue-se hoje uma cruz. Nela podemos ler a seguinte inscrição: ‘Ao ódio, respondo com o meu perdão’ [...] Ali repousa Getúlio Vargas [...]

Nesse discurso, escrito com emotividade, percebe-se a influência da Carta Testamento concernente ao jogo político. O candidato trabalhista fez uma relação entre a crucificação de Jesus Cristo e o suicídio de Getúlio Vargas. Cabe ressaltar que, a população sul-rio-grandense era majoritariamente cristã.

[...] Mas, a falta de Getúlio Vargas será agora substituída pela força de suas ideias e pelo sentido de sua obra, porque esta jamais perecerá. Tudo o que ele representou em sua vida de dedicação à causa dos trabalhadores; todos os traços de obreiro grandioso da libertação econômica do Brasil, e de defensor da nacionalidade, deverão agora corporificar-se num ideal partidário que há de recolher o sentido de sua obra e congregar a imensa maioria do povo brasileiro para defendê-la. Eis aí a grande missão histórica do Partido Trabalhista: levar avante, pelos caminhos da evolução e da verdadeira democracia, a obra social iniciada pelo presidente Getúlio Vargas [...] O povo brasileiro viu [...] o modo de agir de certos democratas. Percebeu como criaram, propositadamente, um clima artificial e fraudulento, para tentarem justificar a deposição ou a renúncia forçada do Presidente da República

¹⁵¹ O candidato do PTB ao governo estadual havia perdido para o candidato pessedista – nas eleições de 1950 – na 26ª junta, correspondente aos municípios de Guaporé e Nova Prata. Ver, Noll e Trindade (1995, p. 61).

¹⁵² Em 1950, na 18ª junta – Carazinho e Sarandi – o candidato petebista Ernesto Dornelles fora derrotado pelo candidato Cylon Rosa (PSD/UDN/PRP) por uma significativa margem de votos. Ver, Noll e Trindade (1995, p. 61).

¹⁵³ *Correio do Povo*, 11 de setembro de 1954, p. 18.

eleito pela vontade soberana do povo brasileiro [...] O derradeiro e supremo gesto de Getúlio Vargas foi uma lição imorredoura para a democracia [...] Agora que já não existe, materialmente, o alvo principal das investidas de nossos adversários [...] porque ainda nos combatem com tanto encarniçamento, tentando até associar outras forças políticas na luta contra nós e nosso Partido? [...]

Pasqualini interpretou o gesto de Vargas como um sacrifício para salvaguardar a democracia, assim como traçou o caminho para o partido, ou seja, o nacionalismo e a defesa da legislação social. Além disso, criticou contundentemente a oposição pela instabilidade política e seus desdobramentos, bem como se defendeu do anticomunismo presente na campanha eleitoral.

Por fim, de acordo com o trabalhista as diretrizes da atuação do PTB deveriam estar articuladas com políticas de “inspiração social”, perante os “trabalhadores das cidades, dos campos e das colônias”. Nada deveria deter o “progresso social” e a “libertação do povo brasileiro dos grilhões do capitalismo reacionário e especulador”. O Rio Grande do Sul estaria diante de uma encruzilhada: “[...] ou empreende com coragem [...] a marcha para o futuro, que lhe abrirá novas perspectivas de progresso e de paz social, ou retrocede ao conservadorismo [...]”.¹⁵⁴

Além do evidente jogo de oposições e distinções que permeiam a propaganda petebista, é possível verificar uma espécie de capital delegado. Todavia, diferentemente da abordagem bourdieusiana¹⁵⁵ – transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição, nesse caso, o próprio partido – ocorreu um processo inverso, pois Getúlio Vargas detinha – naquele contexto – um capital político/simbólico maior que o próprio PTB.

Portanto, o partido apresentava-se como legítimo herdeiro de Getúlio Vargas: processo de transmissão do capital político pessoal do presidente para o PTB. A experiência democrática brasileira e suas singularidades, como, por exemplo, a estruturação recente dos partidos políticos nacionais – em 1945 – possibilitou essa lógica inversa. Assim, torna-se mais fácil compreender as palavras de Pasqualini, quando ele defendeu que a “força de suas ideias e de sua obra [Getúlio Vargas]” deveriam “corporificar-se num ideal partidário [PTB]”.

Em outro *a pedido*, o PTB ressaltou a “vibração popular pela candidatura Pasqualini”. Além da reprodução das fotografias dos comícios, realizados em Passo

¹⁵⁴ *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁵⁵ Ver, Bourdieu (1998, p. 190-194).

Fundo e Palmeira das Missões, a propaganda eleitoral afirmava: “Em todos os quadrantes do Rio Grande do Sul registra-se um empolgante movimento cívico de fé democrática e de consagração ao nome do ilustre líder trabalhista”.¹⁵⁶

O jornal *Correio do Povo*, por meio do movimento político, permaneceu noticiando sistematicamente a intensa agenda dos candidatos pelo interior, assim como na capital do Estado – maior colégio eleitoral¹⁵⁷ – nos últimos dias da campanha ao governo do Estado.¹⁵⁸ Enquanto isso, os partidos utilizando-se de *a pedidos* faziam a divulgação e a cobertura dos comícios. Cabe dizer que muitos comícios eram transmitidos via rádio.

Os petebistas em *a pedido* sob o título “Aclamados os candidatos trabalhistas pela maior multidão até hoje reunida em Pelotas”, trazia imagens – com número avultado de pessoas – do comício realizado no sul do Estado. Assim, dizia a propaganda: “[...] o entusiasmo do povo pelotense que permaneceu ouvindo os oradores trabalhistas até pela madrugada, não arredando o pé do comício monstro em que [...] repudiaram os golpistas e deram uma demonstração [...] de apoio a Pasqualini [...]”.¹⁵⁹

A Frente Democrática, por sua vez, no *a pedido* denominado “O Rio Grande do Sul consagra a vitória de Ildo Meneghetti em 3 de outubro” fez a cobertura dos comícios realizados em São Gabriel, Cruz Alta e Cachoeira do Sul. As fotografias focaram “uma parte da considerável multidão que aplaudiu os oradores” dos “grandiosos e espetaculares” comícios da “caravana democrática”.¹⁶⁰

Um “grupo de rio-grandenses” mandou publicar um *a pedido* demonstrando o contraste entre Alberto Pasqualini e Ildo Meneghetti. Vê-se o candidato trabalhista recebido nos “braços do povo” e o candidato da Frente Democrática, como havia ocorrido em Cruz Alta, protegido por uma “muralha de baionetas e metralhadoras”. Enquanto os comícios do PTB eram “verdadeiras festas populares”, os eventos dos opositores seriam apenas “demonstrações de aparato e força militar”.¹⁶¹

¹⁵⁶ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1954, p. 10.

¹⁵⁷ Porto Alegre era o reduto eleitoral trabalhista, onde nas eleições de 1950, Ernesto Dornelles alcançou 63% dos votos, conforme Cánepa (2005, p. 156). Não obstante, nas eleições de 1951 à Prefeitura da capital, Ildo Meneghetti, candidato da Frente Democrática, havia derrotado o PTB nas urnas.

¹⁵⁸ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1954, p. 16; *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1954, p. 18; *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1954, p. 2; *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 4; *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1954, p. 4; *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1954, p. 4; *Correio do Povo*, 25 de setembro de 1954, p. 18; *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 30; *Correio do Povo*, 29 de setembro de 1954, p. 20; *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1954, p. 34.

¹⁵⁹ *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁶⁰ *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 13.

¹⁶¹ *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 52.

Ainda sobre o comício de Cruz Alta, um “grupo de cruz-altenses” publicou um *a pedido* na capa do jornal *Correio do Povo* refutando os argumentos trabalhistas. O PTB local foi acusado de fazer – na mesma noite da realização do comício de Ildo Meneghetti – “provocações” e “arruaças”, cujo objetivo frustrado seria “empanar o brilho da estrondosa manifestação popular da Frente Democrática”. As medidas tomadas pelas autoridades foram contra o grupo de “desordeiros” que, chefiados pelo prefeito trabalhista do município, tentaram “comprometer o brilho excepcional do comício”. Portanto, “[...] essa atitude provocadora dos gregorios apenas vem revelar o seu desespero diante da aproximação do dia 3 de Outubro, quando o nobre Povo Gaucho lhes julgará com fôrça do seu veredicto inexorável”.¹⁶²

Outro grupo de “cruz-altenses”, utilizando-se também de *a pedido*, procurou “restabelecer a verdade sobre os acontecimentos de Cruz Alta”. De um modo geral, afirmou-se que havia a “presença de uma força militar armada até os dentes” no comício da Frente Democrática, assim como se desdenhou a participação popular no evento oposicionista: “[...] que contou com a presença de seu candidato e de uma vasta comitiva de granfinos. Povo mesmo não havia, pois este foi todo para o comício do PTB”.¹⁶³

Os partidos permaneceram durante toda campanha eleitoral, por meio de matérias pagas ao jornal, propagandeando os seus respectivos comícios, destacando tanto nas fotografias quanto nos textos a participação popular, isto é, a mobilização do eleitor. Assim, dizia a propaganda petebista: “[...] o povo da gloriosa cidade de Rio Grande correu à praça pública para saudar o Senador Pasqualini [...] Não obstante, o mau tempo, a multidão permaneceu em seu posto, ouvindo os oradores [...]”.¹⁶⁴ Enquanto isso, a Frente Democrática ressaltava que o seu candidato ao governo estadual era recebido de “braços abertos” nas “grandes cidades e nos mais remotos distritos”. Ildo Meneghetti já teria percorrido e falado nas sedes de “80 municípios” e ainda em torno de “150 distritos”.¹⁶⁵

A propaganda eleitoral – de ambas as candidaturas – veiculada na imprensa escrita, buscou agregar a popularidade à imagem pública de seus respectivos candidatos. A inversão da lógica encontrada na campanha de Ildo Meneghetti também pode ser

¹⁶² *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1954, p. 3.

¹⁶³ *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁶⁴ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁶⁵ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1954, p. 10.

observada na cobertura dos comícios do PTB. Logo, observa-se uma narrativa que procurou demonstrar que eram os eleitores que procuravam os candidatos.

Segundo a propaganda petebista: “O povo de Bagé aclamou Alberto Pasqualini”. O candidato trabalhista estava acompanhado de João Goulart e Rui Ramos – candidatos ao Senado – e todos eles foram “aclamados pela maior e mais vibrante multidão”. O comício teria assumido proporções “verdadeiramente grandiosas”.¹⁶⁶ Também, em Santana do Livramento ocorreu um “grandioso comício trabalhista”. “[...] Região colonial, grandes centros, zona litorânea, fronteira, tudo se diluiu numa majestosa unidade: o Rio Grande em peso num só rumo – a vitória de Alberto Pasqualini”.¹⁶⁷

A Frente Democrática anunciava: “O povo consagrou Ildo Meneghetti como governador do Rio Grande”. A “caravana da vitória” mobilizou a “grande massa” popular em uma “extraordinária consagração pública” nos municípios de Passo Fundo e São Jerônimo.¹⁶⁸ Enquanto isso, a propaganda do PTB, não menos entusiástica, afirmava: “O povo já escolheu o seu governador: Alberto Pasqualini”. Destacou-se o “monumental” comício trabalhista em Alegrete, no qual havia se reunido a “maior multidão” já vista naquele município.¹⁶⁹

A coligação oposicionista convidava todos os “simpatizantes” da candidatura Meneghetti, que possuísem veículos, para que participassem na capital do Estado de um “grande cortejo” percorrendo a “Praia de Belas, Menino Deus, João Alfredo, Av. Borges, Andradas e João Pessoa”. Também, foram divulgadas informações sobre os comícios no Parthenon e no Passo da Areia, assim como no largo do Cine Castelo, na Azenha.¹⁷⁰

Já os trabalhistas, cumprindo o roteiro pelo interior sul-rio-grandense, propagandeavam o “impressionante e grandioso” comício realizado em Vacaria: “[...] O povo honrado e trabalhador daquele importante e tradicional município [...] reuniu-se em massa para hipotecar sua solidariedade à candidatura do senador Alberto Pasqualini [...] e aos demais candidatos da legenda trabalhista [...]”.¹⁷¹ No município de Erechim: “[...] Nunca essa progressista e laboriosa cidade [...] viu reunida uma tão enorme massa humana [...] A vitória do Senador Pasqualini [...] assumirá proporções arrebatadoras

¹⁶⁶ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1954, p. 10.

¹⁶⁷ *Correio do Povo*, 24 de setembro de 1954, p. 9.

¹⁶⁸ *Correio do Povo*, 25 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁶⁹ *Correio do Povo*, 26 de setembro de 1954, p. 28.

¹⁷⁰ *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 30.

¹⁷¹ *Correio do Povo*, 29 de setembro de 1954, p. 9.

[...]”.¹⁷² Em Santa Maria, inclusive, conforme a propaganda eleitoral, havia ocorrido um “grandioso comício trabalhista”.¹⁷³

Em Pelotas e Rio Grande, a Frente Democrática realizou os seus últimos comícios no interior do Estado. Dessa forma, destacava sua propaganda eleitoral: “O Rio Grande do Sul consagra a vitória de Ildo Meneghetti”. Logo, tanto na “Princesa do Sul” quanto na “Noiva do Mar”: “[...] Consideráveis multidões compareceram à praça pública, nos maiores comícios já realizados na história das duas cidades [...] Ildo Meneghetti [...] recebeu consagradoras manifestações das populações locais”.¹⁷⁴

Em outubro, às vésperas da votação, os petebistas publicaram na imprensa o comício de encerramento de sua campanha realizado, em Porto Alegre, no dia 30 de setembro de 1954. O partido sublinhou a “impressionante multidão” que compareceu no “largo fronteiro à Prefeitura Municipal”. O candidato trabalhista ao governo estadual “recebeu uma das maiores consagrações populares”, o mesmo acontecendo com os candidatos ao Senado.

Assim, discursou Alberto Pasqualini,

Chegamos hoje ao fim de uma intensa e vibrante jornada [...] Tivemos, no decorrer desta campanha, momentos de alegria e de dôr, horas de grandeza e de esperança, dias de aflição e de luto [...] O nome de Getúlio Vargas ficará para sempre gravado no coração dos trabalhadores porque a êle estará vinculada a conquista dos seus direitos e a sua redenção social e econômica [...] Desejamos algo mais do que “honestidade e trabalho”, pois “honestidade e trabalho”, devem ser não uma promessa que se faz ao povo, mas uma norma e um dever elementar de vida de todos os cidadãos [...]

Nesse discurso, escrito em “apelo aos trabalhadores”, se dizia, em suma, as alternativas colocadas ao povo:

[...] Trabalharemos pelo desenvolvimento econômico do nosso Estado, lutaremos pela realização dos postulados da justiça social, da solidariedade humana e da fraternidade cristã. Os trabalhadores das cidades, dos campos e das colônias e todos os que vivem de salários estarão sempre presentes nas preocupações do futuro govêrno trabalhista [...] Temos a liberdade de escolher: ou seguiremos pela estrada larga da evolução, da paz e da justiça social [...] ou enveredaremos por atalhos sinuosos, sem rumo e sem destino certo, mas que podem levar, sem que o percebemos, aos domínios do reacionarismo e da opressão social [...]¹⁷⁵

¹⁷² *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1954, p. 12.

¹⁷³ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1954, p. 18.

¹⁷⁴ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1954, p. 15.

¹⁷⁵ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1950, p. 19.

Observa-se, no respectivo discurso, proferido pelo candidato trabalhista, a tônica das últimas semanas de campanha eleitoral, ou seja, a referência a Getúlio Vargas e, sobretudo, a necessidade de continuidade de sua obra. Procurou-se desqualificar o lema “Honestidade e Trabalho” de seu adversário Ildo Meneghetti, assim como demonstrar – na perspectiva das oposições e distinções – o significado das duas candidaturas. De um lado, a candidatura trabalhista e o avanço para a paz e a justiça social. De outro, a candidatura da Frente Democrática representando um campo reacionário e opressor.

Em 2 de outubro, o PTB publicou, no *Correio do Povo*, o discurso – na íntegra – de João Goulart no comício de encerramento do partido. Para Cánepa (2005, p. 195), o discurso proferido por Jango empregou uma linguagem mais “radical” e mais “emocional” que o de Pasqualini, porém o conteúdo é, basicamente, o mesmo: a organização de forças reacionárias contra Vargas, a traição ao presidente e à Constituição, o legado de Vargas e a necessidade do partido levá-lo adiante.

No mesmo *a pedido* que foi publicado o discurso de João Goulart, os trabalhistas criticaram o comício de encerramento da coligação oposicionista: “Constituiu um completo fracasso o comício de encerramento da campanha de Meneghetti!”. De acordo com os trabalhistas, houve “muitos oradores” e “poucos ouvintes”. Além disso, é possível observar uma representação contrastante, cujo objetivo era relacionar a Frente Democrática com a elite econômica em contraposição ao trabalhador.

[...] O povo passava de largo e vinha para o comício do PTB. Finalmente, lá pelas tantas, chegou ao local um cortejo de automóveis, vindos lá da Tristeza. Ao se encaminharem para a Azenha, todo o mundo pensava que se tratava de um cortejo fúnebre. Logo, porém, se viu que não era bem isso. É que à frente, abrindo o corsa, ia um flamante Cadillac Conversível. Em seus assentos confortabilíssimos, ia refeitado o candidato da Frente Democrática ao governo do Estado! O desfile grãfino veio até o centro da cidade, onde ainda àquela hora grande parte do povo sem transporte aguardava a hora de conseguir lugar num bonde ou num ônibus para regressar à casa após um dia de trabalho. O contraste entre o povo que sofria na fila dos transportes e os grão-senhores da Frente Democrática ostentando seus carros luxuosos, era simplesmente chocante e mesmo grotesco [...]¹⁷⁶

A Frente Democrática, concomitantemente, publicou na imprensa a cobertura do comício de encerramento de sua campanha eleitoral, destacando a “consagradora manifestação tributada pelo povo” da capital ao seu candidato postulante ao executivo estadual. Ademais, foi publicado integralmente o discurso de Ildo Meneghetti.

¹⁷⁶ *Correio do Povo*, 2 de outubro de 1954, p. 9.

[...] é o poder intervindo na esfera da economia, para trancar as atividades económicas em pról do interêsse comum, e para proteger a iniciativa privada, correta, que reverta em favor do bem coletivo, é a assistência, o direito previdencial, o trabalho a educação para todos; é a constante investigação de todas as coisas sempre em benefício da tranquilidade pública; é a fôrça dinâmica que tem o trabalho como honra e o bem-estar de todos como designo fundamental [...] Essa é a democracia na qual eu creio que se radica na vida e se embebe na realidade, que deseja conciliação, luta sinceramente por ela e que visa, soberanamente, realizar a felicidade da classe operária, não sôbre a infelicidade das outras classes [...] Governarei em resumo, com o povo, para o povo e pelo povo [...]¹⁷⁷

O candidato oposicionista ratificou – em síntese – o que havia defendido como aspectos programáticos no transcorrer de sua campanha. Cabe dizer que caracterizou o conceito de democracia defendido por ele, assim como – no campo das oposições e distinções – buscou defender a felicidade de todas as “classes” ao invés de promover a luta entre elas, o que era atribuído aos adversários petebistas.

Pode-se observar no transcorrer da campanha eleitoral que os comícios – destacando-se sempre a presença de um grande número de pessoas – proporcionaram aos partidos imagens e discursos para serem utilizados na imprensa. Destarte, foram elementos importantes para agregar popularidade à imagem pública dos candidatos. As propagandas eleitorais publicadas na imprensa escrita, tanto da Frente Democrática quanto do PTB construíram uma narrativa, junto às imagens publicadas, objetivando atestar a popularidade dos respectivos candidatos.

Analisando as campanhas políticas, é possível afirmar que ocorreu um processo de construção de uma imagem de popularidade em relação aos candidatos Ildo Meneghetti e Alberto Pasqualini. A propaganda eleitoral procurou dar visibilidade às respectivas candidaturas, sobretudo a partir da presença massiva do povo, assim como relacionou a imagem pública dos candidatos à adesão popular. Portanto, sublinhar a participação do povo tornava-se um elemento essencial na disputa eleitoral.

Nesse último aspecto, a utilização da palavra “povo” é recorrente na propaganda eleitoral. Na luta persuasiva – inerente ao jogo político –, o uso do “povo” tornou-se imperativo na experiência democrática. A partir da ampliação do eleitorado, os partidos – apesar das especificidades quanto às composições sociais – visavam os eleitores das regiões urbanas e industriais, assim como das zonas rurais.

¹⁷⁷ *Correio do Povo*, 2 de outubro de 1954, p. 14.

Entretanto, é possível encontrar diferenças acerca das abordagens do uso do “povo” nas campanhas de Meneghetti e Pasqualini. Sob um ponto de vista relacional – no jogo das distinções e oposições – a Frente Democrática enfatizou o “homem do campo”, mas demonstrou uma retórica interclassista, ou seja, de conciliação entre as diversas composições sociais. Ademais, acusou o PTB de promover a “luta de classes”.

Já o PTB – apesar de também referenciar o povo como conjunto dos sul-rio-grandenses – englobou uma diversidade de segmentos relacionados às camadas mais pobres da população. Em outras palavras, a “classe trabalhadora”: os trabalhadores urbanos e rurais, principalmente os pequenos agricultores. Há, enfim, o destaque para o papel de um Estado protetivo em virtude dos mais “fracos” e “humildes”.

A candidatura Pasqualini procurou diferenciar-se da oposicionista utilizando-se da alegoria da encruzilhada: o caminho daqueles que representavam os interesses dos “trabalhadores” e estavam comprometidos com a “justiça social” ou os “grã-finos”, isto é, as forças “conservadoras” que defendiam os interesses das “classes dominantes”.

O ambiente político desde o episódio da rua Tonelero e, sobretudo, após o suicídio de Vargas se fizera violento. Nesse contexto, torna-se possível identificar três vetores que conduziram a campanha eleitoral para o governo do Rio Grande do Sul: as críticas desferidas contra as administrações petebistas e pessedistas; as investigações sobre o atentado ao jornalista Carlos Lacerda e suas implicações no jogo político local; e, o anticomunismo.

A coligação dos partidos oposicionistas insistiu na crítica ao governador Ernesto Dornelles acerca de suas “falsas esfarrapadas explicações” sobre os eventos ocorridos na capital sul-rio-grandense no dia do suicídio do presidente.¹⁷⁸ Enquanto isso, os trabalhistas defendiam a postura de Dornelles como “ponderada” e “equilibrada”. “[...] Se o Governador [...] tomasse outra atitude, seria uma atitude manifestamente errada, de funestas consequências imprevisíveis [...]”.¹⁷⁹

O PTB, por meio de um *a pedido* ironicamente intitulado “Honestidade e Trabalho” – lema de Ildo Meneghetti – destacou o debate ocorrido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre sobre a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – em razão de uma denúncia da Associação dos Funcionários Municipais – para

¹⁷⁸ *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁷⁹ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1954, p. 13.

averiguar um “fundo de quintal” vendido à Prefeitura, na gestão Meneghetti, por um vereador da Frente Democrática, contrariando a Lei Orgânica.¹⁸⁰

O *a pedido* sob o título “O retrato dos falsários” acusou os petebistas de “distorcer e falsear” a situação financeira da capital do Estado para fins de “propaganda eleitoral”. O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (DAER) foi criticado por possuir “dívidas com a municipalidade”, assim como o “governo federal trabalhista”, que, em virtude de “sabotagem”, havia negado um empréstimo para Porto Alegre. Ademais, Ildo Meneghetti foi elogiado pelas “realizações que o consagraram como administrador capaz e operoso”.¹⁸¹ Não obstante, os petebistas reagiram por meio de um *a pedido* intitulado “Quem são os falsários? Picaretagem não é dívida!”. Nesse texto, se pretendeu demonstrar a “situação de descalabro da Prefeitura”, administrada pelo candidato da Frente Democrática.¹⁸²

Em fins de setembro, a linguagem política exasperou-se, aumentando a intensidade de acusações entre os partidos. A propaganda do PTB culpou a administração Meneghetti por ter encampado empresas de ônibus e depois abandonar os veículos, “atirados como lixo pelos terrenos baldios”, enquanto a população “espera horas nas filas do transporte”.

[...] 3 de outubro de 1954, será uma data histórica. O povo, além de se libertar da tirania, dando respostas àqueles que chegaram ao poder pela força em 24 de Agosto, deverá igualmente manifestar seu repúdio à inépcia e à incapacidade daqueles que arruinaram a arrasaram a Prefeitura de Porto Alegre.¹⁸³

Já a Frente Democrática destacou os investimentos do governo Meneghetti em diversas áreas. Sob um ponto de vista comparativo, a respectiva propaganda eleitoral, abordou, principalmente, a política habitacional do prefeito pessedista nas vilas operárias da capital. “[...] O P.T.B. em 1950, prometeu resolver esse problema da moradia-popular. Prometeu, apenas, pois quem realizou foi Ildo Meneghetti! [...] Comparem e concluem: [...] Quem terá mais autoridade para falar pelo povo? [...]”.¹⁸⁴

Em resposta, o PTB afirmou que “as casas populares de Meneghetti foram construídas com dinheiro enviado pelo presidente Getúlio Vargas”. De acordo com os trabalhistas, o presidente autorizou a “Fundação da Casa Popular” a destinar recursos

¹⁸⁰ *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 11.

¹⁸¹ *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 13.

¹⁸² *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1954, p. 7.

¹⁸³ *Correio do Povo*, 26 de setembro de 1954, p. 13.

¹⁸⁴ *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 14.

financeiros para serem construídas “vilas residenciais” a fim dos moradores das “malocas” não permanecessem “espalhados por todos os cantos da cidade”. Assim, dizia a propaganda: “[...] todo mundo sabe que a atual administração da Prefeitura de Porto Alegre é incapaz sequer de tapar os buracos das ruas [...] não possui dinheiro nem para pagar os seus funcionários [...]”.¹⁸⁵

Para Bourdieu (1998, p. 185), o campo político é o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou seja, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. Segundo o mesmo autor (1990, p. 181), estar ou sentir-se autorizado a falar do povo ou para o povo – no campo político – constitui-se uma força nas lutas simbólicas. Desta maneira, a indagação “Quem terá mais autoridade para falar pelo povo?” é sintomática: revela a intencionalidade das ideias-força nesse campo das lutas para impor a visão legítima do mundo social.

Entrementes, a Frente Democrática não arrefeceu a defesa concernente à administração Meneghetti: “Eis onde Meneghetti empregou o dinheiro do povo: Escolas modernas em todos os recantos da Capital!”. Foi salientado o investimento na construção de escolas e o aumento de vagas para matrículas. A sua propaganda preocupou-se, outrossim, em contestar os seus adversários, explicando que a “Fundação da Casa Popular” havia feito um empréstimo, porém a maior parte dos recursos seriam provenientes da municipalidade: “Quantas moradias construiu a Fundação da Casa Popular em Porto Alegre? Nenhuma! Quantas moradias construiu o sr. Ildo Meneghetti? 2.500!”.

PORTOALEGRENSE!

Eis como o govêrno do P.T.B. ajudou Pôrto Alegre:

- 1) Com 25 milhões de cruzeiros que o sr. João Goulart “conseguiu” no Banco do Brasil, para comprar gado e fazendas, daria para Ildo Meneghetti construir mais 1.200 casas populares!
- 2) Com os 280 milhões de cruzeiros que Samuel Wainer “arrumou” no Banco do Brasil, para fazer um jornal, o sr. Ildo Meneghetti poderia construir 10.000 casas populares e ainda 20 escolas, 2 hospitais e restariam 60 milhões para saneamento, água e pavimentação!

Assim o P.T.B. aplicou o dinheiro do povo!¹⁸⁶

Cabe dizer que Vargas procurou, quando eleito presidente, um canal de comunicação – sem pertencer ao governo – que fosse alternativo em relação à grande

¹⁸⁵ *Correio do Povo*, 29 de setembro de 1954, p. 11.

¹⁸⁶ *Correio do Povo*, 29 de setembro de 1954, p. 14.

imprensa, isto é, que pudesse defender suas iniciativas. Em 1953, já havia uma tentativa de *impeachment* quando Vargas foi acusado de favorecimento relacionado a empréstimos oriundos do Banco do Brasil para financiar o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. Sobre os ataques da Frente Democrática contra João Goulart analisaremos, posteriormente, de forma mais detalhada.

O PTB por meio de um *a pedido*, cujo título era “Espantosa Revelação! A Prefeitura Prejudica a Obra Da Fundação da Casa Popular”, acusou a administração Meneghetti pelo não pagamento dos juros em razão do empréstimo concedido pela respectiva instituição, comprometendo a construção de “casas para os trabalhadores”. A propaganda trabalhista ratificou a importância da mediação do presidente Getúlio Vargas para a concessão desses recursos, assim como concluiu que: “A única coisa concreta que a Frente Democrática fez na Prefeitura de Porto Alegre, foi instituir o regime do calote [...]”.¹⁸⁷

A Frente Democrática, por outro lado, investiu mais uma vez contra a administração do governador Ernesto Dornelles:

Eis como o PTB emprega o dinheiro do Povo! [...] Milhares de toneladas de asfalto importado pelo DAER jogadas nas margens do rio Gravataí e levadas pela correnteza – Crime revoltante contra o patrimonio publico – Durante três anos o sr. Ildo Meneghetti implorou 2 mil toneladas de asfalto para consertar as ruas da Capital, sempre negadas pelo governo do PTB que, agora, deixa as aguas arrastarem milhares de toneladas – Os responsáveis por esse desleixo inqualificavel ainda pretendem continuar no governo, enganando e ludibriando o povo.¹⁸⁸

Em outubro, a coligação oposicionista manteve o mesmo tom em relação ao governo Dornelles: “Em Santa Maria, milhões de cruzeiros, em maquinas e vagões ferroviarios, estão sendo comidos pela ferrugem – Verdadeiro crime contra a economia rio-grandense [...]”. Além disso, foram elencadas diversas críticas e acusações contra os trabalhistas em todas as áreas: “[...] um retrato da falência completa do governo do PTB!”.¹⁸⁹

Na construção argumentativa oposicionista, o seu candidato destacava-se pela sua “honestidade”, assim como por ser um “administrador operoso”. Logo, diferenciando-se da ineficiência e do fisiologismo das administrações petebistas. O PTB, por sua vez, apresentou uma desconstrução da imagem de “administrador

¹⁸⁷ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1954, p. 12.

¹⁸⁸ *Correio do Povo*, 30 de setembro de 1954, p. 14.

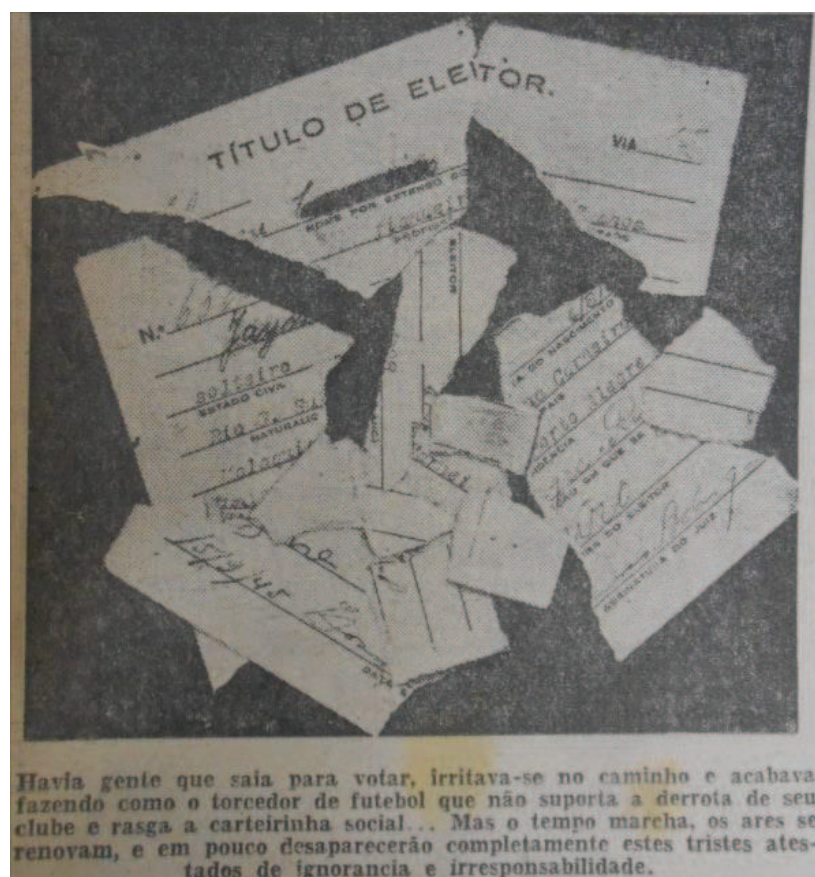
¹⁸⁹ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1954, p. 10; *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1954, p. 11.

honesto” do candidato da Frente Democrática. Já alertou Bourdieu (1998, p. 178-179) sobre o imperativo do sentido relacional para a compreensão das ações ou discursos dos aparelhos/agentes do campo político. Nos termos em que ele pensava, trata-se de um jogo de oposições e distinções.

A Frente Democrática utilizou-se sistematicamente dos desdobramentos do inquérito referente ao “atentado da Tonelero” em detrimento dos trabalhistas na disputa eleitoral para o governo estadual sul-rio-grandense. Cabe dizer que, João Goulart – presidente nacional do PTB e candidato ao Senado – foi uma das figuras mais visadas pela propaganda oposicionista. Portanto, atacá-lo significava, ao mesmo tempo, combater à candidatura Pasqualini.

Nesse momento daremos uma pausa no “caso da Tonelero” para destacar a atuação da imprensa escrita acerca da mobilização eleitoral a vinte dias das eleições. O *Correio do Povo* destacou o aumento do eleitorado e a diminuição da abstenção. Para o periódico, havia uma evolução do processo eleitoral, a cada pleito, assim como o desenvolvimento da “consciência cívica do povo”.

Figura 23 - Título de Eleitor rasgado.



Fonte: *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 26.

Outro aspecto importante é o papel desempenhado por mais um agente de mobilização eleitoral: o Tribunal Regional Eleitoral. O jornal publicou orientações da Justiça Eleitoral para os eleitores,¹⁹⁰ assim como reproduziu notas do Tribunal Regional Eleitoral, cujo objetivo era demonstrar que havia sido assegurado o “pleno e livre exercício da propaganda político-partidária”.¹⁹¹ Ademais, o jornal elogiou a atuação do TRE no Estado pela “organização dos pleitos” e pela realização de trabalhos estatísticos – sobre o perfil do eleitorado sul-rio-grandense – efetuados em 72 municípios: “Trabalhador rural – o grande eleitor, Dona de casa, a segunda força eleitoral – Em terceiro, os operários e industriários e, a seguir, comerciantes e bancários – As minorias: religiosos, militares e profissionais liberais”.¹⁹²

Portanto, vários agentes estiveram envolvidos no incentivo às práticas eleitorais. Nesse caso, o Estado, por meio da Justiça Eleitoral, buscando a mobilização de eleitores, inclusive divulgando na imprensa – de forma contundente – os dispositivos legais e suas consequências para o eleitor: “Cerca de um milhão de rio-grandenses comparecerá às urnas – Desta vez não serão anistiados os faltosos, que terão de enfrentar cadeia e multa”.¹⁹³

Retornando o “caso da Tonelero,” Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, foi preso e interrogado várias vezes. O “Anjo Negro” confessou ter encarregado Climério Euribes de Almeida, membro da guarda pessoal do presidente, para assassinar Carlos Lacerda. Envolveu Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, acusando-o de mandante do crime. O arquivo particular de Gregório – contendo supostos documentos – revelou transações financeiras irregulares promovidas por ele, que envolviam pessoas próximas a Getúlio Vargas, inclusive seu filho Manuel Vargas (Maneco).

O *a pedido* sob o título “Para o PTB ler nos comícios: O Palácio do Catete estava imerso num mar de lama. Creia ou não. (Palavras do falecido presidente Getúlio Vargas ao sr. Osvaldo Aranha)” trazia uma cópia de um recebido “passado por Manoel Vargas a Gregório”. De acordo com o texto: “[...] Maneco vendeu a fazenda de seu pai (Getúlio Vargas) ao assassino do major Vaz e capanga-chefe do Catete. Gregorio pagou Maneco e Getulio com dinheiro do Banco do Brasil [...]”. E mais adiante, envolveu-se João Goulart: “[...] Jango e Manhães (cúmplice do golpe e do roubo) avalizaram a letra,

¹⁹⁰ *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 2.

¹⁹¹ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1954, p. 16.

¹⁹² *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 52.

¹⁹³ *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 26.

mas tanto Gregorio quanto seus avalistas não pagaram ao Banco do Brasil (dinheiro do humilde povo brasileiro)”.¹⁹⁴

Conforme José Augusto Ribeiro (2001, p. 115-120), Maneco estava com problemas financeiros. Portanto, vendeu a Gregório Fortunato duas propriedades, por meio de empréstimo do Banco do Brasil do então ministro do trabalho, João Goulart. Portanto, um ministro de Estado avalizou um empréstimo em uma instituição financeira, em nome do chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, para ajudar a cobrir uma dívida pessoal do filho do presidente.

Outros *a pedidos* com o mesmo título procuravam demonstrar o envolvimento de lideranças trabalhistas – do campo político estadual – no transcorrer do inquérito policial. Assim, alardeavam os oposicionistas: “[...] Novos e espantosos documentos do arquivo secreto do chefe da guarda pessoal de Vargas – Concedia ondas de radio-emissoras em troca de favores especiais para o partido dos Jangos e dos Manecos”.

Dessa forma, indagava-se ao PTB:

- 1) Por que não deixou o sr. Getulio Vargas nenhuma citação de estímulo ou de confiança em sua carta ao Partido Trabalhista Brasileiro ou aos seus “diletos” amigos ou mesmo familiares?
- 2) Que razões morais o levaram ao suicídio, agora, quando em 29 de outubro de 1945, apeado do poder de modo mais ostensivo preferiu enfrentar a luta pelos seus ideais ao lado do povo?
- 3) Por que a estranha coincidência de aparecerem envolvidos nos escândalos que tanto magoaram o Presidente Vargas, só e invariavelmente altos proceres do PTB?
- 4) Que providências foram tomadas por tantos destacados trabalhistas que frequentavam o Palácio do Catete e privavam da intimidade do Presidente para evitar o “mar de lama” em que submergiu o governo de Vargas e o levou ao suicídio?¹⁹⁵

Pode-se inferir que havia uma intencionalidade na propaganda eleitoral de relacionar lideranças trabalhistas sul-rio-grandenses com os indivíduos envolvidos diretamente no caso Toneleros. Segundo a Frente Democrática: O trio – Jango, Maneco e Brizola se honram da amizade de Gregório. Vários políticos do PTB passaram a ser denominados depreciativamente de “os gregórios”. Ademais, observa-se a narrativa oposicionista que responsabilizava os petebistas pela morte do presidente.

¹⁹⁴ *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1954, p. 18.

¹⁹⁵ *Correio do Povo*, 15 de setembro de 1954, p. 7.

Leonel Brizola – deputado estadual do PTB – criticou a “República do Galeão”,¹⁹⁶ pois, de acordo com o parlamentar sul-rio-grandense, a publicidade de alguns documentos concernentes ao inquérito do caso Tonelero teria finalidade exclusivamente eleitoral, ou seja, verdadeiro “achincalhe” ao poder judiciário.

[...] Não pensem que eu me envergonho de ter sido amigo do ‘preto Gregório Fortunato [...] Lutarei sem destemor para que ele venha ser julgado com as garantias que o direito brasileiro assegura a qualquer cidadão [...] ainda existem juízes no Brasil e que ainda os brasileiros haverão de ver todos os arbitrários e golpistas responsabilizados perante os tribunais da Nação Brasileira [...]¹⁹⁷

Não obstante, Jango – principal liderança petebista, candidato ao Senado e figura exponencial da campanha de Alberto Pasqualini – foi o principal alvo dos opositores: “[...] Climério e Soares (co-autores do crime da rua Toneleros) eram do PTB e ligados ao sr. João Goulart [...] que ainda tem a ousadia de pedir votos do honesto povo gaúcho [...]”. Por fim: “[...] Antes, deveria depor no Galeão, para explicar suas amizades com os assassinos do major Vaz, os mesmos que levaram Vargas ao suicídio”.

ATENÇÃO – Para os “Brizolas” lerem na cama a história dos seus amigos “Gregórios” que tanto os honram e os exaltam. Poderá ser denominado esse capítulo, se os Brizolas assim o querem, de “A República do Galeão destroi o Império do Crime, dos falsários, dos ladrões [...] verdadeira quadrilha de Ali-Ba-Bá instalada nos porões do Palácio do Catete. Esse o bando de facínoras que mataram Getúlio Vargas de vergonha.”¹⁹⁸

Um *a pedido*, mandado publicar por “um grupo de rio-grandenses”, intitulado “Ao Rio Grande do Sul”, criticava a Frente Democrática que estaria deixando-se “contaminar pelo lacerdismo”, ou seja, levando a campanha eleitoral para o “terreno dos ataques pessoais, da injúria, da calúnia e da difamação de homens de bem”. De um modo geral, lamentava-se que Getúlio Vargas permanecia, mesmo depois de morto, sendo alvo de “abjeta campanha” permeada com “ofensas e insultos”. Logo, “[...] o povo saberá responder nas urnas esses ignóbeis processos de propaganda política”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ “Após o atentado da rua Toneleros, as elites conservadoras não mais esperariam a realização de eleições presidenciais. Nos jornais, gerais, brigadeiros e almirante eram incitados a derrubarem Vargas da presidência da República. A Aeronáutica tomou à frente do inquérito para desvendar o crime. O grupo encarregado das investigações, pela total liberdade de ação, ficou conhecido como “República do Galeão” [...]” (FERREIRA, 2011, p. 308).

¹⁹⁷ *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 26.

¹⁹⁸ *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1954, p. 9.

¹⁹⁹ *Correio do Povo*, 16 de setembro de 1954, p. 18.

Em resposta aos trabalhistas, a nota publicada pelos oposicionistas acusou a propaganda do PTB de ter adquirido uma “violência incontida”, que iria desde a “distorção da verdade” até a “calúnia a homens de bem”. A despeito dos dirigentes petebistas, defendeu-se a continuidade da publicação de “fotostáticas e de depoimentos” referente ao inquérito da Tonelero como uma “contribuição honesta ao esclarecimento da verdade”. Por fim, os “homens do PTB” foram responsabilizados por “afogar” o governo de Getúlio Vargas em um “verdadeiro mar de corrupção”, assim como pelos escândalos que levaram o “ex-presidente à amargura e ao desespero do suicídio”.²⁰⁰

Ainda sobre os dois últimos *a pedidos*, um terceiro sob o título “As Madalenas Arrependidas” criticou os “porta-vozes” da Frente Democrática, pois procuravam: “[...] justificar-se de seus pecados contra a decência do debate político na atual campanha eleitoral [...]”. Também, foi mencionada a cobertura do caso da rua Tonelero e sua relação com as lideranças trabalhistas: “[...] Não será com ‘documentos’ oriundos dessa cartola de mágico que é o inquérito do Galeão que conseguirão ludibriar o povo e destruir a reputação de homens dignos e honrados”.²⁰¹

Contudo, as investidas contra o PTB e João Goulart não arrefeceram. Eram feitas as mesmas indagações – referenciadas anteriormente – ao PTB sobre o suicídio de Vargas. Entre fotocópias de recibos e cartas, exigia-se uma explicação ao “povo gaúcho” em relação ao dinheiro que Manoel Vargas recebeu de Gregório Fortunato, bem como acerca do aval de Jango aos recursos financeiros retirados do Banco do Brasil pelo chefe da guarda pessoal do presidente. Além disso, procurava-se provar a proximidade do presidente nacional do PTB com Gregório Fortunato e os coautores do crime do major Vaz: “Climerio e Soares emissários do sr. João Goulart [...] Não estranhem se um dia desses o sr. João Goulart seja chamado a explicar suas ligações pessoais com Gregorio”.²⁰²

Continua de pé o repto que o povo gaúcho lançou aos srs. Manoel Vargas e João Goulart para que dêem suficientes explicações sobre o recibo de 4 milhões passado pelo primeiro a Gregorio Fortunato, e sobre o aval dado pelo segundo, para que esta quantia fosse levantada no Banco do Brasil pelo mesmo Gregorio que, assim, tornou-se feliz proprietário de uma estância sem puxar um tostão sequer. É simplesmente escandaloso o silencio até agora desses dois poderosos dirigentes trabalhistas, que não se animam a vir a público dar uma palavra ao menos [...].²⁰³

²⁰⁰ *Correio do Povo*, 17 de setembro de 1954, p. 16.

²⁰¹ *Correio do Povo*, 18 de setembro de 1954, p. 16.

²⁰² *Correio do Povo*, 19 de setembro de 1954, p. 19.

²⁰³ *Correio do Povo*, 21 de setembro de 1954, p. 12.

De acordo com a Frente Democrática, João Goulart foi o “deputado mais caro e inútil que teve a República”. Assim, dizia a propaganda oposicionista: “[...] Das duzentas e oitenta e seis sessões legislativas a que deveria comparecer [...] só esteve presente em duas [...] não pronunciou um discurso, não apresentou um projeto [...]”. E mais adiante, criticou-se sua candidatura ao Senado: “[...] Onde já se pôde provar que especie de Senador teríamos se, por acaso, o povo gaúcho o elegeisse”.²⁰⁴

Faltando uma semana para a votação, o *a pedido* sob o título “O sr. Alberto Pasqualini precisa declarar-se clara e francamente contra os gregorios antes de 3 de outubro!”, cobrava explicações do candidato trabalhista sobre o seu “estranho silêncio” em relação aos desdobramentos da investigação do atentado da Tonelero.

[...] – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta o recibo do sr. Manoel Vargas ao Gregorio Fortunato? – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta o aval do sr. João Goulart para que Gregorio retirasse do Banco do Brasil quatro milhões de cruzeiros destinados a Manoel Vargas? – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta o silêncio dos implicados e a falta, por parte dos mesmos, de uma explicação pública sobre o assunto? – Acha o sr. Alberto Pasqualini coisa honesta e justa o empréstimo de 22 milhões de cruzeiros do Banco do Brasil ao sr. João Goulart, amigo do Presidente e Ministro de Estado? – Acha o sr. Pasqualini coisas honestas as compras sem concorrência realizadas pelo governo estadual do PTB? – Acha o sr. Pasqualini coisa honesta a espoliação do aumento descabido do custo de vida, decretado pelo governo do PTB? Acha o sr. Alberto Pasqualini, sinceramente (lembre-se dos seus discursos no Senado e do seu livro “Bases e Sugestões para uma política social”) que o PTB seja, efetivamente, o Partido dos humildes e dos trabalhadores? [...] O povo pede e merece respostas a estas perguntas, sr. Alberto Pasqualini [...] O povo, sr. Pasqualini, está cansado de ser enganado.²⁰⁵

Convém analisar essa questão mais demoradamente. Qual a influência dos desdobramentos do inquérito do “atentado da Tonelero” nas campanhas estaduais? Os estudos de Cortés (2007), Bodea (1992) e Cánepa (2005) não abordaram esse aspecto. Do ponto de vista destes autores, sobretudo dos dois primeiros, a “radicalização” da campanha do PTB – após a morte de Vargas – foi um fator determinante para a derrota da candidatura Pasqualini.

Entretanto, não se pode desconsiderar as investidas sistemáticas da Frente Democrática contra a candidatura petebista. A narrativa oposicionista procurou envolver lideranças trabalhistas – figuras destacadas na campanha ao governo do Estado, como, por exemplo, Jango e Brizola – com o “mar de lama” daquela crise política nacional,

²⁰⁴ *Correio do Povo*, 26 de setembro de 1954, p. 12.

²⁰⁵ *Correio do Povo*, 26 de setembro de 1954, p. 12.

assim como culpabilizá-los pelo “desespero do suicídio” do presidente da República. Em outras palavras, tanto o “medo explorado” por Meneghetti, em virtude da “radicalização” da campanha trabalhista, quanto o desgaste/descrédito da cúpula do PTB sul-rio-grandense são questões importantes para compreender os desdobramentos da campanha eleitoral.

Em última análise, ocorreu uma reaproximação dos comunistas (na ilegalidade) e petebistas após a morte de Vargas.²⁰⁶ O PCB que não havia apoiado a candidatura Pasqualini em 1947 e Dornelles em 1950, assim como combatera até então o governo Vargas (1950-1954), passou a aliar-se abertamente com os trabalhistas. Vale dizer que no meio sindical – desde Jango no Ministério do Trabalho – já existia uma colaboração entre militantes comunistas e trabalhistas.²⁰⁷ Destarte, esse contexto²⁰⁸ foi utilizado intensamente contra o PTB na campanha eleitoral para o governo estadual. A Frente Democrática em uma intensa mobilização simbólica enfatizou a defesa da “ordem e tranquilidade”, da propriedade privada, da família e da religião.

Como já foi visto, no Brasil, o PCB teve seu registro cassado ainda em 1947, e o anticomunismo, sobretudo, católico permeou as eleições para o governo estadual sul-rio-grandense em 1947 e 1950. Nas eleições de 1954, não seria diferente, e a Liga Eleitoral Católica (LEC) atuou diretamente no processo eleitoral. A 16 de julho, o *Correio do Povo* já destacava a nota do Episcopado do Rio Grande do Sul: “A Igreja e as eleições: Cabe a L.E.C. indicar os partidos e candidatos que se recomendem aos

²⁰⁶ Para Marco Aurélio Santana (2007, p. 261): “[...] Só quase às vésperas do suicídio do presidente é que Prestes se posiciona contra o golpe então em marcha [...] No setor operário, muitos comunistas se somaram aos trabalhistas nos protestos contra o “golpismo”. Contudo, os anos de duros ataques a Vargas restavam na cabeça da massa em geral, que retribuiu, em diversas cidades, ateando fogo em sedes de periódicos do partido. Contrariando a linha do partido, militantes comunistas não só se integraram nas manifestações como, em alguns casos, as organizaram, buscando capitalizar o descontentamento popular. Mesmo após o suicídio do presidente em 1954, as linhas gerais de orientação e inserção dos sindicatos no jogo nacional já estavam lançadas e marcariam todo o período subsequente. A partir dali, em um crescendo, a aliança sindical entre comunistas e trabalhistas mostrará toda a sua força [...]”.

²⁰⁷ Ainda sobre a passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho, Santana (2007, p. 260) defende que um elemento importante que consolidou o “amálgama” entre trabalhistas e comunistas – apesar da crítica geral do PCB a Vargas – foi a ascensão de Jango, conferindo ao PTB maior “radicalidade” e “abertura” em termos de uma perspectiva “reformista”. Para Bodea (1992, p. 105) a aproximação de Jango com os comunistas irritaram ainda mais os “círculos militares direitistas e da direita conservadora civil”, principalmente a grande imprensa.

²⁰⁸ Para Eric Hobsbawm (1995, p. 232-234), a Guerra Fria tornou-se mais intensa, abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do norte – aliado a URSS – se estendesse ao sul daquele país, resultando na Guerra da Coreia (1950-1953). No plano interno, os EUA vivenciou o frenesi da caça às bruxas anticomunistas – destacando-se a atuação do senador Joseph McCarthy – e um anticomunismo apocalíptico. Segundo Luiz Prado (2004, p. 70-71) em junho de 1954, ocorreu uma intervenção estadunidense na Guatemala – sob alegação de crescente influência comunista na América Latina – derrubando o governo de Jacobo Arbenz.

sufrágios da família católica”.²⁰⁹ Porém, foi a partir de setembro que a presença da LEC na imprensa escrita se intensificou: “Já enviou a Liga Eleitoral Católica às direções partidárias e aos candidatos a postos eletivos as habituais consultas acerca da respectiva atitude ante as reivindicações católicas [...]”.²¹⁰

Nesse ínterim, um *a pedido* intitulado “A Carta é Nossa – Novo slogan da Frente Única PTB – Partido Comunista” trazia a reprodução da primeira página de uma das últimas edições do “jornal comunista de Porto Alegre”, “A Tribuna”, no qual havia sido constatado “a comunhão de pontos de vista entre vermelhos e trabalhistas”. Também foi destacada a “aliança do PTB com o comunismo indígena” e a “união contra o imperialismo americano”.²¹¹ Para Bodea (1992, p. 121), o impacto do suicídio de Vargas na “massa trabalhadora” e o conteúdo anti-imperialista da Carta Testamento aproximaram comunistas e petebistas.

A coligação oposicionista denunciou na imprensa a “aliança PTB-PCB”: “[...] Apesar das negativas veementes feitas por Jango Goulart e outros chefes trabalhistas das notórias ligações do PTB com os comunistas, ficaram provadas tais ligações [...]”.²¹² Os petebistas refutaram a aproximação do partido com os comunistas devido às implicações na disputa eleitoral. Não obstante, Armando Câmara – candidato ao Senado pela Frente Democrática – acusou os trabalhistas de estarem em “aliança com os comunistas”. Para tanto, foram reproduzidos exemplares do jornal “A Tribuna” atestando o “conluio comuno-petebista”, ou seja, “[...] os comunistas gaúchos estarão aliados nas urnas de 3 de outubro aos dirigentes do PTB! Os slogans são os mesmos, as finalidades são idênticas”.²¹³

O *a pedido* sob o título “O Evangelho do Professor”, mandado publicar pelo “Movimento Universitário Pró-Armando Câmara”, ratificou as acusações do candidato oposicionista ao Senado de que havia uma união entre trabalhistas e comunistas. Nesse documento, demonstrou-se que Jango era simpático aos “extremistas vermelhos” e que no PTB – seção paulista – oito candidatos comunistas foram inclusos na agremiação para concorrerem à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa daquele Estado. Por fim, ressaltou a ligação PTB/PCB divulgada no Manifesto do Comitê Central do Partido

²⁰⁹ *Correio do Povo*, 16 de julho de 1954, p. 16.

²¹⁰ *Correio do Povo*, 12 de setembro de 1954, p. 4.

²¹¹ *Correio do Povo*, 14 de setembro de 1954, p. 7.

²¹² *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1954, p. 11.

²¹³ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1954, p. 11.

Comunista.²¹⁴ Outro *a pedido* mandado publicar por um “grupo de católicos gaúchos” destacou o papel elementar de Armando Câmara no combate ao comunismo e sua denúncia em relação à “aliança entre os petebistas e o comunismo”.²¹⁵

Entrementes, dois *a pedidos* contrários à postura da Frente Democrática foram publicados na imprensa. O primeiro criticou Armando Câmara, pois ele havia elogiado Carlos Lacerda – o “Corvo do Lavradio” – que teria sido “um dos discípulos mais fiéis de Prestes” e que “apenas mudou de campo, mas a sua velha formação comunista permanece a mesma”.²¹⁶ O segundo, mais contundente, afirmou que o presidente Vargas foi “deposto com métodos da tática comunista” e que a Frente Democrática utilizava-se de “inspiração comunista”, como, por exemplo, a “falsificação de documentos” objetivando “a conquista do poder pelo golpe, já que o povo os tem repellido nas urnas”.²¹⁷

O PTB, em nota, assinada por Anibal di Primo Beck – Presidente em exercício da Comissão Executiva do partido – refutou o apoio comunista:

A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, Secção do Rio Grande do Sul, dirige-se ao eleitorado riograndense para alerta-lo contra a exploração em torno de um suposto acôrdo entre o PTB e o Partido Comunista. A notícia vem sendo vinculada com insistência pela Frente Democrática, interessada em estabelecer a confusão, e ainda pelos próprios comunistas, desejosos de se aproveitarem da popularidade do movimento trabalhista e da emoção despertada pelo trágico desaparecimento do glorioso Getúlio Vargas, para atingirem seus objetivos inconfessáveis. Os trabalhistas riograndenses repelem decididamente e com energia a simples idéia de um acôrdo com o Partido Comunista, ao qual combaterão sem trégua e em qualquer circunstância. A direção do PTB desautoriza, igualmente, a participação de qualquer de seus filiados em manifestações que tenham origem ou colaboração comunista [...]²¹⁸

Já a Frente Democrática continuou denunciando o que havia denominado de “Trama Sinistra Dos Trabalhistas e Comunistas”. Nos termos utilizados pelos opositoristas: “Pasqualini e Jango de mãos dadas com os partidários de Prestes”. Nesse *a pedido*, escrito em tom apelativo, se dizia, em resumo, que a “consciência democrática” do povo sul-rio-grandense não aceitaria os “traidores e vendidos” do “comunismo internacional”. Os comunistas queriam transformar o Estado “numa

²¹⁴ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1954, p. 11.

²¹⁵ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1954, p. 3.

²¹⁶ *Correio do Povo*, 22 de setembro de 1954, p. 5.

²¹⁷ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1954, p. 2.

²¹⁸ *Correio do Povo*, 23 de setembro de 1954, p. 20.

colônia experimental do imperialismo soviético” e atacar “os sentimentos cristãos da família rio-grandense”, assim como “a liberdade e a propriedade”. Ademais, votar em Ildo Meneghetti seria imperativo para salvaguardar os “princípios democráticos”, pois “cada voto dado ao candidato trabalhista é uma traição à nossa terra”.²¹⁹

Em resposta, um “grupo de rio-grandenses anticomunistas” publicou um *a pedido* reafirmando a versão oficial do PTB, isto é, que os “trabalhistas não têm aliados e dêles não precisam”. Além disso, afirmou que os comunistas eram “parceiros” da Frente Democrática: “[...] Em 1947 os comunistas fizeram um acordo secreto com o PSD e elegeram o sr. Valter Jobim; em 1951 os vermelhos votaram em Meneghetti e agora, para prejudicar Pasqualini dizem que apoiarão o PTB [...]”. E, mais adiante, os comunistas “[...] estão conluiados com a já famosa e desmoralizada Frente Democrática”.²²⁰

Destarte, como já foi visto nas eleições anteriores, a Igreja Católica tinha um discurso anticomunista bem difundido – que permitia atingir grande parte dos eleitores – e os partidos incorporaram o respectivo discurso. Na disputa política de 1954, analisando a propaganda eleitoral, pode-se afirmar que o anticomunismo dos oposicionistas se sobrepôs ao anticomunismo trabalhista.

De um ponto de vista bourdieusiano, as “ideias-força” objetivavam impor a visão legítima do mundo social. A Frente Democrática por meio da mobilização de símbolos procurou estabelecer uma visão e divisão concernente aos anseios da sociedade sul-rio-grandense. Portanto, a candidatura Meneghetti representaria: a “ordem e tranquilidade”, a defesa da propriedade privada, da religião e das famílias. Logo, Meneghetti, como baluarte destes valores, poderia salvaguardar o Estado da ameaça trabalhista-comunista.

Enquanto isso, o *Correio do Povo* noticiou a reunião da LEC com o Arcebispo D. Vicente Scherer. A pauta do encontro dizia respeito às deliberações que deveriam ser tomadas em virtude da retirada da candidatura de João Pereira Sampaio (PSB) – da “Frente Popular” – e de seu suposto apoio ao senador Alberto Pasqualini e João Goulart.²²¹ Em entrevista ao respectivo jornal, o candidato trabalhista ao governo do Estado afirmou que o partido não necessitava do “apoio de nenhuma corrente política” e que não existia “compromissos com quem quer que seja”. Preocupou-se, igualmente,

²¹⁹ *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 2.

²²⁰ *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 23.

²²¹ *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 30.

pela “deturpação dos fatos” nas campanhas eleitorais, assim como defendeu que “numa democracia o voto é livre”.²²²

A Comissão Executiva do PTB sul-rio-grandense publicou uma nota oficial sobre o suposto apoio da Frente Popular:

[...] I – que não mantem e nem nunca manteve qualquer contato com a chamada FRENTE POPULAR e foi com surpresa que tomou conhecimento, pela imprensa, de uma resolução dessa corrente política, segundo o qual apoiaria o PTB. II – O PTB e seus candidatos não têm qualquer afinidade ideológica com a FRENTE POPULAR. Pelo contrário, fiéis à sua conduta e ao seu programa, os trabalhistas repelem e condenam todas as formas de extremismo. III – Os trabalhistas se julgam com força suficiente para vencer as eleições, não necessitando de apôio de outras correntes para a vitória de 3 de OUTUBRO [...]²²³

No dia subsequente, a LEC divulgou na imprensa a lista dos partidos e candidatos que eram “solidários com os postulados da Igreja”, sendo assim, teriam condições de “receber os sufrágios dos católicos”. Os partidos foram os seguintes: PDC, PL, PRP, PR, PSD, PSP, PTB e UDN. Os indicados ao governo: Wolfram Metzler (PRP), José Diogo Brochado da Rocha (PSP), Alberto Pasqualini (PTB) e Ildo Meneghetti (Frente Democrática). É importante destacar que sobre os postulantes ao Senado, a candidatura de Armando Câmara era preferencial e a do trabalhista Rui Ramos²²⁴ não fora indicada.

[...] recomenda-se insistentemente:

1. Votar no candidato preferencial ao Senado da República, o eminente Prof. Armando Câmara.
2. Escolher dentro dos quadros que a LEC pôde organizar [...]
3. Não votar em candidatos cujos nomes não constam na relação acima [...] naqueles que atacam a Igreja ou combatem a sua doutrina social como acontece com o sr. Rui Ramos [...]
4. A Liga Eleitoral Católica tomou ontem conhecimento de que os comunistas e socialistas, agrupados, neste Estado, na organização conhecida sob o nome de Frente Popular, resolveram desistir do seu candidato ao Governo do Estado, para apoiar os candidatos trabalhistas Drs. Alberto Pasqualini e João Goulart. Apesar das naturais apreensões [...] não há motivos bastantes fortes para alterar, no tocante aos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro, solidários com os postulados da LEC, os quadros que esta já divulgou, e que hoje são aqui novamente publicados em termos finais [...] o Partido Trabalhista Brasileiro [...] manifestou, de público, a sua condenação a todas as formas de extremismos e reafirmou a inexistência de qualquer entendimento político ou afinidade ideológica com os elementos da Frente Popular.

²²² *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 30.

²²³ *Correio do Povo*, 28 de setembro de 1954, p. 30.

²²⁴ Segundo Bodea (1992, p. 123) a candidatura de Rui Ramos – devido a sua oratória radical e inflamada, assim como o fato ser protestante – foi combatida pela LEC.

Pôrto Alegre, 28 de setembro de 1954.

Camilo Martins Costa
Walter Carlos E. Becker
Mario Goulart Reis
Ruy Cirne Lima
José Luiz Carvalho Leite
Hélio Hoffmann²²⁵

Independente do posicionamento oficial da LEC, a Frente Democrática via *a pedido* ressaltou a aliança entre trabalhistas e comunistas:

[...] os comunistas, uma semana antes do pleito, retiraram a candidatura do Des. Sampaio e passaram a apoiar, escancaradamente, os dois principais candidatos do P.T.B – Alberto Pasqualini e João Goulart. É preciso acentuar que a posição tomada pelos comunistas foi perfeitamente lógica, pois desde a morte do sr. Getúlio Vargas os trabalhistas passaram a adotar a mesma linha de ação política e até os mesmos “slogans” e chavões inalteravelmente usados pelos agentes de Prestes, em sua luta a favor do imperialismo soviético [...]

Acusou, além disso, a direção do PRP de favorecer o candidato trabalhista Alberto Pasqualini:

[...] o Diretório Regional do Partido de Representação Popular [...] empregou contra a Frente Democrática ao fazer inserir, na nota oficial publicada na imprensa, como sub-título mentiroso e torpe, a epígrafe: “Retirada a Candidatura de Ildo Meneghetti” [...] o efeito procurado e desejado foi [...] lançar a confusão nas hostes da Frente Democrática e assim favorecer a vitória, não de Metzler, mas de Pasqualini [...] fica demonstrado que o P.T.B. conseguiu aliciar, para seu candidato, o apoio ostensivo e direto dos comunistas e o amparo dissimulado e indireto da direção do PRP [...] ²²⁶

Os dirigentes da coligação oposicionista utilizaram-se habilmente de uma inversão argumentativa, isto é, dando a entender que não foram os comunistas que aderiram ao PTB, mas, pelo contrário, os trabalhistas que aderiram às ideias do PCB. Ainda sobre a questão do suposto apoio do PSB à candidatura Pasqualini, o diretório estadual desse partido, publicou uma nota na imprensa escrita. Nesse documento, criticou-se a direção petebista que “representa a própria negação das lutas trabalhistas”, assim como se negou qualquer tipo de apoio político (BODEA, 1992, p. 122).

Todavia, no dia da votação, a “Frente Popular”, por meio de *a pedido*, assinado pelo desembargador João Pereira de Sampaio, recomendou o voto nas candidaturas de Alberto Pasqualini, João Goulart e Rui Ramos: “[...] para fazer da vitória desses

²²⁵ *Correio do Povo*, 29 de setembro de 1954, p. 7.

²²⁶ *Correio do Povo*, 29 de setembro de 1954, p. 10.

candidatos a vitória do povo gaúcho, que luta contra os golpistas, contra a opressão do capital ianque, em defesa da Constituição e da soberania nacional”.²²⁷

Já em relação ao PRP, o partido publicou um *a pedido* afirmando que a candidatura Wolfram Metzler não seria retirada e que, ao contrário, os perrepistas constituíam a “única força organizada contra o comunismo”. Curiosamente, no subtítulo da matéria do PRP, constou que seria retirada a candidatura de Ildo Meneghetti. Portanto, o objetivo do *a pedido* da Frente Democrática era desmentir a “confusão” gerada pelos perrepistas e aproveitar a oportunidade para atacar o PTB: acusando-o de obter o apoio indireto do PRP.

Em outubro, às vésperas da votação, o anticomunismo da Frente Democrática não arrefeceu: “Consolidado a Pedra e Cal o conluio de Comunistas e Trabalhistas para a implantação do socialismo no Rio Grande do Sul”.²²⁸ O discurso de Ildo Meneghetti – no comício de encerramento – sublinhou o “panorama sombrio” daquele contexto e o dever de sua candidatura contra a “[...] escravização política, representada pela destruição espiritual que emerge da lareira rubra [...]”.²²⁹ O último *a pedido* da Frente Democrática destacou a necessidade de votar em seus candidatos “CONTRA A CORRUPÇÃO, A DEMAGOGIA E O COMUNISMO”.²³⁰

O candidato trabalhista Alberto Pasqualini, no comício de encerramento, repudiou peremptoriamente as acusações de seus adversários acerca de uma aliança com comunistas e perrepistas: “[...] A vitória que se avizinha será exclusivamente nossa. Não temos aliados, nem da direita, nem da esquerda [...]”.²³¹ Naquela ocasião, João Goulart defendeu-se das acusações de que seu partido fazia apologia “a luta de classes”: “[...] Jamais apontamos para o Brasil o caminho da discórdia, da luta e da divisão de classe [...] Temos nos insurgido [...] contra uma coisa: que o Brasil continue entre uns poucos que vivem no luxo [...] e multidões, condenadas ao abandono e a miséria [...]”.²³²

É importante salientar que o anticomunismo esteve presente tanto na campanha da Frente Democrática quanto na campanha trabalhista. Nas eleições de 1947 o anticomunismo trabalhista – em virtude da aliança PSD/PCB – foi mais intenso. Porém, nas eleições subsequentes uma das maiores preocupações dos petebistas foi diferenciá-

²²⁷ *Correio do Povo*, 3 de outubro de 1954, p. 13.

²²⁸ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1954, p. 12.

²²⁹ *Correio do Povo*, 2 de outubro de 1954, p. 14.

²³⁰ *Correio do Povo*, 3 de outubro de 1954, p. 22.

²³¹ *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1954, p. 19.

²³² *Correio do Povo*, 2 de outubro de 1954, p. 10.

los dos comunistas. O PSD e, em consequência, os seus partidos aliados procuravam associar as ideias e práticas do PTB com uma tentativa de “implantação do socialismo no Rio Grande do Sul”.

3. 4. Os parlamentares e as eleições para o governo estadual

Para Cánepa (2005, p. 170), o governo estadual trabalhista apesar de não contar – na Assembleia Legislativa – com a maioria dos deputados, não encontrou muitas dificuldades quanto à aprovação de suas propostas. Não obstante, o seu alinhamento ao governo federal e o advento do período eleitoral geraram críticas dos oposicionistas.

Cabe dizer que, na disputa eleitoral de 1950, constataram-se no legislativo as implicações das singularidades concernentes às alianças políticas em um contexto de eleições concomitantes. Já em 1954, o PSD, a UDN e o PL – Frente Democrática – formaram uma coligação unissonante contrária a Vargas e, em consequência, ao governo Dornelles.

No início de julho, na sessão sob a presidência do udenista Alcides Flores Soares Júnior, o deputado Unírio Carrera Machado – líder da bancada trabalhista – comunicou sobre o desligamento de Antônio Brochado da Rocha – Secretário da Fazenda – e Leonel de Moura Brizola – Secretário de Obras Públicas – da administração estadual para concorrerem, ambos pela legenda petebista, para a suplência ao Senado, assim como à Câmara dos Deputados, respectivamente. Destacou-se que Antônio Brochado da Rocha havia recebido o “orçamento financeiro do Estado com uma série de dificuldades” e que sua “brilhante gestão” foi responsável por sanear as finanças e recuperar o crédito no mercado.

O deputado Leodegário Adail de Moraes (PSD) externou apreço e respeito ao Secretário da Fazenda, mas, ao mesmo tempo, discordou da alegação de que o governo trabalhista restabeleceu o crédito no Estado. Assim, o pessedista encerrou o seu aparte: “[...] Rendo a minha homenagem ao dr. Antônio Brochado da Rocha, mas não posso deixar de repelir as acusações que a tôdo o instante faz o trabalhismo, misturando homenagens com politicagem”.²³³

No que diz respeito a essa questão, observou-se na propaganda eleitoral veiculada na imprensa escrita – principalmente a partir de setembro – que a perspectiva de comparação entre as administrações pessedista e petebista foi utilizada

²³³ Anais da Assembleia Legislativa. 49ª sessão, em 2 de julho de 1954, p. 48.

significativamente pelos dois lados da contenda. Portanto, na disputa eleitoral, os partidos buscavam – sob um ponto de vista da existência relacional entre eles – distinguir-se, assim como desqualificar o outro.

Em outra sessão, Wilson Vargas da Silveira – vice-líder da bancada trabalhista – utilizou-se da tribuna para denunciar a prática de coação eleitoral no município de Osório, no distrito de Tramandaí. De acordo com o parlamentar petebista, autoridades municipais – vinculadas a UDN – estariam supostamente procurando eleitores pertencentes ao diretório do PTB em Tramandaí, cuja finalidade seria a desfiliação dessa agremiação e, em consequência, a inclusão nos quadros do partido da “eterna vigilância”.²³⁴

Desta maneira, é possível identificar – antes mesmo do lançamento oficial das candidaturas ao pleito majoritário estadual – o ambiente eleitoral no legislativo sul-rio-grandense. Nesse último aspecto, observa-se que, diferentemente da propaganda eleitoral veiculada nos jornais, os embates entre os parlamentares – assim como no processo eleitoral analisado em 1950 – trouxeram denúncias de arbitrariedades e o envolvimento de agentes públicos na campanha política. A suposta coação eleitoral era atribuída a UDN, ou seja, partido que integrava a Frente Democrática.²³⁵

Na sessão presidida por Miguel Moreira (PSD), após o lançamento da candidatura Ildo Meneghetti pela Frente Democrática, utilizou-se da tribuna o deputado pessedista Hélio Carlomagno. O discurso criticou tanto o governo de Getúlio Vargas quanto de Ernesto Dornelles: “[...] o engenheiro Ildo Meneghetti ofereceu ao Rio Grande realmente um estudo da situação atual e principalmente da crise de honestidade que avassala a política do situacionismo rio-grandense e do situacionismo nacional [...]”. Além disso, abordou a crise econômica, sobretudo o processo inflacionário e suas implicações sociais, assim como leu na íntegra o discurso de Ildo Meneghetti proferido no lançamento de sua candidatura.²³⁶

Nesse contexto, nos Anais da Assembleia Legislativa, encontramos a situação de crise político-econômica nacional reverberada no discurso parlamentar oposicionista. Outro conjunto de questões refere-se às críticas feitas ao governo do Estado. Portanto, os discursos proferidos da tribuna estiveram em sintonia com a propaganda eleitoral observada nos jornais: *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*.

²³⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 50ª sessão, em 5 de julho de 1954, p. 63.

²³⁵ Posteriormente, observa-se que o PTB de acusador passou a condição de acusado.

²³⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 55ª sessão, em 12 de julho de 1954, p. 195-209.

Entretanto, foram as denúncias feitas pelos deputados oposicionistas, principalmente da bancada pessedista contra o governo de Ernesto Dornelles – inauditas na imprensa escrita – que se destacaram no embate parlamentar. Em linhas gerais, o PSD – no campo da oposição – denunciou o PTB – então governo estadual – de utilizar-se da máquina pública em benefício eleitoral.

Em fins de julho, Ariosto Jaeger (PSD) denunciou o governo do Estado pela suposta utilização de automóveis oficiais para fins eleitorais. O discurso foi aparteado por Adílio Martins Viana (PTB). Para o deputado petebista, a oposição acusava de forma irresponsável o governador Ernesto Dornelles pelo que “ocorria nos mais longínquos recantos do Estado”. Por outro lado, Henrique Fonseca de Araújo (PL) ratificou as palavras do colega pessedista e também aliado político.

Ariosto Jaeger (PSD) fez uma distinção entre os governos Jobim e Dornelles,

[...] O Govêrno passado cometia êrros e praticava faltas, mas os seus integrantes não se negavam a assumir as responsabilidades. O atual, entretanto, multiplica êsses erros por mil, pratica faltas muito maiores, e os seus titulares sistematicamente fogem à responsabilidade, ou, então, procuram lança-la sôbre funcionários subalternos, sôbre os pequeninos, sôbre os que não podem reagir [...] que não têm o beija-mão do Palácio para defende-los intransigentemente.

Por fim, o parlamentar pessedista denunciou a participação de carros oficiais no cortejo de recepção ao petebista Alberto Pasqualini – em Porto Alegre – por ocasião do lançamento oficial de sua candidatura ao governo estadual. De um modo geral, sublinhou a utilização do “patrimônio público” para a campanha política e a descrença no governo do Estado acerca de quaisquer providências a serem tomadas.²³⁷

Paralelamente, na propaganda eleitoral da Frente Democrática veiculada nos jornais, acusava-se também o governo Dornelles de beneficiar-se eleitoralmente por deter o controle do Estado. Porém, sem especificar as supostas “arbitrariedades” cometidas pela gestão petebista. A “moralidade administrativa” constituiu-se no cerne da narrativa da coligação oposicionista.

Na primeira quinzena de agosto, em outras sessões, essa temática foi recorrente no legislativo estadual, isto é, a bancada do PSD denunciando o PTB sobre a utilização da máquina pública para fins eleitorais. O deputado Pio Müller da Fontoura (PSD) apresentou duas denúncias. Na primeira, relatou que o delegado de polícia do município de Júlio de Castilhos fez uso arbitrário do veículo oficial da delegacia, cuja finalidade

²³⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 68ª sessão, em 29 de julho de 1954, p. 453-460.

havia sido fazer propaganda para Alberto Pasqualini. Na segunda, afirmou que o DAER (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem) contratou operários diaristas obrigando-os assinarem “ficha no PTB”, bem como descontarem um determinado valor do pagamento para o caixa do respectivo partido. Para o oposicionista Pio Müller da Fontoura: “[...] Fatos similares várias vezes têm sido denunciados nesta Assembléia, mas lamentavelmente, eles não passam de denúncia desta Casa e o Govêrno do Estado, propositadamente não toma as providências que o caso exige”.

O discurso foi aparteado pelos deputados Hélio Carlomagno (PSD) e Alcibio Nunes (PTB). O primeiro endossou as palavras do colega de partido, enquanto o segundo argumentou que, se o governo “[...] não toma as providências que V. Exa. deseja, é justamente porque as acusações não encontram base na realidade e não têm procedência”. Além disso, apontou que denúncias similares eram comuns no governo de Walter Jobim (PSD) e os fatos “se repetiam continuamente”, assim como acusou o pessedista Hélio Carlomagno, outrora candidato, ter praticado arbitrariedades: “[...] usou e abusou da autoridade policial [...] durante a campanha eleitoral [...]”. Conforme os Anais do legislativo, os parlamentares “trocam-se apartes simultâneos” e o presidente daquela sessão – Francisco Solano Borges (PL), Primeiro Vice-Presidente – interferiu no debate “comprimindo as campanhas”.²³⁸

O PSD, por meio de seu parlamentar Hélio Carlomagno, voltou a denunciar arbitrariedades, inclusive do governo federal. Foi lida da tribuna uma carta enviada pelo Diretório Municipal pessedista do município de Veranópolis para o líder da bancada do partido na Assembleia, deputado Walter Peracchi Barcellos. Nesse documento, se dizia, em suma, que funcionários do “Instituto do Mate” estariam distribuindo propaganda do PTB. Assim, discursou Hélio Carlomagno: “[...] êsses grupos de pessoas precisam e devem ser apontados à opinião pública para a excomunhão cívica que merecem [...] são pagos funcionários autárquicos federais em benefício da propaganda de partidos [...]”.²³⁹

Na sessão subsequente, o deputado Ariosto Jaeger (PSD) ocupou a tribuna e insistiu na denúncia quanto ao uso de automóveis oficiais para a campanha eleitoral petebista. O discurso foi aparteado por Theobaldo Neumann (PTB). O parlamentar petebista, por outro lado, alegou que as restrições da legislação não eram aplicadas aos casos levantados pelo debater oposicionista. Em outro aparte, Mem de Sá (PL)

²³⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 71ª sessão, em 3 de agosto de 1954, p. 18-21.

²³⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 73ª sessão, em 5 de agosto de 1954, p. 38-41.

denunciou que o “avião do DAER” estava a serviço político, transportando candidatos para “todos os pontos do Estado”.²⁴⁰

Em outra sessão, Ariosto Jaeger (PSD) explicou o sentido de suas denúncias,

[...] Aos poucos, algumas pessoas que tomam conhecimento do que se faz nesta Assembléia vão começando a adotar as suas providências e amanhã ou depois, quando a utilização de placas brancas [...] passar a provocar assobios ou pedradas nas ruas de Pôrto Alegre, então, haverá um pouco mais de cuidado, um pouco mais de prudência na utilização dêstes carros [...] passarei a aconselha às pessoas lesadas nos seus direitos, já que as autoridades não tomam providências, a que tomem elas alguma providência [...]²⁴¹

No caso exposto acima, pode-se inferir que os embates político-partidários entre os parlamentares não estiveram restritos ao espaço institucional dos representantes do povo, pois eram reproduzidos em outros meios, por exemplo, a imprensa (jornais e programas de rádio). Cabe destacar que denúncias de violência e repressão policial – corriqueiras no Parlamento em relação ao governo Walter Jobim (PSD) – não foram observadas nos transcorrer da disputa eleitoral em 1954.

Em 5 de agosto de 1954, o atentado ocorrido na capital do país contra Carlos Lacerda teve grande repercussão na Assembleia Legislativa sul-rio-grandense. Os deputados da Frente Democrática intensificaram os ataques ao governo Vargas. Nos termos de Alcides Flores Soares Júnior (UDN), o seu correligionário – Carlos Lacerda – representava um “símbolo da resistência moral da reação contra o roubo”. Procurou, igualmente, responsabilizar o governo federal pelo atentado. Os Anais da Casa registraram o ambiente da respectiva sessão: “Trocam-se apartes simultâneos, tumultuam-se os trabalhos. O sr. Presidente comprime as campanhas”.

O deputado João Caruso Scuderi (PTB) – em aparte – criticou os métodos de imprensa de Carlos Lacerda: “[...] é dentro do país o maior e mais inveterado de todos os caluniadores [...]”. Enquanto isso, o parlamentar udenista defendeu que a lei seria a “[...] arma aquêles que se sentem caluniados para que promovam ação judicial contra seus caluniadores [...] merece a nossa reprovação [...] de uma vez por todas êsses processos de capangada armada a atentarem contra a vida dos concidadãos [...]”. Por fim, Walter Peracchi Barcellos – em nome da bancada do PSD – protestou contra os

²⁴⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 95-98.

²⁴¹ Anais da Assembleia Legislativa. 76ª sessão, em 10 de agosto de 1954, p. 138-141.

“métodos de repressão”: “[...] porque eles revivam o caudilhismo que nós já deveríamos ter afastado definitivamente da face do Rio Grande e do Brasil [...]”.²⁴²

Posteriormente, Walter Peracchi Barcellos (PSD) voltou a mencionar o caso da Toneleros,

[...] Sr. Presidente e srs. deputados, nessa oportunidade, quero requerer à Casa um voto de pesar pela morte trágica desse aviador emérito [...] Rubem Vaz [...] E que também levemos este nosso protesto à União Democrática Nacional que vê um dos seus próceres mais iminentes [...] sujeito a êste bárbaro atentado, e do qual lhe resultou, também, um ferimento [...] Nem de leve pode me passar pela mente que o sr. Presidente da República tinha tido conhecimento anterior das intenções daqueles que se lançaram nesse bárbaro atentado. Mas, o que não deixa dúvida, sr. Presidente e srs. deputados, é que elementos ligados ao governo, e até mesmo à sua própria guarda pessoal, estão envolvidos nesse atentado [...]

As palavras do parlamentar pessedista foram endossadas pelo aliado político, deputado Mem de Sá (PL), assim como pelo único representante do PSB, deputado Cândido Norberto. Destarte, foi encaminhado pelo líder da bancada do PSD um voto de pesar “pelo trágico desaparecimento do major da aeronáutica Rubem Vaz”, sendo a postulação aprovada e subscrita inclusive pelo próprio PTB. Não obstante, João Caruso Scuderi (PTB) criticou a “propaganda política” e a “exploração eleitoral” acerca do episódio.²⁴³

Nesse sentido, em outra sessão, permeada pelo aprofundamento da crise política nacional, o deputado petebista Wilson Vargas da Silveira repudiou a “exploração política em virtude dos últimos acontecimentos ocorridos na capital”. O respectivo parlamentar fazia alusão aos desdobramentos do inquérito do atentado da Rua Toneleros e suas implicações na disputa eleitoral para o governo estadual. Além disso, denunciou o envolvimento de “grupos de generais e oficiais” com interesses “político-partidários” e suas relações com a instabilidade do regime democrático, bem como a possibilidade de uma intervenção estrangeira via golpe de Estado.

[...] o que está se pretendendo fazer no Brasil, por trás de tudo isto, é uma nova Guatemala, é um atentado contra a soberania nacional e é lastimável que os homens públicos dos partidos de oposição [...] estejam fazendo êste jogo contra os interesses da pátria [...] São as mesmas forças que agiram aqui, num verdadeiro esquema de interesses do capitalismo internacional, quando do nefando golpe de 29 de outubro de 1945. Foram estas forças que movimentaram os jornais de todo êste país para pressionar o Presidente da República e criar uma situação de

²⁴² Anais da Assembleia Legislativa. 73ª sessão, em 5 de agosto de 1954, p. 47-49.

²⁴³ Anais da Assembleia Legislativa. 74ª sessão, em 6 de agosto de 1954, p. 92-103.

instabilidade do regime, quando o Ministro João Goulart, por êste país afora, fazia uma pregação doutrinária de emancipação dos trabalhadores brasileiros [...]²⁴⁴

Como citado, observa-se as imbricações dos eventos ocorridos no âmbito nacional em relação à disputa eleitoral para o governo estadual. A crise política nacional culminou com o suicídio do presidente Getúlio Vargas. O impacto de sua morte interferiu diretamente no legislativo sul-rio-grandense, assim como os episódios que se sucederam na capital do Estado. Em 27 de agosto daquele ano, ocorreu uma sessão solene em homenagem póstuma ao presidente. O deputado Unírio Carrera Machado – líder da bancada trabalhista – utilizou-se da tribuna proferindo um extenso discurso – influenciado pela Carta Testamento – que trazia a figura do presidente da República como sendo “vítima de um novo golpe”. Ressalta-se que os deputados petebistas foram orientados para não apartear outros oradores. Após, o parlamentar Hélio Carlomagno – em nome da bancada estadual do PSD – registrou “voto de pesar”. O discurso foi apartado por Mário Carlos de Bem Osório (PTB): “V. Exa. está querendo ser patético. Mas, queria perguntar se VV. Exas. não desejavam o que aconteceu?”. Assim, o deputado pessedista prosseguiu o seu discurso: “Que Deus ilumine nossos dirigentes e dê ao povo brasileiro no futuro as benesses de dias melhores”.

O deputado Mem de Sá – líder da bancada do PL – expressou votos de pesar e ressaltou que a postura de seu partido concernente ao presidente havia sido de oposição e “jamais de inimigos”. Em aparte, Croacy Cavalheiro de Oliveira (PTB) culpou: “[...] às forças alienígenas, o americano do norte, conjugadas a fôrças nacionais [...]” pela morte de Vargas. Posteriormente, Guido Fernando Mondin – líder da bancada do PRP – manifestou sentimentos pelo falecimento do “primeiro magistrado da Nação”. Em um breve discurso, Victor Oscar Graeff – líder da bancada da UDN – externou as condolências do partido, assim como da mesma forma fez o líder da bancada do PSP, deputado Derly de Azevedo Chaves. Por fim, fez o uso da palavra o deputado Cândido Norberto (PSB): “[...] fôrças internas e externas, conseguiram finalmente [...] Golpearam a democracia [...] Não reconhecemos no govêrno do sr. Café Filho senão um govêrno saído de manobras golpistas”.²⁴⁵

Observa-se que tanto na propaganda eleitoral do PTB veiculada na imprensa escrita quanto na Assembleia Legislativa os trabalhistas sustentavam a mesma narrativa:

²⁴⁴ Anais da Assembleia Legislativa. 81ª sessão, em 17 de agosto de 1954, p. 195-199.

²⁴⁵ Anais da Assembleia Legislativa. 87ª sessão, em 27 de agosto de 1954, p. 329-340.

responsabilizando os “inimigos” de Getúlio Vargas pelo seu suicídio. O deputado Wilson Vargas da Silveira (PTB) comparou o presidente a Jesus Cristo e Mahatma Gandhi, assim como afirmou que Vargas era “[...] vítima da coerção irresistível dos assassinos da política oposicionista a serviço de escusos interesses imperialistas [...]”. Preocupou-se, igualmente, com o legado de sua obra e defendeu que cabia aos “homens do partido” salvaguardar os “direitos dos trabalhadores”.²⁴⁶

Como já citado no presente capítulo, a notícia do suicídio do presidente e, em consequência, os acontecimentos transcorridos em Porto Alegre ocuparam a propaganda eleitoral na imprensa e na tribuna do legislativo sul-rio-grandense. Cabe dizer que, o jornal *Correio do Povo* publicou excertos dos discursos concernentes aos embates entre parlamentares sobre a investigação dos atos de “vandalismo” e da suposta “omissão” do governo do Estado.

O deputado Mem de Sá (PL) culpou o governador do Estado pela negligência em relação à segurança pública e, ao mesmo tempo, lamentou que o “[...] povo pagará os prejuízos que o Govêrno tolerou [...]”. Enquanto isso, Wilson Vargas da Silveira (PTB) criticou a oposição sobre a solicitação de abertura de uma Comissão de Inquérito. Assim, discursou o parlamentar trabalhista: “[...] O que as oposições desejam dizer e não dizem claramente é que se elas estivessem no poder [...] usariam dêsse poder para metralhar o povo e não permitir depredações [...]”.²⁴⁷

Na sessão subsequente, a Frente Democrática insistiu nos protestos contra o governo estadual. O ambiente político desde o atentado da Toneleros culminado com a morte do presidente tornou-se exasperado. Victor Oscar Graeff (UDN) exprobou o governo estadual pelo fato de não ter “cumprido com o seu dever”. O parlamentar Theobaldo Neumann (PTB), por sua vez, defendeu Dornelles “[...] se houvesse a intervenção que VV. Exas. da oposição desejam, desde o início, a mortandade em Pôrto Alegre teria sido uma chacina”. Posteriormente, o udenista acusou o PTB de incitar parte da população contra os partidos oposicionista: resultando na depredação de seus respectivos diretórios. Em seu discurso, Siegfried Emanuel Heuser (PTB) ponderou perante os “momentos de exaltação de ânimo” e julgou acertada a atitude do governo do Estado, tendo em vista as circunstâncias que, no momento, se deparavam.²⁴⁸

²⁴⁶ Anais da Assembleia Legislativa. 88ª sessão, em 30 de agosto de 1954, p. 360-363.

²⁴⁷ Anais da Assembleia Legislativa. 88ª sessão, em 30 de agosto de 1954, p. 353-363.

²⁴⁸ Anais da Assembleia Legislativa. 89ª sessão, em 31 de agosto de 1954, p. 387-392.

Em setembro, o PSD, a UDN, o PL e o PRP registraram nos Anais do legislativo uma nota de protesto contra a “indiferença” e a “inércia” do governo do Estado em face dos “atentados” perpetrados contra a imprensa – jornais “*Estado do Rio Grande, Diário de Notícias, Jornal do Dia e Tribuna Gaúcha*”, assim como nas rádios “Farroupilha” e Difusora” – as sedes dos partidos políticos – “exceto do PTB” – e ainda “inúmeras propriedades privadas”. A Secretaria do Interior e da Justiça, por outro lado, por meio de seu secretário, Ney Brito, enviou uma nota aos parlamentares. Nesse documento, se dizia, em linhas gerais: “[...] O Gôverno está tranquilo do seu procedimento, pois cumpriu, da maneira que lhe pareceu aconselhável, a missão que lhe cabia [...]”.²⁴⁹

Nesse contexto, contrastando com a propaganda eleitoral – marcada pelos intensos embates entre o PTB e a Frente Democrática – veiculada no jornal *Correio do Povo*, ocorreu significativo arrefecimento de contendas políticas no legislativo sul-rio-grandense. Todavia, João Caruso Scuderi (PTB) protestou contra a divulgação para a imprensa de alguns documentos concernentes ao inquérito do caso Toneleros. Para o deputado trabalhista, o “inquérito político-militar” estava sendo executado de forma arbitrária e teria finalidade difamatória. Enquanto isso, Mem de Sá (PL), por meio de constantes apartes, defendeu a lisura do respectivo processo.²⁵⁰

Em suma, no legislativo sul-rio-grandense – espaço dos profissionais – os embates político-eleitorais entre os parlamentares estiveram interligados aos episódios da crise nacional. O conteúdo dos discursos proferidos na tribuna abordavam significativamente as mesmas questões veiculadas na imprensa escrita pelos partidos e candidatos. De um lado, estava a Frente Democrática e suas múltiplas críticas ao governo federal e, em consequência, ao governo Dornelles; de outro, o PTB, defendendo peremptoriamente os governos trabalhistas. De um ponto de vista bourdieusiano, é possível identificar o jogo das oposições e distinções, como, por exemplo, a questão da “moralidade administrativa” e a luta entre os agentes do campo político pela manutenção ou subversão do poder.

3. 5. Os resultados e significados das eleições de 1954

Nas eleições do dia 3 de outubro de 1954, Meneghetti suplantou Pasqualini por uma margem pequena de votos. De acordo com Cánepa, o pleito foi nitidamente

²⁴⁹ Anais da Assembleia Legislativa. 91ª sessão, em 2 de setembro de 1954, p. 13-15.

²⁵⁰ Anais da Assembleia Legislativa. 92ª sessão, em 3 de setembro de 1954, p. 44-51.

polarizado: de um lado, o candidato da Frente Democrática (PSD-PL-UDN), com 46,17% dos votos e, de outro, o candidato do PTB que atingiu 42,51% dos votos. Apesar do PTB ter sido derrotado, tanto para o cargo majoritário estadual, quanto para o Senado, os petebistas mantiveram-se como o maior partido estadual, aumentando sua representatividade na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa (CÁNEPA, 2005, p. 203-204).

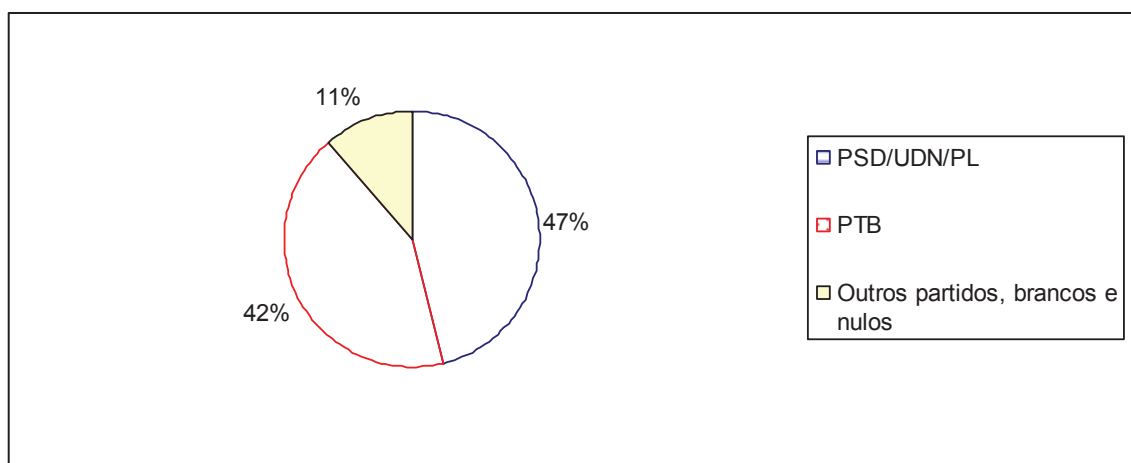
Tabela 4 - Eleições para governador do Estado do Rio Grande do Sul em 3/10/54.

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	% VOTOS
Ildo Meneghetti	PSD/UDN/PL	386.821	46.17
Alberto Pasqualini	PTB	356.183	42.51
Wolfran Metzler	PRP	71.110	8.48
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	7.396	0.88
J. Pereira Sampaio*	PSB	73	0.00
Branco		11.010	1.38
Nulos		5.162	0.61
TOTAL		837.755	100

Fonte: (CÁNEPA, 2005, p. 201).

* A candidatura de J. P. Sampaio foi retirada ao final da campanha.

Gráfico 3 - Polarização Partidária (1954).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com as eleições de outubro de 1954, encerrou-se toda uma fase do trabalhismo no Rio Grande do Sul. A morte de Getúlio Vargas e a segunda derrota eleitoral de Alberto Pasqualini fizeram desaparecer do cenário político as duas grandes lideranças históricas do PTB. Pasqualini, acometido de grave enfermidade, saiu da vida pública pouco tempo depois dessa eleição.

Cortés (2007, p. 237) sublinhou o ano de 1954 como divisor de águas na história do PTB:

O ano de 1954 caracterizou-se por mudanças na liderança do PTB gaúcho, com efeitos sobre o partido trabalhista nacional, em virtude do controle gaúcho sobre a máquina do partido. Ocorreu a morte de Getúlio Vargas, fundador e líder do partido, como também foi o fim do período dos três líderes estaduais que haviam, originalmente, construído o PTB gaúcho: Pasqualini, que estava morrendo, o derrotado José Diogo e o frustrado Loureiro da Silva. Finalmente, o ano foi marcado pela ascensão ao poder de um novo trio de líderes petebistas, os herdeiros de Vargas: Leonel Brizola, Fernando Ferrari e João Goulart, que, quando morreu seu benfeitor, tomou conta do partido.

Segundo Bodea (1992, p. 130), esse é o momento em que Brizola consolida-se, como principal liderança do trabalhismo no Rio Grande do Sul, enquanto isso João Goulart afirma-se como o maior dirigente do partido no âmbito nacional. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes (2007, p. 63), a redefinição dos papéis das lideranças petebistas após a morte de Vargas, seria “um segundo tempo do trabalhismo”.

Para Oliveira (2008, p. 229-239), quando Ildo Meneghetti assumiu o governo estadual em 1955, o PSDA enfraquecido não representava mais uma ameaça à unidade do partido. Nesse sentido, o anti-varguismo, dentro dos quadros pessedistas, representado pelo movimento anti-juscelino, fortaleceu uma postura de independência em relação ao diretório nacional que resultou na dissolução da diretoria do PSD local. Não obstante, os pessedistas sul-rio-grandenses continuaram sustentando a sua linha de independência no que diz respeito ao governo de Juscelino Kubitschek.

Para Cánepa (2005, p. 204-207) quanto à divisão geográfica no Rio Grande do Sul, os partidos mantiveram a mesma distribuição. O PTB foi o partido mais urbano e, na capital, firmou-se como partido francamente majoritário tanto nas eleições para o Executivo quanto nas legislativas. Na Frente Democrática, PL e UDN eram mais urbanos, sobretudo a UDN, e o PSD era o partido das pequenas localidades do interior; disputando, em muitos casos, a mesma área geográfica do PRP.

Na terceira eleição ao governo estadual, após a democratização no país, pode-se observar aquilo que Trindade e Noll denominaram de “padrão latino de polarização partidária” e “tradição da alternância no poder”. Ocorreu, nesse Estado, uma progressiva aglutinação das forças políticas contrárias ao PTB, nucleadas em torno do PSD – dissidente do diretório nacional – para disputar as eleições contra o PTB.

O tipo de clivagem político-eleitoral que se estruturava no Rio Grande do Sul é provavelmente tributário também da cultura política platina onde digladiavam-se, desde o século passado, “federales” e “unitários” na Argentina e “blancos” e “colorados” no Uruguai. A confrontação PTB/anti-PTB do pós-45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também, na República Velha o estilo radicalizado do confronto entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas) [...] Outro traço que, na tradição gaúcha, não pode ser dissociado do bipartidarismo de fato é o persistente padrão de alternância político-eleitoral. A análise da série temporal de eleições de 1947 a 1986 permite vislumbrar que não apenas configura-se um padrão bipartidário de fato, mas, o que parece igualmente relevante, a seqüência de eleições até 1962, em que o cargo de Governador do Estado estava em disputa, segue em ritmo de rigorosa alternância de poder entre PTB e anti-PTB (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 64-81).

Logo, na “tradição sul-rio-grandense”, não se pode dissociar a “polarização” do persistente “padrão de alternância” político-eleitoral. Nas eleições de 1947, o PSD de Walter Jobim, mesmo sem o apoio do PL e da UDN, derrotou o candidato petebista Alberto Pasqualini. Em 1950, o PTB de Ernesto Dornelles, sob o impulso da candidatura de Vargas à Presidência, derrotou o pessedista Cylon Rosa, aliado à UDN e ao PRP. Já, em 1954, o PSD de Ildo Meneghetti retornou ao poder, com o apoio da UDN e do PL, derrotando o candidato petebista Alberto Pasqualini.

Em relação ao sistema democrático-representativo vigente no período abordado, pode-se observar que as estruturas autoritárias do período estadonovista permaneceram significativamente, provocando o retardamento do processo de institucionalização do sistema partidário. Contudo, no Rio Grande do Sul, os partidos políticos estiveram próximos da realização das funções atribuídas nos sistemas democrático-liberais.

De acordo com Cánepa (2005, p. 71-71):

[...] Os partidos políticos gaúchos apresentam diferenças importantes desde o momento de sua formação, as quais serão redefinidas no decorrer do período. Tais diferenças podem ser identificadas, tanto em

relação à composição social de suas bases eleitorais como em relação às propostas políticas que são por eles defendidas [...] As redefinições partidárias não são aleatórias nem tampouco se restringem à “lógica” decorrente da necessidade de ganhar eleições que, num sistema multipartidário, tende a determinar a formação de alianças. Pensamos que essas redefinições estão intimamente associadas aos desdobramentos das próprias contradições que sobretudo as classes, frações de classe, como também diferentes segmentos, grupos ou setores da sociedade, foram desenvolvendo durante o período e da repercussão desse processo no conjunto da sociedade, em especial de sua expressão no plano político [...] A relação partido-classe é entendida como uma relação complexa, significando aqui, basicamente três coisas: a) não pode ser entendida de uma perspectiva reducionista de determinação do político pelo econômico; b) sofre alterações importantes durante o período; c) sofre as consequências das defasagens originárias da necessidade de articulação em nível regional e nacional.

Assim argumenta a mesma autora (2005, p. 66) sobre o desenvolvimento do sistema partidário:

[...] embora a criação dos partidos políticos em 1945 se tenha processado em condições adversas a uma representação efetiva das principais forças sociais em confronto, estas foram capazes de se organizarem num segundo momento e, utilizando-se das instituições criadas, por assim dizer de “cima para baixo”, se fazerem nelas representar. Na verdade, poderíamos dizer que se assiste a dois movimentos conjugados: de um lado, são as forças sociais já constituídas ou em constituição que buscam através das instituições políticas então criadas; de outro, é a classe política que, no processo de construção ou afirmação de identidades, aproxima-se de determinados setores sociais e, nesse processo, “transforma-se”, por assim dizer, assumindo características de verdadeiras forças sociais. Os partidos em sua atuação concreta seriam os elementos de “canalização” desse duplo processo.

Os partidos políticos estaduais constituíram-se canais significativos de representação dos interesses das principais forças sociais e representaram um instrumento para a própria constituição das classes ou frações de classes no nível político. Além disso, a própria dinâmica do sistema democrático-representativo estava na direção de sua “consolidação”, até sua ruptura com o advento do Golpe civil-militar em 1964.

Ao longo deste capítulo, priorizamos a disputa eleitoral entre a Frente Democrática e os trabalhistas para o governo estadual em 1954 a partir da análise das ideias-força produzidas pelos partidos e reproduzidas na imprensa escrita. A experiência democrática estava permeada pela necessidade de práticas de intensificação entre eleitores e candidatos. Os partidos necessitavam desempenhar um papel de mobilização

e construção de popularidade eleitoral. A propaganda eleitoral – de ambas as candidaturas – buscou agregar a popularidade à imagem pública de seus respectivos candidatos.

No espaço de lutas pela definição legítima do mundo social, a dimensão relacional torna-se elementar. De um ponto de vista bourdieusiano, é possível distinguir as duas candidaturas: De um lado, a petebista e a perspectiva de “progresso” permeada pelo desenvolvimento econômico com inclusão social: Estado protetivo, legislação trabalhista, etc. De outro, a candidatura oposicionista e a concepção de “retrocesso”, isto é, as “forças do conservadorismo” que representariam uma ameaça aos avanços democráticos, sobretudo, referente à conquista dos direitos sociais. A Frente Democrática, por sua vez, enfatizou a “ordem”, a “tranquilidade”, a “defesa da propriedade privada” e a prioridade para o “homem do campo”, mas demonstrou uma retórica interclassista, ou seja, de conciliação entre as diversas composições sociais. Ademais, acusou o PTB pela crise política e econômica, assim como de promover a “luta de classes”.

Entre outros aspectos trabalhados a partir dos conceitos elaborados por Bourdieu, destaca-se a questão do capital político dos candidatos Ildo Meneghetti e Alberto Pasqualini. As respectivas propagandas exploraram a trajetória e os créditos acumulados de seus candidatos a partir do jogo das oposições e distinções, cujo propósito é a desqualificação do outro. Nesse sentido, o mesmo ocorreu em relação às narrativas concernentes às administrações pessedista e trabalhista. Além disso, na luta persuasiva para conquistar o maior número de adeptos/votos, foi possível identificar novamente a influência da Igreja Católica no processo eleitoral: da relação entre os campos (homologia), nesse caso, o político e o religioso.

O anticomunismo esteve presente tanto na campanha da Frente Democrática quanto na campanha trabalhista. Nas eleições de 1950 e 1954, uma das maiores preocupações dos petebistas foi diferenciá-los dos comunistas. O PSD e, em consequência, os seus partidos aliados procuravam associar as ideias e práticas do PTB como uma tentativa de “implantação do socialismo no Rio Grande do Sul”.

As eleições estaduais estavam intrinsecamente ligadas à crise política nacional e o que se referia ao governo Vargas tinha implicação direta com o governo Dornelles, bem como com a disputa eleitoral local. Há, enfim, por parte dos petebistas práticas de mobilização simbólica em torno da morte do presidente. Como já foi visto, o grande capital político de Getúlio Vargas e a comoção nacional devido ao seu suicídio

estabeleceram, na disputa eleitoral, duas narrativas principais. De um lado, encontravam-se os trabalhistas e a retórica da “justiça das urnas” para vingar-se dos “golpistas”; de outro, a que sustentava o contrário, isto é, a acusação de que o próprio PTB era o principal culpado pelo suicídio de Vargas.

Nos Anais da Assembleia Legislativa, encontramos a situação de crise político-econômica nacional reverberada no discurso parlamentar oposicionista. O conteúdo dos discursos proferidos na tribuna abordavam praticamente as mesmas questões veiculadas nos jornais pelos partidos e candidatos. De um lado, estava a Frente Democrática e suas múltiplas críticas ao governo federal e, em consequência, ao governo Dornelles. De outro, via-se o PTB defendendo os governos trabalhistas. Não obstante, outras questões tiveram relevância no debate parlamentar, como, por exemplo, a acusação ao governo Dornelles de beneficiar-se eleitoralmente por deter o controle da máquina pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo central compreender a disputa eleitoral entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1947, 1950 e 1954 para o governo estadual sul-rio-grandense por meio da imprensa escrita e dos Anais da Assembleia Legislativa. Em outras palavras, a pesquisa preocupou-se com a produção e divulgação de ideias-força. Foi demonstrado que, os respectivos partidos políticos produziram narrativas – ideias-força – que foram divulgadas – por meio de matérias pagas – nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, cujo objetivo consistia na construção de representações sobre a realidade do Rio Grande do Sul, seus problemas e suas formas de solução, assim como de encaminhamento.

No campo políticom ocorre uma disputa pela construção da realidade. Tanto o PSD quanto o PTB procuraram de alguma forma obter legitimidade com as eleições. Na disputa eleitoral, os partidos e candidatos almejam conquistar cargos públicos a partir da chegada ao poder via mobilização eleitoral de uma maioria de cidadãos/eleitores em torno da mesma representação do mundo social. O conflito político deve ser entendido também como uma luta simbólica na qual os profissionais e os aparelhos procuram monopolizar a palavra pública, impondo-a como verdadeira para o maior número possível de pessoas. Nesse sentido, a pesquisa procurou ampliar o conhecimento sobre as disputas eleitorais, pois a lógica relacional depende da complexidade da dimensão simbólica para desenvolver-se plenamente.

Dito isso, passo a apresentar as considerações finais da tese.

Na República Democrática (1945-1964), estava em curso um processo de consolidação de uma democracia representativa: a organização de partidos políticos nacionais, com programas e perfis ideológicos definidos, a legislação eleitoral, a significativa ampliação de eleitores e a competição eleitoral. Na experiência democrática, intensificaram as relações entre o eleitor – obrigado a votar – e o candidato – que tem necessidade do voto – no país.

Nesse contexto, os partidos competem pelos eleitores, assim como fazem os próprios eleitores para fazer eleições: alistamento, transporte, abrigo, entre outras práticas. A mobilização eleitoral é um conjunto de empreendimentos políticos que buscam incitar nos possíveis eleitores um interesse pela competição política, a fim de

convencê-los a se tornarem eleitores e, ao mesmo tempo, dar legitimidade ao voto. No Brasil, o intenso processo de mobilização eleitoral se estende até a eleição de 1955.

No decorrer do trabalho, tornou-se evidente que os partidos políticos foram os principais agentes de mobilização eleitoral. Nesse sentido, desenvolveram práticas de mobilização, cuja finalidade era a construção de um cidadão-eleitor. Os comícios, por exemplo, eram uma demonstração de força dos partidos e candidatos, assim como forneciam produtos – discursos, imagens, plataformas, entrevistas, etc. – que objetivavam a mobilização eleitoral por meio de publicações na imprensa.

Nesse sentido, observou-se a atuação de vários agentes de mobilização eleitoral – a imprensa, a Igreja Católica e a Justiça Eleitoral – tanto na construção de um interesse público pela disputa eleitoral quanto na conquista do voto. As campanhas eleitorais podem ser interpretadas como estratégias de conquista do voto e práticas necessárias para criar o cidadão-eleitor: o processo para introjetar no cidadão/eleitor um interesse pela competição eleitoral. Assim, legitimando uma experiência democrática representativa apesar de suas limitações e imperfeições.

Analisando as campanhas eleitorais de pessedistas e trabalhistas – principalmente nas eleições de 1947 e 1950 – pode-se constatar uma espécie de jogo político duplo. Em outras palavras, de um lado, o discurso dos candidatos – eventualmente reproduzidos na imprensa escrita – e, de outro, a propaganda elaborada pelo partido por meio de suas comissões – principalmente em forma de *a pedidos* – que demonstra significativo contraste.

Na campanha eleitoral pessedista, em 1946/1947, o candidato Walter Jobim evitou a retórica antigetulista. O PSD, por sua vez, teve uma postura agressiva em relação a Getúlio Vargas, sobretudo a partir do comício petebista de 29 de novembro de 1946: o qual Vargas declarou apoio ao candidato trabalhista Alberto Pasqualini. Enquanto isso, no jogo político, o PTB apresentava-se como herdeiro do projeto trabalhista do período estadonovista, sobretudo, em virtude dos direitos sociais. O respectivo projeto estava associado à figura pessoal de Getúlio Vargas – agente dominante do campo político e possuidor de grande capital político acumulado – razão pela qual a propaganda petebista sul-rio-grandense utilizava-se pragmaticamente da retórica varguista para a obtenção de dividendos no mercado eleitoral, apesar da ausência de personalismo em torno de Vargas no discurso pasqualinista.

Da mesma forma que, na campanha eleitoral para as eleições de 1947, encontramos uma espécie de jogo duplo entre partidos e candidatos nas eleições de

1950. O suposto “abrandamento” entre partidos e candidatos – após a morte de Salgado Filho – não é apropriado para designar a fase final da campanha eleitoral: setembro e início de outubro. A análise dos discursos de Cylon Rosa (PSD) e Ernesto Dornelles (PTB) reproduzidos nos jornais revela uma relação de cordialidade e respeito entre os adversários ao cargo majoritário estadual. Em contrapartida, os partidos utilizaram-se dos jornais com a finalidade de desqualificação do outro. Os *a pedidos* analisados pelo presente trabalho explicitam uma campanha exasperada em sua fase final e permeada por acusações sistemáticas de ambos os lados. Já em 1954, apesar de inicialmente haver a lógica do jogo duplo, a crise nacional e suas implicações na disputa estadual resultaram na equivalência discursiva entre partidos e seus respectivos candidatos.

Com o advento da experiência democrática, o povo tornou-se um agente político. Destarte, os partidos necessitaram intensificar as relações entre o eleitor e o candidato. O candidato precisava construir sua popularidade eleitoral, sendo assim, uma das formas disso acontecer baseou-se na pretensa identificação entre o candidato e o eleitor (povo). A análise da propaganda eleitoral evidenciou que os candidatos de ambos os partidos utilizaram-se do apelo popular.

Nesse sentido, a campanha de 1954 demonstrou essa questão de forma mais perceptível. A propaganda eleitoral – de ambas as candidaturas – buscou agregar a popularidade à imagem pública de seus respectivos candidatos. A partir da ampliação do eleitorado os partidos – apesar das especificidades quanto às composições sociais – visavam aos eleitores das regiões urbanas e industriais, assim como das zonas rurais.

Não obstante, é possível encontrar diferenças acerca das abordagens do uso do “povo” nas campanhas de Meneghetti e Pasqualini. Sob um ponto de vista relacional – no jogo das distinções e oposições – a Frente Democrática enfatizou o “homem do campo”, mas demonstrou uma retórica interclassista, ou seja, de conciliação entre as diversas composições sociais. Ademais, acusou o PTB de promover a “luta de classes”.

Já o PTB – apesar de também referenciar o povo como conjunto dos sul-rio-grandenses – englobou uma diversidade de segmentos relacionados às camadas mais pobres da população, em outras palavras, a “classe trabalhadora”: os trabalhadores urbanos e rurais, principalmente os pequenos agricultores. Há, enfim, o destaque para o papel de um Estado protetivo em virtude dos mais “fracos” e “humildes”.

Do ponto de vista programático, pode-se afirmar que as políticas públicas em infraestrutura estiveram presentes na propaganda eleitoral de ambos os partidos. Não só o PSD, mas também o PTB preocupavam-se com a ampliação e o melhoramento da

infraestrutura estadual – transportes e energia –, assim como o desenvolvimento econômico sul-rio-grandense por meio da industrialização. Também, convergem programaticamente no que diz respeito às populações rurais acerca da necessidade de melhorias nas condições de produção e de trabalho.

Cabe destacar que, o executivo estadual – nesse período – não teve dificuldades quanto à aprovação de seus projetos que visavam o desenvolvimento econômico regional: no âmbito da infraestrutura (rodovias, barragens de irrigação e eletricidade, etc.). Portanto, muitas questões eram vistas como consensuais pelos partidos de oposição.

No campo político, é necessário “fazer crer que se pode fazer o que se diz” e a verdade das “promessas” depende da “autoridade” e da “confiança” daquele que as pronuncia. Assim, a luta política é também simbólica para impor uma visão de mundo social, impondo-a como verdadeira para o maior número possível de eleitores. Dessa forma, a propaganda eleitoral pessedista e petebista girou em torno da legitimidade e da capacidade dos respectivos candidatos para fins de concretização de muitas políticas vistas como consensuais.

Já no que tange ao campo das distinções e oposições, observa-se: de um lado, o PTB e a perspectiva de “progresso” permeada pelo desenvolvimento econômico com inclusão social: Estado protetivo, legislação trabalhista, etc; de outro, os pessedistas e a concepção de “retrocesso”, isto é, as “forças do conservadorismo” que representariam uma ameaça aos avanços democráticos, sobretudo, referente à conquista dos direitos sociais. O PSD, por sua vez, era apresentado como o partido do “povo gaúcho”, o conciliador entre os diversos segmentos sociais, assim como agente elementar para a consolidação da democracia. Enquanto isso, os trabalhistas representavam uma “ameaça à ordem democrática”, pois incentivavam a “luta de classes”.

Em linhas gerais, de um ponto de vista objetivo, a expansão da legislação trabalhista para o meio rural era vista negativamente pelo PSD, pois os pessedistas eram reticentes quanto à intervenção do governo naquele espaço. Assim, evidencia-se uma ligação direta entre os pessedistas e o ruralismo sul-rio-grandense. Analisando a propaganda eleitoral dos partidos – publicada na imprensa escrita – para o governo estadual, é possível identificar o aspecto central que os diferencia. O PTB e o discurso pasqualinista – permeado por princípios de natureza distributiva e assistencial – ressaltavam a atuação de um Estado interventor, cuja principal finalidade seria defender os trabalhadores contra todas as formas de exploração. Desse modo, entendemos que a

retórica do partido e do seu candidato e o respectivo programa partidário de cunho social-reformista é uma chave explicativa para compreendermos o distanciamento dos partidos no jogo político: o PTB, representando um campo progressista; o PSD, como expoente de um campo conservador.

No decorrer do trabalho, foi demonstrado sistematicamente que a luta política apresenta uma dimensão simbólica, pois envolve relações políticas para cuja expressão forjava-se um simbolismo próprio, apropriado e usado, para a construção da identidade dos partidos e candidatos durante a campanha.

O PSD e o PTB procuraram produzir símbolos com a finalidade de legitimação através do voto acerca de suas visões sobre o Rio Grande do Sul. A produção da propaganda eleitoral buscou convencer os profanos (eleitorado) em relação às respectivas narrativas apresentadas. Nos vários *a pedidos* analisados, pode-se afirmar que pessedistas e trabalhistas, por meio de uma luta simbólica, procuraram convencer o eleitorado de serem portadores de valores cristãos, bem como democráticos e, ao mesmo tempo, buscaram desqualificar o outro. Destarte, a Guerra Fria e o perfil anticomunista – principalmente católico – da população sul-rio-grandense, assim como o novo contexto institucional – a democratização – forjaram as propagandas eleitorais dos partidos e o discurso dos candidatos.

Em relação ao anticomunismo, a campanha eleitoral do PSD e do PTB balançava-se entre a negação e a acusação concernente ao estigma vermelho, ou seja, o “comunismo”. A luta política é a luta simbólica, assim como a dinâmica relacional é a construção da legitimidade de si por meio da deslegitimação do outro. Em outras palavras, o anticomunismo permeou a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul e esta estratégia fora utilizada pelos dois partidos, para auferir votos.

Havia uma identificação do clero e da população rural, sobretudo, na zona colonial com o “conservadorismo” político expresso no “anticomunismo”. A influência católica anticomunista sobre as populações rurais contribuiu significativamente para dar-lhes um “perfil político conservador”. Ademais, a Liga Eleitoral Católica (LEC) atuou diretamente no processo eleitoral. Em suma, pode-se constatar que o anticomunismo católico foi incorporado pelos partidos: revelando a influência externa – campo religioso – no jogo político.

A presente pesquisa constatou que, nas disputas eleitorais analisadas para governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas foi à figura política exponencial. Ele foi fator determinante em relação às clivagens regionais e nas implicações políticas,

assim como no desenvolvimento das respectivas campanhas eleitorais. Não obstante, em cada eleição, ocorreram diferenças acerca de sua influência direta e indireta.

Nas eleições de 1947, Getúlio Vargas apoiou o candidato petebista Alberto Pasqualini. Porém, não participou diretamente da campanha eleitoral trabalhista. Apesar das posturas dos respectivos candidatos ao cargo majoritário estadual – analisadas anteriormente – os seus partidos utilizaram-se da figura do ex-presidente sistematicamente: o PTB referenciando o seu capital político e procurando dividendos eleitorais por meio de seu apoio; o PSD buscando o descrédito da imagem de Vargas.

No que diz respeito às eleições de 1950, a campanha do candidato autonomista Ernesto Dornelles – que concorreu pela sigla trabalhista – esteve sob o signo da dependência da figura de Vargas, então candidato à Presidência da República. O binômio Vargas/Dornelles na campanha estadual possuía uma lógica de transferência de créditos (capital político) de um para outro. O processo de associação da candidatura Dornelles em torno do “prestígio” e da “popularidade” de Getúlio Vargas baseava-se em uma perspectiva de legitimação. Em outras palavras, Dornelles representava Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul: o que lhe traria dividendos eleitorais.

Em 1954, a disputa eleitoral para o governo estadual sul-rio-grandense esteve permeada pela crise nacional do segundo governo Vargas. No Rio Grande do Sul, o PSD notabilizou-se como uma dissidência, pois atuou fortemente na oposição ao governo federal. Na campanha do candidato Ildo Meneghetti (FD), responsabilizavam-se os trabalhistas pela crise político-econômica e suas implicações sociais. Enquanto isso, o PTB defendia o presidente da República.

Após o suicídio de Vargas, as campanhas eleitorais se acirraram. Há, enfim, por parte dos petebistas, práticas de mobilização simbólica em torno da morte do presidente. O grande capital político de Getúlio Vargas e a comoção nacional devido ao seu suicídio estabeleceram, na disputa eleitoral, duas narrativas principais. Nos polos, os trabalhistas e a retórica da “justiça das urnas” para vingar-se dos “golpistas”, e a que sustentava o contrário, ou seja, a acusação de que o próprio PTB era o principal culpado pelo derradeiro ato de Vargas.

Já sobre os assuntos político-partidários – nos Anais da Assembleia Legislativa – sobretudo, os embates entre parlamentares do PSD e do PTB – em relação à disputa pelo governo do Estado – constatou-se um aspecto inaudito na propaganda eleitoral veiculada à imprensa escrita em 1950, ou seja, as denúncias de violência, repressão policial e arbitrariedades praticadas contra os adversários dos pessedistas e o

envolvimento de agentes públicos – em pleno exercício da função – na campanha eleitoral do PSD.

O embate parlamentar revelou um processo eleitoral complexo e permeado pelas singularidades das clivagens político-partidárias, sobretudo pela concomitante disputa à Presidência da República e ao Governo do Estado em 1950. Foi possível constatar um pragmatismo eleitoral dos candidatos aos cargos legislativos, sendo assim, priorizava-se a cadeira na Câmara ou na Assembleia em detrimento dos interesses partidários acerca da disputa presidencial ou, até mesmo, ao governo estadual. Os demais assuntos políticos estiveram, de alguma forma, relacionados ao noticiário político estadual e à propaganda eleitoral dos partidos, veiculada nos jornais por meio de “*a pedidos*”.

Nas eleições de 1954, encontramos a situação de crise político-econômica nacional reverberada no discurso parlamentar oposicionista. O impacto do “atentado da Toneleros”, assim como da morte de Vargas, interferiu diretamente no legislativo sul-rio-grandense, assim como os episódios que se sucederam na capital do Estado. No legislativo sul-rio-grandense – espaço dos profissionais –, os embates político-eleitorais entre os parlamentares estiveram interligados às mesmas questões veiculadas na imprensa escrita pelos partidos e candidatos.

Todavia, outro conjunto de questões – ausente na propaganda eleitoral – refere-se às críticas feitas ao governo de Ernesto Dornelles. Assim, o PSD – no campo da oposição – denunciou o PTB – então governo estadual – de utilizar-se da máquina pública em benefício eleitoral.

Torna-se necessário apontar algumas questões no que diz respeito ao percurso do trabalho, bem como das escolhas e limites da pesquisa. As investigações acerca das ideias-força produzidas pelos partidos e reproduzidas nos jornais geraram informações e reflexões significativas, mas também revelaram que a utilização de teorias da recepção poderia aprofundar o conhecimento concernente aos conflitos eleitorais no Rio Grande do Sul, naquele contexto histórico. Da mesma forma, o acesso às fontes – no caso dos partidos políticos – tornou-se um problema. Existem limitações de pesquisa quanto ao acesso dos documentos partidários: poucas entidades que preservam acervos e material sob a posse de particulares. Nesse sentido, a utilização da história oral poderia ajudar a contornar essa dificuldade.

Outra limitação desse trabalho foi não ter conseguido averiguar com maior nitidez o papel desempenhado pelos principais agentes políticos envolvidos diretamente na disputa eleitoral. Precisa-se avançar nesse sentido, tendo em vista que o acesso às

correspondências pessoais poderia auxiliar a desvelar a lógica das campanhas, assim como entender melhor o jogo político.

Conclui-se esse estudo não pelo esgotamento do assunto, mas por ser necessário dar-lhe um ponto final. Espero que essa tese possa ter contribuído para a compreensão das disputas político-eleitorais entre pessedistas e trabalhistas no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, servir como base para futuras pesquisas que possam ampliar o entendimento sobre a dinâmica política deste período.

Estamos vivendo um contexto nacional permeado pela crise política, econômica e social. A ausência de fideducia nos partidos políticos e nas instituições sinaliza os desafios da nossa experiência democrática. Para o historiador Marc Bloch (2001, p. 65) “[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado [...]”.

Precisamos aprimorar a democracia e melhorar a cultura cívica e política. Estudos sobre a República Democrática (1945-1964) podem ser úteis ao exercício da cidadania a partir de reflexões sobre a imperfeição inerente ao regime democrático e o seu tortuoso caminho, cuja finalidade é a sua consolidação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira. Alves (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. (Verbete Ildo Meneghetti). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

_____. Alzira Alves & outros (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 3118-3119 (Verbete Liga Eleitoral Católica).

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. *Em busca da cidadania política: o quererismo no Rio Grande do Sul frente à reorganização política e partidária (1945)*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2006.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2015.

ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2015.

_____. Douglas Souza. O candidato do povo: imagem, mobilização e popularidade nas campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (1947-1954). In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília. Jul/2017.

_____. Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 335-354.

ASPIS, Abrão. *Acidente no Morro do Chapéu: A Queda do Constellation da Panair em Sapucaia do Sul*. 2. ed. Gravatal/SC: Editora Gravatalense de Letras/Livraria Editora Palmarinca, 2007.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, RS, 2011.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José d'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. [Tese de doutorado]. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Maria Victoria de Mesquita. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Unb, 1981. v. 1.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ediufgrs, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, RS, 2016.

_____. Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no Rio Grande do Sul: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do partido. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. Oikos; Editora Unisinos, 2017, p. 87-114.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 193-216. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>> Acesso em: 31 de outubro de 2017.

_____. Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CÂNEDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). In: *Pro-Posições*, vol. 13, nº. 3 (39), set/dez, 2002, p. 169-198.

_____. Leticia Bicalho. Democracia: aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 516-543.

_____. Leticia Bicalho. Campo Político. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 90-93.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Ediufrgs, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 183-213.

_____. Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1973.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1947. Disponível em: <
<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/Constitui%C3%A7%C3%B5esdoRS/tabid/3107/Default.aspx>> Acesso em: 22 de novembro de 2017.

CORRÊA, Cristiane Mitsue. Reflexões sobre a relação imprensa e política e a incorporação da teoria social bourdiana: análise do governo Goulart na imprensa carioca (1961-1964). In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 113-132.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

COSTA, Maria Amélia Soares Dias Da. *Reorganização partidária e prática democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 1983.

CRUZ, João Batista Carvalho da. Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder*. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. [1998] *A era Vargas*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DE GRANDI, Celito. *Loureiro da Silva: O Charrua*. 2. ed. Porto Alegre: Literalis, 2004.

_____. Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. Lucilia de Almeida. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 127-154.

ESTATUTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (1945). Disponível em: <<http://tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>> Acesso em: 18 de junho de 2018.

FELIZARDO, Joaquim. *Partidos Políticos e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Vozes, 1982.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. A Emergência de um Líder Nacionalista: a Atuação Parlamentar de Leonel Brizola. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. Jorge. Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: A trajetória de José Vecchio. FILHO, Daniel Aarão Reis. *Intelectuais, história e política: século XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 182-218.

_____. Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 13-46.

_____. Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

_____. Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

_____. Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: O tempo da*

experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 301-342.

_____. Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

_____. Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FILHO, Daniel Aarão Reis. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-377.

FILHO, Octaciano da Costa Nogueira. *Vocabulário da Política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010.

_____. Octaciano da Costa Nogueira. *Sistemas políticos e o modelo brasileiro*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2012.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira. O sistema partidário a redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4, 59-82.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus*, v. 13, p. 61-86, 2007.

FOYACA, Manuel. *As encíclicas sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Pulo: Omega, 1974.

FRENCH, John D. Los trabajadores insdustriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). *Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77.

GAGLIETTI, Mauro. *Dyonélio Machado e Raul Pilla: médicos na política*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Edipucrs, 2007.

GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GATTI, Isaura de Moura. *Partido Social Democrático: formação e fragmentação em Passo Fundo (1945-1950)*. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, 2008.

GERTZ, René Ernani. O Rio Grande do Sul de 1937 a 1964: historiografia. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos [et al.]. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. René Ernani. Estado Novo. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4, p. 39-58.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

_____. Angela de Castro. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. *Varia História*, nº 28, p. 55-68, 2002.

_____. Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, 2007, v. 2.

_____. Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

_____. Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. In: *Revista Estudios del ISHiR*. Argentina. Año 8, Número 20, 2018, pp. 53-74. Disponível em: <<http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR>> Acesso em: 24 de agosto de 2018.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 83-99.

_____. Luiz Alberto. *O jogo das mediações: Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República*. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 4, 257-272.

HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados (1947-1982)*. Porto Alegre: CORAG, 2005. v. 3.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. Lucia. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6350/3801>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC Rio/Contraponto, 2006.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 64-66.

LAMARÃO, Sérgio. Clube da Lanterna. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LEBARON, Frédéric. Capital. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 101-103.

LEITE, Carlos Roberto da Costa. *O Estado do Rio Grande*. In: *Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa*. 30 anos. Porto Alegre: CORAG, 2004.

LIMONGI, Fernando. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº. 2, 2015, p. 371-400.

LOYOLA, Maria Andréa. Campo religioso. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 93-95.

LUCA, Tania Regina De. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MACCOMBS, M. & SHAW, D. A função do agendamento dos media: In: TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000.

MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Sociologia: um debate sobre o uso dos conceitos na análise da imprensa pela historiografia no segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). *Pensar a história com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 19-32.

_____. Luis Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História Conceitual do Político. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 53-74.

MAUGER, Gérard. Autonomia e Homologia dos campos. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 45-48.

MEDEIROS, Cristina Carla Cardoso de. Nomos. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 281.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H; GONZAGA, S. (Org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 365.

MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

NEVES, Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

NOGUEIRA, Maria Alice. Capital Cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 103-106.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2009.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hégio (Coord.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1995.

NUNES, Edson. *A gramática do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). *O sufrágio universal e a invenção da democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 343-361.

_____. Michel. *Perímetros de lo político*: contribuciones a una sócio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. O Partido Social Democrático (PSD). In: FLEISCHER, David (Org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: UNB, 1981. v. 1.

OLIVEIRA, Suely Gomes de. *Suely de Oliveira*: perfil biográfico, depoimentos e discursos (1915-1994). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2007.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. “O preço da liberdade é a eterna vigilância”: a UDN no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2001.

_____. Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS (Tese). Porto Alegre, 2008.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Olympia, 1958, v. 1.

_____. Discurso de Instalação da União Social Brasileira. In: SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini Obra Social & Política: Bases do Trabalhismo (1929-1945)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994. v. 1.

_____. Manifesto-Programa da União Social Brasileira. In: SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini Obra Social & Política: Bases do Trabalhismo (1929-1945)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1994. v. 1.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. In: *Veritas*: revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, junho de 1996, p. 221-227.

_____. Céli Regina Jardim. Uma Mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). Topoi (Online): revista de história, v. 15, p. 565-587, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2014000200565&lng=en&nrm=iso > Acesso em: 8 de janeiro de 2018.

PRADO, Luiz Fernando Silva. *História Contemporânea da América Latina 1930-1960*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Capitalismo Solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini. *Em Tempo de Histórias* – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPG-HIS, n. 14, Brasília, jan./jun. 2009.

RECH, Anício. *Os caminhos de uma eleição: o PTB e o discurso do candidato Michaelsen*. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, Porto Alegre, RS, 1998.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O Pacto ABC: as relações Brasil-Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

_____. Ana Luiza Gobbi Setti. História política e relações internacionais: uma abordagem sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). In: Domingos, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza (Org.). *Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2018, p. 204-222.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Uma história que não existe?. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001. v. 2.

RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é Vermelho: Imaginário Anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. Carla Simone. Confrontos no pós-guerra – o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *Revista História Hoje* (São Paulo), v. 3, p. 3-27, 2005.

_____. Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *Métis: história & cultura*. v. 5, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.

_____. Carla Simone. *Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo: dos anos 1930 à atualidade. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v.4, p. 355-398.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. *Protesto Operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 237-277.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA,

Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 101-140.

SILVA, Roberto Bitencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini: obra social & política*. Brasília: Senado Federal, 1994, v. II.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 4, p. 291 – 313.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2008.

TRINDADE, Héliogio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974). In: LAMOUNIER, B; CARDOSO, F. H. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. Héliogio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ediufrgs/Sulina, 1991.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Alberto Pasqualini e o Trabalhismo no Brasil*. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WACQUANT, Loïc. Habitus. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 213-214.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Udufba, 2004, p. 259-307.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. *RBEP*, Belo Horizonte, n. 23/24, Jul/67 – Jan/68.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História – PUCSP* – nº 4, junho, 1985, p. 89-102.